

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A PRÁXIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
NA REGIÃO DE LAGES

ANTONIO MUNARIM

Maio, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Maria Julieta Costa Calazans.

Aprovada pela Comissão Examinadora em: 13.06.90

ANTONIO MUNARIM

Maio, 1990.

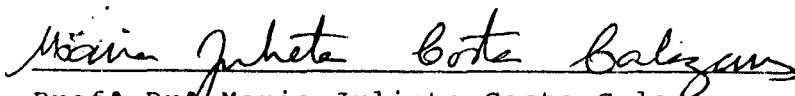
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A PRÁXIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO


DE LAGES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO COLEGIADO DO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CEN-  
TRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM CUMPRI-  
MENTO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO  
DE MESTRE EM EDUCAÇÃO.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 13 / 06 / 1990.

  
Profª Drª Maria Julieta Costa Calazans - IESAE/FGV

  
Profª Drª Ilse Scherer-Warren - UFSC

  
Prof Dr Reinaldo Matias Fleuri - UFSC

Antônio Munarim

*A Guerino e Olívia (in memoriam), meus pais lavradores de Bom Retiro, nesta Serra, que como tantos - peões e roceiros - viveram dominados e explorados sempre. Assim se foram, sem no entanto perder ou levar consigo a esperança da libertação.*



## AGRADECIMENTOS

Gratidão profunda aos companheiros educadores do Vianeí e a Julieta Calazans, companheiros na práxis que motivou este trabalho e companheiros na autoria dele.

A Julieta, além de sujeito da práxis, como consultora do Vianeí, desde seu surgimento, com indisfarçável paixão, soma-se a qualidade de orientadora competente, desafiadora, exigente e amorosa.

Gratidão profunda aos militantes/dirigentes das organizações e movimentos populares da Região Serrana, interessados destinatários deste trabalho, e que, articulados aos companheiros do Vianeí, participaram na sua elaboração, fornecendo informações e discutindo as teses levantadas no caminho.

Gratidão a Zenir Koch, pelo paciente e despojado apoio na revisão do trabalho, feita sobre os manuscritos.

Finalmente, a gratidão profunda e emocionada à minha companheira Zélia e às nossas crianças Ulisses, Iracema e Aquiles, que souberam, com amor, ajudar particularmente para que também esta etapa da práxis e da elaboração escrita se concluísse.

## SUMÁRIO

	<u>DEDICATÓRIA</u> .....	i
	<u>AGRADECIMENTOS</u> .....	ii
	<u>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</u> .....	v
	<u>RESUMO</u> .....	vii
	<u>ABSTRACT</u> .....	ix
	<u>INTRODUÇÃO</u> .....	1
1	<u>CONSTRUINDO ANTECEDENTES HISTÓRICOS</u> .....	19
1.1	INDICAÇÕES DA ESTRUTURA AGRÁRIA E DA ECONOMIA DA REGIÃO NA PRÉ-REPÚBLICA - BASE PARA DISCUSSÃO ....	19
1.2	POLÍTICA DE CORONÉIS E SEUS COMPROMISSOS SOCIAIS .	21
1.3	IDENTIFICANDO A POPULAÇÃO .....	28
1.4	FORMAS DE DOMINAÇÃO SOCIAL .....	36
	<u>NOTAS</u> .....	47
2	<u>MOMENTOS EXPRESSIVOS HISTÓRICAMENTE PRODUZIDOS</u> -	
	<u>1930/1983</u> .....	52
2.1	ECONOMIA DECADENTE, CORONELISMO VIGOROSO, TRABALHA- DOR SUBMISSO - 1930/1945 .....	56
2.2	O CICLO DA MADEIRA: DE PEÃO DE FAZENDA E ROCEIRO A OPERÁRIO DE SERRARIA .....	75
2.2.1	Divisão inter-regional do trabalho .....	79
2.2.2	Crise nas elites políticas e proletarização do tra- balhador rural .....	93
2.3	ECONOMIA EM CRISE, CORONELISMO DECADENTE, POPULA- ÇÃO URBANA ESPOLIADA - 1962/1972 .....	101
2.4	CRISE ECONÔMICA E POPULISMO .....	133
2.4.1	A política no governo da "Força do Povo" - 1977/1983 .....	153

	<u>NOTAS</u> .....	172
3	<u>REGIÃO SERRANA SE CONSOLIDA E SE TRANSFORMA</u> -	
	<u>1983/1989</u> .....	176
3.1	ESTUDANDO O CONTEXTO PARA ENTENDÊ-LO .....	177
3.2	OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS - UMA CATEGORIA EM DISCUSSÃO .....	192
3.3	SITUAÇÃO PRESENTE DA REGIÃO SERRANA DE SANTA CA- TARINA .....	200
3.3.1	Questão Econômica e Demográfica .....	200
3.3.2	Indicativos da situação política e social local	209
	<u>NOTAS</u> .....	232
4	<u>CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR: PROPOSTA E</u>	
	<u>PRÁTICA</u> .....	236
4.1	O VIANEI É UMA ONG .....	238
4.2	O VIANEI E SUA POSTURA .....	253
	<u>NOTAS</u> .....	269
	<u>NOTA FINAL</u> .....	271
	<u>ADENDO</u> .....	276
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> .....	302
	<u>ANEXOS</u> .....	308

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1.	Lages - Pecuária, rebanho em milhares de cabeças, 1920 e 1950 .....	68
Quadro 2.	Lages e o Estado de Santa Catarina, população em milhares de habitantes .....	69
Quadro 3.	Lages - propriedades e proprietários, 1920 e 1950 .....	69
Quadro 4.	Prefeitos do Município de Lages e seus principais mediadores junto ao Governo Estadual e Federal - 1930/1972 .....	72
Quadro 5.	Comparação da população urbana e rural de Lages e de Santa Catarina - 1960/1970 .....	105
Quadro 6.	Taxa média de incremento anual de população, segundo os municípios e a microrregião polarizada - 1970/1980 .....	146
Quadro 7.	Taxa média de crescimento de população de Lages e de Santa Catarina nos 1960, 1970 e 1980 .....	147
Quadro 8.	Evolução da dívida externa brasileira, sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB) e dívida por habitante em anos selecionados .....	181
Quadro 9.	Evolução das taxas de juros no mercado internacional .....	182
Quadro 10.	Pagamentos dos serviços da dívida externa brasileira e sua relação com a exportação .....	183
Quadro 11.	Relação população recenseada e população de trabalhadores temporários - Planalto Serrano de Santa Catarina .....	204

Gráfico 1. Momentos de abertura e fechamento da  
Igreja Católica no Brasil .....

126

## RESUMO

A Região Serrana de Santa Catarina, também conhecida como Região de Lages, tem sido palco, nesta última década, do surgimento de organizações e movimentos sociais de cunho popular e classista.

Trata-se de um processo atual de intensa transformação forjada na prática social destas organizações e movimentos, numa sociedade de longa história de dominação e submissão de classes sociais. O mandonismo local, depois o coronelismo, foram as relações sociais e políticas dominantes na região até por volta do início da década de 70 deste século. O surgimento do populismo nesta década de 70 começa a romper tal relação e abrir espaços à participação do "povo" nas decisões de interesse coletivo. A "Força do Povo" - administração municipal de Lages pela "Equipe Dirceu Carneiro" - foi a expressão maior desta política de participação popular na administração pública.

Num contexto nacional de crise econômica e abertura política, no início dos anos 80, o populismo em Lages é substituído pela tecnoburocracia. Uma ruptura que ajuda a forjar a emergência de organizações populares autônomas e a trazer à cena novas forças sociais organizadoras das classes populares. A Igreja Católica passa a ser o espaço principal da organização popular no município de Lages com extensão a toda a Região Serrana - mesmo âmbito da Diocese de Lages.

No âmbito da Região Serrana, em parceria com a Igreja Católica, o Centro Vianei de Educação Popular é um intelectual coletivo, mediador de forças concretas e mediador teórico arti-

culado aos interesses das classes populares desta região - especialmente do Campo - na luta pela construção de um projeto histórico, de hegemonia popular.

A prática de mediação do Vianei implica imiscuir-se numa práxis social transformadora, onde o processo de transformação faz do sujeito, ao mesmo tempo, também objeto de contínua transformação. Assim, o Vianei - uma Organização Não Governamental que presta assessoria - e os movimentos e organizações populares a que assessoria, se constroem mútua e continuamente, num contexto de profundas contradições sociais, econômicas e políticas.

## ABSTRACT

During the last ten years, the Mountain Region of Santa Catarina, also known as Lages Region, has been the scenario of social organizations and movements emergence, all of them with a popular and class-conscious nature.

It is a real process of intense transformation made out in this movements and organizations social practice, in a society of long social classes domination and submission history. The local political mastering, afterwards the "colonelcy"\*, were the dominant social and economical relationship in the Region during the beginning of seventies in this century. The emergence of the Populism in that decade starts to break that relationship up and to open spaces to people "participation" in common interest decisions.

The "People Power" - a municipal administration in Lages by "Dirceu Carneiro's Staff" - was the best support to this popular participation politics in the public administration.

All over the country, during the first eighties, there was an economical crisis and political opening. In Lages, the Populism is replaced by the Technobureaucracy. This breaking up of relations helps rising independent popular organizations - and then new social forces arise from popular classes. Catholic Church happens to be the main locus of popular organization in Lages, expanding it to all over the Mountain Region - the same field of action of Lages Diocese.

\*N.T. - The term "colonel" means here the local political boss.



In the Mountain Region, along with the Catholic Church, the "Centro Vianei de Educação Popular" is a collective intellectual, real forces mediator and theoretical mediator, going between the popular interests in this Region - mainly in the country - and trying to build a historical project of popular hegemony.

The Vianei's mediation practice implies to go into a social praxis of trãnsformation where, at the same time, the changing process turns the subject into an object of continuous transformation. So, the Vianei - a Non-Governmental Organization that gives assistance - and the popular organizations and movements which are assisted, are continuously building each other in a deep social, economical and political denial context.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, enquanto tenta desvendar tramas de dominação de um povo e explicitar caminhos de suas lutas de libertação, em grande parte se confunde com a história do próprio autor, originário e integrante deste mesmo povo - produzido por e a partir do próprio seio deste povo, como um instrumento de luta.

Confunde-se tanto pela história contada sobre o autoritarismo que sempre desabou nas cabeças de toda a população serrana de Santa Catarina, subalternizada, quanto pelo dito sobre o grito de guerra e liberdade desde povo que começa a ecoar nos pampas da serra.

O texto se refere à história de um povo submisso ao "coronel" e a tantos outros seus similares ou sucedâneos, história de um povo explorado no fruto de seu trabalho, história de um povo emigrado e espoliado nas suas relações urbanas, na cidade de Lages. Esta é também a história do autor, que se não foi e não é tão sofrida pessoalmente, é porque os pais lavradores confirmaram a afirmativa de GRAMSCI de que todos os pais lavradores querem e lutam por ter um filho intelectual, na esperança de que este venha a estabelecer relações que possam trazer alguns benefícios à sua família.

Os pais, lavradores no interior do município de Bom Retiro, localidade de Barbaquá, uma "comunidade" formada de caboclos e imigrantes italianos, um dia sonharam em "dar estudo" a um de seus oito filhos. A escolha possível recaiu sobre o terceiro; quem sabe este criasse condições de abrir caminho a mais

alguns dos mais novos!...

O texto também se refere ao processo histórico na Região Serrana de Santa Catarina de produção de intelectuais engajados ou progressistas, também chamados no texto de educadores populares ou simplesmente educadores, ou de assessores de movimentos sociais ou de formadores; enfim, denominações diversas para designar uma função no interior das classes populares, classes em processo de construção de identidade e consciência para si. Uma função essencialmente de educador, que é entendida como "progressista"

"na medida em que sua ação, exercida democraticamente, é um ato revolucionário, uma prática social transformadora que se explicita na vida, no trabalho e na sociedade, articulada a teorias que a fundamentam e a explicam historicamente. (...) a identidade entre esses formadores (educadores) passa essencialmente pela postura que assumem na prática educativa e nas articulações, formas de integração que desenvolvem nos embates travados na sociedade, no centro das quais seu papel é quase sempre de mediador." (CALAZANS, 1988:2).

Assim, entendemos também que exercer a função de intelectual é mais do que ser intelectual - "todos os homens são intelectuais, (...) mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais", diz GRAMSCI (1978:7). Exercer a função de intelectual, entendemos que é exercer ação multiplicadora de ações formadoras. No entendimento de CALAZANS (1988:1), isto equivaleria dizer:

"todos os homens são multiplicadores de saberes, mas nem todos têm o domínio do conhecimento que os torna capazes de ser considerados multiplicadores de ação formadora, na perspectiva de uma prática educativa."

Este processo histórico de produção destes intelectuais

engajados, a que se refere o texto, é a história também do processo de produção do próprio autor do texto, enquanto homem que se produz, historicamente, em relação dialética com o meio e - nesta relação -, principalmente, enquanto intelectual.

Primeiro, passando pela escola formal. "A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis." (GRAMSCI, 1978:9). Este foi um processo de formação bancária num tempo de Estado brasileiro autoritário - a graduação foi concluída em 1976. Durante todo este período, as relações de desigualdades sociais, de dominação/submissão eram sentidas quase que somente no nível mesmo do sensitivo, no interior da família interiorana, nos grupos de igreja de que participava, nos contatos profissionais com os alunos e professores de primeiro grau da escola pública.

Um segundo momento deste processo de produção do autor, enquanto intelectual, foi a sua participação no governo municipal de Lages, no período 1977-1983 - na chamada "Experiência de Democracia Participativa" de Lages, no mandato do então prefeito Dirceu Carneiro. Ocupando cargo de segundo e de primeiro escalão no decorrer dos seis anos, nas áreas da educação e da cultura, o autor fazia parte de um pequeno e seletivo grupo de ideólogos e ao mesmo tempo executores, de projetos especiais propostos por aquela equipe de governo. Este foi um momento de prática social intensa, com marcas profundas de participação no processo de formação da postura do autor deste trabalho.

Um terceiro e decisivo momento no processo de produção do autor é exatamente o momento que corresponde à existência do objeto central desta dissertação, a práxis dos movimentos sociais e a práxis do Vianeí na Região Serrana de Santa Catarina. Nesta práxis está inclusa esta própria dissertação, na sua finalidade maior.

Aqui é entendida a práxis na sua dimensão de transformação da natureza e da sociedade, como atitude consciente do ho-

mem - prática humana que une o pensamento à ação. Nesta práxis, o próprio autor é sujeito e objeto dela; ao mesmo tempo em que atua sobre o seu objeto de transformação - para transformá-lo -, objeto que também o é desta investigação - a realidade social da região de Lages -, se produz. Produz-se com a participação de sua consciência confrontada com as condições dadas pela História, sob determinada direção, escolhida. Esta direção é a direção do formar-se educador, capaz de fazer mediações entre a teoria e a atividade prática transformadora da sociedade - práxis social - que aponta a uma história sem oprimidos nem opressores. Educador-mediador capaz de fazer da teoria uma atividade prática de transformação. Pois, a teoria de per si não tem o poder da ação transformadora do mundo. Para isso, a teoria precisa sair de si mesma e

"em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações (grifo nosso), o que antes só existia idealmente como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação." (VAZQUEZ, 1977:206-207).

É nesse sentido que o papel do autor desta dissertação é entendido como uma prática de mediação. Em primeiro lugar enquanto exerce seu papel mediador como sujeito concreto e ativo da práxis social analisada, objeto deste trabalho de dissertação; em segundo lugar, nos termos que esta própria dissertação pode testemunhar, isto é, um esforço de mediação, enquanto procura estabelecer relações teórico-práticas para alimentar a práxis social no sentido de torná-la sempre mais práxis social

revolucionária, que implica numa transformação radical das estruturas econômicas e políticas de dominação existente na sociedade capitalista em que se inscreve.

Assim, o autor entende este seu trabalho de reflexão teórica sobre a prática da qual ele é sujeito e objeto, como um momento teórico indissociável da prática de onde parte a reflexão e a qual se destina.

Esta prática social, finalidade deste trabalho de reflexão teórica não é exclusividade deste autor enquanto sujeito individual, bem como o trabalho de reflexão teórica sobre esta prática não é exclusividade sua. Mesmo esta dissertação, embora produzida sob sua total e individual responsabilidade quanto à elaboração e registro gráfico do pensamento, tem como base o pensamento produzido por um coletivo de pessoas. Este coletivo é justamente o grupo de educadores que compõem o Centro Vianei de Educação Popular, que na sua prática de educação desempenha um papel de intelectual coletivo, que trabalha conjugando em unidade o trabalho teórico e as atividades de educação e organização de segmentos das classes populares, no sentido de contribuir para que a práxis destas classes se torne criadora, revolucionária e reflexiva, isto é, não espontânea. Em VAZQUEZ (1977:47), podemos dizer que:

"(....) os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, é necessário (....) uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma autêntica consciência da práxis."

Este processo de construção de consciência, ou esta passagem de uma práxis espontânea para uma práxis reflexiva dos segmentos de classes populares não se dá espontaneamente, é necessário um trabalho de educação que pode implicar também e especial-

mente nos primeiros momentos dos processos educativos, em atividades de inculcação, de fora para dentro, nos grupos e indivíduos, de uma nova consciência - no caso da práxis dos movimentos sociais da Região de Lages, uma consciência socialista que se produz no seio mesmo dos movimentos.

"(...) nem a exploração, nem a miséria, nem a luta de classes, levam por si à compreensão do conjunto do movimento histórico e, por conseguinte, à idéia da missão, finalidade e possibilidade da ação do proletariado." (VAZQUEZ, 1977:312).

O trabalho de educação, enquanto inculcação de consciência socialista, assim como o trabalho de organização e direção da práxis criadora e reflexiva com aqueles segmentos de classes populares da Região Serrana de Santa Catarina que compõem o universo da prática social do Vianeí, não é, obviamente, uma tarefa executada exclusivamente pelo Vianeí. Muito menos o é, se tomadas as classes populares da região no seu conjunto. Aliás, a presença do Vianeí nesta tarefa tem sido mais marcante na medida da inexistência de outros organismos aglutinadores e executores de tal função. Na medida da emergência, por exemplo, do Partido Pólitico - no caso o Partido dos Trabalhadores - e dos sindicatos - no caso, os de trabalhadores rurais, o papel do Vianeí nesta tarefa tem sido co-dividido. De qualquer modo, continua sendo para amplos segmentos das classes populares o que foi desde os seus primeiros dias: um importante organismo de mediação entre a teoria e a prática, entre setores das classes populares e as classes populares no seu conjunto, estabelecendo laços de organicidade, isto é, desempenhando uma tarefa de Partido.

Já podemos inferir que a concepção de mundo e de história que orienta o autor desta dissertação na sua práxis social, concreta, como sujeito e objeto, é a mesma concepção que o orienta no exercício teórico desta dissertação. Neste sentido,

para ficar mais evidente destacamos que a perspectiva de análise é a perspectiva dialética: os fatos históricos são engendrados a partir das contradições inerentes ao movimento da história. Os fatos não são dados, nem são fatalidades, mas são produzidos. E produzidos pelos homens que também se produzem e se reproduzem no ato de produzir História. Assim, a História é a História dos homens que a fazem, a partir de e em condições dadas e a partir da sua vontade. Nas sociedades capitalistas, a História é a História das lutas de classes. A concepção portanto é a concepção materialista da História que se vincula estreitamente, inseparavelmente à teoria da práxis. Em MARX e ENGELS (em quem buscamos sustentação), esta postura fica mais clara; transcrevemos na íntegra os quatro pontos que resumem a sua concepção de História, conforme eles mesmos (In: VAZQUEZ, 1977:168-169):

"1º - No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, sob as relações existentes, só podem ser fontes de males, porquanto já não são forças de produção, e sim muito mais forças de destruição (maquinaria e dinheiro); e, intimamente relacionado com isso, surge uma classe condenada a suportar todos os inconvenientes da sociedade sem desfrutar de suas vantagens, que se vê expulsa da sociedade e obrigada a colocar-se na mais absoluta oposição a todas as demais classes; uma classe que representa a maioria dos membros de uma sociedade e da qual nasce a consciência de que é necessária uma revolução radical, a consciência comunista, consciência que, naturalmente, pode chegar a formar-se também entre as outras classes, ao contemplar a posição em que se encontra; 2º - Que as condições em que podem ser empregadas determinadas forças de produção são as condições de dominação de uma determinada classe de sociedade cujo poder social, emanado de sua riqueza, encontra sua expressão idealista-prática (grifo do autor) na forma de Estado Imperante em cada caso, razão pela qual toda luta revolucionária é necessariamente dirigida contra uma classe, a que até então domina; 3º - Que todas as revoluções ante-



riores deixaram intacto o mundo de atividade e só cuidaram de encontrar outra distribuição dessa atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, ao passo que a revolução comunista é dirigida contra o modo anterior de atividade, elimina o trabalho (grifo do autor) e suprime a dominação das classes ao acabar com as próprias classes, já que essa revolução é levada a cabo pela classe que a sociedade não considera como tal, não reconhece como classe, e que já por si exprime a dissolução de todas as classes, nacionais, etc. dentro da atual sociedade; e 4º - Que, tanto para engendrar em massa essa consciência comunista, como para levar adiante a própria coisa, é necessário uma transformação em massa dos homens, o que só se poderá conseguir mediante um movimento prático, mediante uma revolução (grifo do autor); e que, por conseguinte, não só é necessária porque a classe dominante (grifo do autor) não pode ser derrubada de outro modo, como também porque somente por meio de uma revolução poderá a classe que derruba (grifo do autor) sair do lodo a que se afunda e tornar-se capaz de fundar a sociedade em novas bases."

Destacamos deste texto, entre outras, duas questões que nos são básicas para o entendimento do mundo e compreensão da História e, por conseguinte, que nos orienta neste trabalho: 1ª - a materialidade, isto é, a objetividade das contradições na história entre forças produtivas e relações de produção, que está na base do engendramento da classe social e do engendramento do próprio interesse desta classe social em eliminar as classes; e 2ª - a necessidade da práxis revolucionária para que ocorra efetivamente a transformação radical. Equivale dizer, da necessidade do fator vontade humana - práxis reflexiva, no estabelecimento de planos estratégicos a esta transformação. E, no nosso entender, estes planos estratégicos revolucionários devem ser traçados na perspectiva desenvolvida por GRAMSCI, de construção de Bloco Histórico - a revolução como um processo de construção de hegemonia.

De um lado, portanto, o caráter materialista da histó-

ria, a sua face econômica; de outro lado, o seu caráter político, dependente da práxis humana. Nesta relação - dialética - entre a política e a economia, temos presente que mesmo as relações de produção são produtos da atividade prática humana. São os homens que criam as relações de produção e são os homens que podem também destruí-las. Portanto, a vontade é fator decisivo na construção do fato histórico, mesmo que esta vontade se manifeste em condições não escolhidas pelos indivíduos ou grupos que a manifestam e não alcancem eles exatamente o que desejam:

"(...) do fato de que as diferentes vontades individuais não alcancem o que desejam, mas sim que se fundam todas numa medida total, numa resultante comum, não se deve inferir que essas vontades sejam igual a zero. Pelo contrário, todas contribuem para a resultante e estão, portanto, incluídas nela." (MARX & ENGELS, In: VAZQUEZ, 1977:189).

Queremos, assim, destacar o papel dos homens, como sujeitos da história:

"Só os homens podem destruir o que eles mesmos criaram para abrir caminho a uma nova criação. Só eles fazem sua própria história, ainda que, como adverte MARX, em determinadas condições." (VAZQUEZ, 1977:329).

O próprio MARX defende com precisão o caráter humano de todas as transformações sociais, defende ser o homem sujeito de todas as atividades promotoras de transformação econômicas, sociais e ideais. Segundo ele, a

"História não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não trava nenhuma luta de classes. (...) Quem faz tudo isso, quem possui a luta é o homem (grifo do autor), o homem real e vivo; não é, digamos, a história que utiliza o homem como meio para trabalhar por seus objetivos - como se se

tratasse de uma pessoa à parte -, pois a História não passa da atividade do homem que persegue seus objetivos." (MARX, In: VAZQUEZ, 1977:329).

É importante estarmos conscientes que o fato de ser o homem o sujeito da história,

"importa na idéia de um sujeito que só o é na (grifo do autor) história e pela (grifo do autor) história. Essa unidade indissolúvel de história e sujeito humano dela impede-nos de subtrair um dos termos, já que, na verdade, eles são uma e a mesma realidade." (VAZQUEZ, 1977:329).

Ao mesmo tempo que o homem faz a história, ele faz a si próprio na história. E ter consciência da história - das condições postas - é ter o controle da direção das próprias atividades, é a práxis reflexiva. Para se ter esta consciência implica em fazer leituras dos fatos históricos que levem o sujeito a identificá-los na sua essência, para além das aparências dos fenômenos.

A tentativa que fazemos neste trabalho de dissertação, tentativa de leitura de um recorte da história da Região Serrana de Santa Catarina, procura fugir das formas de análise que, segundo entendemos, não revela a essência dos fenômenos e não conduz à construção dos fatos históricos na perspectiva da práxis transformadora e reflexiva. Procuramos fugir, principalmente, do chamado presentismo e da sua contraposição extremada, o chamado positivismo, como formas de leituras da história. O primeiro pela sua excessiva carga idealista e subjetivista, que acaba por negar o caráter materialista da história. A historicidade dos fatos históricos e que independe da vontade do historiador. Projeta o passado - enquanto produção de conhecimento - essencialmente a partir das necessidades presentes de explicar os fatos ou de transformá-los. O segundo - o positivismo -

pela sua negação à práxis humana na construção do fato histórico, e do conhecimento da história. Os fatos históricos são dados e cabe ao sujeito lê-los com absoluta isenção, absoluta separação dos fatos. Tentando fugir de tais extremos, buscamos em SCHAFF (1983) suporte para encontrar um caminho que aponte para a "verdade objetiva no sentido de uma marcha infinita para a verdade absoluta" (SCHAFF, 1983:139); um caminho de integração, num todo coerente, do postulado de uma história animada pela vontade e o imperativo da cientificidade. Buscamos suporte também em GRAMSCI, para análise de situações - mais enquanto inventário e menos enquanto análise de correlação de forças.

As análises, pelo mesmo espírito de partido que anima a história, são sobre aspectos tirados da totalidade, aspectos que julgamos deveriam ser ressaltados; e ressaltados a partir de categorias de análise que elegemos. Estas categorias, usadas como instrumentos de análise dos fatos históricos e muitas delas feitas propostas de transformação da realidade, estão discutidas ao longo de todo este trabalho.

Assim, nos Capítulos 1 e 2 são destacados aspectos da história econômica, política e social da Região Serrana. Procuramos evidenciar a vigência de um longo período de dominação de classe de um lado e de submissão de outro; um longo período de hegemonia das classes dominantes com suas raízes plantadas na exploração econômica da pecuária extensiva e da extração da madeira. Procuramos evidenciar também o início de um processo de transformação social e política da região, iniciado com o populismo no município de Lages a partir do início dos anos 70; transformação que se assemelha com a ação dos "populistas rusos" a partir da posse da "Equipe Dirceu Carneiro" na Prefeitura de Lages. Um longo período que demarcamos a partir do início da Primeira República (1889) e vai até 1983, ano em que "termina" a experiência de "democracia participativa" na gestão da Prefeitura do município de Lages, município-pólo da região que

enfocamos.

Este longo período é subdividido em períodos menores; subdivisão que buscamos fazê-la articulando as conjunturas locais, de épocas historicamente marcantes, à totalidade nacional vista em cada uma destas épocas. Não tivemos a pretensão de fazer nestes capítulos análise de conjuntura. Seria por demais demorado tal empreendimento e a demora poria em risco os objetivos deste trabalho, enquanto cumprimento de uma tarefa acadêmica com prazos determinados, e também enquanto resposta às necessidades da própria práxis do Vianei e dos Movimentos Sociais que precisam urgentemente ver com mais clareza o seu momento presente. Uma análise mais profunda, portanto, fica como tarefa a ser feita. No que foi possível, o trabalho foi feito com base em documentação disponível.

No Capítulo 3, seguimos o propósito de fazer uma análise de situação. Uma tentativa de entender o contexto da Região Serrana de Santa Catarina no período que se inicia em 1983 e vem até o presente (1989), e de identificar caminhos da práxis dos movimentos populares que, neste período, emergem e se constroem sujeitos históricos. Portanto, trata-se, também neste capítulo, de uma leitura de um recorte da realidade conscientemente comprometida com a transformação dessa realidade. Para este capítulo, em especial, buscamos suporte metodológico em GRAMSCI, nos seus postulados para análise de situações e relações de forças. Assim, procuramos colocar o problema a partir da relação entre estrutura e as superestruturas. Procuramos especialmente distinguir e entender os movimentos orgânicos da história da região.

Para análise dos movimentos da história - análise de relação de forças - GRAMSCI propõe que se distinga três momentos fundamentais: um primeiro, que trata da

"relação de forças sociais estritamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos

homens, que pode ser medida com os sistemas das ciências exatas ou físicas." (GRAMSCI, 1978b:192).

Um segundo momento é da

"relação das forças políticas, isto é, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido pelos vários grupos sociais." (GRAMSCI, 1978b:192).

E um terceiro momento, que é o da relação das forças militares. Neste podem ser distinguidos dois graus:

"o militar, no sentido escrito, ou técnico-militar, (e) o grau que se pode chamar de político-militar. (...) O desenvolvimento da história oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro, com a mediação do segundo." (GRAMSCI, 1978b:194).

Em nossa análise da Região Serrana de Santa Catarina, neste capítulo, detemo-nos, especialmente, em identificar o primeiro e o segundo momento do movimento da história, já que o terceiro não nos parece decisivo para este período. Este momento estaria, no nosso entender, na dependência da construção mais sólida do segundo momento (o da política), enquanto espaço de mediação. Visto da ótica das classes populares, este quadro político de mediação, que se constrói, é composto por diversos atores, dentre os quais destacamos o próprio Centro Vianei de Educação Popular, que consideramos o principal agente intelectual (coletivo) da práxis social em questão e os movimentos e organizações sociais populares do campo. Dentre estes, tem presença marcante o Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o Movimento de Oposição Sindical e as organizações em torno do associativismo agrícola e em torno dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em processo de organização, na perspectiva da práxis

criativa e revolucionária, ou conquistados a esta perspectiva.

Por último, o Capítulo 4, mais especificamente este, embora não só este, procura responder às questões levantadas no projeto desta dissertação, ou seja, procura analisar o papel e o processo de formação dos intelectuais nas relações concretas de educação com os Movimentos Sociais. O Centro Vianei de Educação Popular, que é considerado o principal intelectual coletivo construído nesta relação, é o objeto principal da análise neste Capítulo. Não é considerada aí cronologia dos eventos que marcam a construção real do objeto pesquisado, também não é considerada a quantidade de eventos ou quantidade e tipos específicos de tarefas desenvolvidas pelo Vianei no exercício de seu papel de mediação. Para a compreensão de quem interessar por conhecer o Vianei na sua estrutura e funcionamento, há um adendo a esta dissertação.

Neste último Capítulo, sentimo-nos impelidos a falar do Vianei também enquanto Organização Não Governamental (ONG). O processo educativo o levou a esta realidade sociológica; não há como nem porque fugir deste fato.

Finalmente, neste último Capítulo, a análise se pauta pelos mesmos cânones da Filosofia da Práxis de que tratamos anteriormente - que se preocupa com a análise e com a transformação ao mesmo tempo. O momento do tratamento teórico do objeto e a ação pedagógica sobre o objeto se confundem num mesmo e único processo.

Esta dissertação, no seu todo, enquanto um produto palpável, é um trabalho que aponta em duas direções: trata-se da desincumbência formal de um compromisso com o Curso de Mestrado para adquirir o grau de Mestre; e trata-se de uma resposta perante à sociedade. Resposta, como educador, que visa dar conta do Vianei - do seu contexto e do seu significado histórico. Desta sociedade distinguimos os educadores que compõem o quadro profissional do Vianei e os militantes dos movimentos sociais e

organizações populares da Região Serrana de Santa Catarina, público prioritário deste trabalho, pela sua característica de instrumento da práxis social. Desta sociedade distinguimos também aquela parte da Academia que apostou e envidou esforços na defesa de uma proposta de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina na perspectiva da práxis. Na verdade, se esta dissertação, pelo seu formato, pela relação que estabelece entre objeto pesquisado e pesquisador etc., foge dos padrões normais da Academia, estamos, de qualquer modo, seguros de que é uma resposta coerente à proposta teórica do Curso de Mestrado em Educação e Trabalho a que ela se liga; pelo menos, à proposta teórica tal como a conhecemos na sua origem.

O campo geográfico de abrangência deste trabalho: tomamos como área de abrangência o espaço geográfico composto pelos municípios onde o Vianei está, de algum modo, presente, efetivando práticas educativas. Chamamos este espaço de Região Serrana de Santa Catarina. Tem como cidade-pólo regional de atuação (e influência) a cidade de Lages, que consta entre outras sete cidades de mesmo status no Estado de Santa Catarina. Oficialmente, para efeitos da administração pública, esta Região Serrana faz parte de divisão administrativa denominada de Microrregiões Polarizadas. Esta microrregião polarizada - Região Serrana - compreende atualmente os municípios de Lages, São Joaquim (incluso Urupema), Bom Retiro, Bom Jardim da Serra, Urubici, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, São José do Cerreto, Ponte Alta, Correia Pinto e Otacílio Costa. Para efeitos deste trabalho, anexamos à Região Serrana, somado a estes, o município de Curitibaanos que oficialmente pertence à Microrregião do Vale do Rio do Peixe. Com esta inclusão a área de abrangência das práticas do Vianei e, por conseguinte, deste trabalho, coincide exatamente - não sem nexos - com a área de abrangência da Diocese de Lages, divisão administrativa da Igreja Católica. O nexo desta coincidência está na relação de coo-



peração e parceria nas práticas educativas, entre o Vianei e a Diocese de Lages.

Esta Região Serrana, se vista pelos critérios das demarcações de microrregiões homogêneas, é um composto de duas destas:

a) Microrregião Homogênea Campos de Lages,

"constando de sete municípios que têm sua área em planalto suave coberto de campos; de atividade pecuária extensiva, apresenta indústria de papel e celulose." (SANTA CATARINA, 1986:14); e

b) Microrregião Homogênea Campos de Curitibanos,

"com oito municípios (....), fica em área de transição entre o Planalto de Lages e o Vale do Rio do Peixe, apresentando traços de ambos; grande expressão agrícola e pecuária extensiva." (SANTA CATARINA, 1986:14).

A Região Serrana abrange totalmente a "Homogênea Campos de Lages" e parcialmente a "Homogênea Campos de Curitibanos" (Cf. mapas anexos). Esta composição geográfica da Região Serrana revela duas realidades sociológicas distintas que têm a ver com as relações de produção em cada uma das regiões homogêneas. Na "Homogênea Campos de Curitibanos", onde a agricultura é mais desenvolvida, a participação popular em movimentos e organizações é mais intensa; ao passo que, na "Homogênea Campos de Lages", onde a pecuária extensiva é mais presente, os segmentos populares em geral - e particularmente os trabalhadores de fazendas (peões) - são mais submissos.

Assim, por um critério ou por outro, por uma denominação ou por outra, a área de abrangência deste trabalho se constitui numa região historicamente produzida. No nosso entender, produzida segundo interesses e relações políticas e, anterior e

principalmente, segundo a lógica da economia capitalista, cuja tendência - nos termos postos por OLIVEIRA - é a especialização de regiões em função de uma região econômica única, de âmbito nacional, centralizada e centralizadora, com base no setor industrial, isto é, uma economia que pressupõe divisões inter-regionais do trabalho em função de uma totalidade econômica construída sob o capital.

Cabe registrar, ainda, a nossa opção no tratamento das notas explicativas. Estas estão dispostas ao final de cada capítulo.

Por fim, registramos o tratamento dado à documentação de que nos utilizamos para a execução deste trabalho. As fontes primárias constituem-se de vasto e rico material empírico que serviu e serve de instrumentos à prática educativa do Vianei. Para efeitos deste trabalho de dissertação não nos utilizamos em mais que 5% do material existente. São registros escritos de encontros e seminários, internos ao grupo de educadores profissionais e destes com os militantes dos movimentos e organizações populares; Projetos de trabalho do Vianei no seu todo e de práticas específicas; impressos como boletins, panfletos, cartazes; vídeo em VHS, gravação em torno de 40 horas sobre a memória das organizações populares da região; slides e fotos, também da região, com mais de 5 mil poses; fitas K7 gravadas com atividades do Vianei e de depoimentos de trabalhadores dirigentes sobre momentos da história da região, em torno de horas de gravação; as "Concepções/Diretrizes Básicas para uma Prática Social Popular no Planalto Central de Santa Catarina" - uma espécie de carta de princípios do Vianei; diversos textos problematizando situações específicas da região e, principalmente, os relatórios semestrais e alguns outros esporádicos, de todas as atividades do Vianei. Estes últimos, para além de prestações de contas, têm sido um espaço de discussão teórica das práticas do Vianei e seu contexto.

Uma gama de material empírico que trata da prática do Vianei, dos movimentos sociais e também do contexto da Região. Material que carece de um tratamento analítico mais detido e criterioso, uma tarefa que projetamos para um próximo estudo com vistas a novos avanços de qualidade da práxis.

Julgamos importante registrar aqui que destes documentos que foram produzidos para sustentar a práxis do Vianei e dos Movimentos Sociais, muitos foram produzidos também, e deliberadamente, para subsidiar este trabalho de dissertação. O autor desta dissertação, na sua prática concreta de educador, fazia do projeto desta dissertação um instrumento norteador da sua prática educativa e tomava o cuidado do registro. Assim é que, via de regra, nas reuniões e seminários, eram incluídas intencionalmente temáticas para discussão e formas de captar as informações com rigor metodológico. Os participantes destas reuniões e seminários - educadores e militantes - eram sempre alertados das razões e da duplicidade de objetivos em tal procedimento: alimentar a própria práxis e subsidiar um trabalho final à Academia. Aliás, esta prática é que fez desta dissertação um espaço real de mediação teórica e prática do objeto pesquisado.

Neste sentido, julgamos importante registrar ainda que muitos dos documentos que compõem o acervo de fontes primárias, produzidos coletivamente no Vianei, foram redigidos no exercício de sua função específica na prática de educador, pelo mesmo autor desta dissertação, especialmente os projetos de atividades e os relatórios semestrais. Neste caso, também, houve esforço de produção teórica que visava a práxis imediata e que visava, ao mesmo tempo, esta dissertação. Também aqui, todo o Curso de Mestrado e, em especial, esta dissertação, serviram de horizonte norteador.

As fontes secundárias utilizadas neste trabalho constam de periódicos, folhetos, relatório de pesquisa, dissertação de mestrado e, principalmente, textos e livros publicados. Muitos desses documentos foram escritos por profissionais refletindo uma ótica antagônica à nossa visão de mundo; daí, todo um trabalho de leitura e adequação desses documentos, passando por críticas, de forma a atender nossas pretensões.

## 1 CONSTRUINDO ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Não se constitui compromisso, para efeitos deste trabalho, efetuar análise de conjuntura e de estrutura da Região Serrana de Santa Catarina dos períodos que compreendem desde o seu surgimento, em 1766, data da fundação de Lages, até o início da presente década, 1983, quando do surgimento do objeto principal deste trabalho, o Projeto Vianei de Educação (Hoje Centro Vianei de Educação Popular.). Menos compromisso ainda no que diz respeito à relação destas conjunturas com as conjunturas nacionais correspondentes.

Tratamos tão somente de contextualizar a Região Serrana e evidenciar elementos da sua História no que julgamos essencial para melhor encaminhar a discussão da problemática restrita ao período de 1983 a 1989.

### 1.1 INDICAÇÕES DA ESTRUTURA AGRÁRIA E DA ECONOMIA DA REGIÃO NA PRÉ-REPÚBLICA - BASE PARA DISCUSSÃO

A formação da estrutura fundiária da Região está intimamente ligada à pecuária extensiva. Com seus campos nativos, o Planalto Serrano de Santa Catarina, já no século XVII, se constituía num pouso ideal para as tropas de gado bovino que do Rio Grande do Sul eram levadas para a Feira de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Alguns daqueles tropeiros se fixaram na Região, transformando-se em fazendeiros criadores de gado bovino.

Quando da fundação de Lages - Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens -, primeira povoação da Região<sup>1</sup>, "a forma de ocupação territorial foi a concessão de sesmarias(....)não

obstante a limitação legal, de se conceder, para cada concessionário não mais que uma sesmaria, que equivalia a uma propriedade de 108 milhões de metros quadrados, os protegidos do Governo obtinham áreas bem superiores, que chegavam a ter até 35 sesmarias" (IURA, 1977:21); "(...)com concessões(...) e compras de terras vizinhas eram muitos os fazendeiros que chegavam a possuir centenas de milhões de campos, ainda entre fins do século passado e começo do corrente." (COSTA, 1982:1479).

Em 1850 é instituída a Lei de Terra no Brasil, que impõe dificuldades legais ao acesso à terra para quem poderia vir a ser o pequeno e o médio proprietário rural..

"A Lei de 1850 foi um marco na história da terra, extingue o princípio da doação e assegura o da compra, para a aquisição de terras devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso à terra por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros. Ao mesmo tempo que favorecia a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem sua força de trabalho nas plantações de café, criação de gado e outras atividades." (IANNI, 1984:175).

Por estas vias chega-se ao início deste século com toda a Região Serrana repartida em poucas e grandes posses. Cada distrito do extenso Município de Lages era propriedade de alguns poucos fazendeiros criadores de gado.

Já no ano de 1885, falando sobre Lages, que abrangia na época toda a Região conhecida hoje como Região Serrana, o Cel. João Costa diz:

"A maior parte da população ocupa-se da rendosa indústria pastoril. Suas extensas campinas dão abrigo a mais de trezentas mil cabeças de animais vacuns, cavalares, lanígeros e suínos, que produzem anualmente sessenta mil cabeças das quais são exportadas trinta mil para as povoações do litoral. Além do gado em pé ainda exporta este municí-

pio, em larga escala, queijo, charque, couro, cabelo, erva-mate e fumo, cultivados só para consumo próprio, cereais e legumes." (COSTA, 1982:746).

Assim temos que até por volta do final do período compreendido pela Primeira República (1889-1930), a economia da Região se assentava, primeiro, na produção diversificada para o abastecimento interno, segundo, na exportação em grande escala e quase que exclusiva, de produtos da pecuária<sup>2</sup>.

A pequena produção agrícola de que se tem notícias daquele período limitava-se a uma agricultura de subsistência com pequeno excedente que era comercializado nos dias de feira na cidade de Lages, quase sempre diretamente pelo produtor.

## 1.2 POLÍTICA DE CORONÉIS E SEUS COMPROMISSOS SOCIAIS

Com base na concentração da propriedade da terra, voltada à produção pecuária extensiva, que era o que caracterizava o fazendeiro, desenvolve-se na Região Serrana de Santa Catarina, a exemplo do que foi no Brasil da Primeira República, o fenômeno do coronelismo.

É a Região Serrana, especialmente o município de Lages, a base territorial e política de famílias de coronéis, a partir de onde dominaram todo o Estado de Santa Catarina já durante boa parte do tempo de duração da Primeira República<sup>3</sup>, que é o período tido como típico do coronelismo no Brasil.

Exerce o coronelismo papel fundamental na história das relações sociais, políticas e econômicas da Região, com consequências que vão para muito além de 1930, que para muitos é marco do fim do coronelismo no Brasil, em decorrência da revolução burguesa.

O fenômeno mesmo do coronelismo perdurou por muito tempo ainda na Região Serrana de Santa Catarina, após 1930, de modo que os resultados culturais daquela relação se fazem presente ainda hoje com nitidez, quando são propostas práticas de trans-

formação das estruturas vigentes.

Em que pese os diferentes matizes que o fato histórico assume, de acordo com as características de tempo e lugar, o coronelismo, do ponto de vista estrutural, é o mesmo de norte a sul, de leste a oeste do Brasil (JANOTTI, 1987). Portanto, a Região Serrana de Santa Catarina não foge à regra. Como tal, o fato histórico tem sido objeto de muitos estudos. Julgamos importante, de qualquer modo, evidenciar aqui alguns pontos. O coronelismo, em sentido mais amplo, é um fenômeno típico do Brasil agro-exportador da Primeira República, onde:

a) a economia agro-exportadora bloqueava o desenvolvimento do capitalismo de base urbano-industrial,

"(....) Enquanto se inviabilizava em si mesma, a economia agro-exportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinha a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não exportadores. O financiamento da acumulação de capital nos setores não exportadores não passava pela intermediação comercial e financeira externa típica da economia agro-exportadora, que consumia a maior parte do excedente social produzido não apenas pelas atividades de exportação, mas pela totalidade do sistema econômico." (OLIVEIRA, 1984:33).

b) o Estado vigente é o Estado oligárquico,

"todo ele marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração; ou lutavam para avançar em conquistas democráticas. Muitos padeciam da violência oligárquica, sob a forma estatal e privada: os seguidores de Antonio Conselheiro, em Canudos; os seguidores de João Maria, no Contestado(....)" (IANNI, 1985:14).

c) a política vigente é a política dos governadores,

"que permitia às classes dominantes dos Estados mais poderosos capitalizar as disputas das oligarquias estaduais e as desigualdades regionais de modo a preservar e fortalecer o bloco agrário que dominava o aparelho estatal(...). Por sobre os interesses do povo, ou às custas deste, o Presidente da República, os governadores estaduais e os coronéis locais articulavam-se como um vasto aparelho estatal de fato." (IANNI, 1985:14-15).

Dessa forma os coronéis que antes da República eram senhores absolutos em seus domínios sobre coisas e gentes, recobram, depois de um interstício de uma década, a partir da proclamação, o poder de dominação; agora articulados com o Estado autoritário - uma articulação de cumplicidade e interdependência especialmente com o poder executivo - mais bem aparelhado, que dá maior eficiência à dominação e amplia a área de domínio do coronel.

"Essa política iniciada por Campos Sales (1898-1902) garantia a submissão do legislativo em todos os níveis ao executivo. (...)A estrutura política, assentada sobre a política dos governadores, representava o retorno dos proprietários de terras ao poder. Em poucos anos, em seguida da abolição da escravatura e à queda da monarquia, organiza-se um novo bloco agrário, representado no Estado oligárquico que predominou durante a Primeira República. Tratava-se de entregar cada Estado Federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que a dominasse, de forma que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de qualquer manifestação de resistência." (IANNI, 1985:14-15).

O poder público no nível municipal - leia-se poder executivo hegemônico - é o locus primeiro, em escala de proximidade, onde se materializa o poder dos coronéis, decorrente da relação de compromissos mútuos entre a estrutura de Estado e os



proprietários de terra que caracteriza o período do coronelismo. O poder do coronel, agora, não mais se trata de expressão exclusiva do poder privado, isto é, não mais tem origem exclusiva na propriedade da terra, como nas relações patrimonialistas do Brasil-Colônia e do Brasil-Império. Agora o poder é decorrente da relação de compromisso desse poder privado com o poder público estatal<sup>4</sup>. É exatamente o poder decorrente dessa relação que caracteriza o coronelismo vivido no Brasil em toda a Primeira República<sup>5</sup> e por maior tempo em algumas regiões de alguns Estados da Federação<sup>6</sup>. A figura do coronel, entretanto, é anterior àquela relação que gera um poder de características novas. Em outras palavras, o coronel é anterior ao coronelismo, sua origem remonta ao Império, está ligada à Guarda Nacional<sup>7</sup>, criada pelo Padre Feijó em 1831, preocupado com a segurança do Império, recém independente, cujos exércitos não são confiáveis. Ser um oficial da Guarda Nacional tinha um significado forte: ser diferente dos e ter poder sobre os cidadãos comuns.

Em Santa Catarina, a Guarda Nacional teve a sua estruturação incrementada, em vista da iminente Guerra do Paraguai.

"De estrutura militar, subordinada ao Ministério da Justiça, mas efetivamente subordinada à sociedade civil, era a Guarda Nacional empregada para coibir movimentos revolucionários da época, juntamente com o exército, e submeter tanto os escravos quanto os diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras. Os postos de oficiais da Guarda Nacional foram ocupados, quase que exclusivamente, por mandatários locais. Majores, tenentes e coronéis eram títulos muito cobiçados. A patente de coronel, uma das mais valorizadas, deixou aos poucos de se relacionar estritamente ao exercício de uma função militar ou policial, passando popularmente a ser empregada para distinguir os chefes políticos. (...) Oficiais da Guarda Nacional tinham sob sua autoridade batalhões permanentes e de reserva, cujo recrutamento era controlado por eles próprios, pois a convocação era da competência do poder municipal." (JANOTTI, 1987:20-21).

Tais poderes perduraram até à extinção da Guarda Nacional, em 1918, pelo Decreto nº 13.040, que dissolvia as unidades, comandos e serviços que a formavam<sup>8</sup>.

Os arranjos dos corpos armados se faziam de quando em vez, através da venda de patentes, que rendiam tanto para o Governo Imperial quanto ao Republicano.

Na Região Serrana de Santa Catarina, muitos fazendeiros abastados receberam concessões de patentes, desde os primeiros anos da Guarda Nacional. É, entretanto, em 1901, em Lages, que se verifica a grande reestruturação nas tropas. Cria-se naquele ano duas brigadas, a 5ª Infantaria e a 6ª Cavalaria.

Examinando-se as listas dos oficiais lageanos resultantes daquela reestruturação, verificamos que nos postos de maior importância figuram pessoas de sobrenome de conhecidas famílias de fazendeiros que eram também os que dominavam a política na Região e, por vários períodos, no Estado de Santa Catarina<sup>9</sup>. É lugar comum a ocupação de posto e patente na Guarda Nacional e a ocupação de posto e comando na política local. No caso da Região Serrana, o domínio no campo da política local era compartilhado - não sem disputas internas -, por dois grupos oligárquicos, as oligarquias dos Ramos e Costa<sup>10</sup>. Cada qual fazia do poder local, que detinha, instrumento de ascensão na escalada do poder de nível estadual, mantendo-se dominante, também aí, por longos anos, durante a Primeira República e em períodos subsequentes.

Verificamos, portanto, na Região Serrana, a existência óbvia de um bloco de poder hegemônico muito bem articulado do ponto-de-vista econômico, político e militar durante todo o período de duração da Primeira República. Um bloco orgânico. As disputas internas ao bloco são disputas de famílias - oligarquias -, que em momento algum punham em risco a hegemonia dos coronéis enquanto classe.

Chefetes e chefes locais, baseados em seu poder patrimo-

nial - terra e boi -, arrebanhando um punhado de votos, se articulam com o poder de Estado numa relação de compromissos mútuos que garantem seus privilégios de minoria dominante. O poder de polícia - o direito ao exercício da violência - vai passando das mãos dos coronéis ao monopólio do Estado, com escala ascendente à medida do tempo. Mas o Estado, especialmente no nível municipal, é gerido em função de acordo com os interesses desses coronéis, que podem caracterizar-se como chefes políticos.

Se, de um lado, o coronelismo se caracteriza pela relação de compromissos num sistema de reciprocidade entre coronéis e chefes políticos do Estado, de um lado e de outro se caracteriza também pelas relações dos coronéis com a sua base social local, a população rural.

\* Essa população rural, na Região Serrana de Santa Catarina, era formada por um contingente de trabalhadores explorados: uma "classe econômica em si", que, enquanto trabalhador rural pode ser subdividida em duas categorias: os caboclos-peões, moradores e empregados nas fazendas de criação de gado, e os caboclos-roceiros, pequenos produtores autônomos que praticavam uma agricultura de subsistência.

Essa população rural era formada ainda pelos habitantes da cidade de Lages e das cidades vizinhas que,

"sem atividades econômicas diversificadas, não desenvolveram funções eminentemente urbanas. O fraco comércio, o limitado mercado de consumo, as reduzidas exigências das necessidades do cotidiano, a ausência quase que absoluta da produção industrial conferiam-lhes uma fisionomia rural. Pontos de encontro entre proprietários e comerciantes, onde lavradores vinham vender ou trocar seus produtos, estas cidades foram reprodutoras das relações agrárias, muito mais do que centros impulsionadores de transformações." (JANOTTI, 1987:45).

É nesse cenário social que o coronelismo se desenvolve

na região. São estes os eleitores que sustentam o coronel nas suas relações políticas. Cada distrito do vasto município de Lages, bem como cada município da região, se constituía, na verdade, de algumas poucas grandes fazendas de propriedade de famílias oligárquicas - berço dos coronéis -, fazendas com os capatazes e peões que cuidavam do gado do patrão, e com moradores que, sob alguma forma de contrato com o fazendeiro ou sob a forma de tomada de posse da terra, adquiriam o direito e produziam para a subsistência, enquanto não tivessem que sair da terra, por bem ou por mal. Quem definia a hora de o trabalhador rural - roceiro - sair da terra, os limites e outros direitos, era o fazendeiro. São muitas as histórias de grilagem ocorridas, especialmente no hoje município de São José do Cerrito. Quem define também os direitos do peão da fazenda é o fazendeiro. Aliás, o trabalho "nunca foi visto pelo fazendeiro como um direito do lavrador ou do boiadeiro, antes como uma concessão magnânima" (JANOTTI, 1987).\*

Sem uma legislação ou outras formas de proteção do Estado, a maioria dessa população rural ficava à mercê do autoritarismo dos proprietários de terra e sem as mínimas condições objetivas para enfrentá-los.

O exercício do poder autocrático e discricionário dos coronéis na relação com a população rural, entretanto, não era uma via de mão única. O poder de que o coronel dispunha advinha também do reconhecimento de que cada população local tinha a sua autoridade.

"Abandonada pelos poderes públicos no que se refere à saúde, à justiça e à instrução, pois o município não tinha condições de atendê-las, via o coronel como um protetor natural.

As instituições públicas e administrativas, em seu caráter impessoal, estavam longe de ser compreendidas pelo homem do campo. Os poderes da República eram personificados no presidente, no governador, nos deputados. Assumia o coronelismo a conotação de 'direito natural' do mais forte e do mais rico. (...). Solidamente enraizada na proteção e na

lealdade, a sociedade rural repousava na troca de favores, de homem para homem. O coronel oferecia proteção e exigia irrestrita adesão." (JANOTTI, 1987:57).

A relação de compadrio era outra forma de suavizar as diferenças sociais e econômicas e de legitimar a autoridade do coronel. O coronel, padrinho, tem o compromisso de dar proteção aos afilhados; os afilhados têm a obrigação de respeitar e de seguir os padrinhos. Entre os compadres, a relação é de receber e transmitir homenagens. A relação é de igual para igual, forma requintada de exercício de dominação. \*

### 1.3 IDENTIFICANDO A POPULAÇÃO

Quem é? De onde vem? Como vive as relações sociais? Qual a visão de mundo possível no interior dessa população rural, "classe econômica em si", um contingente de trabalhadores explorados? É claro que não temos a pretensão de responder a estas questões. De qualquer modo, vamos buscar a contribuição de alguns autores para um entendimento mínimo dessas questões, tal é a sua importância para a compreensão do cenário e da dinâmica social atual da Região Serrana.

Quando dizemos que se tratava de uma população explorada, queremos caracterizá-la como sendo:

a) na relação de trabalho direta entre o fazendeiro e o peão, onde este último começava a lidar com o gado sempre antes do sol nascer e só terminava depois do sol se pôr, e recebia por pagamento não muito mais que a roupa que vestia, a comida que comia, a casa ou galpão onde morava. Sem estabilidade e sem segurança no trabalho;

b) na relação com o comércio ou com o dono da terra, o lavrador ou peão-roceiro era explorado na venda ou na troca de seu pequeno excedente, quando dispunha. Ou, quando se tratava de um agregado de fazenda, era igualmente explorado pelo dono

da terra quando a trabalhava sob alguma forma de contrato (sempre oral). Neste último caso, "o trabalhador, habitante das terras do fazendeiro, entregava ao proprietário quase que a totalidade do fruto de seu labor, cabendo-lhe apenas o mínimo para a subsistência. Dependente da unidade produtiva, sofria as vicissitudes das oscilações econômico-financeiras da propriedade." (JANOTTI, 1987:42).

\* Portanto, esse contingente de explorados, na Região Serrana de Santa Catarina, até o final da década de 20 se constituía quase que exclusivamente de caboclos ligados à criação de gado nas grandes fazendas ou à agricultura de subsistência. Esse caboclo serrano, do ponto-de-vista étnico, é o resultado, em primeiro lugar, da miscigenação entre o elemento europeu-português ou descendente de portugueses, o colonizador da região, mais o negro, escravo que acompanhava o bandeirante e o índio, que já habitava a região. Mas, desde muito logo, outros tipos diversos vieram trazer sua contribuição étnica e cultural<sup>11</sup>. \*

São as relações de trabalho, entretanto, que vão construir (no resultado social) dois tipos principais de caboclo: o caboclo-peão e o caboclo-roceiro. O caboclo-peão mora e trabalha como empregado na fazenda de criação de gado. O caboclo-roceiro vive embrenhado nos fundos de campos, nas barrancas dos rios, nos pés-de-serra, enfim, nas regiões mais íngremes, ou seja, é o produtor autônomo, livre, que pratica uma agricultura de subsistência.

Poderíamos distinguir, ainda, uma terceira categoria de caboclo-trabalhador da terra, com certa importância numérica: o agregado, que mora no interior da fazenda, cultiva uma agricultura de subsistência, cujo excedente é comercializado através do fazendeiro. Eventualmente pode até criar algumas reses contadas na fazenda. E, na medida da necessidade do patrão, vende a ele sua força de trabalho, lidando com o gado. Assim, do pon-

to-de-vista das relações de trabalho, o agregado está intimamente ligado à fazenda, ao fazendeiro. A sua visão de mundo é aquela que os limites das relações sociais e de trabalho na fazenda lhe impõem. Nesta situação, ele está mais para o caboclo-peão que para o caboclo-roceiro.

Discorrendo sobre o tipo humano da Região Serrana de Santa Catarina, MARTENDAL (1980:33-39) faz as seguintes afirmações:

"Não há nenhum estudo que tente caracterizar o tipo humano do caboclo da Região Serrana de Santa Catarina. Alguns, menos informados, aproximam-no do peão das estâncias do Rio Grande do Sul. É bem verdade que há certas influências, mas as origens da população são significativamente diferentes.

(....) Há, pois, um caboclo-peão acostumado às lides de fazenda, e, conseqüentemente, influenciado por hábitos gauchescos e há outro tipo, o caboclo-roceiro, embrenhado em regiões mais íngremes, que leva outro tipo de vida, decorrente principalmente do tipo de trabalho que leva.

(....) Não há um tipo físico homogêneo. Há caboclos de diversas estaturas e de outras características corpóreas também diferenciadas. A pele, geralmente, é morena. Mas há caboclos bem claros e outros bem escuros. O que se pode dizer é que apresenta uma compleição bastante resistente, afei-ta às rudezas do clima, geralmente frio, da região e ao trabalho que exerce.

(....) Acostumado à simples necessidade de subsistir, o caboclo-roceiro, em seu habitat, era avesso ao expansionismo econômico e ao progresso. Confor-mado com a sua realidade, permanecia em seu 'des-tino' de sobrevivência, realizando as tarefas ab-solutamente necessárias.

(....) O grande tempo que lhe sobrava, pelo pouco trabalho a que se submetia, era ocupado nas rela-ções sociais de compadrio, nos tragos de bodega, em festividades religiosas (missas, terços, etc.), em velórios e em bailes rotineiros nos finais de semana.

(....) Observa-se que a vida do caboclo conserva algumas heranças da cultura indígena. Seu artesana-to é uma demonstração disso: os cestos de taquara, as bruacas de couro, os laços feitos de tentos de couro cru, as cordas trançadas de fibras vege-tais.

(....) A sua medicina está fortemente ligada a ervas, folhas e raízes de vegetais. Como acontecia com os índios, mulheres e crianças pouco aparecem às visitas e não se sentam com os homens."

Embora acene para a diferenciação entre uma e outra categoria - caboclo-peão e caboclo-roceiro -, decorrentes principalmente do tipo de trabalho que exercem, o seu estudo prende-se quase que exclusivamente à categoria do caboclo-roceiro.

Em suas análises, o autor aponta para algumas características que são comuns numa e noutra categoria, principalmente em relação à etnia e tipo físico, às relações sociais de compadrio, à medicina. Tais constatações sugerem um estudo mais aprofundado sobre o caboclo-peão como categoria de trabalhador: sua vida e suas relações de trabalho nas fazendas de criação de gado.

O estudo de MARTENDAL aponta para a existência de descrições equivocadas sobre o caboclo-peão da Região Serrana. A seu respeito são feitas generalizações que o comparam ao peão do Rio Grande do Sul, "uma versão agauchada do homem serrano de Santa Catarina".

Neste sentido, CAON (1978), citado por MARTENDAL (1980:35), descreve o caboclo-peão a partir da perspectiva idealista de que "o cuidado de gado xucro exige liberdade; a liberdade do animal só pode ser contida por homens igualmente livres, pois à medida em que se contém a liberdade humana, exaspera-se a liberdade do animal. Homem escravizado não pode tratar de animais livres".

Assim, é de se questionar: de que liberdade o autor está falando?

Entendemos o caboclo-peão, trabalhador produzido nas relações de trabalho das fazendas de criação de gado como sendo exatamente a negação do homem livre. Um tipo humano profundamente dominado e submisso ao proprietário da fazenda. A propósito, IANNI considera que o caboclo-peão



"(...) se encontra prática e ideologicamente vinculado à fazenda, ao fazendeiro, aos meios de produção, aos outros trabalhadores e suas famílias, à capela e à casa-grande.

Ele se compreende como membro de um nós fortemente carregado de valores e relações do tipo comunitário. É bem verdade que neste ambiente ele não se apropria a não ser de uma parcela reduzida do produto de seu trabalho. Entretanto, as relações sociais em geral, inclusive as suas relações com o fazendeiro (ou seus prepostos), estão carregadas de significados peculiares dos valores e padrões de ação e pensamento específicos da fazenda, como sistema patrimonial de organização social da vida. Nesse ambiente predominam as relações face a face, características dos grupos primários. Por isso é que o fazendeiro (ou mesmo o seu preposto) pode ser compadre do lavrador (e do peão). Em nível ideológico, aí está o reino do valor de uso. Isto é, as relações de produção não são claramente vistas e avaliadas em termos da economia de mercado, de dinheiro. Apesar de produzir para o mercado, e ser alienado de boa parte do produto de seu trabalho, o lavrador (peão) não dispõe das condições sociais e culturais indispensáveis à compreensão da sua situação real. É apenas uma classe econômica, subalterna: vive na condição de uma classe-em-si." (IANNI, 1984:30).

O conhecimento da organização social e política que tem o caboclo-peão se limita à sua comunidade, e a autoridade que reconhece é a autoridade do coronel proprietário da fazenda.

Nesse sentido, é certo que há identidade entre o peão das estâncias do Rio Grande do Sul e o peão das estâncias da Região Serrana de Santa Catarina, no mesmo período que compreende a fase do coronelismo; ou antes, quando do mandonismo. Tanto naquele caso do Rio Grande do Sul, como neste, trata-se de estrutura de produção - pecuária - com base na grande unidade econômica.

O caboclo-peão, longe de ser um homem livre, é um homem limitado, confinado, tolhido nas suas potencialidades humanas.

Vive no interior da fazenda, tem sua casa (casebre) construída na fazenda - geralmente em pontos estratégicos para

o atendimento ao gado -, ou vive nos galpões da sede. Para FURTADO (1964), citado por IANNI (1984:120-121):

"(....) o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando numa parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida escapa ao sistema de normas que disciplina sua vida de trabalhador. Desta forma, a experiência da vida prática não lhe permite desenvolver-se como cidadão e ganhar consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social (....) Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma 'propriedade', razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez em face da presença ofuscante da autoridade privada."

Essa relação social do caboclo-peão com o fazendeiro, no conjunto das relações sociais, da região, é a predominante durante todo o período da Primeira República. Relação que já existia como predominante desde antes daquele período, e se estenderá, neste nível, até a década de 50, quando então o ciclo da extração da madeira se firma e toma o primeiro lugar em importância econômica.

A produção pecuária extensiva, que produzia aquele tipo de relação social, aquele tipo de trabalhador, era característica - e ainda hoje o é - das áreas de campos nativos. É principalmente na hoje denominada região homogênea dos campos de Lages que se estabelecem as grandes fazendas de criação extensiva de gado. \*

O caboclo-roceiro, por sua vez, vive "nas regiões mais íngremes". Isto é, naquelas áreas de terra inicialmente menos-prezadas por aqueles, interessados tão somente na criação de ga-

do. Áreas de matas e pinhais nativos, normalmente de topografia mais acidentada que as áreas de campos nativos, exigiam muito trabalho para o amansamento e a formação de pastagens. Estas áreas de terra, com estas características, se distribuem por todos os municípios da Região Serrana em maior ou menor extensão. Mas, em especial naqueles que compõem a subdivisão microrregional chamada hoje de Região Homogênea dos Campos de Curitiba. De solos mais propícios à agricultura, é exatamente onde a agricultura da Região Serrana mais tem se desenvolvido.

^ O povoamento e exploração dessas terras ocorre bem mais tarde que nas áreas de campos nativos. Isto é, primeiro se consolida a atividade econômica baseada na pecuária extensiva, própria da Região Homogênea dos Campos de Lages. Mas, a partir do início deste século é que são povoadas as terras, por exemplo, dos então distritos do município de Lages, como: São José do Cerrito, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, bem como o do ainda hoje Distrito de Bocaina do Sul. Este último, a partir da segunda metade da década de 20.<sup>^</sup>

Entretanto, quando afirmamos que essas terras vieram a ser povoadas somente mais tarde, não estamos absolutizando e, em especial, não estamos dizendo que eram terras de ninguém. Na verdade, tratava-se de grandes propriedades improdutivas.

"Bocaina do Sul, antes de nossos pais virem morar, era uma única grande invernada, de um único proprietário."<sup>12</sup>

Os demais municípios e distritos da região não fugiram muito à regra. A propriedade da terra já estava consolidada, primeiro com a Lei da Terra de 1850, depois com a Lei de 1893, que consolidava a propriedade do fazendeiro e facilitava a expulsão dos posseiros. Não eram muitas as áreas devolutas destinadas à promoção da colonização pelas Companhias Colonizadoras. Estas eram mais comuns em Curitiba.

Portanto, o caboclo-roceiro, no período da Primeira República, é, basicamente, o morador dos fundos de fazenda, que

morava com o "beneplácito" do coronel fazendeiro, é o posseiro de pequenos sítios no interior das grandes propriedades improdutivas. Em menor quantidade eram os caboclos proprietários de pequenos sítios. Os sitiantes. Eram também os posseiros das terras devolutas existentes.

O caboclo roceiro produz uma agricultura de subsistência, pouco ou quase nada integrado às relações de mercado. A este respeito, IANNI, em estudos sobre o lavrador, afirma que ele

\* "Produz principalmente para comer, viver, vestir, morar, criar. A terra para ele é natural, naturalmente. Ali o que interessa é o uso da produção. Para vender, não interessa grande coisa. Interessa vender um pouco, para comprar coisas na cidade: sal, açúcar, enxada, enxadão, foice, espingarda, chumbo, pólvora, panela, roupa, remédio. Mas, tudo isso dura bastante, porque o uso é pouco. Não tem porquê gastar muito, despropósito. O que chega, dá, suficiente." (IANNI, 1981:105-106).\*

Mas, se é verdade que até o final do século passado o caboclo-roceiro vivia de maneira quase que auto-suficiente enquanto produtor, e não sofria maiores assédios externos, a partir já do início do presente século, sua situação deixa de ser tranqüila.

- A partir de 1893, com a Lei Federal que fortalece os proprietários de terras nas relações de conflitos fundiários, junto com o parcelamento por herança das grandes áreas, os proprietários legais vão requisitando as terras e empurrando os caboclos;

- no Município de Curitiba, onde é maior a quantidade de terras devolutas e maior o índice de posseiros, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (1912-1916), milhares de caboclos-roceiros - posseiros - foram expulsos das margens da estrada numa extensão de até 15 km de cada lado;

- as relações comerciais vão entrando e tomando conta do espaço. De valor de uso começa a produzir mercadorias.

"-Devagar o comércio chega e vai entrando, crescendo, despropositado. Inclusive vai levando o produto do trabalho da família, do lugar, de todos. Cada vez sobra menos para cada família, no lugar. Mas a vida continua; de um jeito ou de outro, continua; a vida dura do posseiro da roça, roçado." (IANNI, 1981:106).

#### 1.4 FORMAS DE DOMINAÇÃO SOCIAL

Primeiro os mascates são os responsáveis pela introdução das relações mercantis na roça; e logo a cidade de Lages começa a delinear seu perfil de cidade-entreponto comercial para toda a região.

Existiram outras formas (não econômicas) de dominação social. A Igreja Católica tem papel de destaque na produção e na manutenção da dominação, segundo LIMA (1979), no Brasil Colonial e Imperial. Os padres eram quase que funcionários públicos. Neste aspecto, Igreja e Estado se confundem. No campo, a Igreja se apoiava e se confundia com as oligarquias rurais.

Ainda, segundo LIMA, com a proclamação da República, vem a separação entre Igreja e Estado. Nesta nova situação, a Igreja deixou de ser um instrumento direto de dominação do Estado, e passa a desempenhar sua nova tarefa: a romanização. Estabelece-se uma nova relação de dependência, agora com Roma. Ocorre a independência da Igreja em relação ao Estado e o retorno à religião oficial. Isto é, a religião católica vivida de forma brasileira tem que ceder lugar às regras de vivê-la impostas por Roma. Trata-se, no entender de RIBEIRO (1987), de uma passagem da religiosidade popular à Reforma Tridentina. Na sua opinião, o processo de romanização da Igreja Católica no Brasil articulava-se com o processo de expansão do capitalismo em desenvolvimento na Europa.

Assim, segundo LIMA (1979), Roma tratou de promover a desnacionalização do clero brasileiro, enviando ao Brasil pa-

dres de formação européia; a orientação ideológica era no sentido do anticomunismo e do antisocialismo. Segundo o autor, nessa fase a Igreja se adapta às transformações sociais advindas com a proclamação da República, procurando manter-se, no campo, ligada às oligarquias, abrindo-se às classes médias na cidade, de tal modo que as classes dominadas - caboclos do campo e trabalhadores da cidade - sofriam a religião oficial.

A romanização, ou europeização, na prática significou um violento combate da Igreja de Roma contra a religiosidade do caboclo brasileiro que, no seu sincretismo encontrava formas de resistir à dominação de classe que lhe era imposta no Brasil agrário. "A atividade religiosa é também uma forma de protesto. Por trás da aparente resignação que acompanha a reza, a procissão, a romaria e o movimento messiânico, está o descontentamento face às condições presentes de vida. E esse descontentamento tende a manifestar-se de modo inesperado quanto mais difíceis se tornam as condições sociais e econômicas de existência" (IANNI, 1984:123).

Na Região Serrana de Santa Catarina foram os padres franciscanos que desempenharam o papel de romanizar a Igreja Católica. A figura de frei Rogério, em especial se destaca como o típico incansável e eficiente pregador das verdades eternas que Roma ditava. Ordenado na Alemanha em 1891, logo vem para o Brasil para pregar.

Mas observa Frei Pedro Sinzig (1939), nas reminiscências de Frei Rogério, que a pregação das verdades eternas não impressionava os caboclos; a ignorância religiosa do povo era completa; os pais reagiam à doutrina católica para as crianças; os lageanos eram indiferentes à prática religiosa, ninguém se confessava, ninguém ia à missa; o caboclo não apeia do cavalo para o sinal da cruz que o frei imprime em sua testa; o povo, nos dias de festa, vem à Igreja, não para rezar, mas para se divertir (SINZIG, 1939).

Pelas estratégias de Frei Rogério, ainda podemos observar sinais da presença marcante da Igreja de Roma. Obstinadamente, ele parte à luta num grande intento: convencer o caboclo a "confessar os seus pecados" e aumentar a frequência às missas. Para isso, usa de todos os meios:

- com seus conhecimentos de medicina natural, passa a fornecer remédios de ervas aos caboclos, e a embrulhar junto a persuasão à confissão;

- constrói escolas para catequisar;

- reage às escolas sem religião;

- nega-se a sepultar os maçons defuntos. Era preciso dar exemplo aos vivos;

- permanece dias no interior, com os "caboclos rudes".

Verifica-se também que o referido frei teve papel importante na Guerra do Contestado, onde tentou convencer os sertanejos crentes de "São João Maria" a desistirem de sua luta e de sua fé no "falso santo". Neste acontecimento histórico, os franciscanos desempenharam papel de confiança das forças oficiais.

Na verdade, em todos os momentos, os franciscanos desempenharam papel de confiança das forças dominantes. Homens fruto de seu tempo, Frei Rogério e confrades se prestaram ao exercício da dominação ideológica, da imposição aos caboclos dos princípios da obediência cega, e portanto submissa, às leis de Deus. De forma verticalista, bem como convinha à ordem estabelecida na sociedade de classes. Foram, enfim, agentes produtores de cultura de submissão, em contrapartida à religiosidade popular como forma de protesto.

Outras formas de dominação são identificadas, tais como: Educação escolar, Imprensa e outros bens culturais.

**Educação Escolar:** Os filhos de fazendeiros tinham educação especial. A escola é particular. Primeiro, o "professor de fazenda", a partir da segunda metade do século XIX, supria a

demanda de ensino pelos filhos dos fazendeiros. "Professor particular, ambulante, o 'professor de fazenda', que nela ficava por alguns meses (...) e vivia mudando-se de uma para outra, onde houvesse filho de fazendeiro para ensinar a ler e a fazer as quatro operações" (COSTA, 1982:999).

A partir do final do século XIX (1882) até 1910, os lageanos, filhos de fazendeiros mais abastados, freqüentam o Colégio N. S. da Conceição, à margem do Rio dos Sinos, na cidade de São Leopoldo, dirigido pelos padres jesuítas. Já a partir de 1906 até 1932, quando é fundado em Lages o Colégio Diocesano, os lageanos abastados freqüentam o Ginásio Catarinense de Florianópolis, também dirigido por jesuítas, como o de São Leopoldo. Também reservado às elites dominantes, existiu em Lages, desde 1896, fundado por Frei Rogério Neuhaus, até o início deste século, o Colégio São José, dirigido pelos franciscanos.

As filhas dos fazendeiros abastados - embora em número menor do que os filhos homens - estudavam em escolas particulares, inicialmente no Colégio São José, de São Leopoldo, das Irmãs Franciscanas, e depois, a partir de 1901, no Colégio Santa Rosa de Lima, das Irmãs da Divina Providência, em Lages.

É nestas escolas, de disciplina rígida e de currículos densos, especialmente na área das ciências humanas, que são formadas as elites dominantes da Região Serrana de Santa Catarina. Aos demais, restava a opção das poucas e pobres escolas públicas ou algum outro estabelecimento de ensino particular (aula particular) de menor importância.

Do mesmo modo, por esta via da escola, as elites dominantes se mantinham ligadas ao movimento cultural e político nacional, enquanto ao mesmo tempo mantinham isolados os diversos setores subalternos da população.

A Imprensa: Mais de uma dezena de jornais, com maior ou menor tempo de vida, existiram desde 1883, quando da fundação de O Lageano, primeiro jornal editado em Lages, até o final da



Primeira República. Todos, sem exceção, ligados a interesses de grupos dominantes da sociedade local. Assim, por exemplo, o Eco da Serra, em 1885, era um veículo dos conservadores (Partido Conservador), que suscitou, em 1886, a fundação de O Escudo, pelos liberais. O Gazeta de Lages, em 1892, era o veículo dos republicanos e o Rebate, em 1893, era o veículo dos republicanos federalistas; o Imperial, de 1901, defendia os interesses maçônicos. Em 1902, surgiu O Cruzeiro do Sul, sob a direção de frei Pedro Sinzig. Em 1924, surge A Época, ligado a um segmento da família Ramos (Aristiliano), que se encontrava aliado do bloco do poder que ocupava a Prefeitura. Os nomes de maior destaque nesses jornais, especialmente os articulistas, são os mesmos alunos e ex-alunos dos colégios de São Leopoldo e Florianópolis.

Outros bens culturais: A música, o teatro e o cinema eram bens culturais reservados ao consumo dos mais abastados. Atividades não proibidas, mas seletivas, pelo custo ao consumidor. Os fandangos, bailes populares à base de sanfona, que por tradição sempre foram uma atividade cultural e de lazer mais própria das classes subalternas, sofriam as restrições. A Câmara Municipal estabelece que:

"É absolutamente proibido, dentro da cidade, todos os divertimentos caseiros conhecidos com o nome de fandangos, sem licença da autoridade policial, pelo que pagará o impetrante à Câmara Municipal a quantia de 10\$000 réis. O contraventor será multado em quantia igual ao imposto e o dobro em reincidências e não tendo com que pagar sofrerá quatro dias de cadeia." (COSTA, 1982:1103).

Assim, nos anos 30 deste século, confirmando um processo histórico de mais de 160 anos, chega-se, na Região Serrana de Santa Catarina, a uma situação bem definida quanto às classes sociais fundamentais e suas relações. Tem-se uma classe dominante, com elites dirigentes muito bem preparadas, capazes de

sustentar a "unidade, ainda que relativa, entre a teoria e a prática" e "classes dominadas ou 'subalternas' (que) participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes" (GRUPPI, 1980:69).

Em conformidade com GRAMSCI (1984:16), cabe às classes dominantes a tarefa de conservar a unidade de ideologia de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia. Na posição gramsciana, "a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica - ainda inconsciente - das classes subalternas" (GRUPPI, 1980:67-69).

Através desses diversos canais - e certamente com a contribuição de outros que uma investigação mais rigorosa evidenciaria - vimos "a ideologia das classes dominantes chegar às classes subalternas", onde construiu "a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia" (GRUPPI, 1980:68).

Chegamos, portanto, aos anos 30, numa situação de hegemonia da classe dominante. Fazendo uso de GRAMSCI, podemos afirmar que hegemonia é:

"capacidade de unificar, através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica e cultural -, consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda (...)" (GRUPPI, 1980:70).

Naquela situação de classes sociais historicamente produzida, ficava muito difícil, quase impossível, a emergência e organização de qualquer ação social consciente no sentido de transformações estruturais - no sentido do rompimento do bloco histórico estabelecido e no encaminhamento do processo de cons-

trução de um novo bloco histórico. E, de fato, não se tem notícias de acontecimentos históricos apontando nessa direção; nem até 1930, nem até muitas décadas posteriores, como veremos. As classes subalternas da região se reduziam à condição de classe econômica, classe-em-si.

Mas é, em parte, neste contexto histórico que irrompe a Campanha do Contestado - 1911-1916. De fato, apenas parte da Região Serrana, que delimitamos para efeito deste trabalho, serviu de cenário à Guerra do Contestado. Nessa região, o município de Curitibanos foi o cenário principal.\*

Portanto, justamente na parte da Região Serrana - Região Homogênea dos Campos de Curitibanos -, onde era maior a concentração de pequenos posseiros, "em geral essa gente usufruía a terra, não lhe importando ser proprietário, pois - a nosso ver -, na cultura do caboclo, a terra é um bem comum, que não se apropria individualmente, mas se usufrui apenas. Da natureza se tirava o sustento da vida precária" (RIBEIRO, s.d.).

Nessas condições de reprodução da existência, esse caboclo está menos sujeito à dominação econômica a que está exposto o peão da fazenda. De qualquer modo, não apenas o caboclo-roceiro-posseiro participou diretamente da Campanha. Outros segmentos das classes subalternas da região participaram. Ao mesmo tempo, do ponto-de-vista dos movimentos populares atuais de toda a Região Serrana, o Contestado é um acontecimento histórico de suma importância. Resgatar a historicidade do Contestado é estratégico no processo de traçar perspectivas históricas para os atuais movimentos populares emergentes.

Entretanto, em que pese as dimensões de verdadeira catástrofe daquela guerra, onde somente "com o sangue inocente de milhares de caboclos e o de entre 3 a 8 mil soldados da polícia e do exército [(quase todo o efetivo nacional da época)], [é que] se impôs a pacificação do Contestado." (RIBEIRO, s.d.). Em que pese tenha sido uma explosão de uma (ou de umas) das forças - de subalternos -

articuladas naquele grupo de forças heterogêneas que constituía o quadro de hegemonia, não chegou o Movimento do Contestado, na leitura que dele fazemos, a provocar uma crise na ideologia dominante, capaz de levar à recusa de tal ideologia, fato que iria coincidir com a crise política das forças no poder (GRAMSCI).

Em resumo, o movimento foi massacrado pelos blocos dominantes, de nível local e nacional, antes que a supremacia desses blocos fosse ameaçada. Tal massacre foi possível não só pela superioridade militar dos blocos dominantes, mas também pelo fato de o movimento não ter tido condições históricas de ir para além de seu caráter messiânico.

\* O Contestado foi um movimento messiânico. Um fenômeno religioso que moveu milhares de caboclos - diretamente envolvidos ultrapassou os 20 mil que, de repente, se puseram em luta de vida ou morte liderados pelo monge José Maria, numa "guerra santa". O misticismo é que foi o espaço de unidade e de coesão militar interna dos caboclos em guerra.\*

O caboclo atuava militarmente, mas sem consciência teórica crítica de sua ação.

"O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma consciência clara desta sua ação, que não obstante é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir." (GRAMSCI, 1984:14).

Este contraste entre o pensar e o agir - uma consciência contraditória, a

"coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada nas palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva, (...) significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) toma emprestada a outro grupo social, por

razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele (o primeiro) grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em 'épocas normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada." (GRAMSCI, 1984:14).

O movimento messiânico do Contestado foi assim. Os caboclos tomaram de empréstimo de monges as concepções místicas para explicar e enfrentar a realidade de exploração econômica e espoliação de direitos em que viviam. Tomaram de monges e de outros intelectuais projetos políticos que lhes eram estranhos, a defesa da monarquia, por exemplo.

Mas o próprio GRAMSCI (1984:15) alerta que o grupo que toma de empréstimo as concepções "tem uma concepção própria do mundo ainda que embrionária". Para ele, "quando o contraste se verifica nas manifestações vitais de grandes massas (....) não pode deixar de ser expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social".

Portanto, mesmo numa situação de hegemonia de classe, onde

"as classes subalternas são dominadas por uma ideologia que as atinge através de mil canais, sob a ação das classes dominantes, o fato é que as necessidades efetivas, as reivindicações inclusive relativamente espontâneas das classes subalternas impulsionam tais classes à ação, a lutar e a movimentar, a um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção do mundo no qual foram educadas." (GRUPPI, 1980:68).

No caso do Contestado não nos parece difícil constatar que a contradição se evidenciou no campo ideológico - o misticismo foi a manifestação (social e cultural) evidente da contradição com a ideologia dominante. Mas que as raízes da contradição real se encontram no campo das necessidades materiais,

da estrutura econômica, isto é, estão na exploração econômica e na espoliação dos direitos as raízes da mobilização dos caboclos na "guerra santa".

"Só teremos compreendido profundamente o que houve nos sertões do Paraná e de Santa Catarina se considerarmos os fenômenos aí registrados como decorrentes de uma crise de estrutura. Acumularam-se através dos anos problemas sociais de toda espécie, nunca resolvidos, agravaram-se os conflitos latentes entre várias classes e camadas, e assim foram geradas fortíssimas tensões (....) Podemos assegurar que (as tensões sociais havidas) no Contestado se originaram principalmente no anseio de terras, de bem-estar e de segurança que era sentido pelo povo sertanejo; mais ali do que em qualquer outra parte do Brasil porque, entre outros motivos, se assistia à entrega de lotes a colonos estrangeiros. Esta aspiração coletiva se chocava com a organização social e política representada pelos coronéis, a qual não apenas negava os meios institucionalizados de satisfazer às necessidades da massa sertaneja, como até privava da terra muitos que já a possuíam. Tal era o conflito básico que provocava as maiores tensões, as quais se tornavam tanto mais acirradas quanto, na situação, se introduziam sentimentos nativistas, uma vez que a terra era entregue não a simples colonos - muitos dos quais, apesar de tudo, permaneceram despojados e vieram a participar da luta - mas a grandes companhias como a Brazil Railway e a Lumber." (IANNI, 1984:122).

Concluindo, retomamos a afirmação anterior de que o movimento do Contestado foi massacrado militarmente, isto é, a dominação foi mantida à força pelos blocos de poder. Os subalternos, no movimento, não tiveram condições de contrapor à direção intelectual e moral dos blocos dominantes uma capacidade dirigente própria.

"A hegemonia avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral daquela

que, até tal momento, era uma classe subalterna." (GRUPPI, 1980:79).

Não houve condições intelectuais de elaboração da unidade da teoria e da prática. "(....) Uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus colaboradores." (GRUPPI, 1980:80).

"(....) uma massa humana não se 'distingue e não se torna independente 'por si', sem se organizar (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica." (GRAMSCI, 1984:21).

Ao invés, serviu-se do messianismo, a consciência possível naquelas condições dadas.

"O movimento (messiânico) sempre tem a mesma forma: a) um indivíduo religioso é levado a profetizar; b) apresenta-se como um enviado divino e anuncia os últimos tempos; c) agrupa indivíduos e investe-os de poder místico e d) coloca-os dessa maneira acima das autoridades religiosas." (RIBEIRO, s.d.).

E o messianismo foi combatido pelas forças dominantes não apenas militarmente, mas simultaneamente, fazendo crer a toda a população do Contestado, com a propaganda, que o movimento era um movimento de fanáticos, indolentes e inativos. De forma que os grupos dominantes impuseram ao caboclo do Contestado - ao que restou vivo - também a sua direção intelectual e moral, mantendo, assim a supremacia<sup>14</sup>. A luta passa a ser identificada pelo caboclo como sinônimo de derrota e se mantém, assim, passivo, submisso; pelo menos aparentemente, e até que novas condições históricas, capazes de fazê-lo ressurgir das cinzas, se criem e/ou sejam criadas.

## NOTAS

- (1) "A fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, em 1766, pelos bandeirantes paulistas, tendo à frente Antonio Correia Pinto de Macedo, a mando do português Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, está ligada à necessidade sentida pelos portugueses de se instalar na região um posto militar avançado. Era preciso prevenir-se contra possíveis avanços dos castelhanos. Assim, a fundação de Lages se justificava também por um objetivo político-militar, qual seja facilitar a ligação com as posições estratégicas da Colônia do Sacramento, fundada ao norte do Rio da Prata." (SCHERER et alii, 1988).
  
- (2) Em estatística de 19.03.1883, levantada pela Câmara de Lages, entre outros itens, destacamos: "18º - Situação da lavoura? Resposta: pouco representa. Seus principais produtos são: milho, feijão, batata, trigo, erva-mate e fumo. 19º - Existe cana-de-açúcar? Resposta: ainda em experiência. Há três ou quatro engenhos nos Baguais. A produção não cobre o consumo. 21º - Qual a importação e a exportação? Resposta: exporta em grande escala: gado de corte, queijo, charque, erva-mate, couro, cabelo e fumo." (COSTA, 1982).  
Num relatório da Câmara do Município ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datado de 19.04.1887, encontramos: "Importação: consiste em farinha de mandioca, açúcar, arroz, café, panos, ferragens, vidros, drogas, tinta e outros objetos, vindos da (...) Província do Rio Grande do Sul, da capital desta, da cidade de São José e de outras povoações do litoral". (COSTA, 1982).
  
- (3) O Coronel Vidal Ramos Júnior, um dos patriarcas da oligarquia dos Ramos - um coronel dos coronéis - foi Governador do Estado de Santa Catarina de 1902 a 1905 e de 1910 a 1914.
  
- (4) Para LEAL (1986), o coronelismo é o resultado "da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia é fenômeno típico da nossa história colonial. É, antes, uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja,



uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Por isso mesmo, o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado". (LEAL, 1986:20).

Noutro momento de sua obra, LEAL refere-se ao "sistema de reciprocidade" como um "aspecto importantíssimo do coronelismo", onde, para ele estão: "de um lado, os chefes municipais e os coronéis que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças. É claro, portanto, que os dois aspectos - o prestígio próprio dos coronéis e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga, são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados". (LEAL, 1986).

- (5) Para alguns autores, como CARVALHO (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC), o fenômeno do coronelismo é limitado a uma fase distinguível do processo político brasileiro. A República é o regime característico do coronelismo, embora suas origens estejam no Império e na Colônia. Demarca como o fim do coronelismo o início da fase da revolução burguesa de 1930.

Para LEAL, o coronelismo tem início com a decadência do mandonismo, que faz o coronel sentir a necessidade de estabelecer compromissos com o Governo do Estado. Surge, portanto, a partir da expansão do poder estatal (fator político), e da tendência econômica de decadência da agricultura (fator econômico). De um lado, surgem os governos estaduais no lugar das antigas províncias, totalmente eleitos e com amplos poderes políticos decisórios; e, de outro lado, inicia-se a decadência dos senhores da terra.

Primeiro, a abolição do trabalho escravo (1888) e o advento do trabalho livre, e, logo depois, a proclamação da República (1889). O primeiro fato histórico significa a extração de boa parte de poder do coronel, o poder de vida ou morte sobre os trabalhadores - característica do mandonismo local -; o segundo dá importância ao voto dos trabalhadores rurais. O coronel não tem mais escravos ou "sub-escravos" para exercer o mando absoluto, mas é ele quem controla os votos dos trabalhadores rurais - "voto-cabresto", que caracteriza o coronelismo. (LEAL, 1986).

- (6) Mas, se conforme CARVALHO (CPDOC), o início da fase da revolução burguesa de 1930 marca de fato o fim do coronelismo enquanto estrutura de poder que permeava todos os Estados e toda a Nação Brasileira, o mesmo não ocorre em todo o país, pelo menos nas estruturas de poder local. Na análise de JANOTTI (1987:80), "(....) o poder local não se enfraquece com a mesma intensidade em todo o país. Ele se mantém, sob nova roupagem, ou se extingue nas áreas de maior concentração urbana, persistindo, nos mesmos moldes, em regiões de economia tradicional. Neste sentido, a Revolução de 30 apenas representa um momento em que se dá um novo pacto social, onde as oligarquias não estão ausentes".
- (7) "O vocábulo coronelismo, introduzido desde muito tempo em nossa língua, com acepção particular (....) deve incontavelmente a remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos coronéis da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocuparam nela tal posto, o tratamento do coronel começou desde logo a ser dado pelos sertanejos, a todo e qualquer chefe político. (....) A Guarda Nacional nasceu no dia 18 de agosto de 1831, tendo tido o padre Diogo Antonio Feijó como pai espiritual (....). Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de coronel era geralmente concedido ao chefe político da comuna (....). Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial - tal estado de coisas passa da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a criação de Feijó!" (LEAL, 1986).
- (8) O mesmo Decreto criou o Exército Nacional de 2ª Linha, e pelo artigo 22, ressalva os direitos e prerrogativas dos oficiais da Guarda Nacional, mediante a prestação de provas. (COSTA, 1982:286).
- (9) A 6ª Brigada de Cavalaria tinha por coronel-comandante o tenente coronel Belisário José de Oliveira Ramos. Belisário, que já em 1892 a 1895 tinha sido presidente do Conselho Municipal - poder executivo na época, que logo passou a superintendência -, assume em 1902 o cargo de Superintendente de Lages para deixá-lo somente em 1922. Um dos capitães-adjuntos do Estado-Maior da 6ª Brigada era Caetano Vieira da Costa. Este foi deputado estadual por várias legislaturas, secretário-geral do governo estadual por duas vezes, durante anos, na Primeira República, e Superin-

tendente do Município de Lages de 1927 a 1930.

O 11º Regimento da 6ª Brigada de Cavalaria tinha como tenente-coronel comandante o Major Vidal de Oliveira Ramos Júnior que em 1903 foi promovido a coronel-comandante da 1ª Brigada. Vidal foi Superintendente do Município de Lages de 1895 a 1902; nesse ano foi eleito vice-governador do Estado e substituído na superintendência por seu irmão tenente-coronel Belisário. Ainda em 1902, Vidal assume o cargo de governador e o exerce até 1905. Em 1910 volta para assumir o cargo até 1914. Durante o período da Primeira República foi também deputado estadual, deputado federal e senador.

O coronel-comandante Vidal, ao assumir a 1ª Brigada, nomeou para seu Estado-Maior, entre outros, os oficiais capitão-assistente Octacílio Vieira da Costa; para o comando do 1º Regimento de Cavalaria, o tenente-coronel João José Theodoro da Costa, que designou para major-fiscal o capitão Caetano Vieira da Costa.

Octacílio Vieira da Costa foi superintendente-substituto, nomeado por seu sogro, o superintendente tenente-coronel Belisário Ramos. Foi deputado estadual por cinco legislaturas e deputado federal durante a Primeira República.

João José Theodoro da Costa, dentre outros tantos postos de comando na política municipal, assumiu a presidência do Conselho Municipal de 1900 a 1905.

- (10) Ambas as famílias, Costa e Ramos, se constituíam em protótipos acabados da oligarquia rural de prática coronelista do Brasil das primeiras décadas do século atual. Ocuparam alternadamente ou codividiram o poder público municipal de Lages desde a Proclamação da República até 1973.
- (11) "Pensar o povoamento da 'Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens' é necessário encará-lo não só da perspectiva da defesa do território contra o inimigo castelhano, como comumente tem sido abordado pela historiografia oficial, mas resgatar toda uma problemática de ordem sócio-econômica que o Brasil-Colônia engendrou pela adoção do trabalho escravo numa economia assentada no latifúndio e voltada para o mercado externo. Daí ocorre a existência de uma imensa quantidade de pessoas sem razão de ser para o sistema, paridas pelo próprio sistema, como caboclos, pretos forros, brancos pobres, que engrossavam o contingente de pessoas a serem utilizadas na fundação de vilas pelo interior da colônia. A ordem expedida pelo Morgado de Mateus a Antonio Correia Pinto de Macedo, em 1776, deixava clara a intenção de aproveitar "os forros carijós administrados, que tiver notícia andam vadios e não têm casa nem domicílio certo e nem são úteis à

República (?)". Dessa forma a "Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens", a partir de sua fundação, e em outros momentos, constituiu-se num grande sorvedouro de desclassificados sociais, a exemplo de outras regiões da Colônia.

A disputa pela Colônia do Sacramento, envolvendo Portugal e Espanha (1777), coloca a Vila de Lages como ponto obrigatório de passagem das tropas de Sua Real Majestade, tropas formadas por velhos, doentes e mendigos, que, embora considerados inúteis, transformavam-se em úteis e muitos deles desertavam do corpo das tropas. E outros eram absorvidos na própria região pelos mandantes locais. Antonio Correia Pinto de Macedo foi um dos mandantes que absorveu uma parte daqueles viventes.

A deflagração do Movimento Farroupilha e da Revolução Federalista de 1893 recolocaria Lages na mesma condição de outrora: a de absorver desertores. E muitos soldados, tanto das tropas legalistas, quanto dos rebeldes aqui encontravam abrigo. Os que não se rebelavam contra a opressão e a exploração dos ricos proprietários de terras eram incorporados à ordem sócio-econômica vigente, trabalhando como agregados e peões, onde as relações de compadrio e o paternalismo lhes possibilitava a visão de um mundo formalmente livre.

Já nos anos iniciais do século XX, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul pela empresa norte-americana Brazil Railway Co., o Planalto Serrano catarinense recebe aproximadamente 10 mil homens que foram obrigados a servir como força de trabalho na construção da estrada de ferro." (SERPA, 1989).

- (12) Conforme depoimento de um agricultor de Bocaina do Sul - Lages.
- (13) Segundo COSTA, "o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em prospecto relativo a 1899, lecionava as seguintes disciplinas para o Curso Secundário: Religião, Português (com literatura), Latim, Alemão ou Inglês, Francês, Geografia, Matemática (inclusive Mecânica e Astronomia), Desenho, História Natural, Física, Química e Lógica". (COSTA, 1982:1006).
- (14) "A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter, inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Supremacia é o domínio e a direção. Pode-se dizer que é domínio e hegemonia." (GRUPPI, 1980:78).

## 2 MOMENTOS EXPRESSIVOS HISTORICAMENTE PRODUZIDOS\*

- 1930/1983 -

Parece não muito problemático, a partir de uma leitura dos principais movimentos da história da Região Serrana de Santa Catarina, concluir-se que ao final dos anos 20 deste século, a região já contava com a definição do tipo humano de trabalhador que viria predominar nos anos subseqüentes: o caboclo serrano (peão e roceiro) forjado na história continuará o tipo predominante de trabalhador na roça e na fazenda: será também o principal elemento humano trabalhador na indústria da madeira. Segundo levantamento feito por MARTENDAL (1980:48), "apenas 8,3% dos trabalhadores da indústria madeireira não são caboclos".

Comparada com outras regiões do Estado de Santa Catarina, a Região Serrana recebeu levadas pequenas da imigração européia do final do século passado e início deste século<sup>1</sup>. Além de pequena quantidade, ou exatamente por isso, estes imigrantes receberam mais influências (culturais) dos caboclos do que a eles influenciaram. Percebe-se, hoje, na Região Serrana, um tipo descendente de imigrante "acaboclado".

Parece também que não seria forçado afirmar que este caboclo se constitui num tipo de indivíduo de grande bravura, no

\*Reafirmamos que nossa preocupação com o período que antecede a 1983 se limita a evidenciar elementos da História da Região Serrana de Santa Catarina essenciais para a discussão do período subseqüente, cenário histórico do objeto desta dissertação. Entretanto, é necessário certo rigor nos critérios de mapeamento desse período, tal é sua importância na produção histórica do período atual.

geral um destemido. Mostrou-se valente e temido guerreiro nos conflitos de que fez parte - no Contestado foi um bravo. Tem sido muito comum em toda a história da região as disputas de valentia entre caboclos - intrigas que se arrastam ao longo do tempo entre famílias, com sucessivos entreveros resultando normalmente em baixas para um ou ambos os lados.

Portanto, de um lado, constatamos um tipo humano dado às "peleias" - um indivíduo bravo, guerreiro, - capaz até de sustentar "guerrras messiânicas", como o fez no Contestado; do outro lado, a história desse caboclo trabalhador coletivo desde o Contestado é uma história de submissão e passivismo. Na cidade e no campo, na história da Região Serrana de Santa Catarina, estiveram ausentes todas as grandes lutas operárias e as grandes lutas camponesas de âmbito nacional que marcaram outras regiões do país. Somente agora, nesta década, os trabalhadores da região se integram - organizados enquanto classe para si - a lutas populares regionais com características nacionais.

Partimos do suposto que a postura submissa, e até passiva, dos trabalhadores - ou das classes populares em geral - da Região Serrana em seu conjunto é a expressão histórica das relações dos poderes políticos e econômicos que se interagem dialética e organicamente em processos de dominação política e expropriação econômica a que sempre estiveram expostos, acabando por constituir-se em classes subalternas.

Côm GRAMSCI (In: PORTELLI, 1983:30), podemos entender a dominação política, enquanto função do Estado, que corresponde à coerção "para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento". O Estado, enquanto sociedade política, aparece com a função do exercício da manutenção, pela força da ordem estabelecida. "Nesse sentido ela (a sociedade política) não se limita ao simples domínio militar mas igualmente ao governo jurídico, força 'legal'". Assim:

"A sociedade política possui, pois, característi-

cas bem definidas: agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, que dizem respeito à função de coerção. Nesse sentido, ela é um prolongamento da sociedade civil; (...) o momento político militar é o prolongamento e concretização da direção econômica e ideológica que uma classe exerce sobre a sociedade." (PORTELLI, 1983:31).

Estado também entendido enquanto sociedade civil é definido em GRAMSCI como "o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade" (In: PORTELLI, 1983:22), a direção moral e intelectual de uma determinada sociedade. Portanto, o Estado é entendido no sentido gramsciano de Estado ampliado (sociedade política mais sociedade civil). Equivale dizer que o processo de dominação política, enquanto função do Estado, se concretiza no seio da superestrutura.

A outra face da dominação/submissão, a "expropriação econômica", entendemos enquanto processo de apropriação privada - que leva à acumulação - do sobretabalho social por parte de grupos minoritários em sistemas sociais determinados, onde lhes são favoráveis as relações de forças. Processos que ocorrem, portanto, no meio da estrutura econômica, visto que as relações de forças sociais estão

"(...) estritamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, (...) (e é aí) na base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção (que) obtém-se os grupos sociais (e) cada um dos quais representa uma função e tem uma dada posição na própria produção." (GRAMSCI, 1978:192).

Para GRAMSCI (In: PORTELLI), a relação entre os poderes políticos - a superestrutura e os poderes econômicos - estrutura - é uma relação orgânica e dialética que age no sentido da formação do bloco histórico:

"Essa organicidade é definida abstratamente (...)

como a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites do desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais (os intelectuais)<sup>2</sup> (...). Enfim, a relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu complexo: durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi constantemente sobre a atividade superestrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. É ele que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente; no seio da superestrutura, então, desenrola-se o essencial do movimento histórico e a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural. A fraqueza ou importância desta última podem, inclusive, limitar a evolução da estrutura, seja mantendo o antigo bloco histórico, seja não superando o nível trade-unionista da correlação de forças." (PORTELLI, 1983:47 e 56).

Com tais pressupostos, tentaremos analisar o processo histórico de dominação/submissão - as relações de forças - na relação das classes sociais identificada na Região Serrana de Santa Catarina. Estamos cientes do risco ao qual GRAMSCI (1978:190) alerta sobre análises histórico-políticas, em saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico (relativamente permanente) e o que é ocasional (conjuntural). Entretanto, é necessário correr o risco, visto que importa-nos fundamentar historicamente uma prática concreta atual.

Dada esta intenção, desenvolveremos o estudo tendo por base a história da região, dividida em períodos, que retratam as diversas formas de expressão do autoritarismo como uma mediação dos blocos históricos de dominação de classe. Neste caso, o "coronelismo", o "populismo", a "tecnocracia", que são



identificados como expressão do autoritarismo - expresso fundamentalmente na superestrutura política - tomados como "reflexos do conjunto das relações sociais de produção", considerando que num primeiro momento estes elementos agem sobre as forças sociais de produção, na tentativa de perpetuação do bloco histórico.

Nesta relação orgânica, entre o político e o econômico, durante o primeiro período de autoritarismo, que classificamos como mediado pelo "coronelismo", serão destacados momentos historicamente expressivos, particularmente ao nível da estrutura econômica. São momentos delimitados não necessariamente a partir de marcos históricos, que aparecem em primeiro plano como de peso local; mas sim marcos históricos como expressão de relações mais amplas, embora a situação que interessa ser compreendida é a local - Região Serrana de Santa Catarina.

## 2.1 ECONOMIA DECADENTE, CORONELISMO VIGOROSO, TRABALHADOR SUBMISSO - 1930/1945 -

No capítulo anterior, situamos a Revolução de 30 como o marco da decadência do coronelismo no Brasil. Em Santa Catarina, mais especificamente na Região Serrana, é possível verificar que o domínio das relações coronelistas é fortemente mantido no período pós-revolução. Só identificamos como data-símbolo da morte do coronelismo na sua forma original na região o ano de 1972 (novembro) quando é eleito à prefeitura de Lages o primeiro e legítimo representante do populismo de caráter urbano, Juarez Furtado. Em nome do eleitorado urbano, Furtado substitui o último representante da oligarquia dos Ramos, Áureo Vidal Ramos, que ocupou aquele cargo em nome do eleitorado ainda de características rurais. O coronelismo pressupõe, conforme LEAL (1986), a decadência do senhor de terra, que perde o seu poder na medida do fortalecimento do Estado; ao mesmo tempo o coronelismo funciona como mecanismo de conservação de um certo poder privado resi-

dual, e este processo de conservação do poder privado residual se dá com o uso do poder que o Estado empresta. O Estado - o Governo -, por sua vez, não prescinde, ainda, daquele poder privado residual. Daí a continuidade da relação de compromissos mútuos. Nessas condições,

"(....) o coronelismo (....) pressupõe a decadência da nossa estrutura agrária; é preciso notar, porém, que nesse processo de decadência, há um ponto ótimo para o desenvolvimento pleno do sistema, o qual, por sua vez, procura estabilizar aquela situação favorável e consolidar, por meios políticos, o poder privado residual que o caracteriza (....) O fortalecimento do poder público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do coronelismo; tem, ao contrário, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancial na barganha que o configurava. Os próprios instrumentos são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos 'coronéis'." (LEAL, 1986:252 e 255).

Foram, certamente, os meios políticos utilizados pelas oligarquias locais instrumentos básicos de sobrevivência ao seu poder privado na Região Serrana. Se a partir do final desse período a oligarquia dos Ramos - a dominante - e outros parceiros já deixavam de ser um grupo parental, senhores de terras, aparece de todo modo, como grupo político, com seus líderes e intelectuais bem definidos, e isto possibilitava a manutenção do "ponto ótimo para o pleno desenvolvimento do sistema" - o coronelismo.

Parece-nos evidente, de qualquer maneira, que a alteração da estrutura agrária é condição importante para a decomposição do "coronelismo". O processo de desagregação dessa estrutura tem sido lento.

"Essa estrutura continua em decadência pela ação

corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma provi-  
dência política de maior envergadura procurou mo-  
dificá-la profundamente, como se vê, de modo sin-  
tomático, na legislação trabalhista, que se detém,  
com a cautela, nas porteiras das fazendas. O re-  
sultado é a subsistência do 'coronelismo', que se  
adapta aqui e ali, para sobreviver, abandonando os  
anéis para conservar os dedos." (LEAL, 1986:256).

O município de Lages é exemplo de morosidade na desagrega-  
ção da estrutura agrária de base na grande propriedade e pe-  
cuária extensiva; daí a sobrevivência do "coronelismo" por tan-  
to tempo. Podemos dizer que o "coronelismo", enquanto força po-  
lítica hegemônica na Região Serrana, desapareceu com o fim da  
oligarquia dos Ramos, mas ainda subsiste como forma de manifes-  
tação de poder. Com isso, entendemos o "coronelismo" num proces-  
so evolutivo que tem suas raízes no mandonismo. A União Demo-  
crática Ruralista (UDR), no ano de 1988, não deixa de ser uma  
forma de "coronelismo" ou, se preferirmos, um "neocoronelismo".

Convém, entretanto, distinguir neste longo período de  
vivência do coronelismo, diferentes formas de sua expressão.  
Processos de mutação da forma de exercício do autoritarismo das  
classes dominantes sobre as classes subalternas. O que podería-  
mos chamar de coronelismo/clientelismo, uma forma de expressão  
do "coronelismo" em sua fase final de existência, na qual a má-  
quina pública é o principal instrumento do "coronel" na presta-  
ção de favores à "clientela" - base social de sua sustentação  
no poder.

Em toda a Região Serrana de Santa Catarina, Lages é o  
município-pólo de influência política, ou seja, a sede das oli-  
garquias de maior poder e influência na região. A oligarquia  
dos Ramos, alijada que estava do poder público municipal há  
cerca de uma década, reassume em 1930, para só deixá-lo em  
1973. Até 1947, na condição de interventora, o que facilitava o  
manuseio da máquina pública de forma mais coerente com os prin-  
cípios dos que sustentam o "coronelismo". A partir de 1947, a

ocupação do cargo de prefeito se dá através de eleições municipais - agora, sob as condições de relações econômicas e sociais menos patrimoniais que na Primeira República, quando também já se "elegiam" os prefeitos (superintendentes) fortalecedores da prática do clientelismo.

Nos anos 30-45, que poderíamos chamar a primeira fase da revolução burguesa no Brasil, esta não esteve tão presente na Região Serrana de Santa Catarina.

No nível local, é um período que se caracteriza pela intensificação de uma crise na produção pecuária, que teve início nos primeiros anos da década de 20. Apesar da crise na pecuária, base estrutural do "coronelismo", este tem um momento de revigor, pois o controle do poder público no nível local e no nível do Estado Federado volta às mãos da oligarquia dos Ramos, que o exerce no sentido de revitalizar, desde o seio do Estado, as suas situações privadas. Agora, com maior nitidez, é menor o poder privado (a posse da terra) que dá sustentação ao poder político (de dominação) do "coronel", e maior o poder público, do qual o coronel dispõe, para distribuir graças aos amigos e "desgraça" aos adversários. Por outro lado, neste período não se tem notícias de movimento popular algum, seja de caráter messiânico ou de qualquer outra natureza; e isto nos leva a crer que setores das classes subalternas na região passavam por um período de assimilação de derrota - militar e política -, ainda reflexo da derrota na campanha do Contestado<sup>3</sup>; outros setores sofriam reflexos da crise na pecuária e a falta concomitante de outras alternativas econômicas que acaba por excluir trabalhadores. E todos os setores subalternos estavam sofrendo forte pressão ideológica pela intensificação das relações no interior da sociedade civil, notadamente a partir da ação institucional e evangelizadora da Igreja Católica e da expansão do ensino.

Assim, temos que na história do Brasil Republicano a revolução de 1930, com Getúlio Vargas, significou o fim da política de oligarquias rurais, de base coronelista, e o início, propriamente, da afirmação de uma política burguesa, de base urbano-industrial. "A Revolução de 1930 representou uma vitória da cidade sobre o campo, isto é, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais." (IANNI, 1977:117). Assim, chega-se até a eleger-se a queda de Flores da Cunha do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1937, como o símbolo do término definitivo da política dos Coronéis.

"(....) o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês (em grifo nosso) como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. Enquanto manifestação e agente das rupturas estruturais internas e externas, a Revolução implicou uma derrota (....) do Estado 'oligárquico'." (IANNI, 1977:14).

Mais adiante, IANNI (1977:18), falando do significado da Revolução de 30, conclui:

"(....) a Revolução de 1930 (que depôs Washington Luiz) representa uma ruptura política e, também, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. Aliás, é o próprio Estado oligárquico que se rompe inteiramente, pela impossibilidade de acomodarem-se e conciliarem-se os contrários, liberados pela crise política e econômica mundial e interna."

Por este mesmo caminho trilha OLIVEIRA (1984), quando analisa o processo político e econômico da Primeira República, que desembocou na Revolução de 1930. Para ele, o Brasil dos anos que antecederam a Revolução foi marcado por uma economia agro-exportadora, que bloqueava o desenvolvimento do capitalis-

mo urbano industrial. No seu entender,

"(....) enquanto se inviabilizava em si mesma, a economia agro-exportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinha a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não exportadores. O financiamento da acumulação de capital nos setores não exportadores não passava pela intermediação comercial e financeira externa típica da economia agro-exportadora, que consumia a maior parte do excedente social produzido não apenas pelas atividades de exportação, mas pela totalidade do sistema econômico.

(....) Apoiando-se as receitas federais principalmente nos impostos sobre a importação e secundariamente sobre o consumo, verifica-se que, longe de ter havido transferência de recursos ou de renda do setor exportador para os demais setores, houve o contrário." (OLIVEIRA, 1984:33).

OLIVEIRA conclui que este movimento vai dividir em "classes sociais antagônicas" as personas do capital... "A burguesia agrária se transforma em oligarquia anti-burguesa". O próprio monolitismo oligárquico rural acaba por romper-se. Gera-se uma crise de hegemonia quando setores oligárquicos de outras regiões do país se voltam contra a oligarquia cafeicultora - hegemônica - paulista. Esta crise vai mobilizar forças poderosas no seio das próprias oligarquias rurais contra o poder oligárquico vigente. E, ainda, segundo OLIVEIRA,

"no seu rastro, terminando por impor-se serão os novos interesses burgueses, será a nova forma de produção do valor, (....) que darão a pauta (....) quando se reorienta principalmente a intermediação comercial e financeira que de externa passa para interna, depois de demonstrar in extremis (grifo) a inviabilidade da permanência da economia agro-exportadora." (OLIVEIRA, 1984:34).

Também LEAL (1986) elege o ano de 1930, aliás a Revolução de 1930, como o marco fundamental da decadência do corone-

lismo. Embora ele deixe claro que a base de sustentação do coronelismo, que é a estrutura agrária, não foi atingida pela Revolução, o que significa que, em que pese a vitória da cidade sobre o campo, da burguesia urbano-industrial sobre a burguesia agrária, fica ainda patente um "resíduo" de poder dos coronéis. Neste sentido, LEAL diz:

"Realmente em 1930 a economia brasileira já não se podia considerar essencialmente rural, porque a produção industrial rivalizava com a produção, porque a produção agrícola e a crise do café haviam reduzido o poder econômico dos fazendeiros, em confronto com o dos banqueiros, comerciantes e industriais. Concomitantemente, haviam crescido a população e o eleitorado urbano, e a expansão dos meios de comunicação e transportes aumentara os contatos da população rural com inevitáveis reflexos sobre sua conduta política." (LEAL, 1986:256).

Convergem esses autores e outros, no essencial quando tratam do significado político da Revolução de 1930. Afirmando que foi uma vitória do urbano sobre o rural, da economia industrial - voltada para a substituição de importações - sobre a economia agro-exportadora.

Esta é regra válida para o Brasil na sua totalidade. Não parece haver dúvida. Nos anos que se seguem à Revolução de 30, vai se consolidando novo bloco de poder no Brasil, de composição industrial-agrário e, logo depois, propriamente industrial e de caráter nacionalista.

Embora com base, outra vez, em São Paulo, o novo bloco de poder vai se consolidar a partir de novas alianças em nível de país.

"O Instituto do Açúcar e do Alcool, de 1933, o Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1943, o Conselho Federal de Comércio Exterior, de 1934-44, (...) configuram os novos interesses e laços em que se funda o bloco de poder, que se configura, desen-

volve e transforma ao longo da Revolução de 30, Estado Novo e Populismo." (IANNI, 1984:254).

Esta, no geral, é regra válida, também, para o Estado de Santa Catarina, apesar de ter sido justamente no caldo da Revolução que se reabilitou a facção política mais poderosa da Região Serrana e de toda a unidade federada - e justamente neste fato assenta-se uma contradição importante na história da Região Serrana, enquanto se diferencia da regra geral. A oligarquia Ramos, que não encabeçava o poder executivo municipal desde 1922, e o estadual desde 1914, vê-se, agora, tendo apoiado Getúlio Vargas, reabilitada.

Assume o Governo do Estado, como interventor, em 17 de abril de 1933, o lageano Coronel Aristiliano Ramos.

Naquela trama estrutural e no embalo daquela conjuntura política e econômica o Coronel estabeleceu como metas prioritárias do seu governo "um impulso maior à indústria, à saúde pública e aos meios de comunicação e transportes". (COSTA, 1984:1309), o antídoto do coronelismo, portanto.

Em 1º de maio de 1935 foi eleito governador Nereu Ramos. Também lageano da mesma oligarquia Ramos. Era primo do Coronel Aristiliano, com quem, aliás, disputou aquele pleito. Nereu não ostentava o título de Coronel mas de "Doutor", era advogado - a outra face das famílias oligárquicas.

O Governador Nereu Ramos foi confirmado no comando do executivo, como interventor federal, em 27 de novembro de 1937, por iniciativa de Getúlio Vargas, pelos poderes que lhe conferia o Estado Novo a partir do golpe de Estado de 10 de novembro daquele mesmo ano, e nele permaneceu até o fim do Estado Novo. Segundo análises de COSTA,

"(....) Politicamente, atuou sempre com vistas ao que haveria de acontecer quando o país, mais dia menos dia, entrasse em regime constitucional. Seu ponto de apoio mais importante em tal setor



seria Lages, onde seu irmão Vidal Ramos Júnior era líder incontestável (....) Em Florianópolis, além do apoio do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, seu sobrinho, tinha Nereu a valiosa e sempre atenta colaboração de outro irmão (....) Celso Ramos. E, para fechar o quadro dos fatores com que jogava no campo político, dispunha na capital da República de dois delegados ativos (....) - Hugo e Joaquim Ramos - também irmãos." (COSTA, 1982:1335).

Por estas palavras do autor, pode-se perceber a afirmação da oligarquia Ramos no exercício do poder político no seio do Estado. Exercício hegemônico no nível local e no nível da unidade federada, e apoiado no nível federal. Mas os tempos de após a Revolução de 30 eram outros que não mais o de Estados oligárquicos para o exercício do poder no governo, também do Estado de Santa Catarina. Nereu, por exemplo, exerceu o cargo por nove anos consecutivos, adotando postura nacionalista e de modernização, coerente, portanto, com os princípios da revolução burguesa, que caracteriza o primeiro período de Vargas.

É importante salientar também que a

"Sua administração teve dois aspectos especialmente relevantes. O primeiro foi sua obra viária, que, na época, dotou Santa Catarina das melhores e mais bem conservadas rodovias do país. O outro, no plano político, foi o dos conflitos com ponderáveis parcelas da colônia alemã simpatizantes do nazismo e do integralismo." (CARVALHO, In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC).

A sua administração foi também marcada pelo apoio à campanha de nacionalização do ensino em Santa Catarina, visando, especialmente, substituir as escolas em língua alemã por escolas públicas brasileiras. Para isso,

"Desenvolveu intensa atividade na área da educação pública durante sua interventoria. Entre outras medidas, criou a Inspeção Geral das Escolas Par-

ticulares e Nacionalização do Ensino." (CARVALHO, In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC).

Também na área da saúde pública teve atuação modernizante. Instalou postos de saúde nos municípios e construiu o edifício do Departamento de Saúde Pública, de grande significado para a área da saúde no Estado.

Enfim, as variáveis históricas imprimiram no Brasil, no período pós Revolução de 30, um processo de modernização geral, de industrialização, de urbanização, de extermínio do poder oligárquico ruralista, que ocupava os governos estaduais, atingindo também o Estado de Santa Catarina. Entretanto, se se pode afirmar que, no âmbito estadual, a continuidade da oligarquia dos Ramos no Governo do Estado após a Revolução de 1930 não significou a continuidade da prática política coronelista, o mesmo não se pode afirmar referente ao âmbito municipal de Lages e dos municípios de sua área de influência. Ao contrário, a Revolução de 1930 significou para Lages, tão somente, uma troca de personagens no palco político. A trama continuou a mesma que vinha se desenvolvendo desde o início da Primeira República.

Chega-se à Revolução de 30 e a aliança liberal que apoiava Getúlio Vargas, em Lages e em todo o Estado de Santa Catarina, tinha seus alicerces na oligarquia Ramos - naquele momento fora do governo municipal e estadual. Em Santa Catarina, Vidal Ramos, tendo agora ao seu lado o filho Nereu e o sobrinho Aristiliano, formavam o tripé básico de apoio a Getúlio. Aristiliano comandava a serra e Nereu o litoral. Vidal era o chefe nominal.

Não encontramos outras razões a esse apoio a Vargas se não a disputa de oligarquias internamente ao Estado de Santa Catarina.

Assim como coube a Vargas, ele mesmo um fazendeiro e caudilho, chefe de oligarquia que caracterizava a Velha Repú-

blica, liderar o movimento burguês no nível nacional, coube aos Ramos, por razões de conjuntura, liderar o mesmo movimento no nível estadual e local. Portanto, uma revolução burguesa liderada por facções de oligarquias rurais rompidas - no âmbito nacional - com as oligarquias cafeeiras de São Paulo. Tanto no nível nacional quanto no nível de Estado Federado (Santa Catarina) e regional (Região Serrana), não foram os setores modernos da sociedade, setores que propugnavam um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, que lideraram a revolução burguesa. De qualquer modo, as condições históricas estavam postas para que a Revolução fosse de caráter burguês no plano nacional e catarinense. Os homens que lideraram aquele movimento histórico o fizeram sem que pudessem decidir sobre as condições de fazê-lo. Neste aspecto, fazemos uso da idéia de MARX para dizer:

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, regadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1978:329).

A revolução burguesa significa o desenvolvimento de um capitalismo nacional de base urbano-industrial. A grande depressão econômica (1929-1933) e a Segunda Guerra Mundial (1933-1945) são fatores de favorecimento da expansão da economia industrial brasileira: primeiro, porque o fechamento do mercado mundial para os produtos agrícolas brasileiros - café, especialmente - força o país a reverter a política econômica agro-exportadora para política de estímulo à indústria. Segundo, porque a falta de divisas nos cofres brasileiros e as economias de guerra nos países dos quais o Brasil importava produtos manufaturados - estes países agora concentram esforços na indústria de guerra -, limitavam as importações brasileiras e forçam o Brasil a produzir manufaturados para atender ao mercado inter-

no. Articulado a essas condições objetivas, também

"pouco a pouco, o nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação de idéia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A idéia de economia nacional implicava na nacionalização das decisões sobre política econômica. Portanto o nacionalismo econômico compreendia a idéia e a decisão de criar um capitalismo nacional." (IANNI, 1977:69).

Nessa fase política do nacional-desenvolvimentismo, o Estado passa a intervir na economia e começa-se aí o exercício das idéias do planejamento econômico nacional: a partir, justamente, da intervenção do Estado. Com base em ideologia nacionalista, entre outras medidas, por exemplo, o Estado institui normas que regem a participação estrangeira na atividade econômica nacional.

No caso da Região Serrana de Santa Catarina, as condições históricas objetivas postas nesse período, por um lado, não forçavam ou nem eram base suficiente para a produção e adoção de idéias (novas) de desenvolvimento de caráter urbano-industrial. De outro lado, o bloco do poder político local atuava no sentido de reafirmar a reprodução daquelas condições históricas que favoreciam a sobrevivência e o predomínio do tradicional e a sobrevivência das relações políticas de cunho "coronelistas". MARX nos ajuda a compreender esta situação, afirmando que:

"uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só

surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer" (MARX, 1977:25).

Do ponto de vista econômico, a Região Serrana continua a ser uma ilha, isto é, não é integrada ao processo de desenvolvimento econômico nacional que começa a sofrer interferência do Estado no sentido de planejá-lo nacionalmente. As condições internas não suscitam o novo, a mudança.

Nas palavras de LISANTI (s.d.), "Em suma, vivia-se sem restrições mas sem criar-se condições para avançar na escola do progresso e sobretudo da mudança. Todo o perfil de Lages aproxima-se bem de um quasi-stable equilibrium system".

Sobre essa questão, LISANTI (s.d.) ordena alguns dados sobre a "estrutura social e econômica da Vila de Lages" que nos ajudam a compreender a Região Serrana naquele período. Referindo-se à pecuária, ele mostra uma queda sensível na produção entre os anos de 1920 a 1950 (Quadros 1 e 2).

Ao referir-se sobre o aumento demográfico, demonstra para, naqueles mesmos anos, uma desaceleração do crescimento se comparado com todo o Estado no mesmo período.

Quadro 1. Lages - Pecuária, rebanho em milhares de cabeças, 1920 e 1950.

B O V I N O S					EQUINOS, ASININOS E MUARES			
L a g e s			Todo o Estado		L a g e s		Todo o Estado	
1920	209,9	36,0	582,3	100%	44,0	25,2	156,0	100%
1950	153,9	16,8	914,3	100%	14,3	16,8	84,9	100%

Fonte: LISANTI (s.d.)

Quadro 2. Lages e o Estado de Santa Catarina, população em milhares de habitantes.

Lages		%	Santa Catarina		%
1920	37,3	5,5	668,7		100,0
1950	77,2	4,9	1.560,5		100,0

Fonte: LISANTI (s.d.)

Ainda segundo LISANTI (s.d), as explicações para os dados acima estão no fato de que "Lages dependia da pecuária em São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, o transporte por mar da carne do Rio Grande do Sul, a introdução do transporte ferroviário substituindo o mar" (LISANTI, s.d.).

A produção agrícola da região, por outro lado, representava pouco no total do Estado naquele mesmo período. A pecuária continua sendo o sustentáculo básico da economia, apesar da crise pelas razões expostas acima e apesar das divisões por herança nas propriedades das terras rurais (Quadro 3).

Quadro 3. Lages - propriedades e proprietários, 1920 e 1950.

Número de estabelecimentos rurais			Proprietários	
1920	1.612	100,0%	1.418	100,0%
1950	4.308	100,0%	4.031	93,5%

Fonte: LISANTI (s.d.)

São essas as condições econômicas que estão na base das relações sociais e políticas da região. Uma pecuária estagnada, mas ainda sem contar com outra atividade substituta - a madeira

só passa a ter significado no final daquele período. Portanto, ainda continuam postas as condições para a sobrevivência do "coronelismo". Porém, estando sua base econômica em crise, mais que no período da Primeira República, é agora o Estado-município e Estado federado - o grande fiador do poder do Coronel.

Uma outra condição favorável à sobrevivência do "coronelismo" na região está no isolamento geográfico a que continua confinado. O sistema viário que servia a região sempre foi muito precário. Somente com o advento do ciclo da madeira - com seu auge durante o Governo de Juscelino Kubitschek - vem romper aquele isolamento. Quanto à ligação com a capital do Estado de Santa Catarina - Florianópolis - nem mesmo o ciclo da madeira teve força suficiente para viabilizar a construção de caminhos de comunicação rápida. Assim, a região continua sendo dependente e caudatária econômica e cultural das capitais do Paraná e Rio Grande do Sul.

Na composição do Estado de Santa Catarina continua, a Região Serrana, a tratar-se de uma região isolada (uma ilha) econômica, cultural e politicamente.

A respeito, COSTA, tratando dos oitenta anos de reivindicação pelos serranos da hoje BR-282, alude a possíveis motivos secretos à não construção daquela rodovia:

"E deveriam existir, certamente, obstáculos intransponíveis, para que das oito décadas em apreço o Governo do Estado fosse ocupado durante a metade do tempo (37 anos) por lageanos e a estrada permanece quase a mesma que existia no fim do século passado." (COSTA, 1982:214).

Ora, é possível que não houvesse interesse daqueles governantes no sentido da não construção da rodovia de ligação Lages-Florianópolis. Também é bem possível, porém, que fizesse parte da cultura política daqueles mesmos governantes o enten-

dimento não revelado da necessidade de manutenção do isolamento da região - conservando-a sob características ruralistas - como condição para a garantia do "curral eleitoral" que os sustentava no poder.

Por um outro lado, é a mesma oligarquia que comanda, com ambigüidade, naquele período e por mais tempo que segue, as políticas estadual<sup>4</sup> e municipal. A mesma oligarquia com duas posturas distintas de governo.

Trata-se, na verdade, da hegemonia política da oligarquia Ramos no Governo do Estado de Santa Catarina, onde exercem o poder, para o âmbito estadual, de acordo com os princípios da revolução burguesa e desde onde definem as regras do jogo político na região serrana de acordo com os princípios do velho "coronelismo".

Através dos dados do Quadro 4, pode-se observar a hegemonia quase absoluta da oligarquia Ramos no exercício do poder público municipal de Lages<sup>5</sup>, desde 1930 até 1972. Em 1930 o revoltoso Aristiliano Ramos afastou da Prefeitura Municipal seu rival político Caetano Costa e fez superintendente seu proposto Octávio Inácio da Silveira Filho. Daí em diante, a hegemonia política dos Ramos no município de Lages só se desfez em 1972 quando da derrota pelo populismo. Importa ressaltar, entretanto, que a prefeitura do Município de Lages é uma instância secundária àquela oligarquia, no exercício do poder público. Cada vez o município tem menos importância e seus chefes locais menos poder político.

A instância principal é a Estadual e a Federal, de onde seus chefes extraem poderes de comandar chefes municipais.

Daí o esmero da oligarquia Ramos em conquistar espaços nessa esfera superior do poder público e, desde aí, exercitar seu poder de comandar ao estilo coronelista - os chefes políticos não só do município de Lages mas de todos os municípios da Região Serrana. No Quadro 4 (embora suscintamente e só citando



Quadro 4. Prefeitos do Município de Lages e seus principais mediadores junto ao Governo Estadual e Federal - 1930/1972 -

Período	Prefeito	Mediadores
1930-1932	Interventor Octávio Inácio da Silva Filho	Vidal Ramos, Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, Cândido de Oliveira Ramos
1932-1937	Henrique Ramos Junior	Vidal, Aristiliano (Governador até 1935), Nereu (Governador)
1938-1941	Indalécio Domingues Arruda	Nereu (Governador)
1941-1945	Vidal Ramos Junior	Nereu (Governador)
1945-1946	Indalécio Domingues Arruda	
1946-1947	Vidal Ramos Junior	Nereu Ramos (Senador), Aderbal Ramos da Silva
1947-1950	Vidal Ramos Junior	Aderbal Ramos da Silva (Governador), João Ribas Ramos
1951-1956	Osni de Medeiros Regis	Nereu Ramos (Senador, Presidente da República, Presidente da Câmara)
1956-1961	Vidal Ramos Junior	Nereu Ramos (Ministro da Justiça), Celso Ramos (Senador)
1961-1966	Wolni Della Rocca	Celso Ramos (Governador)
1966	Valdo da Costa Ávila	
1966-1969	Nilton Rogério Neves	Celso Ramos (Senador), Áureo Vidal Ramos (Deputado Estadual); Osni Regis (Deputado Federal)
1968-1972	Áureo Vidal Ramos	Celso Ramos (Senador)

Fonte: COSTA (1982).

as principais figuras), pode-se observar também que durante todo aquele período assinalado, houve algum representante daquela oligarquia ocupando posição de destaque na esfera estadual e federal do poder público. Aliás, dos 42 anos do período, em 22 anos ocupou o cargo de governador um representante da oligarquia.

Neste contexto, tem lugar de destaque a Igreja Católica. Foi criada a Diocese de Lages<sup>6</sup> em 1927 e teve dois anos depois (1929) seu primeiro bispo nomeado - Dom Daniel Hostin.

Já assinalamos que nos anos da Primeira República a Igreja Católica na Região Serrana agia no sentido de "domesticação" de um povo anticlerical, de luta contra o catolicismo popular, de implantação da reforma tridentina. Convém ressaltar que foram os Franciscanos - a partir de 1871 - que se encarregaram daquelas tarefas da Igreja:

"Enfatizaram os sacramentos e a organização religiosa centrada no padre. Criaram escolas e associações católicas, trouxeram religiosas alemãs ... Por meio desses frades e freiras alemãs introduziu-se a nova dimensão do catolicismo através de práticas pastorais e escolas sustentadas por eles. Isso preparou o ambiente para a grande ação pastoral que o Bispo de origem alemã e franciscana, Dom Daniel Hostin, iria desenvolver com sua voz e pulso fortes a partir de sua posse (....)

Lenta, mas gradativamente, os frades de todo o planalto - sob a rígida vigilância do bispo - foram eliminando das igrejas, e por fim de toda a vida do povo, as tradições lusas da Festa do Divino, das congadas, das procissões penitenciais, das irmandades leigas como a de Nossa Senhora do Rosário etc. Ao mesmo tempo, fizeram os frades crescer o alinhamento com Roma." (RIBEIRO, 1987:6).

Em conformidade com o autor acima citado, a nomeação de Dom Daniel Hostin à Diocese de Lages significou um novo impulso à "romanização" da região, de fortificação do catolicismo. Ele se impunha pelo centralismo administrativo, pela defesa do clericalismo. Suas opções político-partidárias e seu poder de per-

suasão - inclusive pela oratória grandiloqüente - o aproxima das oligarquias politicamente dominantes, com quem vivia em alianças políticas.

É implacável a atuação do referido bispo na pregação anti-comunista. Investe na educação da religião católica nas escolas públicas. Cria o Colégio Diocesano de Lages (1932). Enfim, um protótipo acabado de "bispo-príncipe da Igreja Hierárquica", que competentemente trabalhou no processo de capitalização e clericalização dos caboclos serranos, cuja religiosidade que viviam, se era alienante de um lado, também era espaço de identidade em relações sociais horizontais, por outro lado.

Na área da educação escolar - nesse período da história do Brasil, em que se tem nas regiões de maior concentração urbana, uma crescente demanda a pressionar por oferta de educação -, chamamos a atenção para duas iniciativas em especial da região:

a) A fundação do Colégio Diocesano, em 1932 como Ginásio e em 1944 já funcionando como Colégio. Criado por Dom Daniel Hostin, "com um corpo docente de boa categoria (...), começou a atrair alunos de toda a Velha Região Serrana do Estado" (COSTA, 1982:1024).

Falta acrescentar à afirmação de COSTA que os alunos são essencialmente os filhos das famílias mais abastadas da região. Assim, aquele colégio significou - e ainda hoje não deixa de sê-lo, embora muito mais laicizado - um grande serviço da Igreja Católica aos setores dominantes da população enquanto proporciona a formação de seus intelectuais orgânicos e, ao mesmo tempo, uma grande estratégia da Igreja no processo de catolicização daqueles setores, com os quais o clero vive às turras;

b) A fundação do Colégio Agrícola Caetano Costa: criado em 1940, pelo governo Nereu Ramos. Começou a funcionar em 1942, de acordo com a legislação vigente (a Reforma Francisco Campos para o ensino no país), ou seja, como Escola Complementar, um

período de escolarização de dois anos. Segundo a Reforma Francisco Campos, o ensino complementar destinava-se à preparação ao ingresso a determinadas escolas superiores. Por isso, a implantação de uma escola complementar na área da agricultura, em Lages, poderia ser, em primeira mão, um sinal das tentativas das elites econômicas da região de encontrar caminhos para a crise que enfrentava, na pecuária. Uma procura de solução interna ao setor econômico agro-pecuário, isto é, uma tentativa de sair da crise em alto estilo sem mudar de atividade - fica como hipótese a ser trabalhada. Mas "passou, em seguida, a formar práticos agrícolas em cursos de três anos e trabalhadores rurais em um ano" (COSTA, 1982:1039).

Neste caso, parece menos problemático entender que:

a) a escola não se tornou uma alternativa de formação das elites dominantes, dos seus intelectuais orgânicos;

b) ao contrário, trata-se de uma escola de formação de mão-de-obra para atender uma demanda da economia regional, e o "material humano" não sai das elites, mas dos setores médios e até médio-baixos da população;

c) a organização da oferta (preparação) desse tipo de mão-de-obra qualificada e feita pelo Estado - Estado que vem crescendo em influência ao planejamento econômico -, influenciando, assim, na criação de regiões econômicas integradas, ou na criação de uma divisão territorial do trabalho. Pois é exatamente no final desse período que a Região Serrana começa a inserir-se no contexto da economia nacional e sob a definição de região "vocacionada" à produção primária - agropecuária e extração de madeira.

## 2.2 O CICLO DA MADEIRA: DE PEÃO DE FAZENDA E ROCEIRO A OPERÁRIO DE SERRARIA - 1946/1961 -

Ao final desse período está consolidado o processo de criação no Brasil de "uma economia nacional regionalmente loca-

lizada" (OLIVEIRA, 1984:56). Processo que resultou da interferência do Estado no planejamento da economia nacional, iniciada no primeiro governo de Vargas (1930-45) e que teve como ponto de culminância com Kubitschek (1956-61).

É nesse período que se criam as regiões econômicas "planejadas" desde o centro do modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Isto é, o Sudeste brasileiro industrializado define os moldes de desenvolvimento para o Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. É a partir daí que a Região Serrana (microrregião econômica, política e geográfica) de Santa Catarina passa a desempenhar um papel na produção econômica em função da economia nacional. Deixa de ser uma ilha econômica para cumprir um papel específico de produção primária agro-pecuária e extração de madeira no âmbito nacional, e de serviços (comércio) no âmbito regional, este último como consequência e subsídio ao primeiro. Ocorre aí o chamado ciclo da madeira, que alcança seu auge no final do período, coincidindo com a inauguração de Brasília, obra que consumia grande parte da madeira bruta extraída da região. É nesse período que se verifica um significativo aumento do investimento na produção pecuária da região. Investimento no sentido de certa modernização, possível dado o ingresso de dinheiro pela venda de araucária nativa, e, possivelmente, para compensar, em parte, a evasão de força de trabalho do campo para a atividade das serrarias.

É exatamente esse ciclo de extração da madeira - que trouxe bonança enquanto durou - o elemento que corporificou a integração da economia regional à economia nacional homogeneizada, e que vai mostrar mais tarde, no seu significado real, que foi a grande correia de transferência de valor. Transferência, primeiro, na relação campo x cidade, sendo o campo o elemento expropriado; segundo - e que tem como matriz estrutural o mesmo que o primeiro - na relação da divisão inter-regional do trabalho, extraindo-se riquezas dessa microrregião serrana, para outras regiões

do país onde se concentram as forças hegemônicas do modelo econômico homogeneizado. E o resultado social desse processo será a transfiguração das relações de trabalho e relações sociais, e transfiguração do próprio espaço econômico e político. A região mergulha num processo econômico de "desenvolvimento desigual e combinado". Dá-se um processo de proletarização de grandes contingentes de trabalhadores do campo, sem que hajam condições materiais e culturais de se evitar a animalidade social no interior dessa classe de novos proletários. Assiste-se, em consequência, no final do período, a um enfraquecimento do bloco político hegemônico corporificado nas oligarquias rurais. Quer dizer: o "coronelismo" entra em decadência, decorrente de lutas internas às classes dominantes pela hegemonia política e decorrente da produção de uma população urbana - início da produção de uma população de espoliados urbanos. A expressão mais forte da dominação política, nesse período de coronelismo decadente, é a política de clientela - o "clientelismo" - onde se "compra" tanto o voto rural quanto o voto urbano.

Nessa fase, as análises indicam que são os anos que vão desde o final da década de 1940 até 1960, que marcam os melhores momentos da extração da madeira na Região Serrana de Santa Catarina, do ponto-de-vista da rentabilidade econômica.

Certamente que o ciclo se iniciou bem antes<sup>7</sup>, e continuará com desempenho razoável até o início da década de 70, embora em contínua decadência - proporcional ao esgotamento das reservas nativas e à crise econômica instalada no país, a partir de 1961.

No final da década de 1940 a extração da madeira supera a pecuária em importância econômica para a região. Nesse tempo, se inaugura as serrarias a vapor - o sistema Tissot.

"(....) o novo sistema, além de alterar toda a aparelhagem utilizada pelo engenho-de-serra vem propiciar uma produção em larga escala, o que,

aliado a outros fatores de mercado, desperta e incentiva investimentos no setor madeireiro. E foi a partir disto que a região serrana de Santa Catarina atraiu a atenção dos "gringos" do Rio Grande do Sul (...)." (MARTENDAL, 1980:54).

Em 1960 o setor madeireiro do Estado de Santa Catarina chegou a ocupar o segundo lugar na produção industrial do Estado, sendo precedido apenas pelo setor carbonífero. "(...) o beneficiamento de madeira, que representava 14,8% da produção total de Santa Catarina em 1940 (...) havia alcançado o teto de 20,8% em 1960." (SANTA CATARINA, 1986:105).

Os dados sócio-econômicos indicavam que:

"Na década de 50, Santa Catarina concorria com 64% da madeira exportada pelo Brasil. Desta percentagem, a maior parte cabia a Lages, que assim deteve, por muitos anos, o primeiro lugar no Brasil, como produtora de madeira de pinho para aquela finalidade." (COSTA, 1982:914).

Verificamos que nos anos 50-60, já se exportava madeira para o Prata (Argentina) e para a Europa (Alemanha, Inglaterra e Espanha); entretanto, era para o mercado interno brasileiro que mais se produzia madeira nessa década. Fatores como a abertura da BR-2 - hoje BR-116 - que ligava Lages aos grandes mercados nacionais, com alta demanda do produto para a indústria da construção civil, foram fundamentais para a expansão do setor. O momento de maior produção de madeira na região coincide exatamente com os anos de construção de Brasília (1957-1960). A Região Serrana de Santa Catarina foi grande fornecedora de madeira serrada para aquela obra.

Para melhor compreendermos o significado histórico desse ciclo da madeira, para a Região Serrana de Santa Catarina, temos que vê-lo sob dois prismas que consideramos básicos: primeiro, a divisão internacional do trabalho, por onde entenderemos a integração da economia regional no âmbito da economia na-

cional e no âmbito do capital monopolista; segundo, e em consequência do conteúdo histórico do primeiro, o da crise de hegemonia das elites dominantes - as oligarquias rurais - e a proletarização do campo.

### 2.2.1 Divisão inter-regional do trabalho

Em primeiro lugar importa estabelecer os parâmetros teóricos da nossa compreensão da divisão inter-regional do trabalho. O caso brasileiro da divisão inter-regional do trabalho - e, por consequência, da microrregião serrana de Santa Catarina -, em MARX (1983:278), podemos tratá-la de "divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares da produção em distritos particulares de um país", tendo por base a divisão entre a agricultura e a indústria. Trata-se de divisão e, ao mesmo tempo, de interdependência mediada pelo intercâmbio de mercadorias<sup>8</sup>. O próprio MARX pouco trabalha a questão das "regiões" enquanto espaços distintos de reprodução do capital como sistema único e global, e de reprodução das relações de produção. Dentre os autores marxistas brasileiros, é OLIVEIRA que aprofunda teoricamente a questão, e é nele que nos apoiamos.

Para OLIVEIRA,

"região não seria um outro modo de produção, nem uma forma social singular. O que preside o processo de constituição das 'regiões' é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as 'regiões' são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a 'região' exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição básica. (...) Uma 'região' assim tende a desaparecer (...) na medida em que as várias formas do capital se fundem, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão



entre Estado-capital. Não reconhecer, entretanto, que existem mercados diferentes entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, o processo de constituição do próprio capital enquanto relação social." (OLIVEIRA, 1981:30).

Ainda, segundo o autor,

"A especificidade de cada 'região' completa-se, pois, num quadro de referências que incluem outras 'regiões', com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção." (OLIVEIRA, 1981:301)

Em seu estudo, OLIVEIRA rejeita a teoria dos "desequilíbrios regionais" e adota o enfoque das "diferenças na divisão regional do trabalho" para explicitar o entendimento das relações inter-regionais.

Nesse aspecto, ele considera que o processo de engendramento de uma "economia nacional" conta necessariamente com a presença do Estado como agente planejador, conforme sugere a citação abaixo:

"O planejamento emerge aqui como uma 'forma' da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, conforme é descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da 'integração nacional'." (OLIVEIRA, 1981:30).

Esse processo de homogeneização implica, ao mesmo tempo, na preservação das diferenças regionais para a reprodução do

capital. Trata-se de planejar uma "economia nacional regionalmente localizada". E é na relação de intercâmbio que se gera a expropriação de uma região sobre a outra: pois a divisão inter-regional do trabalho nada mais é que uma forma sofisticada de extração de mais-valia num processo produtivo global e único, cujo capitalista que controla o processo de produção é configurado no Estado.

Tal processo de intercâmbio, inter-relação e interdependência, isto é, a divisão social do trabalho que tem por base a antítese cidade versus campo, indústria versus agricultura, embora possa se dar, às vezes, anarquicamente, e possa ter, conforme MARX, "nos seus inícios uma formação naturalmente desenvolvida", não é natural. O próprio MARX se encarrega de explicar que

"tão logo tenha ganho alguma consistência e amplitude de existência, torna-se a forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista. (...) Como forma especialmente capitalista do processo de produção social (...) é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa e aumentar a auto-valorização do capital (...) à custa dos trabalhadores." (MARX, 1983:286).

Nas análises das relações da agricultura com a indústria, importa-nos, ainda, sobremaneira, compreender o processo de transferência de valores na relação de integração e interdependência destes setores. Em MARX podemos dizer ser esta dicotomia a base da divisão inter-regional do trabalho, pois essa divisão do trabalho tem servido de instrumento de transferência de riquezas da agricultura para a indústria. Isto é, a agricultura tem sido subsidiária do modelo capitalista de desenvolvimento urbano industrial concentrador.

A raiz do problema está nas relações mercantis. É a circulação das mercadorias que realiza a transferência de valores,

faz com que se concentre o maior quinhão nos setores da burguesia urbano-industrial. Mesmo sob a vigência do capital monopolista esta precípua continua válida.

Pelas relações comerciais se extrai o sobreproduto da agricultura como setor geral da economia, e se extrai o sobreproduto do trabalhador rural, o que faz com que este seja duplamente explorado. Desta forma, cria-se uma situação de troca desigual, uma relação de subordinação do setor agrícola ao setor industrial.

"(....) as condições por meio das quais se verifica a mercantilização do produto do trabalho agrícola permitem que se realize uma troca aparente de iguais e uma troca real de desiguais. Devido à potenciação diferencial da força de trabalho (na indústria e agricultura) e as práticas monopolísticas de grupos nacionais e estrangeiros mediados nos centros urbanos, o intercâmbio econômico entre o setor agrário e o setor industrial resulta numa troca de desiguais.

A própria divisão social do trabalho desenvolve-se em graus diferentes (quando se compara a indústria e a agricultura), favorecendo a potenciação da força de trabalho operária (....).

Na prática, o operário rural trabalha maior número de horas que o operário industrial, para adquirir o produto do trabalho deste, produzido com menor quantidade de força de trabalho." (IANNI, 1977:119).

Assim, verifica-se um processo permanente de sangria do setor agrícola para alimentar o setor urbano-industrial. E sabemos bem que quando se extrai o plasma de um organismo (animal) qualquer, a reposição é feita pelo próprio organismo, que tem que trabalhar em sobrecarga.

Didaticamente, IANNI (1977:247) mostra quatro maneiras pelas quais ocorre a sangria:

"Primeiro: pela garantia de suprimentos de gêneros alimentícios e matérias-primas.

Segundo: devido à administração de preços pelo setor público, de acordo com os interesses da burguesia industrial (....)

Terceiro: pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias-primas, exportações essas favorecidas pelo poder público; divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias.

Quarto: pela garantia de reservas de força de trabalho no mundo agrário, o que representa sempre um manancial, tanto da expansão da indústria como para deprimir os níveis de salários reais na cidade."

Às quatro formas apresentadas por IANNI, relacionadas acima, acrescenta-se uma quinta, no consumo de máquinas e fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos e serviços industriais, em cujos preços ao agricultor está incluída toda espécie de sobretaxas e lucros, são mantidas as multinacionais que atuam neste setor etc.

Outras formas encontraríamos, se verificássemos melhor, que alimentam o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade. Podemos chamar este processo, também, de subordinação do trabalho rural ao capital, ou de industrialização da agricultura.

Quando falamos de tal processo de subordinação que beneficia a burguesia industrial, não estamos afirmando que a burguesia agrária e a burguesia industrial são contrárias, separadas, distintas. Na verdade muitas vezes - nestes tempos de capitalismo monopolista, principalmente - são as mesmas. O empresário rural ou fazendeiro, o comerciante, o banqueiro e o industrial podem ser uma só pessoa, um só grupo.

Isso, entretanto, não faz desaparecer o processo de transferência de valores de um setor para o outro, de empobrecimento de um setor em função do outro. Isto só pelo fato de capitalismo estar, aparentemente, roubando de si mesmo, tomando de um bolso para pôr no outro, não desapareceu a transferência.

Não desaparece a transferência porque, primeiro, nem to-

dos os capitalistas pertencem ao mesmo tempo à burguesia rural e urbana; segundo, porque, quando são a mesma pessoa, muitas vezes investem no campo como forma de ter acesso a créditos, incentivos fiscais e juros negativos, mera estratégia de reprodução ampliada do capital patrocinado pelo Estado; terceiro, certos empreendimentos agrários, quando são de fato lucrativos, de qualquer modo não vêm tais lucros revertidos à sua própria realimentação, ou de outra atividade rural, senão dentro de certos limites de quantidades e riscos; quarto, porque, em qualquer circunstância, trabalhador autônomo ou operário rural - o trabalhador rural sempre sofre dupla exploração. "É como se ele fosse o vértice de uma pirâmide invertida." (IANNI, 1977:119).

Assim, o processo de monopolização do capitalismo fortalece a divisão territorial ou regional do trabalho, impondo a determinadas regiões como um todo a função subordinada de produção de alimentos e matérias-primas, bem como de mercado de consumo para a indústria estabelecida noutra ou noutras regiões.

Uma forma consistente, planejada e sistemática de manifestação da divisão social do trabalho, que vai configurar-se numa divisão inter-regional do trabalho, no Brasil pós-Revolução de 30, mais especialmente - a partir da Segunda Grande Guerra, isto é, no Brasil da industrialização, é a centralização do planejamento econômico na esfera do Estado. A economia passa a ser vista e planejada não mais na amplitude de questões regionais, mas na amplitude nacional.

Quando falamos em amplitude centralizada do planejamento econômico na esfera do Estado, referimo-nos à hipertrofia do poder executivo inaugurada com Vargas, que passa a dispor, como governante, de fortes instrumentos de intervenção na economia.

Em que pese as disposições constitucionais já desde 1934, depois 1937, 1946, 1969, que asseguram a composição do

Estado Brasileiro em três poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - de fato, o poder executivo sempre exerceu predomínio.

"Essa hegemonia do executivo, no âmbito do Estado brasileiro, nos anos 1930-70, foi particularmente notável e efetiva no campo de política econômica. Em geral, o Executivo dispunha de bases constitucionais, recursos financeiros, condições organizatórias e pessoal especializado para atuar. Assim, ele podia modificar e propor novos objetivos, diretrizes, técnicas e órgãos relativos às relações e estruturas econômicas do país.

Seja quanto aos diversos setores econômicos (agricultura, mineração, indústria, comércio, moeda), seja quanto às várias forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho), o Executivo sempre desfrutou de ampla capacidade e margem de ação." (IANNI, 1977:7)

É o Estado, portanto, que vai se constituir agente de uma nova divisão regional do trabalho a partir de 1930. Divisão que vai sacramentar e promover mais a interdependência regional interna no Brasil. Trata-se de uma divisão social do trabalho definida a partir do crescimento industrial e que tem no Sudeste do país a central de comando. É a partir daí que se cria, conforme OLIVEIRA (1984:56) "uma economia nacional regionalmente localizada".

Se tínhamos, até 1930, uma economia nacional agro-exportadora, cujo centro de realização do valor era externo ao Brasil, pelas vias do financiamento da produção e pelas vias da comercialização controlada por grupos estrangeiros, temos, a partir daí, uma economia de integração, de interdependência - interna e externa, cujo centro de realização do valor é a região industrial do Sudeste, cabendo ao Nordeste e ao Sul a tarefa de produção agrícola.

Além disso, verificamos que OLIVEIRA (1984:43) faz uma análise do crescimento econômico e industrial no Brasil. Calcu-

la "as participações dos três ramos de atividade econômica (Indústria, Agricultura e Serviços), por região, em relação à renda interna regional e em relação à renda total de cada ramo" e conclui a partir daí, formulando algumas hipóteses:

"A primeira hipótese consistia em afirmar que houve uma redivisão do trabalho a partir do surto industrial no Sudeste e que afetou as regiões Nordeste e Sul.

Como segunda hipótese, decorrente dessa primeira, podemos dizer que essa divisão tornou o Nordeste e Sul mais exportadores regionais de produtos agrícolas e mais importadores de produtos industrializados do Sudeste.

(....) O Sudeste, que tinha até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se, repassa essa tarefa para o Nordeste e Sul, para ter como atividade principal a indústria. A partir daí, a tendência é de que o Sul e o Nordeste, em suas trocas com o Sudeste, tenha que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados." (OLIVEIRA, 1984, 51-52).

Importa-nos termos presente que o crescimento em importância da indústria no Sudeste ocorre em grande parte em detrimento do desenvolvimento da indústria no Nordeste e no Sul. E isto se torna possível porque: primeiro, com maior avanço tecnológico e técnico do Sudeste, possível, dado a concentração primitiva de riquezas, este se beneficia de economias de escalas e concorre no mercado, em posição de vantagem, com a indústria tradicional das regiões citadas - vai concorrer no mercado local de cada região; segundo, o Sudeste é beneficiado pelo Estado com infra-estrutura - de comunicação e transporte - que facilita o desempenho da indústria local já existente. Esta infra-estrutura acaba por atrair capital de outras regiões<sup>9</sup>.

Ainda no aspecto do benefício do Estado, o Sudeste se beneficia de políticas de créditos e preços, administrados pelo Estado, de acordo com os interesses da burguesia industrial,

pois o Estado, agora, é o Estado burguês, e a burguesia industrial se concentra no Sudeste.

Convém relembrar, conforme já assinalamos, que estamos falando do Estado brasileiro com o poder executivo hipertrofiado, que inaugurado no primeiro período de Getúlio, daí para frente sempre terá presença marcante na economia nacional, com variações de ordem apenas conjunturais em cada período de governo.

Assim, mesmo no governo Dutra (1946-1950), que governou sob os princípios de uma atmosfera política e econômica de liberalismo, o Estado continuou tendo presença decisiva na economia.

"(....) nos anos 1946-50, o poder público continuou a desempenhar papéis decisivos na economia do país. Ocorre que a direção dessa atividade se havia alterado, alterando-se em consequência também os instrumentos e os conteúdos ideológicos. Mesmo a omissão do poder público, quando houve, ela pode ter sido uma omissão deliberada, com sentido." (IANNI, 1977:84).

Com efeito, houve omissões, houve mudanças de rumos na política econômica. O governo Dutra significou a interrupção do processo de desenvolvimento de capitalismo nacionalista iniciado com Getúlio. Dutra governou com os princípios da União Democrática Nacional (UDN), que preconizava a abertura do país ao capital estrangeiro sem discriminações.

Em pouco tempo as divisas que o Brasil havia acumulado durante a Segunda Guerra foram queimadas, e logo a balança comercial passou de superavitária a deficitária. Conforme IANNI, a política econômica não foi de desenvolvimento econômico, mas de garantia da reprodução das condições de funcionamento e prosperidade do setor privado nacional e estrangeiro.

No início dos anos 50, Vargas, em seu segundo governo,



retoma o modelo de desenvolvimento econômico capitalista nacionalista. Em seguida, o governo Kubitschek adota um modelo de desenvolvimento com base na industrialização e interdependência.

Não obstante as diferenças de estilo de governo e de momentos históricos, são duas fases (Vargas e Kubitschek) e de um único período - a segunda é uma consequência, uma continuidade da primeira.

Com Vargas, o Estado retoma o intervencionismo na economia com o fito de reorganizá-la e direcioná-la a um desenvolvimento acelerado da indústria, que para ele tinha que ser nos padrões nacionalistas<sup>10</sup>. Abandonaram-se as diretrizes de fundo liberal inspiradas na UDN. O Estado é levado a intervir em diversos setores da economia, destacando a energia e o sistema de transportes. São tarefas novas desenvolvidas pelo Estado que vão desempenhar papel decisivo à expansão do modelo econômico posterior.

Em 1954 (agosto) sucumbe a política econômica nacionalista de Vargas, que deixa suas bases, sob as quais cresce a política do desenvolvimentismo interdependente, ou o associativismo do capital nacional ao capital estrangeiro. A deposição de Vargas foi o fim do "sonho" de um capitalismo nacional independente e o início de um novo impulso à implantação, no Brasil, do capitalismo internacional, que vai se tornar crescentemente internacional monopolista.

No governo Kubitschek temos, portanto, uma nova fase da industrialização no Brasil, um novo e mais profundo tipo de relação do Estado com a economia, cujas diretrizes do governo se expressam no Programa de Metas. De acordo com IANNI (1977:150),

"(....) o Programa de Metas visava a transformar a estrutura econômica do país, pela criação da indústria de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial (....)."

Neste governo, ocorre a expansão do capital estrangeiro em alta escala no Brasil. Os Estados Unidos, que já não se preocupavam com a economia européia, recuperada que estava da Segunda Grande Guerra, voltam-se agora, com ênfase total, a expandir seus investimentos na América Latina, através da prática agressiva de internacionalização do capital. Para implantar-se tal política, a queda de Vargas e sua política econômica nacionalista, foi o primeiro passo. A partir daí, a infra-estrutura já montada era outro fator importante para o desenvolvimento do novo modelo econômico.

Quanto ao governo, haveria de ser o estímulo e a garantia daquele modelo, de interdependência.

"De fato, durante o governo Kubitschek aprofundaram-se bastante as relações entre o Estado e a economia. O poder público passará a atuar no sistema econômico particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado, nacional e estrangeiro. (...) A partir dessa época, a política econômica governamental precisou orientar-se, muito mais, pelas determinações do sistema econômico instalado no Brasil. Os investimentos governamentais e privados nacionais e estrangeiros foram ditados pelas condições e tendências do sistema econômico pré-existente. Tanto os investimentos no setor industrial como aqueles realizados na infra-estrutura (...) realizaram-se segundo as possibilidades abertas pela estrutura econômica nos anos anteriores." (IANNI, 1977:142).

Assim temos, com diferentes fases e objetivos específicos, um período todo de intervencionismo do Estado na economia. E especialmente a última década, toda voltada ao desenvolvimento urbano-industrial. É a indústria, definitivamente, que passa a dar a tônica na divisão social do trabalho, na produção econômica nacional. É nesta década que se constrói a nova capital da República, Brasília. Implantam-se, no Brasil, as multinacionais do automobilismo. Constrói-se a BR-116, que passa pela Região Serrana de Santa Catarina e a tira do isolamento. É nesta

década que ganha impulso especial a industrialização da agricultura etc.

É neste contexto que a indústria madeireira na Região Serrana de Santa Catarina alcança seu pico de desenvolvimento. Daquele processo intenso de extração da madeira nativa, no contexto do desenvolvimento econômico nacional e internacional monopolista, podemos observar que resultou para a Região Serrana de Santa Catarina uma transformação igualmente intensa:

a) Conforme a conceituação de "região" em OLIVEIRA, podemos inferir que a madeira foi o elemento básico para a produção da Região Serrana de Santa Catarina. Foi o elemento concreto básico do processo mercantil de âmbito nacional ao qual a região foi inserida.

b) Ligando ao primeiro, se o sistema viário nascente atraiu madeireiros de fora para a região, por outro lado, o inverso também é válido. Uma das razões importantes da BR-116 ser construída teria sido exatamente o escoamento da madeira serrada para outros mercados<sup>11</sup>.

Tanto um como o outro, e mais o processo mercantil, são vieses pelos quais a região saiu de seu isolamento, perdeu o caráter de ilha, no sentido econômico. Isto é, passa a compor um cenário de amplitude nacional, desempenhando um papel específico em função do todo homogeneizado. Deixa de ser região num sentido e passa a ser "região" noutra sentido. Agora, pensada desde o centro da reprodução do capital, em estratégias que precisam considerar, e até promover, diferenças regionais para melhor garantir essa reprodução.

c) A cidade de Lages cresce: aumenta sua população de 17.337 habitantes em 1950 para 39.807 em 1960, mais que duplica. Instala-se na cidade uma importante rede de serviços, a cidade se equipa para a manutenção mecânica das serrarias; e, para o escoamento da produção, dinamiza-se o comércio e indústria de apoio ao transporte - Lages ganha importância, por exemplo,

na fabricação de carrocerias e reboques de caminhões e importância especial com destaque em todo o Sul do Brasil (hoje até os dois Mato Grosso), na distribuição de auto-peças. Ganha importância em retífica de motores e em recauchutagem de pneus.

Depois de uma única agência bancária (Banco INCO), instalada em 1937, nesse período várias agências bancárias foram instaladas, como o Banco Nacional do Comércio (1945), Caixa Econômica Federal (1947), Banco do Brasil (1952), Banco Real (1956), UNIBANCO (1957). Também é nesse período que são instaladas as principais agências de serviços sociais: Serviço Social da Indústria - SESI (1953) e Serviço Social do Comércio - SESC (1959) e, ainda, em 1948, foi instalado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Enfim, a cidade de Lages cresce, especializando-se no setor da prestação de serviços: função que, do ponto-de-vista sociológico, produzirá significados marcantes. É, ainda, na euforia desses tempos de crescimento urbano que se gera - na cultura do povo - o codinome para a cidade de Lages de A Princesa da Serra.

d) É visível que nesse período a região no seu todo, e a cidade de Lages, particularmente, viveu certa bonança. Isto porém não é sinal de que - na divisão inter-regional do trabalho - recebia as justas pagas pelo produto que fornecia, nem era sinal de estabilidade econômica futura. Isto porque: primeiro o setor madeireiro no nível local foi buscar na agricultura e na pecuária a força de trabalho de que necessitava, praticamente esvaziando estes setores; segundo, o setor madeireiro - extrativista - voltado para a exportação - a outros países ou outras regiões brasileiras - tem seu valor realizado na mercantilização, que ocorre nos mercados importadores; terceiro, as divisas resultantes da exportação, via mecanismos de câmbio controlados pelo Estado brasileiro - Estado burguês - serão aplicadas no sentido de beneficiar a indústria, localizada em outras regiões

do país. Assim se reitera a "vocaçãõ" da Região Serrana de Santa Catarina à produção primária; produção de mercadorias de realização de valor externo a ela. Em outras palavras, a madeira, uma riqueza natural da região, a qual se somava o valor do trabalho não pago, e em detrimento da agricultura e da pecuária, tinha seu valor realizado fora da região. De qualquer modo, ocorre acumulação econômica nos setores madeireiros, tal é a intensidade do processo de extração da riqueza em seu estado natural - um presente da natureza - e tal é a acumulação de trabalho não pago. Esta acumulação, porém, não é orientada no sentido do avanço de um capitalismo industrial na região. Aquilo que é investido na indústria pelos madeireiros ou noutros setores da economia o será feito noutras regiões do país, mormente na região líder do processo de desenvolvimento econômico industrial.

Os fazendeiros, por sua vez, vendedores dos pinheiros nativos, que também acumularam riquezas com a realização daquela acumulação primitiva - não investiram na industrialização da região. "Preferiram" seguir a lógica que lhes era imposta pelo processo de desenvolvimento capitalista: ou investiram na compra e/ou implantação de fazendas de gado noutros estados da Federação - Paraná e Mato Grosso -, ou investiram na modernização das suas próprias fazendas na região. Este último procedimento acaba por reiterar a "vocaçãõ" agropecuária da Região Serrana.

Assim, de certo modo, podemos dizer da microrregião serrana de Santa Catarina, no contexto dessa nova divisão inter-regional do trabalho, aquilo que OLIVEIRA diz da região Centro-Oeste do Brasil:

"A região Centro-Oeste é, evidentemente, uma criação do Sudeste, e apenas no que se refere ao seu setor agrícola, pode ser considerada como uma 'reserva de acumulação primitiva' para a expansão do sistema, já que seu setor industrial é inexpressivo e cresce como função da renda gerada pelas atividades agropecuárias." (OLIVEIRA, 1984:74).

E é nesse sentido, de economia subordinada, que o setor de produção de papel e celulose começa a desenvolver-se na região. Já naquele período "os grupos Hering e Bornhausen - da região catarinense do Vale do Itajaí - montaram (1955/60) um grande estabelecimento de papel e papelão na área rural de Lages". (SANTA CATARINA, 1986:105); outras pequenas fábricas de pasta mecânica foram instaladas na área rural de Lages. Pequenas, mas que, no somatório com as forças representadas pelos madeireiros e pelos "papeleiros", contribui significativamente para a mudança das relações sociais e de produção e para a mudança das relações políticas neste município e em toda a região. Nesse quadro de mudanças ainda temos a destacar, em especial, as contradições (fissuras ou crises) no interior das elites locais dominantes e o processo de proletarianização do trabalhador rural. Trata-se de identificar o significado histórico do período chamado de "o período do ciclo da madeira", através do que chamamos de segundo prisma.

### 2.2.2 Crise nas elites políticas e proletarianização do trabalhador rural

Esse período, do ponto-de-vista do poder local, caracterizava-se, também, pela lenta e gradual perda de hegemonia por parte das oligarquias rurais. É o poder político do Coronel que, finalmente, começa a ser contestado. O domínio do poder de Estado no nível local, bem como a hegemonia na sociedade civil, começa a ser disputada.

A disputa, entretanto, não foge aos limites internos às categorias dominantes da sociedade. São os madeireiros que se contrapõem aos fazendeiros (os coronéis).

"Os empresários da área madeireira (os madeireiros) se caracterizavam pelo espírito empreendedor e progressista, detendo em suas mãos os negócios mais lucrativos da época. Passaram a ser os 'ri-

cos' da cidade em substituição aos fazendeiros, cobiçando permanentemente o poder para desbancar os políticos tradicionais. Os 'senhores da terra invadida' ridicularizavam os madeireiros, alegando sua 'grossura' no relacionamento social e na política. Estes, por sua vez, revidavam as acusações dizendo que os lageanos eram insensíveis ao progresso, que não tinham visão econômica e que estagnavam o desenvolvimento nacional. Porém, o domínio político permanecia com os fazendeiros. (...) Este domínio político irritava os madeireiros, que não se conformavam com a inoperância, especialmente com aqueles setores que lhes diziam respeito: setores viário e fiscal. Conseqüentemente, estavam sempre a fazer oposição ao poder político local." (MARTENDAL, 1980:p.44).

Embora tenha sido uma disputa de hegemonia entre setores dominantes da sociedade, não se pode deixar de destacar sua importância no processo de modernização das relações políticas, isto é, contribuiu para a separação das relações coronelistas de poder. Diante das oposições diretas que enfrentavam, dos "novos ricos", num contexto histórico, agora, onde os representantes políticos são eleitos, os "coronéis" não mais se mantêm no poder à base do "voto cabresto". Quer dizer, as relações políticas deixam de ser tão patrimoniais quanto o eram durante o predomínio local da pecuária: pode-se dizer que as relações, agora, são mais "mercantis" - para manter-se no poder a relação é de clientela, o voto é uma mercadoria que o "coronel" tem que comprar. Daí as histórias, de domínio público, de grandes fazendeiros que "se quebraram com a política". Vendiam bois e fazendas para "aplicar na compra de votos". Aliás, esta prática não é uma primazia de Lages, mas tão somente reflete uma situação comum no Brasil daqueles anos.

Certamente que não foi a oposição, em si, dos madeireiros, de maneira autônoma, que acelerou o processo de degradação - ademais tardio - do coronelismo; tal oposição só teve existência possível dadas outras variáveis históricas. De qualquer modo, no resultado, acabou significando uma força motora impor-

tante no processo - evolutivo - de mudança das relações políticas,<sup>12</sup>

Decorrente desse ciclo econômico da madeira, destacamos ainda a ocorrência do que podemos chamar de processo de proletarização do trabalhador rural na região.

Não se pode afirmar que, no período, a tecnificação da agricultura que se verificava no país de modo geral, ocorria também na Região Serrana de Santa Catarina. Ao contrário, a agricultura e pecuária, aí, não se modernizaram no período.<sup>13</sup>

A "revolução verde" que ocorria naquele mesmo período no Brasil não chegou à Região Serrana de Santa Catarina.

"No Brasil, essa etapa, que começou em 40 e se estendeu até a década de 60, caracteriza-se pela elevação do uso de tratores, de adubos químicos, de um crescente uso de crédito e sementes selecionadas, a maioria importada dos Estados Unidos. Temos aí a mudança gradativa da base técnica da produção agrícola." (BELATO, 1988:12).

No Brasil em geral, e em especial nas áreas produtoras de cana-de-açúcar, esse processo de modernização da agricultura foi causador de expulsão dos trabalhadores residentes, que ocupavam pequenas áreas. Os proprietários precisavam expandir a produção. Para isso tinham máquinas e precisavam de mais terra. É possível verificar que

"Nas áreas em que a grande propriedade se expandiu, (...) expandiu-se pela expulsão dos pequenos agricultores e não por sua inclusão (ou por sua reinclusão através do assalariamento). No passado o posseiro era convertido em agregado, incluído no círculo da clientela política dos potentados locais. Hoje, ele é expulso, submetido a violências físicas." (MARTINS, 1989:19).

Relativamente à Região Serrana de Santa Catarina, na verdade, a modernização não atingiu as fazendas de criação de



gado, portanto, não chegou ao ponto de expulsar agregados e peões. A agricultura<sup>14</sup> também não foi atingida a ponto de exercer a violência física sobre os posseiros ou pequenos proprietários.

O que ocorreu não foi um processo de expulsão dos caboclos-peões por condições internas à fazenda, de modernização e conseqüente dispensa de mão-de-obra; nem expulsão dos caboclos-roceiros. Não afirmamos que isso não tinha ocorrido também; entretanto é uma questão muito secundária diante da evidência da supremacia de uma outra força geradora da evasão da roça e da fazenda. Falamos da atração exercida pelas serrarias - pelo trabalho nas serrarias - sobre os caboclos.

O caboclo-peão, que até então só fazia atender aos bois do fazendeiro por um salário irrisório, e o caboclo-roceiro, que vivia em condições precárias de vida, sentiam-se agora atraídos por um trabalho que não exigia qualificação e que lhes dava muitas vantagens: salário fixo mensal e em dinheiro vivo, casa nova para morar e numa vila "operária" e, ainda, oportunidade para criar pequenos animais e cultivar pequenas lavouras (MARTENDAL, 1980), com novas perspectivas educativas.

Essas forças atrativas se generalizavam:

"Por onde encontrassem reservas naturais de araucária, foram sendo instaladas novas serrarias, abrindo caminhos, formando Vilas (...) recrutava e ocupava, para um trabalho que praticamente não exigia nenhuma qualificação, a mão-de-obra disponível na localidade onde a nova atividade ia se instalando." (IURA, 1977:3).

É preciso destacar, ainda,

"(...) um fenômeno que, na época (do ciclo da madeira) foi observado: o trabalhador sair do serviço de roça para se tornar um operário significava, perante seu grupo, uma elevação de status. Esta elevação, segundo a ótica vigente, se devia a dois

motivos: (a) trabalhar na roça ou como peão de fazenda era só mesmo para quem não podia ser outra coisa na vida; (b) a serraria distribuía seus operários num quadro hierárquico de funções, que podiam ser julgadas, possibilitando uma ascensão social - o que se constituía uma novidade na região." (MARTENDAL, 1980:57).

Da observação desse processo de mobilidade social horizontal ou de transferência de mão-de-obra para as serrarias, naquelas condições históricas, duas conclusões básicas podemos tirar: primeiro, que houve, de fato, um processo de proletarização do trabalhador rural na região. Não se trata de proletarização no interior das relações de trabalho da fazenda, nem da industrialização da agricultura. Mas, de qualquer modo, o trabalhador rural se proletarizou, conforme podemos verificar:

a) o peão de fazenda - caboclo-peão - de uma relação de trabalho patrimonialista, passa a viver agora, na serraria, uma relação binária, vertical, moderna, capitalista;

b) o pequeno agricultor - caboclo-roceiro -, que antes era autônomo, que dominava todo o processo de produção, que era dono (proprietário ou posseiro) dos meios de produção - a terra - se transforma, agora, em trabalhador livre assalariado. Duplamente livre: livre dos meios de produção e livre para vender sua força de trabalho. O caboclo-roceiro não mais vende o pequeno excedente da sua produção de subsistência, mas a sua força de trabalho por dinheiro. É este dinheiro que passa a ser o seu limite de sobrevivência. Ele (o roceiro) deixa de determinar para ser determinado no que fazer do trabalho. O dimensionamento do trabalho é determinado pela necessidade e interesse de quem compra sua força de trabalho, não mais pelas próprias necessidades. O ritmo do trabalho - a velocidade - bem como a quantidade de tempo numa tarefa dada é a máquina ou o patrão que determina. Agora vive sob a vigilância do patrão. Agora, quem controla o processo de produção e impõe a tecnologia é outro. Enfim, o caboclo-roceiro deixa de ser roceiro para ser operário

de uma serraria implantada no interior (MARTENDAL, 1980).

"No âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural, depende da separação entre o produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o operário aparece como categoria econômica, social e política é aquela em que já não possui, nem imaginariamente, os meios de produção." (IAN- NI, 1977:120).

Desse processo de proletarização, que tanto o caboclo-peão como o caboclo-roceiro da Região Serrana de Santa Catarina sofreu, há que se destacar, entretanto, alguns aspectos que o torna de certo modo *sui generis*:

a) ao processo de proletarização - transformação em operário - não corresponde um processo equivalente de urbanização do trabalhador caboclo, isto é, a serraria, onde ele vai ser operário, está instalada no interior - no seio dos grandes pinhais. O campo, portanto, continua a ser o seu habitat, o seu espaço de maior influência cultural e social. Nesse sentido, este trabalhador - novo operário - da serraria não sofre sensíveis mudanças. Ele continua a viver no meio rural, embora a sua casa esteja, agora, numa Vila. Seus vizinhos e amigos, na maioria, são os mesmos vizinhos e amigos de antes. Continuam as mesmas as suas atividades religiosas. O CTG (Centro de Tradições Gaúchas), que frequenta é o mesmo, com as mesmas atividades culturais. Os hábitos alimentares, vestuário, costumes, enfim, ambiente cultural pouco muda.

Portanto, a simples mudança da condição de roceiro ou peão para operário não significa a criação de um proletariado no sentido clássico.

b) As condições materiais, sem dúvida, estavam postas para dar origem ao proletariado na Região Serrana de Santa Catarina, mas estas não eram condições suficientes, muito menos se pensamos num proletariado com "consciência de clas-

se-para-si". São necessárias mudanças culturais profundas que extrapolam as relações econômicas. Mudanças radicais no comportamento e na convivência social que nem sempre têm origem nas relações econômicas, pelo menos diretamente. São necessários movimentos sociais, geradores de crises. As condições em que ocorreu a evasão dos caboclos das roças e fazendas para as serrarias não são nem geradoras, nem resultados de crises nas relações sociais e nas relações de produção da época.

Ao contrário, conforme já assinalamos, os caboclos abandonaram as fazendas e as roças, atraídos por melhores condições de vida na serraria e pela possibilidade de ascensão na escala social. Não houve, portanto, ruptura - "essa ruptura dolorosa mas libertadora". (MARTINS, 1989:19).

Em não tendo havido ruptura, o caboclo trabalhador - peão ou roceiro - continua a ver o fazendeiro (proprietário) como um tipo bom, que só não fazia mais o bem (antes) porque não podia. Nessa visão, ser grande proprietário não se constitui um mal em si. E essa visão vai persistir na cabeça do operário de serraria que mantém as boas relações (de compadrio) com o fazendeiro, operário que não adere de imediato - e a maioria nunca vai aderir - às novas orientações políticas dos novos patrões, que são, agora, madeireiros que fazem oposição às oligarquias rurais.

Ainda nesse quadro, que destacamos como de importância especial no processo de formação das classes sociais urbanas da Região Serrana, caberia observar outras formas de dominação social, que vão contribuir, justamente, para a produção de uma classe popular urbana de acentuada submissão. Uma classe urbana (subalterna) dócil; isto é, sem conflito com os donos de terra e gratos aos novos patrões, os madeireiros, que lhe oferecem trabalho e melhores condições de vida. E, ainda mais, estas classes populares (subalternas) começam nesse período a sofrer a sua organização sindical.

O primeiro sindicato de trabalhadores de Lages foi fundado em março de 1953 - o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário. É exatamente o sindicato que representa os trabalhadores das serrarias.

Até então não se tem notícias de organização sindical na região. Logo em seguida ao da construção e do mobiliário, outros foram fundados na mesma década na cidade de Lages: Sindicato dos Empregados no Comércio (agosto de 1953), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico (1957) (COSTA, 1982:944-945), organizações sindicais de categorias de duas outras atividades de grande importância econômica na cidade de Lages e na região. Ambas as categorias ligadas ao setor de serviços, já que a atividade metalúrgica - dominante no setor - é uma atividade estritamente de apoio ao transporte.

Esses sindicatos nascem justamente num período de florescência de sindicatos sob a égide da CLT - tutelados pelo Estado de orientação populista no nível nacional. São sindicatos cuja existência interessa ao Estado e ao empresário, na função de amortecedor do impacto da exploração do trabalho. Era necessário "racionalizar" as relações capitalistas de trabalho. Exercem, portanto, os sindicatos de trabalhadores a função do "pelego" - que amacia a sela do cavalo (os trabalhadores) para que possa o capitalista permanecer montado mais confortavelmente e sem ferir diretamente o lombo do quadrúpede. Em Lages, não foi diferente do Brasil: as notícias que se tem, que se ouve de antigos trabalhadores de Lages, confirmam a regra.

Mas, nesse processo de "racionalização" das relações capitalistas de trabalho surgem também os sindicatos patronais: Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias - janeiro de 1958 - e Associação Profissional do Comércio Varejista da Região Serrana do Estado de Santa Catarina (1958) e reconhecida como sindicato em 1959 (COSTA, 1982:945).

Assim as classes subalternas da região - as principais categorias de trabalhadores - sofrem impotentes as consequências da dupla organização sindical, a sua própria e a dos seus patrões, permitem que tudo seja decidido "para seu bem" pelos

seus dois chefes.

Para concluirmos esse quadro, situamos a Igreja Católica também numa posição extremamente conservadora. Continua sob a orientação pastoral e administrativa de Dom Daniel Hostin, que somente vai receber um Bispo coadjutor (Dom Afonso Niehues) em 1959. Os ventos de ação católica continuam a soprar ao largo dos pampas da Região Serrana, a forte cortina quebra-vento, que continua com sua base principal nos padres franciscanos, não permitem que a JOC - Juventude Operária Católica, ou JAC - Juventude Agrária Católica, por exemplo, se formassem. Tais movimentos tratam-se de Ação Pastoral e de organização social dos católicos com base no "método de formação de lideranças populares a partir do lema Ver, Julgar e Agir" (HOORNAERT, 1973:135), de orientação progressista.

De tal modo, também no universo da Igreja Católica - predominante absoluta entre as igrejas -, as classes subalternas sofrem a "religião institucional": agora - mais nesse período do que antes - com pregações de massa, que atingem as aglomerações nas Vilas em torno de serrarias e nos bairros da cidade de Lages.

### 2.3 ECONOMIA EM CRISE, CORONELISMO DECADENTE, POPULAÇÃO URBANA ESPOLIADA - 1962/1972

No âmbito nacional esse período da história se apresenta como de turbulência. No nível econômico, na linguagem de SERRA (1982), estão presentes duas inflexões, das três mais agudas do período do pós-guerra. "A primeira delas ocorreu a partir de 1962, depois de uma notável trajetória expansionista desde o final da guerra (9,7% ao ano) e particularmente no quinquênio anterior (1956 - 1961), em que a taxa de crescimento no produto industrial alcançou a média dos 11 por cento ao ano. No quinquênio seguinte (1962 - 1967), esta taxa declinou mais de quatro vezes, atingindo a média de 2,6% anual.

A segunda inflexão observou-se "a partir de meados de 1967, inaugurando a fase expansiva do milagre econômico, durante a qual o produto industrial cresceu a quase 13 por cento ao ano, até 1973". (SERRA, 1982:72).

No nível político, chega-se ao auge e ao esgotamento do populismo. A política paradoxal de alianças de classes chega ao seu limite e arrebenta-se de vez com o golpe militar de 64. Daí para frente, fica instalada uma ditadura político-militar das mais duras da história brasileira, com especial dureza o período do governo Médici (1968-1973).

No âmbito local, isto é, no âmbito da Região Serrana de Santa Catarina, o período também foi de turbulência.

No nível econômico, a inflexão nacional que se inicia em 62 tem reflexos diretos e imediatos sobre a Região Serrana, agora integrada à economia nacional. Integrada, em especial, pelo comércio de madeira. Tem-se aí o início do fim do ciclo da madeira<sup>15</sup> que, ademais, não tem como causa somente o refluxo do mercado nacional, mas também o início do próprio esgotamento das reservas nativas.

Estes dois elementos históricos combinados serão fatores determinantes de um intenso movimento migratório, que se verificou na primeira parte daquele período, com grandes contingentes humanos que deixaram as Vilas (praças de serrarias) do interior do município de Lages e municípios vizinhos em direção à periferia da cidade de Lages. Forma-se aí na cidade uma população de espoliados urbanos, sujeitos históricos que, no plano político, darão o golpe de misericórdia no coronelismo da região e, na seqüência, serão a base para o início de um período de governo populista em Lages. Marca o fim definitivo da política de coronéis e eleição de um prefeito (Juarez Furtado), forjado em relações sociais e políticas marcadamente populistas. Eleito em 1972 pelo então MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que se opunha ao partido oficial (ARENA) onde se a-

brigavam - acotovelando-se com outros segmentos - os remanescentes do coronelismo.

Um fim tardio do coronelismo e uma emergência tardia do populismo de caráter urbano, se comparado com o ritmo da história geral do Brasil.

Ainda no nível econômico, a segunda inflexão observada a partir de 1967, esta de expansão da economia nacional - o "milagre brasileiro" - também produzirá seus reflexos na economia local com a expansão da indústria papeleira e um início de implementação de agro-indústrias alimentares.

Para se compreender esse período da história da Região Serrana de Santa Catarina, é fundamental que neste se compreenda o movimento migratório, que é consequência e causa de mudanças estruturais profundas. Vimos que no período anterior (1946 - 1961) o movimento migratório, do campo para a cidade foi intenso, particularmente para a cidade de Lages. As sedes dos municípios vizinhos também tiveram significativo crescimento. Foi em 1961 que três distritos de Lages se emanciparam, tornando-se municípios (Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul).

Entretanto, naquele período o movimento migratório da região insere-se à regra nacional que tinha na base dos movimentos migratórios o modelo de desenvolvimento urbano-industrial acelerado. Naquele contexto, o principal fator de migração era a atração exercida pela cidade, em processo de industrialização, que demandava a mão-de-obra existente no campo.

"Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas quanto os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e individuais autônomas. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como



proporcionando 'oportunidades econômicas', que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém." (SINGER, 1987:40-41).

A atração deixou de ser - para o Brasil em geral e para a Região Serrana de Santa Catarina em particular - o principal fator de migração, com o advento da crise econômica iniciada em 1962.

"Foi transparente, a partir de 1962, o declínio do ritmo de crescimento da economia. Entre 1962 e 1967 a taxa média anual de expansão do PIB caiu mais da metade; o crescimento do produto manufatureiro diminuiu aproximadamente quatro vezes em relação ao do ciclo expansivo anterior e o nível de atividade do setor de construção civil diminuiu em termos absolutos. (grifo nosso).

A desaceleração do crescimento decorreu em grande parte dos fatores de natureza cíclica, relacionados com a conclusão do volumoso 'pacote' de investimentos públicos e privados iniciado em 1956/57. As políticas de estabilização do início de 1963 e de 1965, 1967 (primeiro trimestre) contribuíram para aprofundar essa desaceleração. Sua adoção foi motivada pelo recrudescimento da inflação que, por sua vez, resultou da mesma desaceleração e de problemas derivados do setor externo. No mesmo sentido contribuíram fatores puramente circunstanciais, como foi o caso da seca de 1963." (SERRA, 1982:40 e 81).

Obviamente que, com o advento da crise, os movimentos migratórios no Brasil não cessaram. Mas, em geral, o ritmo de crescimento populacional das cidades diminuiu em comparação à década anterior.

Na Região Serrana de Santa Catarina ocorre um fenômeno atípico quanto ao movimento migratório nesse período. Atípico ou bem coerente com a atividade econômica - madeira para a construção civil - que desenvolvia. De qualquer forma, um fenômeno atípico a ser visto dentro de um quadro maior. Para ilustrar tomemos os dados dos censos de 1960 e 1970 do município de

Lages e do Estado de Santa Catarina, reunidos no Quadro 5.

Quadro 5. Comparação da população urbana e rural de Lages e de Santa Catarina - 1960/1970.

Ano	Lages			Santa Catarina		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1960	76.579	34.647	41.932	2.418.116	673.981	1.444.135
1970	128.728	82.006	46.722	2.401.734	1.746.043	1.155.691

Fonte: IBGE - 1960 e 1970  
SANTA CATARINA (1986).

Comparando os dados populacionais urbano e rural, podemos verificar que em Santa Catarina a população urbana, que era de 673.981 em 1960, passa para 1.246.043 em 1970 - um crescimento de 84,8%. Ao mesmo tempo a população rural registrou um pequeno crescimento absoluto no mesmo período: de 1.444.135 em 1960 para 1.655.691 (14,6% de crescimento). Em contrapartida, o município de Lages, que registrava uma população urbana de 34,647 em 1960, passa para 82.006 em 1970 (134,7% de crescimento) e, ao passo que a população rural teve um crescimento de 41.932 em 1960 para 46.722 em 1970 (11,1% de crescimento)<sup>16</sup>.

A atipicidade do fenômeno ocorrido em Lages nessa década especialmente durante a primeira inflexão econômica (1962-1967), está no fato de a população que se evadiu do campo para a cidade não mais vir porque atraídos por melhores ofertas econômicas - fator de atração -, nem porque expulsos da terra - fatores de expulsão<sup>17</sup>.

O que ocorreu, em verdade, foi uma pressão econômica de caráter estrutural sobre uma população de características, ao mesmo tempo, rurais e urbanas. Explica-se: a principal população migratória não

era propriamente uma população rural, como registram os censos oficiais, pois viviam em Vilas - no meio rural, sim -, e as suas relações de trabalho na serraria eram de caráter mais ou menos urbano-industrial. Ou seja, aquela população já era urbana o suficiente quanto às relações de produção. E, desgarrados da terra - livres dos meios de produção rural e/ou das relações "patrimoniais" de produção no campo - também o suficiente, a ponto da tendência migratória voltar-se para a cidade. E, neste caso, o pólo urbano mais próximo é a cidade de Lages.

Assim é que se tem, mais que um movimento migratório, um fenômeno de classe. "As migrações são, sempre, um fenômeno de cunho classista, isto é, são frações de uma determinada classe que migrou." (OLIVEIRA, 1984:152).

O mais grave é que a mesma razão de ordem econômica que leva ao fechamento tantas serrarias nas "Vilas rurais", provocando a migração para a cidade de Lages, leva ao fechamento também serrarias instaladas na cidade de Lages. Aliás, o reflexo da economia não atinge só o setor madeireiro, mas sim a economia em geral. Portanto, fica difícil vincular, nos limites da microrregião (Região Serrana de Santa Catarina), aquele processo migratório determinado ao processo industrial. SINGER sugere a "hipótese da existência de tipos historicamente definidos de migrações, condicionado pela industrialização". (SINGER, 1987:31).

Na mesma linha de pensamento, OLIVEIRA propõe que "sob o capitalismo as migrações, tanto no sentido mais óbvio campo-cidade, como em outros sentidos - campo-campo, cidade-campo -, representam momentos da formação do exército industrial de reserva." (OLIVEIRA, 1984:152).

Segundo este entendimento, a industrialização da agricultura é um fator básico da migração do campo, por expulsão da terra, seja da pequena propriedade que perde a competitividade e é absorvida, seja de trabalhadores residentes, posseiros e/ou

assalariados que têm que dar lugar à expansão da grande produção é a máquina que substitui a força de trabalho. Ocorre neste caso o que SINGER chama de desemprego tecnológico (SINGER, 1987:42).

E o processo industrial no meio urbano, ainda segundo esse entendimento, quando em expansão, é o fator principal de migração que atua no ponto de chegada, um fator, portanto, de atração, no caso de aumento significativo da produtividade do trabalho na indústria urbana, motivado por outros fatores de produção - como capital ou tecnologia -, também aí pode-se gerar o "desemprego tecnológico" e, por consequência, se transforma em fator de migração para outros pontos de chegada.

Enfim, a indústria seria sempre o motivo que explica os movimentos migratórios entendidos como movimentos classistas ou processo social. E não temos dúvida que este é um forte motivo que está por trás do movimento migratório. Durante a fase de expansão econômica, no final do período, valeria a pena uma investigação mais detida para avaliar este fator: seu peso quantitativo no processo migratório e a sua influência específica - qualitativa - na produção da "população" urbana espoliada na cidade de Lages.

Interessa-nos, particularmente, para efeitos deste trabalho, chamar a atenção para o movimento migratório motivado pelo fechamento das serrarias durante, em especial, a fase de refluxos da economia brasileira. Entendemos que aquele contingente de migrantes, no conjunto da população urbana produzida naquele período, foi o grupo predominante. Ademais, entendemos também que, pelas circunstâncias em que ocorreu na região o movimento migratório da segunda fase daquele período - que será vista à frente -, não altera, no todo, a qualidade das relações sociais e políticas da população urbana resultante.

Para efeitos deste trabalho, tomamos o entendimento da migração como

"processo social, cuja a unidade<sup>3</sup> atuante não é o indivíduo mas o grupo (...) (com) causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico (...) e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. (...) O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe." (SINGER, 1987:51-52).

Não temos dúvidas de que o processo migratório no período referido, na Região Serrana de Santa Catarina, foi de fato um processo social e de fundo econômico.

Entretanto, no limite dos dois pontos daquele movimento - como ponto de partida as Vilas no meio rural e as cidades vizinhas, e como ponto de chegada à cidade de Lages -, seria forçoso classificá-lo como determinado pelo processo de industrialização, já que, como já vimos, não houve avanço da indústria da cidade de Lages para atrair migrantes, ao contrário, também na cidade foi liberada força de trabalho por desemprego. Por outro lado, como também já vimos, não foi a industrialização da agricultura na região o motivo daquele movimento migratório, pois aqueles grupos migrantes, nem mais trabalhadores rurais eram, e dos ventos da modernização (industrialização) da agricultura que sopravam no Brasil em geral desde o início do pós-guerra, somente uma brisa na região soprava e em alguns pontos específicos - a extensão rural teve muito pouca influência naquele período<sup>18</sup>.

A agro-indústria começa a surgir como opção econômica para a região somente a partir do início da década de 70, e ainda restrita - no seu início - a produtos da pecuária: laticínios e frigoríficos.

A indústria de papel e celulose, que teve o seu início em Lages durante já os "anos dourados" - com a implantação da Papel Itajaí, em 1958 -, passou a desempenhar papel mais relevante na economia a partir do início da década de 70. Aliás, a

esta "relevância" econômica do setor papelero - posto conquistado com a concentração da atividade em torno de duas grandes empresas de capital transnacional - vincula-se o fechamento de algumas pequenas fábricas de pasta mecânica espalhadas pelo interior do município de Lages (distrito de Bocaina do Sul e Índios). Deste processo se produz, aí sim, um contingente de algumas centenas ou mais de um milhar de "desempregados tecnológicos". Mas, de qualquer modo, os poucos ventos de modernização da agricultura que na região sopravam, e, em especial, as papelarias, pela compra das terras de pequenos e médios proprietários, eram motivo de migração que deve ser considerado. Segundo SINGER, classifica-se como fator de expulsão. Esta expulsão, entretanto, além de ocorrer somente no final do período, não se dá via rupturas: ao contrário, no caso das vendas das terras às papelarias, sempre se ficava devendo favor à empresa pelo alto preço pago pela terra e a promessa - algumas vezes cumprida - de emprego na fábrica. E a fuga do campo por conta do aumento vegetativo da população e a falta de terras correspondentes, bem como a fuga por conta do aumento dos custos de produção das culturas tradicionalmente cultivadas na região, não têm suas causas estruturais compreendidas pela população migrante que, assim, não consegue distinguir seu inimigo para com ele romper. Trata-se, também aí, de uma massa humana, amorfa e disponível a orientações de cunho carismático, que irá engrossar as fileiras daquele contingente anterior de migrantes que saíram das serrarias.

Este "segundo" movimento migratório, portanto, não invalida nosso entendimento da atipicidade da migração para a cidade de Lages no período 1963-1973, pois, se não bastasse o já dito, diríamos ainda que: primeiro, conforme dito acima, a liberação mais significativa, enquanto grupo social, de mão-de-obra das fábricas de pastas ocorre no final do período referido, com o fechamento da Papel Itajaí, em Bocaina do Sul;

Segundo, a concentração da atividade industrial no ramo do papel/papelão não se dá na cidade de Lages, mas nas sedes distritais de Correia Pinto e Otacílio Costa, portanto, no interior; terceiro, as agro-indústrias implantadas na cidade de Lages ocuparam muito pouca mão-de-obra - certamente muito menos do que o que foi liberado de pequenos açougueiros "de capoeira" (para designar abates fora das normas do SIF etc.) e de pequenos fornecedores de leite.

Assim é que se produz, no período, uma massa humana - uma população - de espoliados urbanos na cidade de Lages.

Segundo KOWARICK (1983:59), a espoliação urbana é um processo decorrente de um processo anterior que, para ele, está ligado "às condições de exploração do trabalho propriamente dito, ou mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora". Para KOWARICK, espoliação urbana "é o somatório de extorções que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho".

SINGER (1987:57) chama a atenção para que esse processo de espoliação sofrida pelos migrantes no ponto de chegada não seja tratado como "marginalidade" produzida pela própria migração. Primeiro, porque ele rejeita o conceito de "marginalidade" como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no uso de certos serviços urbanos. Segundo, porque tratar assim a questão da migração, para ele, é tratá-la a partir de critérios individuais que "escamoteiam a situação de classe dos assim chamados marginais". Em seguida acrescenta que "é sabido que o capitalismo industrial, desde a sua origem, requer e, por isso, constitui reservas de capacidade produtiva e de força de trabalho, que somente são utilizadas

no momento em que a economia se expande com maior vigor".

"(....) O capitalismo mantém uma parte da força de trabalho em estoque, constituindo um exército industrial de reservas. Manter significa aqui preservar e sustentar." (SINGER, 1987:57-58).

Numa visão macro, não há dúvidas de que a população de migrantes que acorreram à cidade de Lages no período em foco, constituíam-se num contingente do "exército industrial de reservas", à frente veremos que de fato este contingente se prestou e continua a prestar-se para atender parte da demanda de força de trabalho na indústria (da construção civil em Itaipu, por exemplo, em 1975, e daí por diante).

Entretanto, seria lógico de se pensar que a manutenção desta força de trabalho em estoque, num período de refluxo geral da economia no país, seria menos custosa - para o próprio capitalismo e, principalmente, para os migrantes se permanecessem em seu ponto de origem, no campo. Pelas razões vistas, isto não ocorreu na Região Serrana de Santa Catarina: ao contrário do que ocorreu no Brasil onde os censos de 1960 e 1970 acusam um crescimento absoluto de população rural de 38.767.423 para 41.054.053 habitantes, no município de Lages (com Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Campo Belo), a população rural diminuiu em termos absolutos de 86.174 para 84.000 (GAPLAN, 1986).

Assim, este contingente de migrantes, concentrado na cidade de Lages, exército industrial de reserva de outros espaços urbanos que não Lages, sofrem - no limite deste espaço - um processo terrível de degradação das suas condições de sobrevivência e reprodução.

Desse modo, o município de Lages, como um todo, sofre uma espécie de expropriação, isto é, arca com os custos de manutenção da força de trabalho em reserva, que será utilizada por outros no momento oportuno. Mas estes custos de manutenção,



na cidade de Lages, recaem especialmente sobre os próprios migrantes espoliados. Recaem, primeiro, em forma de não prestação dos serviços urbanos de consumo coletivo por parte de quem deveria fazê-lo, por parte do poder público. Pelo menos em tese, caberia ao Estado esta parte dos custos de manutenção do estoque de força de trabalho, já que é o Estado, no capitalismo, o medidor do capitalismo.

Com a ausência desses serviços (saúde, saneamento básico, transporte, energia, educação etc.), tem-se uma população - uma classe econômica -, além de pauperizada, privada daquilo que poderia ser chamado de direitos básicos de cidadão. Esta situação de exploração, na opinião de KOWARICK (1979), "agudiza ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho". Quer dizer, o excesso de oferta de força de trabalho pressiona para níveis baixos as ofertas de salários e condições de trabalho nos poucos empregos existentes na cidade - alguns observadores mais ousados (ou menos avisados?) dizem que Lages vivia, à época, relações de trabalho pré-capitalistas. A luta pela manutenção de seu emprego leva o trabalhador a humilhar-se diante do empregador e a uma postura de competição com seu "companheiro de classe". Por outro lado, o trabalhador espoliado e expropriado nas suas relações de trabalho é forçado a longas horas de trabalho extra - durante suas folgas - na produção de bens de auto-consumo, a produção de sua casa própria, por exemplo. Segundo OLIVEIRA (1984), ratificado por KOWARICK (1979), o processo de auto-construção da moradia durante as folgas e fins-de-semana, bem como de outras formas de "economia natural", é na verdade o produto do trabalho não pago. Serve, ao mesmo tempo, de instrumento de reprodução ou reposição ampliada da força de trabalho e

"de aumento da taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado (...) reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força

(....) e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho." (OLIVEIRA, 1984, citado por KOWARICK, 1979:61).

Mas as alternativas de subsistência a que se submete este contingente de trabalhadores na cidade não se limita aos poucos empregos com salários reais deprimidos, ou a produção ao auto-consumo, ou ainda a migração para outros pontos de chegada. Muitos se dedicam à prestação autônoma de pequenos serviços: desde esses tempos Lages tem sustentado a fama de ter muitos biscateiros, lavadores de carro na rua etc. e, em especial, mendigos.

Julgamos oportuno levantarmos aqui uma hipótese que valeria ser trabalhada noutra espaço: o de que a cidade de Lages teria sofrido um segundo processo de "terciarização" a partir do fim do ciclo da madeira. Se o "primeiro" processo, ao qual já nos referimos, estava ligado ao ciclo de extração da madeira que demandava certos tipos de serviços, este "segundo" seria, de um lado, resultante do excesso de oferta de mão-de-obra que, enquanto aguarda uma oportunidade de trabalho fixo e em melhores condições, presta serviços numa simples luta de sobrevivência, de outro lado, mais que isto, seria a própria auto-profissionalização no setor terciário da economia. Neste último caso, seria uma espécie de conjugação - em relação de influências mútuas - da oferta de mão-de-obra com a "difusão de certos tipos de consumo que requerem o uso complementar de serviços". No resultado, enfim, nesta linha de pensamento, ter-se-ia uma confirmação da tendência, para Lages, de cidade de prestação de serviços. Só que este "segundo" processo de expansão (relativa) dos serviços não se dá como conseqüência da expansão dos outros setores - como seria normal pensar e, como

o foi, efetivamente, durante o ciclo da madeira, mas, ao contrário, dá-se em decorrência do refluxo do setor de extração e de industrialização. Daí ser possível afirmar da existência de uma espécie de sub-economia, ou de categoria menor de economia para os padrões capitalistas de produção, circulação e consumo contemporâneos.

A indústria papelreira e as agro-alimentares; na Região Serrana, a segunda inflexão da economia do pós-guerra verificada a partir de 1967, expansão econômica conhecida como o "milagre brasileiro" também teve seus reflexos.

Foi quando se expandiu a agro-indústria de papel, papelão e algumas importantes agro-alimentares. De maior relevo para a economia municipal foi, sem dúvida, a indústria do ramo papel e papelão. Em 1969, foi fundada a Papel e Celulose Catarinense (PCC) e, em 1973, uma subsidiária da PCC - a Celucat S/A - para produzir embrulhos e envelopes. Em 1969, ainda funda-se a Bates do Brasil, para produzir sacos de papel multifoldados. Somadas as produções destas com mais a produção da Olinkraft, que já atuava na região, no ramo de papel e celulose, faz do município de Lages a capital do papel do Estado de Santa Catarina. É um grande centro produtor do país no ramo. Em 1970, conforme valor da produção, o ramo de papel/papelão representava para Santa Catarina 5,9% da produção industrial e, em 1980, representava 5,0%. Em Lages, em valor da produção, em 1980, o ramo papel/papelão representava 51,1% da produção municipal (SANTA CATARINA, 1986:105).

Deduzimos, daqueles dados, que em 1980 a produção lageana de papel/papelão representava 63,8% da produção catarinense do ramo. Mas a expansão da indústria de papel/papelão, se contribuiu para diminuir, em parte, não veio significar, naquele final de período - nem depois - o extermínio das condições de dilapidação e da exploração dos trabalhadores serranos, nem da espoliação urbana a que estavam expostos.

"As vantagens de localização ecológicas para o reflorestamento (pinus exóticos, araucária e eucalipto), o preço da terra, aproveitamentos hidroelétricos baratos permitiram o gradativo domínio dos grandes grupos multinacionais americanos (Manville, Rigesa, Bates etc.), além do maior grupo nacional do ramo, a Klabin.

Temos nesta área territorial {planalto de Lages e Norte que fazem parte de uma faixa territorial que vai de Vacaria/Lagoa Vermelha no Rio Grande do Sul, passando pelas referidas áreas catarinenses e pelo planalto paranaense - Ponta Grossa, Telêmaco Borba etc. - e alcança Itapeva em São Paulo}, um quadro de grandes e médias fábricas instaladas no centro de gigantescos reflorestamentos próprios (20 a 40 mil hectares), com pouca indução do processo industrial regional, pois são estabelecimentos de grande dimensão de capital e de vinculação a grande distância. Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-suficiente, constituindo uma estrutura super-imposta à economia anterior pastoral, latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra." (SANTA CATARINA, 1986:105).

Seria falso dizer que a indústria de papel/papelão implantou-se na região em função da mão-de-obra disponível. Também seria meia verdade apenas afirmar que aquelas fábricas, com a sua demanda de mão-de-obra, contribuíram com a diminuição do desemprego na região. Primeiro, porque o fator mão-de-obra naquele processo industrial é de menor importância diante do capital e da tecnologia empregada; segundo, porque, se é verdade que ocupou algumas centenas ou milhares até, de trabalhadores serranos disponíveis naquelas ocupações que exigem menor qualificação, também é verdade que um número bem maior que este de trabalhadores rurais - na maioria pequenos proprietários - entregaram suas terras às papeleiras - vendendo ou alugando - para o reflorestamento e rumaram para a cidade. Um fator de migração de muita relevância que ocorreu, principalmente, a partir do início da década de 70.

Foi também neste período de expansão econômica que algumas agro-indústrias, ligadas à pecuária, foram implantadas na região. A Lactoplasa Indústria de Laticínios do Planalto Ltda. foi fundada na cidade de Lages, em 1970, por um grupo de fazendeiros serranos. Com tecnologia sofisticada, fabrica todos os principais derivados do leite. Capta leite de toda a região.

A Frigoplan (Companhia Planalto de Frigoríficos) entra em funcionamento em 1973, com capacidade ociosa, para abate de bovinos.

Ainda neste mesmo período de expansão econômica foi que teve entrada, em algumas manchas da região, a cultura de ortifrutigranjeiros, como por exemplo o alho, em Curitibanos, a batata-semente, em São Joaquim, Bom Retiro e Campo Belo do Sul, a maçã, em São Joaquim, olerícolas em geral, em Urubici.

Estas três atividades produtivas - papel/papelão, indústrias agro-alimentares e ortifrutigranjeiros - tem em comum uma marca ligada ao seu tempo, isto é, em comum, surgem, num plano imediato, a partir de intervenção do Estado na economia, via incentivos fiscais e creditícios, numa estratégia global de crescimento econômico, através da concentração de renda. Num plano imediato, trata-se da penetração definitiva do grande capital nos complexos agro-industriais.

No caso da Região Serrana, as papeleiras - grande capital - se beneficiaram dos créditos subsidiados e incentivos fiscais, usando dos mecanismos legais de empresas agrícolas subsidiárias e "independentes". Estas são implantadas para fins de garantia àquelas, da produção de matéria-prima.

As indústrias agro-alimentares e a produção (industrial) de hortifrutigranjeiros se beneficiaram diretamente dos incentivos oficiais - creditício e fiscais. "O motor desse crescimento foi a expansão dos incentivos creditícios para a aquisição de insumos modernos e dos incentivos fiscais para a ampliação da capacidade das fábricas já existentes e instalação de

novas fábricas." (MOREIRA, 1981:14).

"O esforço em investimentos, a partir de 1970 (no complexo agro-industrial pecuária bovina de carne-frigoríficas), foi algo de impressionante e visava a melhoria das instalações e reequipamento das plantas de abate, de ampliar a capacidade de resfriamento e estocagem (....) Com relação ao complexo agro-industrial pecuária leiteira - laticínios, em seqüência às transformações do período 1964 a 1968 (....) seguem-se uma nova onda de transformações a partir de 1969. Na indústria elas (as transformações) aparecem já como novas fábricas em novas bacias leiteiras." (MOREIRA, 1981:16-17).

As conseqüências econômicas e sociais mais evidentes desse processo de industrialização na Região Serrana serão observadas nos períodos subseqüentes a estes períodos que se iniciam com o fim do "milagre brasileiro". Aí veremos que a centralização - monopólio garantido até com a polícia - da atividade de abate de gado bovino e do beneficiamento do leite, acabou inibindo pequenos negócios até então descentralizados. É aí que se tornam mais perceptíveis os problemas advindos da migração do interior para a cidade de Lages e outras, ocasionada - agora sim - pela concentração da propriedade das terras nas mãos dos papeleiros e de Companhias de reflorestamento.

É também nos períodos subseqüentes que ficarão mais evidentes, pelos seus resultados, os desequilíbrios que sofreu a agricultura da região durante o período de expansão econômica. Para SERRA, a produção agrícola brasileira para o mercado interno demonstrou considerável atraso "vis-a-vis o crescimento da indústria e da massa de salários". (SERRA, 1982:93).

Segundo SERRA, este atraso relativo tem a ver:

a) com o aumento desproporcional das exportações,

"cujo peso na produção agrícola total passou de 12.0 para 18.6% entre 1966 a 1967 e 1973 (....) a

produção de exportáveis substituiu a produção de alimentos para o consumo doméstico." (SERRA, 1982:93).

b) as características da modernização da agricultura brasileira que se iniciou no ano 50, para SERRA,

"essa modernização a nível tecnológico beneficiou fundamentalmente às culturas do café, do algodão, cana-de-açúcar, soja, laranja, batata e trigo, os cinco primeiros produtos de exportação. E foram estas culturas que puderam então desfrutar dos subsídios concebidos aos insumos químicos e que sofreram um processo de mecanização mais acentuado. Contribuiu no mesmo sentido a concentração do crédito rural especialmente em torno dos produtos citados e para os grandes proprietários em função das maiores garantias que podem oferecer." (SERRA, 1982:94).

Dessas circunstâncias, no caso da Região Serrana de Santa Catarina, não foram muitos os beneficiados. Tem-se notícias da chegada de grupos de famílias japonesas que se dedicaram ao cultivo da batata, gozando daqueles benefícios. Mas muitos pequenos produtores foram prejudicados, no nível regional, em consequência daquela política nacional para a agricultura, que acabou por aumentar

"o custo relativo da produção de alimentos para o mercado interno, devido ao medíocre desempenho da produtividade e menor margem de subsídio recebidos por este setor vis-a-vis os exportáveis. Neste mesmo sentido contribuíram também a violenta elevação do preço real da terra (....). (SERRA, 1982:94).

Em síntese, podemos concluir que a inflexão econômica, de expansão, verificada no Brasil nos anos de 1967/73, para a Região Serrana de Santa Catarina, funcionou como um "mecanismo" de demarcação de seu novo papel a ser desempenhado na divisão inter-regional do trabalho - a produção agrícola e a-

gro-industrial. E o desempenho efetivo deste papel (subordinado) se dá dentro da estratégia global de concentração - das terras, do capital, da renda. Portanto, confirma-se a relação econômica desigual, ou de expropriação. Expropriação, primeiro, da Região Serrana na relação inter-regional do trabalho pela sua posição de subordinação ou de função do desenvolvimento industrial. Expropriação, segundo, da cidade de Lages, que nessas circunstâncias de região subordinada, cabe a ela, pólo regional que é, conforme já citamos, a tarefa de "cuidar" do "exército industrial de reserva". Cuidar até que migrem para outros pontos de chegada. Pois, estruturalmente, a cidade e a região estão impedidas, isto é, sem condições de ocupação de toda essa força de trabalho disponível. Finalmente, expropriação dos trabalhadores serranos, que a sofrem em dose dupla, pois são o último elo dessa corrente expropriatória.

O resultado é um trabalhador ativo sujeitando-se a condições de trabalho de extrema exploração e, ativo e inativo, sujeitos de expoliação urbana.

Por estas e por outras razões, podemos dizer que o período foi propício, para a Região Serrana de Santa Catarina, no sentido de produção das condições de produção do que chamamos de "consciência urbana". As relações de expropriação sofridas pela cidade de Lages como um todo, as relações de exploração dos trabalhadores empregados e a expoliação urbana sofrida por todos os segmentos populares, foi o caldo de cultura onde se gerou e se desenvolveu uma nova visão de mundo no interior da grande maioria da população - classe econômica subalterna.

O fim último do coronelismo e a emergência do populismo: é esta nova visão de mundo, caótica, desordenada, o elemento principal que vai conduzir aquela população, num primeiro momento, ao repúdio de suas antigas relações políticas - o coronelismo - para criar, em seu lugar, novas relações políticas - o populismo. Certamente que o fator vontade de certos persona-



gens, individuais ou grupais, teve influência na aceleração da superação do coronelismo ou da emergência do populismo. Entretanto, a ação desses personagens estava muito condicionada às situações que se produziram, historicamente. Os últimos mandatários políticos municipais de Lages - executivos - ficaram premidos: de um lado pelas forças tradicionais que eles mesmos representavam, forças que exigiam deles o tratamento ao estilo do velho esquema das benesses que o poder proporciona. Deste lado a própria cultura política do mandatário - suas raízes - o impedem de desempenhar as ações político-administrativas que contentariam a grande maioria da massa, agora, urbana. De outro lado, o processo de expropriação que o município vivia - a cidade especialmente - na relação inter-regional do trabalho, situação em que tinha que manter o exército industrial de reserva constituído de trabalhadores dispensados no próprio município e nos municípios vizinhos. Este processo se traduzia, em última instância, num descompasso entre as necessidades da população urbana de bens e serviços de consumo coletivo e a capacidade física (orçamentária) do poder público local atender. Gera-se, assim, um descontentamento da grande massa urbana para com os mandatários locais, seus antigos compadres e/ou padrinhos. A forma de expressão desse descontentamento é confusa, nada elaborada, mas, com uma certeza, pelo menos a de que há que se opor àqueles que representam a política velha, no caso os que estavam no poder.

E é exatamente essa visão caótica da realidade, motivada pela necessidade material de preservação da existência, que possibilita o surgimento de "messias salvadores" - no caso, os populistas -, agentes representantes de outras classes ou segmentos de classes sociais, isto é, agentes não orgânicos da "classe em si".

A forma que essa "classe em si" usou para expressar sua vontade de mudança, na cidade de Lages, foram os processos

eleitorais. Aliás, esses processos eleitorais podem ser entendidos como um "espaço dialético" que ao mesmo tempo produziu e foi produzido pelos populistas na sua trajetória de conquista do poder político.

Primeiro o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), depois o MDB, foram os partidos políticos usados como instrumentos pelos populistas. Nas eleições proporcionais de novembro de 1966 - portanto um ano apenas após a institucionalização do bipartidarismo no Brasil (ARENA e MDB) - de dois deputados estaduais, eleitos pela Região Serrana de Santa Catarina, um deles, Evilásio Nery Caon, advindo que era do PTB getulista, era do MDB. Já nas eleições municipais de 1968, o MDB chega muito próximo da conquista do poder executivo, com 12.912 votos contra os 14.000 que elegeram o "último dos coronéis" (Aureo Vidal Ramos, pela ARENA).

Finalmente, é no MDB contraditório - retrato de sua face em todo o Brasil -, que congrega os populistas e segmentos das antigas oligarquias, e até alguns grupos de menor peso de tendência esquerdista, que vai se eleger prefeito de Lages um representante populista em novembro de 1972 - o então vereador e advogado trabalhista Juarez Furtado<sup>19</sup>.

Somente agora os populistas chegam efetivamente ao posto máximo do poder político municipal. Até então disputavam parcelas de poder. Chegam ao poder local somente no momento em que no plano nacional já estavam no ostracismo - pela força - havia tempo (desde 1964). O golpe militar de 1964, aliás, pouco significado imediato teve para a Região Serrana de Santa Catarina, do ponto-de-vista político. Em que pese a cassação do mandato de Deputado Estadual de Evilásio Caon e outras perseguições esparsas, o regime instalado no país teve pouco serviço para se impor na Região Serrana de Santa Catarina como dominante. As forças políticas locais muito cedo se acomodaram às regras do jogo imposto pelo novo regime.

Chamamos a atenção para o fato de que somente em Lages, neste período, ocorre de os populistas conquistarem a prefeitura municipal. Nos demais municípios da região e mesmo no interior do município de Lages, não são observadas mudanças políticas. Nenhuma que pudesse indicar algum avanço no sentido de sair da velha política de clientela e ainda de "cabresto" - própria dos "grotões" - para o estágio do populismo. Não ocorreu o processo de urbanização nos municípios vizinhos tal como ocorreu em Lages.

Outras formas de dominação social: se o arrefecimento do coronelismo denota a possibilidade e a existência efetiva de algum espaço de participação popular nas relações de poder, isto não quer dizer que tal espaço seja conquista dos subalternos. Um resultado da luta de classe. É certo que não se pode ser tão rigoroso e desprezar de todo este componente. De todo modo, entendemos que o "espaço de participação popular" é mais o resultado das contradições da história da região do que resultado de qualquer ação volitiva das classes subalternas, pois a região sofre as conseqüências de sua inserção no cenário nacional.

Estas classes subalternas, aliás, continuaram a sofrer a pressão articulada e hegemônica das estruturas de dominação que as tornam submissas. Articulam-se com as estruturas econômicas de dominação - como as já vistas - outras formas não econômicas de dominação, cuja ação em alguns casos é mais de âmbito local. Destas formas não econômicas destacamos como de maior importância:

a) a Igreja Católica: também nesse período os ventos das práticas pastorais da Igreja Católica, ligadas à Ação Católica brasileira, passam ao largo da Região Serrana de Santa Catarina. No Brasil, naqueles centros onde a ACB era mais presente e ativa, no pré-64 chega ao auge de sua ação, presente nas lutas sociais. Segundo LIMA, a ACB se posiciona em não ser tomada

como força criadora de novas zonas de influência em defesa contra o comunismo. Ao invés, posicionam-se nas lutas de classe em defesa das classes populares que se mobilizam. Essa postura estará na base de decisão episcopal definitiva de rompimento com a ACB em 1965, e que acaba por empurrar segmentos da ACB à organização da Ação Popular. Ainda segundo LIMA, a AP já nasce em âmbito nacional, justamente por contar com quadros dirigentes da ACB em âmbito nacional: a AP está presente em várias classes e setores de classe da sociedade e, diz mais, possuía uma ideologia - o socialismo. O que teria empurrado os católicos da ACB para a AP - diante do rompimento com e pelo episcopado - teria sido a consciência de que "o católico antes de tudo é parte integrante da revolução brasileira". (LIMA, 1979:45). Assim é que diversos movimentos posteriores surgem, a partir da AP, na ilegalidade, com a participação ativa de católicos.

Paralelamente a estes movimentos revolucionários, com a participação decisiva de católicos que foram desgarrados da Igreja, ocorre no próprio interior do episcopado brasileiro uma divisão entre progressistas de então e conservadores. Uma parcela representativa dos hierarcas apoiou o golpe de 1964 e as divergências se agravaram também entre o episcopado progressista e a vanguarda da ACB. A ACB desaparece e a Igreja fica isolada do povo. Esse isolamento leva a Igreja à formação de novas bases sociais. Segundo LIMA, setores da hierarquia assumem a pastoral popular, surgem as CEBs, para ocupar o espaço que ocupava a ACB.

Outras contradições históricas geram modificações na Igreja durante o período de ditadura - os setores progressistas ganham importância, especialmente a partir de Medellín, em 1968. Com a falta de outros instrumentos de mediação, a instituição Igreja se engaja diretamente na defesa da população. E é a partir daí que a Igreja - setores progressistas - irá criar mais tarde novas formas de organização (CPT, CPO, CIMI, CEBs

etc.).

De outro lado, ainda segundo LIMA, é também em 1968 que o Cursilho da Cristandade surge como o novo boom do catolicismo brasileiro - uma pastoral de elite para firmar bases nas elites e classes médias. Esses movimentos de cristandade surgem por iniciativa e conta dos setores conservadores da hierarquia católica brasileira, com articulações internacionais.

Neste contexto, a Igreja Católica, nos limites da Diocese de Lages - Região Serrana de Santa Catarina - continua a ter como Bispo Diocesano (até 1973) Dom Daniel Hostin, cuja postura político-administrativa já foi descrita anteriormente. Em que pese a presença já significativa, embora discreta dos bispos coadjutores - primeiro dom Afonso Niehues com ares de quem participou do Concílio Vaticano II e depois Dom Honorato Piazzera com postura de democratização das decisões administrativas - a Igreja Católica na Diocese de Lages não evoluiu naquele sentido político marcado pela ACB no âmbito nacional.

Ao contrário, todo o clero, sem exceção, orientado pela hierarquia, posiciona-se firmemente a favor do golpe militar de 64 e pregava a favor da "marcha da família com Deus pela liberdade". Pregava o anti-comunismo a uma população de fiéis sem condições objetivas e subjetivas de sequer entender o significado histórico do comunismo. Sequer a Pastoral Popular, a partir de Medellín, consegue soprar seus ventos até à Diocese de Lages.<sup>20</sup>

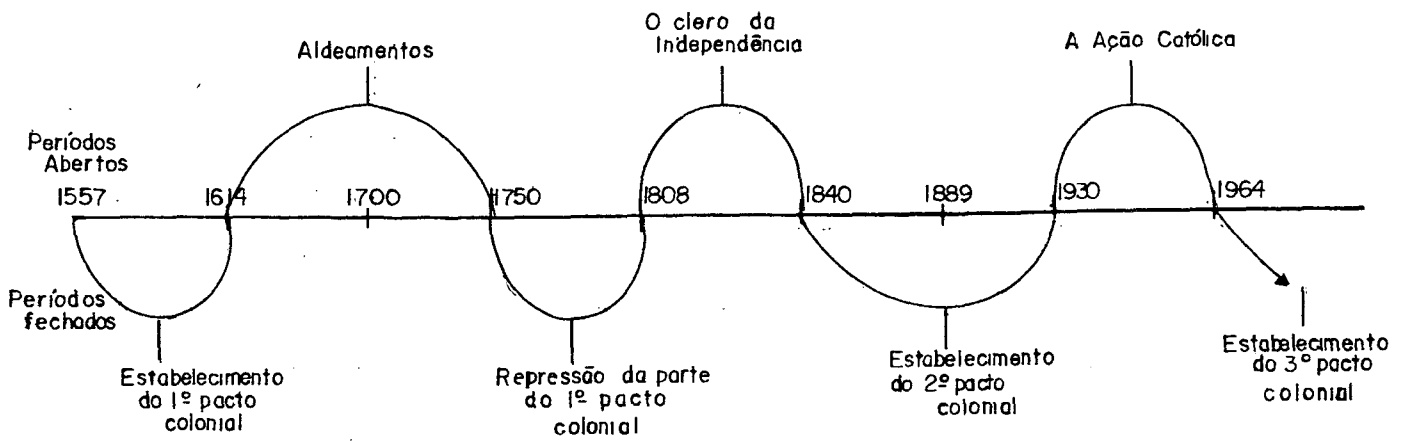
Por outro lado, os Movimentos de Cristandade chegam muito cedo à Diocese de Lages: o movimento de Cursilho e o Movimento de Encontro de Jovens chegam ainda no final da década de 60, praticamente concomitante ao surgimento nos grandes centros.

HOORNAERT (1973:118) observa que a história da Igreja Católica no Brasil obedece ciclos de abertura e fechamentos na pregação apostólica - decorrentes do estabelecimento sucessivo

do que ele chama de pactos coloniais na história do Brasil. O gráfico que reproduzimos a seguir, demonstra que o período que vai desde 1849 até 1930 é um período de fechamento que ele caracteriza como de "repressão de movimentos populares em geral: período de beatos, fanáticos, sabastianistas, messiânicos, cangaceiros por quase toda a extensão do território brasileiro". Em contrapartida, o mesmo gráfico demonstra que desde 1930 até 1964 foi um período de abertura suficiente "para o surto da Ação Católica no Brasil", para logo a partir daí iniciar-se um novo período de fechamento sem definição, para aquele momento, dos seguintes cruzamentos das linhas.

Não cabe aqui discutir, em que pese nossa discordância, o mérito da tese central de HOORNAERT de "reinterpretação ('da vida da Igreja no Brasil') a partir da mensagem (...) para vocação de orientar a vida". Do mesmo modo, não cabe discutir aqui se os fechamentos da Igreja são só consequência de pactos coloniais onde a Igreja é vítima e não agente; importa-nos chamar a atenção para o gráfico e com ele confrontar a história da Igreja particularmente na Região Serrana de Santa Catarina. Observamos que as curvas que marcam os períodos fechados, sempre no seu ponto mais afastado da linha que os baliza, são perfeitamente representativos da história da Igreja Católica na região, desde quando se tem notícia da sua presença. Como veremos, a última curva começará a cruzar a linha somente no início da presente década. Entretanto, o sinal que representa o momento de abertura não existiu na história da já Diocese de Lages. Assim, o fechamento da Igreja na Diocese de Lages, com a "marcha da família com Deus pela liberdade" e com os movimentos de cristandade, ocorre sem nunca antes ter ocorrido uma abertura. Trata-se não de um fechamento que supõe uma abertura anterior mas de uma atualização dos métodos de fechamento. Assim, neste período, numa região onde não há outros espaços institucionais, ideológicos de participação política e de educação das classes

Gráfico 1. Momentos de abertura e fechamento da Igreja Católica no Brasil.



FONTE: HOORNAERT, 1973: 119

populares, não é difícil deduzir do grande peso histórico exercido pela Igreja na produção das relações sociais de dominação/submissão de classes.

b) o Movimento Sindical: não encontramos nada referente à história das práticas sindicais na Região Serrana, também neste período, que nos autorizasse a excluir aquele movimento do rol de estruturas de dominação. Sempre entendida a dominação como dominação de classe e, também neste caso, são os trabalhadores, da cidade e do campo, que ocupam a posição subalterna. Embora a questão sindical esteja diretamente ligada às estruturas econômicas, de forma que nos permitiria tratá-la teoricamente, como uma estrutura econômica de dominação, nestas circunstâncias concretas, preferimos destacar os aspectos da dominação ideológica exercida pelo movimento sindical na região e assim tratá-la como uma forma não econômica de dominação social.

Vimos que os primeiros sindicatos que se formaram na região o foi sob a égide do populismo que caracterizava o governo de Vargas em seu segundo período. Foi ainda nesse espírito que, em 1957, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico. Não se tem notícias de mobilizações trabalhistas, naquele período, liderada por aqueles sindicatos. Igualmente, não se tem notícias de tais mobilizações, nos anos subseqüentes; mesmo nos anos 1967/68, a movimentação sindical antiarrocho salarial com as greves que se sucederam no centro do país não repercutiu na Região Serrana de Santa Catarina.

Quanto aos trabalhadores rurais, também já afirmamos que nesta região este segmento de classe não tem tradição de luta. Nem ligas camponesas, nem o movimento de organização sindical rural do período de Goulart (1961-1964) teve aí o mínimo reflexo.

As forças de repressão da ditadura militar não tiveram trabalho algum, na região, para sufocar a "subversão" enraizada



no meio sindical, pois esta simplesmente não existia.

É neste clima que, quando dos momentos mais duros da ditadura militar, o período do governo Médici (1969-1974), surgem cinco novos sindicatos, sendo que um desses - o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça - foi fundado em fevereiro de 1975. Os demais são: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidrotermoelétrica (1970), Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários (1971), Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (1973) (COSTA, 1982:945) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lages (1970). A partir deste último, foram fundados, naqueles anos, sindicatos de trabalhadores rurais na maioria dos municípios da região.

Ora, cremos não ser necessário discorrer sobre as condições políticas institucionais - impostas pelo Estado brasileiro - que orientavam, estimulavam e regulavam a fundação de sindicatos de trabalhadores naquele período, para poder afirmar que mais uma vez na Região Serrana de Santa Catarina setores das classes trabalhadoras sofriam a organização sindical.

É comum hoje ainda (1989) encontrar-se na sede de certos sindicatos da região, fixado à parede, um quadro que ostenta a fotografia do Presidente Médici. Um sinal de gratidão e veneração àqueles que aparelharam os sindicatos para execução de políticas sociais do Estado, como a assistência à saúde, à aposentadoria etc., práticas deliberadas para anestesiar o clima de tensão em que viviam os trabalhadores sob a política de arrocho salarial e, ao mesmo tempo, ocupar as organizações dos trabalhadores, os sindicatos, com tarefas - irrecusáveis pelas circunstâncias em que foram postas - que os afastavam das suas funções essenciais de organização dos trabalhadores na luta de classes.

No caso dos sindicatos de trabalhadores da Região Serrana, não se sentiram afastados daquilo que seria sua função es-

sencial, porquanto nasceram, já, motivados pelas tarefas que o Estado lhes impunha.

c) A escola: convém, ainda, para melhor entender esse período, ressaltar a implantação da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (UNIPLAC), fundada em 1969, como "entidade de direito público e órgão de administração indireta do município de Lages" (COSTA, 1982:1033).

Escola de ensino superior, que se insere no contexto do sistema de Fundações Educacionais do Estado de Santa Catarina, absorve os cursos de Economia e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (FACEC) e cria os cursos da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages (FACIP) - Pedagogia, Ciências Sociais, Letras e Matemática.

O contexto da implantação das Fundações Educacionais em Santa Catarina é definido pelos acordos MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura /United States Agency for International Development), acordos que ROMANELLI analisa com muita propriedade:

"As forças produtivas e as relações de produção características do capitalismo somente se concretizam e expandem num universo de valores, idéias, noções e doutrinas apropriado. Nenhum Estado capitalista, portanto, pode prescindir de uma ideologia de justificação que dá conteúdo e substância à sua ação. Num país dependente, essa ideologia, evidentemente alimentada pelas camadas ou grupos detentores do poder, corresponde, se não à ideologia alimentada pelas camadas dirigentes dos países centrais, pelo menos o reflexo dela." (ROMANELLI, 1978:209).

Entre os objetivos da AID, nos acordos referentes à educação no Brasil, segundo ROMANELLI, consta: "atuar diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma função mais eficaz para o desenvolvimento e reforçar o en-

sino superior, com vistas ao desenvolvimento nacional" (ROMANELLI, 1978:710).

A reforma universitária prevista na Lei 5.540/68 e no Decreto-Lei 464/69 estabelecia uma política de concentração do ensino universitário nas universidades. "A lei exige que o ensino superior passe a ser ministrado preferencialmente em universidades e só excepcionalmente em estabelecimentos isolados". (ROMANELLI, 1978:228).

Entretanto, no caso catarinense, a Universidade Federal não tinha condições de absorver a toda a demanda da população por cursos de 3º Grau e era preciso, na ótica de quem traçava as grandes estratégias para a articulação entre a educação e o desenvolvimento, efetivamente expandir o ensino, "criando assim condições para a formação de mão-de-obra mais qualificada. Santa Catarina deveria criar condições para expandir sua rede de ensino superior, através da regionalização das instituições. As regiões-pólo necessitavam das condições-base para a garantia de um processo seguro para os negócios e a formação de mão-de-obra 'qualificada' era condição importante para esse processo.

(....) O Estado, através do poder público municipal, cria as condições jurídicas para a existência das fundações municipais, que são públicas, mas de direito privado." (SANTA CATARINA, 1984:51).

Portanto, é no contexto do "milagre econômico" que se investe na educação, especialmente na educação superior de Santa Catarina, no sentido de se estabelecer vínculos diretos entre a educação e o processo de desenvolvimento econômico. É o pleno vigor da teoria do capital humano<sup>21</sup>.

No caso das Fundações, o Estado, que no início exercia importante papel no seu financiamento, muito logo retira o apoio financeiro e os encargos caem sobre os alunos.

"No princípio os poderes públicos têm uma expressiva participação na manutenção financeira das

instituições e ainda um grande controle político (ideológico, administrativo etc.) sobre as instituições; com o desenrolar dos tempos evidencia-se que a política social do regime não era a de priorizar as questões sociais. Cresce o descompromisso financeiro do Estado e os municípios cada vez mais pobres; e, quem arca com os custos de manutenção do ensino são os estudantes. Mas o Estado não abre mão do controle político sobre as instituições, usando todas as formas possíveis." (SANTA CATARINA, 1984:52).

Configura-se, assim, um quadro cheio de contradições, despropositado, onde, no final da linha, quem é onerado é o estudante-trabalhador. Ele tem, aí, acesso apenas ao ensino - não há condições objetivas, nem por parte do aluno, nem por parte da instituição, da prática da pesquisa e da extensão - e trata-se de um ensino de péssima qualidade, pois muito pouco se investe na qualificação dos docentes, e quando se o faz, estes uma vez qualificados se evadem. O aluno da Fundação não ingressou na Universidade Federal também por que esta faz uma seleção pelo viés do financeiro. Este aluno precisa trabalhar para sobreviver - estuda num período do dia e trabalha em outros dois - e a Universidade não permite.

A situação fica muito mais difícil de ser enfrentada pelos alunos nos casos como o da Região Serrana de Santa Catarina, onde sequer existe um processo de desenvolvimento industrial para se estabelecer os ditos vínculos diretos entre a educação e os processos de desenvolvimento. Resta aos alunos-trabalhadores disputarem e sujeitarem-se aos empregos em condições de exploração, e, ademais, o controle político do Estado, que impunha, sobremaneira, o terror da repressão aos estudantes. Resulta daí um processo medíocre de formação universitária de um significativo contingente de jovens serranos, onde são muito poucos os que conseguem furar o cerco e superar aquelas limitações.

Não é propósito deste trabalho discutir os eventuais ganhos sociais das classes populares da Região Serrana com a implantação da UNIPLAC. Concordamos com a existência de uma "produtividade da escola improdutiva", como sugere a tese de FRIGOTTO. Com ele, podemos afirmar que, sem dúvida, a UNIPLAC não tem se reduzido meramente a "aparato ideológico reprodutor das relações sociais de produção capitalista", pois

"a escola, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista, é ou pode ser um instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção. Mais que isso, pode ser um instrumento eficaz na formulação das condições concretas da superação destas relações sociais que determinam uma superação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho." (FRIGOTTO, 1984:24).

As análises efetuadas pelo autor defendem a tese de uma possibilidade e não de necessário resultado histórico.

As evidências indicam que tais possibilidades, na Região Serrana de Santa Catarina, muito pouco se mobilizaram. O que se percebe como resultado maior é a formação de agentes defensores do capital. Agentes, na maioria extraídos do seio das classes populares e que permanecem muito em situação de classe economicamente dominada, mas defensores ideológicos de relações capitalistas de produção. Talvez, neste sentido - enquanto contribuição para a superação de visões de relações patrimoniais de trabalho - historicamente possa configurar-se em contribuição às classes populares na busca da superação de sua condição de dominação. Naquelas circunstâncias, entretanto, a UNIPLAC veio para (e de fato o foi) reforço do processo de produção das condições de dominação de classe, numa sociedade local que ingressava definitivamente no universo das relações capitalistas de produção.

No mesmo contexto da expansão do ensino superior pela via das Fundações, começou a funcionar, em Lages, em 1973, a Faculdade de Medicina Veterinária, unidade de ensino superior da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Cata-

rina (UDESC), que tem sede em Florianópolis. Esta unidade foi fundada em articulação com os interesses dos pecuaristas da região.

E não é outro o sentido que não o da produção das condições de dominação de classe, que foi também fundado o "Ginásio Industrial Vidal Ramos Jr." (1964) e transformado, em 1972, em "Colégio Industrial de Lages". Funcionando em convênio com o SENAI e PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra), ministra cursos profissionalizantes no mesmo espírito dos acordos MEC/USAID. Também, aí, acreditamos na possibilidade da "produtividade da escola improdutiva", mas não é caso a ser aqui aprofundado. Ademais, é evidente o zelo pela manutenção da produção da escola nos limites permitidos pelo sistema dominante.

Assim, em que pese as contradições políticas intra-classes dominantes, contradições que abrem flancos pelos quais os populistas vão galgar o poder político no município de Lages, a hegemonia dessas classes dominantes não sofre abalos na relação com as classes subalternas. Antes disso, confirma-se por meios mais modernos de ideologização e de geração de dependência econômica. O abalo ficará, mesmo, nos limites do populismo e restrito ao município de Lages.

#### 2.4 CRISE ECONÔMICA E POPULISMO - 1973/1983 -

Diversos marcos históricos concorrem para a demarcação dessa década da história da Região Serrana de Santa Catarina, que vai desde o início (fevereiro) de 1973 até fevereiro do ano de 1983.

No plano da economia, 1973 marca o fim do "milagre" econômico nacional e 1982/1983 marca a explosão da "panela de pressão" da dívida externa brasileira, que teve como estopim a divulgação pelo The Wall Street Journal do dia 15 de setembro, "da lista dos treze maiores devedores mundiais, com a estimati-

va de seus débitos" e a real situação econômica daqueles países. O Brasil liderava a lista, com 87 bilhões de dólares de dívida. (AFONSO e ARRUDA, 1983:8).

No plano da política, reafirmamos a importância das eleições municipais de novembro de 1972 para o município de Lages, como marco histórico do fim de uma era de coronéis/prefeitos e o início de uma era de populismo no poder público municipal. No outro extremo do período (novembro de 1982, com a posse em fevereiro de 1983) uma eleição municipal serve de referência, na Região Serrana de Santa Catarina, com o fracasso eleitoral dos governantes populistas no município de Lages, que perdem para uma geração de tecnoburocratas. De certo modo, uma ruptura no processo político do município. Ao mesmo tempo, em alguns outros municípios da região somente agora, no final desse período, são populistas que assumem o governo, afastando das prefeituras as velhas oligarquias rurais, a exemplo de Lages de 10 anos antes.

Assim, consideramos, em especial, para a demarcação desse período, as condições econômicas nacionais e o processo político local, da Região Serrana de Santa Catarina, com destaque para o município de Lages. É certo que as condições econômicas nacionais são as principais condições dadas na história, sob as quais se produziu a história política da Região Serrana de Santa Catarina. Entretanto, desde logo afirmamos que não entendemos que a complexa história política do município de Lages nesse período tenha sido um mero resultado determinado por aquelas condições nacionais. Entendemos, sim, que o processo no qual se gerou o populismo que assumiu o poder executivo no município de Lages, e que se estendeu às massas, é um processo histórico de longo tempo, coerente com as condições históricas locais. Assim, conforme já assinalamos, entendemos que a passagem do coronelismo ao populismo em Lages não se deu de maneira abrupta, com rupturas sociais, mas de forma gradual e, ao mesmo tempo,

num processo eivado de contradições internas.

Desse modo, o populismo é entendido como um novo estágio - mais uma forma - do autoritarismo materializado no Estado local. No início dessa nova etapa da política local, portanto, o fato histórico que destacamos constitui-se da emergência de um populismo de governantes. Enquanto que, na medida do avanço do tempo, forja-se daquele movimento populista, combinadas com a militância de intelectuais progressistas, desde o interior da estrutura local do poder público, um novo fato histórico a ser destacado para efeitos deste trabalho. Com o auxílio do estudo de IANNI, chamaremos este novo fato histórico de "populismo de massa". Também poderá ser chamado - quando visto sob a ótica da análise da forma como o poder foi exercitado na segunda fase desse período histórico (1977-1983) - de processo de "democracia participativa", tendo por base o estudo de ALVES (1980), sobre a administração pública municipal de Lages daquele momento. Do mesmo modo, MARTINS trata daquele exercício de poder público de democracia participativa no artigo "A derrota do PMDB em Lages", publicado na Folha de São Paulo de 16.01.83. QUINTERO, que no momento atual elabora dissertação de mestrado em educação pela PUC/SP, também oferece subsídio à análise. Ela toma como objeto a experiência de administração pública de Lages-1977/1983, assenta a sua argumentação teórica na experiência dos populistas russos no século XIX e procura fazer analogia entre as duas experiências.

Por um ou por outro caminho constatar-se-á a alta relevância daquela prática de poder público no processo de transformação social na Região Serrana de Santa Catarina. Certamente há exagero e força de expressão de MARTINS ao referir-se àquela prática como obra que se "constitui um divisor de águas, um momento de ruptura na história da administração pública no Brasil" (MARTINS, 1983:4). De qualquer modo, seja pelos feitos diretos da obra, seja pelas contradições que a obra gerou, possi-



bilitando forjar-se na História novos acontecimentos, o que nos importa é que percebamos que, a partir daquela prática, a dinâmica político-social da Região Serrana de Santa Catarina ganhou novo impulso e deu um salto qualitativo no sentido da definição mais explícita das classes sociais.

Ainda cabe destacar como elemento para a demarcação desse período da história da Região Serrana: o afastamento definitivo, por morte, em 1973, do Bispo Diocesano Dom Daniel Hostin; e a imediata ascensão de Dom Honorato Piazzera. Este acaba por imprimir uma marca de descentralização na administração da Diocese e de abertura de espaço para os seus agentes de pastoral que quisessem ousar renovar. Nos limites da Igreja Católica, no outro extremo desse período, está a vinda a Lages de Dom Oneres Marchiori para assumir as funções de bispo coadjutor, no ano de 1983, quando se inicia uma nova era na Região Serrana, também para a Igreja Católica.

Posta a questão assim, vejamos por partes. Vimos na abordagem do período anterior a este, que é no seu final que se implantam as agro-indústrias do papel, do leite e da carne bovina. Justamente no período do chamado "milagre econômico" brasileiro.

No caso de Lages, a emergência dessas agro-indústrias contribuiu para a formalização das relações de trabalho e uma conseqüente superação das relações patrimoniais. Portanto, o populismo em Lages se forjou, num primeiro momento, no bojo do processo migratório do campo para a cidade de Lages, processo que engendrou uma classe-em-si no meio urbano e, num segundo momento, no bojo do processo de implantação e funcionamento das agro-indústrias. As próprias cúpulas da política populista - que no limite são representantes da burguesia - militam na defesa da formalização do mercado de trabalho. Não é sem razão que o principal representante da cúpula populista daquele momento, Juarez Furtado, ganha notoriedade como advogado de cau-

sas trabalhistas.

"Em última instância, o populismo das cúpulas burguesas produz ou acelera a formalização do mercado da força de trabalho. Liberta os trabalhadores dos laços patrimoniais ou comunitários que impregnavam as relações de produção na sociedade agro-pecuária (...). Com o tipo de política de massas adotada pelo populismo ocorre provavelmente o último ato da dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, em especial no nível de mentalidade dessas pessoas. Os processos sócio-culturais e políticos que acompanham a ressocialização do trabalhador no ambiente urbano-industrial reduzem a importância relativa do valor de uso, em benefício do valor de troca." (IANNI, 1973:9).

São essas as circunstâncias que levam os populistas a galgarem o poder público do município de Lages, em novembro de 1973. De um lado como "messias salvador" das classes subalternas - vistas assim por estas classes -, de outro lado, como representantes da burguesia - nova força hegemônica -, mesmo que, aparentemente, não o fosse assim.

Com a entrada de Juarez Furtado na Prefeitura, Lages começa a viver formalmente o seu período de populismo de cúpula. No caso específico, identificamos como "populismo de governantes",

"Dentre os traços mais característicos dos fenômenos populistas, sejam eles movimentos de massas ou partidos políticos, governos ou regimes, sobressai o 'paradoxo' da aliança de classes. Em todos os casos, os fenômenos populistas envolvem a coalisão de categorias antagônicas. No populismo, estão presentes setores da burguesia industrial e do proletariado urbano, militares e grupos de classe média, intelectuais, estudantes universitários e, em alguns países, também camponeses e proletariado rural. Em nome da luta contra o atraso econômico e social, a dependência excessiva da monocultura, os enclaves, a oligarquia e o imperialismo, a política populista preconiza a harmonia das classes so-

ciais. O intento de devolver o país ao povo traz consigo a necessidade de fortalecer os laços de cooperação entre o capital e o trabalho, diluindo-se as lutas de classe." (IANNI, 1973:7).

IANNI destaca "dois níveis principais de populismo, como processo político específico de uma etapa das mudanças político-econômicas (IANNI, 1973:9). É o que ele chama de "populismo dos governantes" para designar um nível, e de "populismo das próprias massas", para designar outro nível.

No nosso entender, considerado o caso de Lages na sua proporção específica e nas suas circunstâncias históricas - de estar vivendo um momento nacional de tecnoburocratismo que emergiu no Brasil como força de negação ao populismo de governantes e de massa - a designação de "populismo de governantes" é a mais adequada para entendermos o processo político de Lages durante o governo municipal de Furtado.

Para IANNI, o populismo dos governantes é o populismo

"das cúpulas do sistema político-administrativo, dos políticos profissionais da burguesia, dos demagogos, dos pelegos. Ele envolve também setores da classe média, que fornecem os quadros burocráticos, técnicos ou mesmo políticos à burguesia. Esse é o populismo que manipula ou instrumentaliza as massas. Ao lado dos apelos reformistas e de política de bem-estar social, insiste na harmonia das classes sociais e na preeminência do povo e da nação. A luta pelo desenvolvimento econômico, particularmente o industrial, depende da paz social, da harmonia entre a burguesia e o proletariado, da cooperação entre o capital e o trabalho." (IANNI, 1973:9).

Estas foram, exatamente, as características do populismo que vigoram no município de Lages nos anos 1973/1977, durante o governo de Furtado. A Prefeitura Municipal foi um espaço de certa materialização da "participação popular" na administração da coisa pública e de definição de políticas municipais e, ao mesmo tempo, o espaço da manipulação de grupos sociais popula-

res, de acordo com os interesses imediatos das cúpulas que ocupavam o poder, o que acabava por constituir-se num exercício de extremo autoritarismo sobre as massas que viviam uma transição política e econômica.

Essa transição que marca, em grande parte, o término das relações patrimoniais de trabalho, com base numa economia agrária rururbana e o início, propriamente, das relações formais de trabalho e de relações sociais urbanas, no caso específico de Lages, dá-se com atraso em relação ao mesmo desenvolvimento no plano nacional.

O fenômeno do coronelismo, visto na sua "vigência mais formal", perdurou, no município de Lages e região, para além da revolução burguesa no Brasil de 1930, e acabou por contribuir para o atraso da vigência do populismo. Este chega em descompasso com a história do Brasil. Assim como a sobrevivência do coronelismo na região já era um descompasso com a história do Brasil urbano e industrial, o populismo formalizado na Prefeitura de Lages em 1973 começa também descompassado com a história do Brasil que vivia a plena vigência de uma longa ditadura militar imposta pelas forças da burguesia internacional e defensora dos interesses daquela burguesia. A ditadura dos militares foi o próprio antídoto aplicado pela burguesia internacional contra o populismo nacionalista brasileiro. E o "milagre econômico" brasileiro, que vigiu nos anos imediatamente anteriores a 1973 - marco inicial do populismo de governo em Lages - foi uma política econômica essencialmente anti-populista, pela maneira da distribuição da renda e pela postura de anti-nacionalismo dispensada ao capital.

SINGER observa que:

"Se havia algum 'milagre' num período relativamente prolongado de crescimento com pouca inflação, este se explicava fundamentalmente:

a) pela maneira como a repartição da renda foi

'disciplinada' mediante a substituição da barganha coletiva no mercado de trabalho por uma política salarial rígida, centralizada e do ponto-de-vista da acumulação de capital - perfeitamente eficaz; e b) pela crescente integração internacional das economias capitalistas, acarretando alterações na divisão mundial do trabalho, que acabaram proporcionando amplo influxo de capital estrangeiro no Brasil." (SINGER, 1985:10).

Ainda uma outra limitação vivida pelo populismo de governo em Lages está vinculada ao tempo específico da ascensão dos populistas ao poder público municipal. Trata-se da limitação imposta pelo refluxo da economia nacional no fim do "milagre".

O quadro econômico que serve de plataforma básica ao populismo a que estamos nos referindo é justamente o modelo de desenvolvimento econômico de caráter urbano-industrial. Quando Furtado assume a Prefeitura de Lages, a economia nacional está entrando num período de desaceleração, o que irá impedir a ascensão e vigência plena do populismo de governo.

A desaceleração da economia nacional vai perdurar por longo período, pelo qual passarão os dois governos municipais de Lages aqui referidos.

Em 1973 começaram a se evidenciar as contradições da economia brasileira do "milagre". "As contradições do 'milagre' apontam o início da transição do ciclo para uma nova fase em que a inflação crescente iria impor uma política econômica depressiva, com suas naturais conseqüências." (SINGER, 1985:10-11).

"O recrudescimento da inflação, que vinha ocorrendo desde 1973, foi acompanhado, a partir de meados de 1974, de um forte declínio do ritmo de expansão da economia. Em termos anuais, a taxa de crescimento do PIB declinou de 14% em 1973 para 9,8% em 1974 e 5,6% em 1975. A retração do crescimento do produto industrial foi ainda mais brusca: 15,8% em 1973, 8,4% e 4,5% em 1974 e 1975, respectivamente.

Por outro lado, a contenção dos salários reais, que prosseguiu até 1974 (quando os índices de reajustes se basearam parcialmente nos índices oficiais de preços de 1973), comprometeu a disposição ou capacidade de endividamento das famílias, afetando algumas indústrias de bens de consumo não duráveis comercializados em grande parte por intermédio de crédito pessoal (vestuário, por exemplo) como também, e principalmente, os bens de consumo duráveis. No mesmo sentido de afetar negativamente a disposição para o gasto nesses produtos, deve ter influído uma certa reversão de expectativas causada pelo declínio do crescimento da produção e do emprego, bem como pela contenção dos salários e o encarecimento do crédito." (SERRA, 1982:97-98).

Entretanto, a desaceleração da economia nacional verificada nesse período denota muito mais uma questão de mudança estrutural com profundas implicações (negativas) nas economias de certas regiões, como a da Região Serrana de Santa Catarina, do que um quadro de depressão econômica generalizada<sup>22</sup>.

"É importante notar que, considerando o período 1973-1980 em seu conjunto, tal desaceleração esteve longe de configurar uma situação depressiva, pois o crescimento médio do PIB superou ligeiramente os 7% ao ano, taxa que corresponde à tendência histórica do pós-guerra. Significativamente mais elevada do que a correspondente às economias não exportadoras de petróleo, desenvolvidas ou subdesenvolvidas." (SERRA, 1982:100-101).

Ao serem explicitados alguns fatores da desaceleração que o próprio SERRA analisa, ficam mais evidentes os reflexos, para a Região Serrana de Santa Catarina, das políticas de mudanças estruturais da economia brasileira e da situação econômica externa.

Para SERRA (1982:107), "o fato de a inflexão de 1973-1974 não ter representado apenas uma flutuação efêmera, mas haja deflagrado uma longa fase de desaceleração, relaciona-se com problemas pelo lado dos investimentos, do setor ex-

terno e da inflação" (grifos nossos).

Embora sejam longas as citações sobre estes três fatores que SERRA destaca e analisa, julgamos importante que sejam feitas e com elas relacionemos a situação local da Região Serrana.

Quanto ao fator investimento, SERRA (1982) diz:

"Um primeiro aspecto a considerar é que, na verdade, foi o dinamismo dos investimentos no período 1974-1975 que impediu o aprofundamento da desaceleração econômica pelo lado da demanda. Em média, durante o período 1973-1976, a formação de capital da economia cresceu a 12,7% ao ano, enquanto o PIB crescia a 8,3%. Porém, o sustentáculo principal dos investimentos foi o setor público - o Governo até 1976 e as empresas públicas até 1979 (insumos básicos, energia elétrica e prospecção de petróleo). O investimento privado desacelerou fortemente em 1975 e o investimento manufatureiro o fez desde 1974. Depois de 1976, inclusive, o montante de ambos, em termos absolutos, foi inferior ao atingido em 1975.

O crescimento dos investimentos em 1974-1975 deveu-se às decisões tomadas sob o impacto do auge do ciclo expansivo, até o primeiro semestre de 1974, bem como do IIPND. A desaceleração considerável depois de 1975 é explicada por:

- (i) o superinvestimento realizado em setores como o de bens de consumo duráveis e o têxtil durante o auge do ciclo;
- (ii) a evidência do irrealismo de muitas das metas do II PND, incluindo a reversão de expectativas sobre a evolução da economia mundial, que afetou os projetos de exportação;
- (iii) o abandono (ou revisão) de alguns grandes projetos em função da política de contenção do gasto público.

Outro problema que se sobrepôs ao anterior foi a concentração dos investimentos em atividades de relação capital-produto mais elevada e/ou de implementação mais demorada. É o caso de usinas hidrelétricas como Itaipu, do programa siderúrgico e da construção da ferrovia do aço.

Por conseguinte, o desempenho dos investimentos contribuiu para o processo de desaceleração do crescimento da economia de duas maneiras: por um lado, a taxa de investimento global declinou fortemente depois de 1974/75; por outro lado, a rela-

ção capital/produto e os prazos de maturação elevaram-se significativamente." (SERRA, 1982:107-109).

Pelo fator investimento, podemos observar que a Região Serrana de Santa Catarina não consta entre aqueles espaços beneficiados diretamente, como receptores de investimentos. Não se tem notícias de qualquer obra pública na região que demandasse investimentos públicos - seja do governo, seja de empresas -, nem até 1975, nem até 1979, data que SERRA indica como limite nos investimentos das empresas públicas.

Aliás, a participação da região nestes investimentos, especialmente nas grandes obras públicas, foi no sentido de oferecimento de força de trabalho. Tem-se notícias da migração de contingentes significativos de trabalhadores serranos por volta do ano de 1975. Estes trabalhadores, segundo senso corrente, teriam sido atraídos por obras como Itaipu, entre outras. A maioria deles - em especial os mais jovens - não mais voltou.

Referindo-se à situação da massa dos trabalhadores desempregados e à situação econômica de Lages na segunda metade de 1970, MARTENDAL observa:

"Em 1975, a situação foi de alguma forma amenizada pois apareceram na cidade recrutadores de mão-de-obra de grandes empresas localizadas em outras cidades e regiões, em busca de trabalhadores, oferecendo salários tentadores em relação às faixas vigentes na cidade. Um elevado número de pessoas, por este motivo, deslocou-se de Lages para trabalhar em outras partes do país." (MARTENDAL, 1980:47-48).

Ainda referente ao fator investimento, vale assinalar alguns aspectos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que alterou a estrutura da economia nacional e, por conseguinte, influenciou direta ou indiretamente sobre a economia da região



na década de 70.

O II PND foi um plano elaborado e considerado com ênfase à situação econômica externa. Isto é, um plano voltado ao enfrentamento da situação de quase crise internacional, que impunha ao Brasil em particular o choque de petróleo.

"A questão principal que o II PND pretende enfrentar é, sem dúvida, a de como ajustar a economia brasileira à nova situação internacional - particularmente adversa ao país, que importava, na época, cerca de 2/3 do petróleo aqui consumido, o qual respondia por 48% da energia utilizada, sem sacrificar o crescimento econômico." (DELGADO, In: BENETTI, 1985:79).

Considerada esta questão de fundo, em síntese, pretendia-se com o II PND:

- "(i) que entre 1974 e 1979 a economia (PIB) crescesse a 10% ao ano, a indústria a 12%, a agricultura a 7%, as exportações aproximadamente duas vezes e meia em volume no conjunto do período;
- (ii) substituir aceleradamente as importações no setor de bens de capital e insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos);
- (iii) desenvolver grandes projetos de exportação de matérias-primas (celulose, ferro, alumínio e aço);
- (iv) aumentar intensamente a produção interna de petróleo e a capacidade de geração de energia elétrica, desenvolver o transporte ferroviário e o sistema de telecomunicações, realizar um amplo programa de eletrificação rural, irrigação e construção de armazéns e centrais de abastecimento." (SERRA, 1982:104).

Por outro lado, o campo de execução desses objetivos é selecionado. Conforme DELGADO,

"economia industrial moderna e competitiva (....) (tem) como núcleo básico (....) a região cen-

tro-sul.

No setor agrícola, representa no essencial uma continuidade das políticas de modernização adotadas desde o período do Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva.

(....) O destino principal da produção agrícola brasileira passa a ser o comércio internacional. É possível que esta tenha sido a intenção real do II PND, o que parece confirmado quando se considera o período mais recente (....).

No entanto, o que existe de concreto no documento é a afirmação de que o novo desempenho esperado no setor implica: 1) seu crescimento a uma taxa média anual de 7% ao ano no período; 2) crescimento dos produtos de origem animal (carne, suinocultura, avicultura e pesca) a taxas superiores ao crescimento das lavouras, invertendo as tendências recentes; 3) aprofundamento da modernização tecnológica nas áreas já ocupadas; 5) expansão acelerada de sua renda líquida (....); 6) consolidação da diversificação e especialização regional do desenvolvimento agropecuário, tendo em vista a diversidade de dotação de fatores produtivos e de vocações naturais das diferentes regiões do país." (DELGADO, In: BENETTI, 1985:83-84).

A microrregião serrana de Santa Catarina, neste contexto, fica fora das políticas de industrialização. E, quanto à agricultura, parece firmar-se em certas especializações. A década de 70 é a década de maior expansão da agrossilvicultura para a produção de matéria-prima à indústria de papel e celulose, em franco crescimento, e com todas as conseqüências conforme assinalamos no capítulo anterior. Neste caso - produção de celulose -, a atividade agrícola da região está sintonizada aos objetivos do II PND. Também estaria sintonizada àqueles objetivos o crescimento da atividade pecuária bovina de corte. À exceção de algumas outras atividades que contavam com benefícios de programas especiais, como a maçã, por exemplo, a Região Serrana de Santa Catarina dedica-se à produção agrícola tradicional - alimentos para o consumo interno - , em condições de produção que podem ser consideradas marginais. Apesar disso, "persistiu (no Brasil) (....) o atraso da produção agrícola para o mercado in-

terno, com implicações extremamente adversas sobre o processo inflacionário e as condições de vida da população de menores rendas." (SERRA, 1982:106-107).

São estas algumas questões de ordem estrutural que desenharam o perfil - ou, de certo modo um caminho a ser seguido -, que definem, no campo da economia política, a microrregião serrana de Santa Catarina. Reafirma a sua "vocação natural" de produtora primária e de fornecedora eventual de força de trabalho para outras regiões de Santa Catarina e de outros Estados do Brasil. E agora, não apenas produtora primária, mas especializada na produção de papel e celulose.

Assim é que a maioria dos municípios desta região terão uma média de incremento anual de população negativa de 1970 para 1980, conforme o Quadro 6, enquanto que no total da região essa mesma taxa teve um crescimento positivo de apenas 0,72.

Quadro 6. Taxa média de incremento anual, de população, segundo os municípios e a microrregião polarizada - 1970-1980

Microrregião polarizada e municípios	Taxa média geométrica de incremento anual de população
SERRANA	0,72
Anita Garibaldi	-1,56
Bom Jardim da Serra	-0,14
Bom Retiro	0,20
Campo Belo do Sul	-0,18
Correia Pinto	-
Lages	1,89
Otacílio Costa	-
Ponte Alta	-1,87
São Joaquim	-1,19
São José do Cerrito	-1,17
Urubici	-0,22

Fonte: SANTA CATARINA, 1986.

Esse incremento positivo de 0,72 no total da microrregião deve-se, basicamente, ao incremento positivo de 1,89 no município de Lages - incluídos os municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa - que, entretantes, trata-se de uma taxa média geométrica bem inferior à registrada no total do Estado de Santa Catarina em 1980 (2,26) e inferior, ainda mais, às mesmas taxas do município de Lages pelos censos de 1970 (5,33) e 1960 (4,83), conforme situação do Quadro 7.

Quadro 7. Taxa média de crescimento de população de Lages e de Santa Catarina nos anos de 1960, 1970 e 1980.

Ano	População de Lages	Taxa média geométrica de crescimento	População Estado	Taxa média geométrica
1960	76.579	4,83	2.146.909	3,22
1970	128.828	5,33	2.901.734	3,05
1980	155.293	1,89	3.627.933	2,26

Fonte: IBGE e Prefeitura do Município de Lages.

Observa-se nitidamente, enfim, pelos Quadros 6 e 7 que este foi um período de intensa migração da Região Serrana para outros pontos de chegada, ao contrário do que ocorria nas duas décadas anteriores.

É nessas circunstâncias que os populistas assumiram a Prefeitura do Município de Lages em 1973 e começam por tentar imprimir no município uma marca de "desenvolvimento urbano-industrial".

No plano da administração pública propriamente, em que pese os reflexos, sobre o município, das circunstâncias descritas, conseguiram, efetivamente, dinamizar a prestação dos serviços tradicionais que cabem a uma Prefeitura Municipal. Ainda, imprimiram um ar de modernização do núcleo urbano, com constru-

ção de calçadas, que haviam entrado em moda há pouco, a partir da "Administração Jaime Lerner", de Curitiba/PR, com a construção de praças, pavimentação de ruas etc., realmente algo até então inédito no município. Quer dizer, foi um governo de obras, típico de governante que quer deixar bem evidente a sua marca pessoal.

No plano do desenvolvimento econômico vê-se a tentativa, em ritmo de desespero, de se implementar, a qualquer custo, um parque industrial. A política do governo municipal se define no sentido do desenvolvimento urbano-industrial do município. Mais propriamente, no sentido de atrair a expansão das indústrias de outras regiões; daí a oferta de vantagens, ao alcance daquele poder público, àquelas indústrias que optassem por se instalar no município. Neste sentido, cria-se por Decreto do Executivo o parque industrial de Lages, designando ampla área de terras, e se implanta toda a infra-estrutura necessária à instalação das indústrias. Tudo por conta dos cofres municipais.

O que importava era fazer da cidade de Lages a cidade-pólo industrial da Região Serrana, bem ao sabor da grandiloquência dos personalistas: queria-se seguir o exemplo dos grandes governantes brasileiros, que garantiram ao Brasil ao seu tempo o desenvolvimento urbano-industrial.

A intenção era criar mercado formal de trabalho para absorver mão-de-obra disponível na Região Serrana.

Obviamente que tal intento foi um malogro total. O máximo que ocorreu foi a transferência para a "Área Industrial" de diversos estabelecimentos industriais que estavam prensados no centro da cidade de Lages ou deslocados em periferias com as mínimas condições de infra-estrutura urbana<sup>23</sup>. O resultado, portanto, resumiu-se à concentração geográfica daquilo que estava descentralizado. Aparentemente, algo de novo surgiu - enquanto visual - e, de fato, benefício houve para aquelas unidades industriais que para aquela área se transferiram, benefí-

cios da infra-estrutura às custas do poder público e benefícios da concentração que alimenta os modelos de desenvolvimento capitalista. Tal concentração que beneficiou àquelas indústrias acabou por penalizar os seus trabalhadores. Estes têm, agora, que sujeitar-se às dificuldades do transporte para o trabalho, ou sujeitar-se a mudar para a vila operária criada em torno do parque industrial, sem condições de infra-estrutura urbana, e arcar com os custos dessa transferência<sup>24</sup>.

Razões de ordem estrutural e razões de ordem conjuntural estão na base do malogro da estratégia daquele programa do governo municipal para a área econômica. Em nosso entender, antes de tudo, faltou, por parte daqueles dirigentes, uma leitura correta do momento histórico nacional, que apontava para uma desaceleração da economia - a crise do "milagre". Ao mesmo tempo, faltou entendimento daqueles dirigentes sobre a posição que Lages e região ocupavam na estratégia de desenvolvimento econômico nacional traçada pelo governo, equivale dizer: a posição da região no quadro da divisão inter-regional do trabalho, em cujo mapa não está previsto o desenvolvimento industrial para esta região. Tomar conhecimento desta posição de exclusão não significaria necessariamente resignar-se diante dela, mas enfrentá-la sem ingenuidade.

Consideramos, ainda, como razão do malogro daquele intento de industrialização de Lages, a) uma certa falta de espírito empreendedor do empresariado urbano e do pecuarista serrano. Esta falta de espírito empreendedor, embora longe de ser determinante, tem contribuído com a lentidão do desenvolvimento industrial da região. É o que alguns chamam de "mentalidade bovina do serrano", para expressar o apego às formas tradicionais de produção pecuária; b) o pouco poder político dos dirigentes municipais de influir nas políticas do governo central e na própria dinâmica do desenvolvimento econômico capitalista de âmbito nacional. Não é a vontade dos dirigentes locais, extre-

mamente limitados pela estrutura centralizadora do Estado brasileiro, nem as vantagens e incentivos que estes dirigentes possam oferecer nos limites do poder municipal força suficiente de atração de capital industrial estabelecido em outras regiões do país; c) por último, a própria crise econômica particular de Lages e de toda a região. Neste aspecto, vale destacar que a economia da Região Serrana de Santa Catarina e de Lages, em especial pela sua condição de município-pólo da região polarizada, passa por uma crise particular ligada ao esgotamento da madeira nativa e à transferência do II Batalhão Rodoviário:

"A década de 70 iniciou-se de forma dramática. Acabou-se o pinheiro e, conseqüentemente, muitas serrarias e madeireiras fecharam ou reduziram suas atividades. O sistema de manutenção mecânica voltado para essas atividades também começou a entrar em colapso.

(....) O II Batalhão Rodoviário, com o término das rodovias, foi transferido para Santarém (PA)."  
(MARTENDAL, 1980:46).

O esgotamento, portanto, do que vinha sendo a principal matéria-prima da indústria regional (o pinheiro nativo) e, de outro lado, o fato de os reflorestamentos com espécies exóticas - que vão tornar-se a principal matéria-prima a partir desta década de 80 - estarem ainda em fase de implantação, faz de todo o período aqui descrito (1973/1983) um período de transição econômica para a região, com crise e conseqüente evasão de trabalhadores desocupados em busca de trabalho noutros centros, e um conseqüente aumento de subempregados na cidade de Lages que, apesar de tudo, teve um crescimento populacional significativo na década - de 89.494 habitantes em 1970 para 123.082 habitantes em 1980 (37.5% de aumento).

Esta transição - um processo econômico específico - seguia, de certo modo, a lógica do II PND, de especialização que vislumbrava, a médio prazo, o momento atual de monopólio dos

complexos ligados às madeiras de reflorestamento. Enquanto tal e enquanto durou, a transição foi geradora de crise de "identidade econômica" - falta de alternativas imediatas - e geradora de desemprego. Referindo-se ao início da década de 70, sem precisar o ano, MARTENDAL afirma: "Em todo o município (de Lages) (...) há apenas 8.800 empregados na indústria dos quais 3.000 estão no interior do município." (MARTENDAL, 1980:46).

Neste contexto, os populistas assumiram a Prefeitura de Lages com a sigla do MDB em oposição às forças articuladas no partido da ARENA e a estratégia de legitimação dos novos governantes passa a ser a "participação" popular na administração pública.

Não cremos necessário discorrer sobre a pseudo-participação popular estimulada pelos populistas. Existe vasta literatura a respeito. Importa apenas afirmar que também no caso específico de Lages, no exercício do governo encabeçado por Juarez Furtado, a promoção da "participação" popular não deixava de ser uma forma autoritária de controle das massas, para objetivos que não o de libertação das massas, no sentido da elevação de seu poder e cultura política. Importa, para tais governantes, que as "massas" continuem massas de manobra - coreografia -, capazes de serem por eles mobilizadas para defenderem, inconscientes, os projetos que, antes de tudo, engrandeceriam as personas dos governantes.

Sem dúvidas, o estilo e o esforço na administração daqueles governantes, especialmente na pessoa do chefe do executivo, foi no sentido de sua auto-promoção política, um estilo menor de fazer política, da mesma escola de Jânio Quadros.

Entretanto, o populismo não se constitui apenas de estilos pessoais - maiores ou menores - de fazer política. Como vimos, é uma produção histórica complexa e, portanto, com contradições que permitem vislumbrar estágios ulteriores de participação real das massas nos movimentos políticos.



" A principal forma de "participação" popular naquela administração municipal se dava através dos então chamados subdiretórios do MDB. Organizações partidárias nas periferias da cidade de Lages e, eventualmente, nalgumas localidades mais populosas do interior, constituídas basicamente com o preenchimento dos cargos de diretoria. Esta era investida do poder de representação dos seus vizinhos junto à administração municipal para reivindicar serviços públicos à coletividade ou para determinada pessoa. Eram investidos (os componentes de uma Diretoria de subdiretório) de poderes pelo governante municipal, de forma que podiam entrar no Gabinete e falar diretamente com o prefeito, e lá na base, junto aos seus vizinhos, se faziam representantes do prefeito. Uma reprodução, no nível popular, dos esquemas de exercício de poder que, via de regra, é discricionário.

É no bojo deste populismo, de qualquer forma, pelas vias de suas contradições, que se inicia a gestação de uma política de novo tipo. Novo tipo tanto em relação aos governantes quanto com referência aos governados.

Assim, por exemplo, aqueles subdiretórios, em que pese o autoritarismo empregado em sua formação e a conseqüente reprodução da dominação no interior das classes populares em si, na verdade se constituíam também no que podemos chamar de as primeiras organizações populares generalizadas nas "massas" de que se tem notícia na Região Serrana de Santa Catarina em toda a sua história, ressalvada a Campanha do Contestado - conforme assinalamos no Capítulo 1 - que difere em conteúdo e forma. Como estas organizações serviam de instrumento de legitimação e fortalecimento da persona do chefe do executivo municipal, também - pelo poder potencial de mobilização que representavam - eram alvo da atenção e chão de cultivo de idéias mais progressistas que já permeavam aquela equipe de governo nas pessoas de alguns. Foi esta relação, sem dúvida - que durou os quatro anos

daquela administração -, que veio a garantir a eleição a Prefeito do então Vice-prefeito Dirceu Carneiro para o mandato seguinte.

A sufragação do nome de Dirceu foi um resultado da contradição do populismo do Governo de Furtado, foi um produto intencionalmente mediado: uma mediação trabalhada especialmente pelo próprio Carneiro, que se consolidou candidato contra a vontade de Furtado.

#### 2.4.1 A política no governo da "Força do Povo"

- 1977/1983 -

Esta fase da história política do município de Lages, que vai influenciar, mais tarde, a dinâmica política de toda a região, é a segunda fase compreendida no período político municipal marcado pela passagem de governos do MDB/PMDB. Foram quatro anos de mandato regular e mais dois de prorrogação de mandato segundo a Lei Federal. Portanto, um mandato que vai de fevereiro de 1977 a fevereiro de 1983, tendo à frente, como prefeito, o arquiteto Dirceu Carneiro.

Incluímos esta fase da história política de Lages no período que compreende a passagem do populismo no comando do poder público municipal. Entretanto, em nosso entender, seria equívoco tomar como referência teórica, para compreender esta fase, o que foi afirmado anteriormente, sobre o "populismo de governantes".

Não temos dúvidas de que a postura e a prática política que foi possível de ser efetivada naquela fase de governo municipal foi a ampliação da prática possível na fase anterior, isto é, pode-se considerar esta uma fase ulterior àquela, com predomínio, agora, de uma postura política da equipe de governo que superou o "populismo de governantes". Por outro lado, ficou longe de se constituir numa prática de governo municipal nos moldes rotulados pelos adversários de plantão. Jorge Bornhau-

sen, então candidato ao governo do Estado de Santa Catarina pela via indireta, chegou a tratar publicamente aquela prática de governo como uma "republicueta marxista que nada diz com os princípios cristãos de nossa gente."

Nem populismo de governantes, entendido como demagogia e manipulação de massas, nem Estado socialista, em qualquer que seja das visões marxistas.

Antes de mais nada, tratou-se de uma prática social concreta e situada num tempo e num espaço. TRAGTEMBERG nos ajuda a situar o fato em "A luz vem de Lages". Na sua opinião:

"(....) práticas populares, onde o povo 'tomou a palavra'. Onde Dirceu Carneiro (eleito Prefeito de Lages, SC, em 1976, pelo MDB) e sua equipe atuam como 'animadores sociais', procurando conscientizar o povo da força que tem e não conhece, de sua capacidade construtiva, afinal, da idéia de que tudo é construído pelo trabalho.

(....) Lages realiza uma prática democrática fundada num estilo administrativo em que a mobilização popular e a participação direta do povo, dos diretamente interessados nas decisões, constituem a característica fundamental.

(....) A auto-organização popular é o fundamento dessa prática administrativa, social e política. Ela reverteu o centro de decisões: não são burocratas mordômicos que decidem sem o povo o que é melhor para ele, é o povo organizado que 'toma a palavra' através do trabalho e de suas associações de moradores de bairros urbanos, de núcleos agrícolas e de Distritos.

Lages desenvolve uma democracia participativa e uma economia ecológica.

Dirceu Carneiro e sua equipe preocupam-se com alternativas para a agricultura, fora do esquema tradicional das variedades de trigo e arroz que as multinacionais inventaram para vender seus adubos e promover o processo de concentração da propriedade da terra.

Promovem um programa agrícola fundado no aproveitamento intensivo da mão-de-obra e da terra. Valorizam a pequena propriedade, incentivando a formação de cooperativas e a utilização de recursos locais, como fatores de produção. Incentivam o associativismo, isto é, a associação de moradores de

bairros urbanos, a formação de núcleos agrícolas e núcleos de Distritos.

No âmbito da rede escolar municipal, incentivam a participação dos pais de alunos nas escolas, Em lugar do individualismo, promovem o comunitarismo social; em Lages, quem não está organizado em associação, núcleo ou Distrito, não tem acesso aos serviços e equipamentos coletivos.

(....) O Núcleo Agrícola é o equivalente rural da Associação de Bairros; ele funciona em torno da utilização do trator da Prefeitura. Só pertence ao Núcleo quem tem menos de 300 ha de terra: o cidadão recebe o trator, distribui os serviços, paga o tratorista, a hora/trabalho, o óleo diesel. A hora/trabalho do trator da Prefeitura é fixada em menos de um terço do preço em vigor no mercado. Com a assessoria de técnicos da equipe Dirceu Carneiro, a área arável de terra em Lages foi quintuplicada.

A habitação popular é outro capítulo dessa epopéia. (....) Diferentemente dos esquemas espoliativos à economia popular do BNH, que só favorecem a rotação do capital das grandes empreiteiras e construtoras, o Projeto Lageano de Habitação é construído pela Força do Povo com a assessoria da equipe Dirceu Carneiro.

"(....) Em nível de Associação, os moradores elegem a direção da Associação de bairros, as meninas elegem os diretores do seu clube e os meninos os que dirigem a área esportiva.

Retomando o trabalho como elemento fundante da vida social, em Lages desenvolve-se a cultura de legumes e frutas em fundos de quintal; nas escolas cultivam-se hortas; educação e trabalho andam juntos; é a realização prática dos grandes ideários dos educadores como Rousseau, Pistrak, Celestin Freinert e Francisco Ferrer.

Há hortas coletivas e o chamado "Hortão Comunitário" que utiliza adubos orgânicos no lugar dos petroquímicos que estragam o solo e implicam pagamento de royalties às multinacionais.

(....) Há uma política de saúde, onde os Postos de Saúde funcionam na forma de mutirão. A política sanitária consiste em prevenir mais do que curar (....).

Há o estímulo às artes plásticas locais, aos trovadores; há um teatro de bonecos para reforço das campanhas escolares. É tudo isso (....) que afirma a capacidade construtiva popular e é a negação de

sua pretensa 'nulidade', tão alardeada pelos donos do poder, o antipovo." (TRAGTEMBERG, In: ALVES, 7-12).

Antes de seguir adiante, convém ressaltar que as análises de TRAGTEMBERG são efetuadas ainda num momento de ditadura militar e que começava a experimentar a distensão proposta pelo governo Geisel. Era um momento de falta absoluta de práticas como estas, que pudessem servir como exemplo alternativo. Daí, de certa forma, um entusiasmo quase exagerado de intelectuais como TRAGTEMBERG, com alto grau de engajamento às causas populares. Ao mesmo tempo, este entusiasmo de TRAGTEMBERG e ALVES pode ter sido motivado pelo entusiasmo ainda forte da Equipe Carneiro, até então não afetado pelas dificuldades que decorreriam com os dois anos de prorrogação posterior de mandato do prefeito. Estes foram dois anos de prorrogação perniciosa, também pelo que possibilitaram de afloramento de personalismos em alguns membros da Equipe, que acabou resultando no desvio de muitas das conquistas da "Força do Povo".

De qualquer modo, estes personalismos e estes desvios não foram suficientes para acabar com o sentido de avanço em termos de mobilização e organização popular em Lages. Muito das conquistas, nessas alturas, já eram efetivamente parte substantiva da força do povo.

Todo aquele trabalho tratou-se, portanto, de uma prática social concreta. Há que assinalar, entretanto, que eram muito frágeis as bases teóricas de sustentação daquela prática, especialmente se pensarmos em teorias enquanto grandes experiências históricas sistematizadas. Assim, é difícil classificar aquele processo político como um momento de execução de um projeto histórico pensado a priori.

Os próprios intelectuais que estiveram à frente daquela prática como animadores, enquanto intelectuais, acabaram por se constituir mais em produto daquele processo do que mentores - e

eis aí um legado daquela experiência que irá influir em toda a região. Estes intelectuais, a começar pelo prefeito, faziam um esforço deliberado para fugir de rotulações de cunho ideológico que pudessem identificar aquela prática com os princípios desta ou daquela tendência política da esquerda brasileira. E, na verdade, não é possível identificá-la com qualquer tendência determinada que estivesse servindo de princípio político norteador.

Existiam apenas fragmentos de tendências políticas, traços de definição teórica de sociedade, nada consistentemente elaborado que pudesse, por si só, ser considerado elemento agregador de um grupo de intelectuais/militantes de um projeto de transformação social.

Entretanto, toda aquela prática se caracterizou pela existência de um grupo de intelectuais/militantes que se identificava na prática concreta e acabava, quase sempre, embora minoritário, por fazer-se hegemônico na equipe de governo.

O que exatamente os identificava, se não havia um projeto teórico previamente elaborado? E agora, como identificar teoricamente essa prática sem impor-lhe uma teoria como se fosse uma camisa-de-força?

É verdade que não existia um projeto teórico acabado e único, bem elaborado intelectualmente, em torno do qual aqueles intelectuais/militantes se aglutinassem. Aliás, é possível até identificar uma postura de anti-intelectualismo generalizado quando super-valorizavam a prática concreta de mobilização e organização do povo marginalizado. Mas existiam certos princípios filosóficos - melhor dizendo, talvez, ideológicos - comuns, suficientes para aglutinar em torno de uma prática, aquele grupo de intelectuais/militantes - que acabava por dar uma tônica de busca de transformação social radical para toda a equipe de governo.

Portanto, um primeiro ponto de identidade, em que pese

os equívocos metodológicos e teóricos e mesmo as excrescências no percurso, por parte de alguns, era exatamente a postura política de luta radical contra o estado de dominação social vigente. É possível identificar uma postura anti-capitalista, comum a todos os integrantes daquele grupo. Também é possível identificar um impulso generalizado de se ir ao povo - este sempre visto como desarticulado e frágil - para organizá-lo. Este impulso, entretanto, não significava a expressão de uma prática vanguardista, de inculcação de "consciência" nas classes subalternas. Ao invés, era acompanhado de uma crença quase cega na capacidade de o próprio "povo oprimido" se organizar e contrapor-se às forças dominantes. Captando esta postura, ALVES escreveu sobre um dos setores de importância daquele trabalho: "A linha-mestra do pessoal (....) é uma cega confiança na capacidade do povo organizado fazer as coisas. (....) O povo tem sempre a verdade." (ALVES, 1980:106).

Em síntese, poderíamos dizer que é mais ou menos na evidência desta postura que QUINTERO se firma para buscar nos populistas russos do século XIX, ou mais propriamente nas produções teóricas que aquela experiência histórica suscitou, as referências para a análise que vem fazendo da experiência de administração pública municipal de Lages.

Fica fora de propósito aprofundarmo-nos nesta questão e, por este viés, já que não é este o nosso objeto central e, ao mesmo tempo, QUINTERO o está fazendo, possibilitando que nos sirvamos de seu trabalho. Entretanto, pela propriedade que julgamos existir nesta relação entre a experiência de Lages - da Equipe Dirceu Carneiro - com a experiência dos populistas russos do século XIX, e pela importância que atribuímos à experiência de Lages e sua compreensão nos dias atuais, é oportuno assinalar uma nota sobre o que foi, ou o que se entende ter sido o populismo russo.

Para WALICKI,

"los rasgos esenciales más característicos del populismo ruso, en su esplendor, se nos revelan (...) en su actitud ante el capitalismo y ante el marxismo; ante el capitalismo y ante El Capital." (WALICKI, 1968:7).

WALICKI atribui a PIPES, do mundo ocidental, o mérito de ter dado a concepção clássica do populismo:

"Ante él - escribió Pipes -, el significado del término populismo es obvio: describe un socialismo agrario de la segunda mitad del siglo XIX que sostenía el postulado de que Rusia podía pasar por alto el estadio capitalista de desarrollo y proceder a través del artel y de las comunas campesinas directamente al socialismo. Su inspiración vino de Herzen y Chernyshevskii, y su estrategia de Lavrov, Bakunin y Tkachév. En primer lugar se manifestó a sí mismo abiertamente en el movimiento de ir hacia el Pueblo, y alcanzó su cenit en el terror de la Voluntad del Pueblo, después de lo cual, rápidamente, fue perdiendo terreno hacia el marxismo." (PIPES, citado por WALICKI, 1968:8).

WALICKI toma por base a definição clássica de populismo e seus dois significados distintos em PIPES: "el estrecho significado histórico y el amplio significado marxista" (WALICKI, 1968:8).

E avança, dizendo:

"aceptamos la distinción y pensamos que una elección consciente entre los dos significados de la palabra es una condición previa a una concepción consistente del populismo. En el primer sentido, el término populismo denota una teoría que invoca la hegemonía de las masas sobre la élite culta, en el segundo sentido denota una teoría del desarrollo no capitalista en Rusia; en el primer caso está opuesto al intelectualismo abstracto de aquellos revolucionarios que trataron de enseñar a los campesinos, de imponerles los ideales del socialismo occidental en lugar de comprender cuales eran sus necesidades reales y actuar en nombre de tales intereses e ideales, de los que los campesinos se



habían hecho ya conscientes; en el segundo caso, se oponía a las teorías sociológicas y económicas que sustentaban que el capitalismo era un estadio de desarrollo inevitable y que Rusia no constituía una excepción dentro de esta ley general de la evolución." (WALICKI, 1968:8).

Assim, ficam estabelecidas desde logo algumas diferenças básicas entre o populismo do governo Furtado e o populismo que envolveu a "Equipe Dirceu Carneiro" e grandes contingentes das massas populares de Lages.

No caso do governo da "Equipe Dirceu Carneiro", que adotava como lema "Lages, a Força do Povo", tratava-se de uma equipe de trabalho heterogênea. Cheia de contradições e interesses divergentes, onde poucos tinham clareza política suficiente para entender o que estariam enfrentando ao assumir aquele governo. Entretanto, desde logo, pelas contradições do governo anterior, onde começara a se aglutinar parte deste grupo, e dadas outras condições atuais até mesmo as resultantes da campanha eleitoral, foi possível identificar e construir certos traços de identidade ideológica que agregavam um grupo de intelectuais/militantes que assumiam o primeiro e o segundo escalão na hierarquia daquele governo. Um grupo minoritário, não mais que uma dezena de pessoas, mas que desde logo conquistou a hegemonia interna na orientação das práticas administrativas.

Aqueles traços de ideologias que os agregavam não podem ser entendidos como o resultado de uma linha teórica clara e que se imprimia às propostas de trabalho.

"Este grupo era ingênuo na maioria das vezes, e na quase reverência aos valores populares chegava a ser basista. (...) mas é possível identificar avanços importantes nos trabalhos de educação popular a partir do cultivo de profunda crença e respeito à sabedoria popular. Se por um lado esta crença (...) pode ter significado uma ideologia camufladora das contradições objetivas, falsa ou

mistificadora, por outro lado significou também (....) um motor de constante propulsão em favor das exigências populares, que funcionavam como um código de nomes que orientava as ações sempre neste sentido (....); este grupo de trabalho pode ser criticado por ingenuidades e falta de visão histórica; porém, não poderia ser tratado de ideologicamente conservador. Houve equívocos e contradições, mas apesar disto, (....) esta prática social acontecia numa perspectiva de luta de classes, se não por deliberação consciente dos agentes (os intelectuais/militantes), acontecia, apesar destes, a partir da dinâmica própria gerada pela participação popular na administração pública, que nunca antes acontecera. As classes populares - aqui, portanto, definidas a partir da relação capital x trabalho - passam a fazer deste espaço político um "locus" de disputa." (MUNARIM, 1985:8-9)

É verdade que não se pode atribuir à "deliberação consciente" dos agentes a condução dos trabalhos de forma a promover a luta de classes, pois

"Não havia um plano de governo definido, nem objetivos traçados pela nova equipe. O que existia a orientar eram alguns referenciais teóricos e alguns elementos ideológicos mais ou menos ordenados, que apareciam nos primeiros discursos do prefeito e de parte da equipe de trabalho, que permitiam identificar uma certa ordem de prioridades, bem como a postura política que viria a predominar." (MUNARIM, 1985:12).

Entretanto, no nosso entender, não seria forçado afirmar que aquela postura política, que facilitava e promovia aquela dinâmica de participação popular acabaria por desembocar em lutas de hegemonia entre classes sociais.

"Entendia-se que traçar um plano acabado de governo, estabelecendo as atividades a priori, seria pretender-se capaz de pensar pelo povo, sentir suas dores e necessidades, de interpretar suas aspirações. Entendia-se necessário que este povo mesmo, organizado, se manifestasse e participasse

das soluções dos seus problemas, decidindo e fazendo." (MUNARIM, 1985:12).

Assim é que em cada uma das áreas da administração municipal, além da execução dos serviços tradicionais e de rotina que cabem a uma prefeitura municipal, procurava-se encaminhar alguma atividade especial no sentido da mobilização e organização das classes populares e de sua participação na gestão daqueles chamados de "projetos especiais".

Visto assim, e visto como escreveram TRAGTEMBERG e ALVES, parece-nos que não fica difícil destacar pontos de identidades que permitem analogia da experiência de Lages à experiência dos populistas russos do século XIX.

De outro lado, é fundamental que destaquemos algumas contradições estruturais desta experiência. Começa por tratar-se de um trabalho de "ida ao povo", tendo-se como ponto de partida o poder institucional da Prefeitura.

O município, obviamente, enquanto divisão administrativa do Estado numa sociedade capitalista, mantém-se parte coerente com a estrutura deste Estado que compõe. Daí ser impossível, na prática, implantar-se uma estrutura local a exemplo do que seria uma "republicueta marxista", ou um "socialismo agrário"<sup>25</sup>, ou outra estrutura qualquer de marca anti-capitalista. Isto significou um forte limite ao que poderia ter sido um avanço maior da "experiência" de Lages. Estabelecidos tais limites, o que ocorreu, portanto, é o resultado da combinação das necessidades reais e forças potenciais das classes subalternas da sociedade com a vontade política de um grupo de agentes sociais que ocuparam o poder público municipal e deste poder fizeram uso em favor da emergência daquelas forças potenciais. Fez-se por alargar os limites impostos pelo autoritarismo, inerente à estrutura do Estado e dos governos.

Estes agentes ocuparam um espaço de poder e fizeram por mediar as contradições deste poder institucional em favor de um

processo de construção de consciência de classe entre os subalternos. Entretanto, as condições objetivas e subjetivas, que permeavam as mediações, às vezes conduziam as práticas concretas no sentido de simples reforma social e preservação da instituição Estado e, por consequência, da confirmação das condições de reprodução das relações sociais de dominação.

Uma outra questão, que aponta para uma contradição de fundo estrutural da prática de Lages, foi observada na pesquisa "Produção de Educação e Cultura Popular: a experiência de Lages 1977-1982", desenvolvida por CALAZANS et alii (s.d.). Observam os pesquisadores que "há nos projetos especiais uma acentuada preocupação com a questão do resgate cultural, entendido como uma reaproximação com o passado, encarado quase que como uma idade de ouro", visto que

"(....) a questão dos valores, a política de cultura se confundem com a política econômica (....) Os processos econômicos modernizadores, industrialização etc. são encarados como descaracterizantes. Em outro passo, pode-se discutir a ausência de projetos de atuação de indústrias como um índice, também, deste projeto cultural, que a encara como estranha à tradição da região." (CALAZANS et alii, s.d. 268-269).

Ressalvam os pesquisadores que não se trata de um descarte deliberado por parte da equipe de administração municipal, de processos econômicos modernizadores, industrialização, mas trata-se de uma opção pela agricultura e criação de gado decorrente "da inviabilidade de se produzir no município atrativos para a implantação de indústrias". (CALAZANS, s.d.:269).

O estudo acima refere-se ao

"fato de que, sob a ótica do planejamento econômico, fez-se uma opção compensadora. Já do ponto-de-vista das práticas culturais, essa supressão termina por gerar um projeto sócio-cultural que

não termina trabalhando criticamente tal impossibilidade, termina por gerar uma disposição regressiva. Assim, tende-se a otimizar um passado folclórico, retomando-o como meta social, revivendo a tradição; já não mais apenas como dimensão vital para a construção da identidade social, mas sobretudo numa paradoxal dimensão prospectiva. Uma predisposição para uma 'volta aos campos', o que faz lembrar o ruralismo pedagógico, é lembrado nas escolas, e em outras instâncias, como forma de recuperar a identidade perdida e erradicar os bolsões de miséria da cidade.

Valeria lembrar, teoricamente, que tal rejeição à modernização (....), com sua decorrente política de resgate e valorização de todas as manifestações verbais, musicais e artísticas, medicinais, de hábitos alimentares e de vestuário, implica em uma folclorização da sociedade, de cunho diretivo. O que coloca a seguinte questão: qual a noção de cultura subjacente em tal recorte? Aparentemente a de que cultura são os traços, as manifestações concretas, os elementos empíricos, tangíveis. Ora, a noção de cultura como conjunto de traços explícitos pode ensejar uma compreensão das sociedades que não dê conta da mudança. Assim, poder-se-ia indagar até que ponto a proposta cultural contida nos projetos especiais não teria uma inclinação conservadora." (CALAZANS et alii, s.d. 269-270).

Esta é uma questão importante a ser considerada por quem quer dispor-se a tratar deste tema. Não é objetivo nosso aprofundá-lo aqui. Contudo, é oportuna alguma problematização a despeito da conclusão de possível "inclinação conservadora", na política cultural subjacente aos "projetos especiais". Primeiro, os autores do relatório da pesquisa, ao levantarem tal questão, encarregam-se, eles mesmos, de mostrar o que seria, no entendimento deles, uma possível justificativa àquela atitude dos "intelectuais da prefeitura", supondo verdadeira a hipótese de "inclinação conservadora".

Para eles, a "idealização do passado", detectada nos "intelectuais da prefeitura", deve ser situada historicamente.

"Ela se dá ao cabo de um processo dilapidador de

exploração da aldeia. Lages vive, pois, a crise desse ciclo devastador. É nesse momento crítico de transição e perplexidade, em um contexto político e econômico em que o município não pode ser sujeito do destino, que surge entre os intelectuais da prefeitura essa tendência regressiva ao porto seguro do passado. Pensando este momento, não se atribui a esses mesmos intelectuais uma 'intenção' conservadora ou regressiva. Isto é, não fazer resvalar para os seus discursos um recorte construído a partir da análise. As características acima apontadas estariam contidas nas sobras de um discurso que está buscando alternativas para uma sociedade que vive um impasse e um momento de estagnação. O paradoxo desse projeto regressivo é menos uma contradição teórica de seus formuladores, e muito mais, uma limitação determinada por sua situação histórica." (CALAZANS et alii, s.d. 270-271).

Certamente que a situação histórica, de transição na economia de toda a região e em especial de Lages, foi elemento motivador da busca de alternativas econômicas e da tentativa de construção de um projeto sócio-cultural. Também está claro que houve uma opção pela agricultura. Entretanto, cabe duvidar da conclusão de que tratou-se de um projeto regressivo, social e culturalmente, em consequência da situação econômica que se vivia.

Em primeiro lugar, a transição econômica, também encarada como um momento de crise, deve ser relativizada nas análises. Isto é, para o capital - e portanto para os capitalistas fixados na região -, o projeto econômico naquele momento já estava bem definido. Como já assinalamos, foi o momento da afirmação da agrossilvicultura e da indústria do papel e celulose, bem como um momento de reafirmação da pecuária bovina onde os principais criadores se modernizaram. Portanto, a transição e a crise repercutiram essencialmente do lado dos trabalhadores, diante de um modelo econômico excludente que se consolidava. Daí, no nosso entender, as buscas de alternativas econômicas a partir da otimização da pequena e média produção rural, para o

que se estimulava o uso de tecnologias modernas, não devem ser classificadas como contingência da história, mas sim uma reação a um modelo econômico já estabelecido, e que era visto por aqueles "intelectuais da prefeitura" como concentrador e excludente.

Os resultados decorrentes desse projeto de desenvolvimento agrícola, que teve a produção sensivelmente ampliada, mas que, em contrapartida, acabará por sofrer também as consequências danosas da introdução de tecnologias modernas, é tema para um outro capítulo.

Por outro lado, é verdade, no projeto econômico que priorizava a agricultura, como forma de geração de riquezas para as maiorias, ficava evidente uma indisfarçável preferência pelo desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento urbano-industrial, que acabava por reafirmar a posição subalterna de "vocaçãõ agrícola" do município de Lages e da região. Entretanto, daí inferir-se que o projeto econômico era regressivo e que suscitou um projeto sócio-cultural igualmente regressivo e conservador implica em definir-se por um determinado conceito de progresso subjacente aos "projetos especiais". Ou, dito de outra forma, os instrumentos teóricos utilizados na pesquisa de CALAZANS et alii (s.d.), sobre a ação desenvolvida pelos "intelectuais da Prefeitura" nos "projetos especiais", são diferentes dos instrumentais teóricos - embora apenas implícitos - que estes "intelectuais da Prefeitura" usaram para a ação propriamente dita.

Se de fato existe esta diferença, não se quer dizer que a análise efetuada no estudo referido anteriormente perde sua validade. Contudo, entendemos que seria importante um aprofundamento desta discussão para esclarecer as diferentes posturas - a da análise da ação e a da ação propriamente dita.

Da mesma forma, não nos parece de aceitação tranqüila a hipótese e os arrazoados levantados pelos pesquisadores, em

torno de uma noção de cultura subjacente aos projetos especiais, de caráter imobilista, noção de que cultura são os elementos empíricos, concretos, tangíveis. Parece-nos que, para efeito de análise da questão da política cultural, os pesquisadores tomaram como referência básica um recorte - as mostras do campo no seu dia de exposição -, que não representava em sua dinâmica maior a política cultural. Este recorte sequer é expressão das próprias "mostras do campo" no seu todo, consideradas as discussões em torno da preparação e em torno da avaliação.

A despeito desta hipótese e seu arrazoado e a despeito do conceito de progresso subjacente à análise dos "projetos especiais" feita pelos pesquisadores, lançaríamos uma outra hipótese que poderia contribuir numa investigação a ser levada adiante.

Aqui, novamente, invocamos a analogia do populismo russo. Parece-nos que os sentimentos que habitavam os "intelectuais da Prefeitura" e que os movia à ação, ao ato de "ir ao povo", têm muito a ver com o idealismo que movia os jovens populistas russos, embora nunca deles tivessem sequer ouvido falar antes ou durante a ação em Lages.

Essa força jovem da Rússia do século passado trata-se de uma

"juventud educada y progressista, atormentada por sentimiento de culpabilidad social, deseando sacrificarse en beneficio del bienestar de la mayoría.

(....) El fuerte sentimiento de que la deuda con el pueblo debía ser saldada llevó a los jovens populistas al indignante rechazo de todas las teorías que clamaban que el progreso era un objetivo inevitable, un processo natural. En las condiciones rusas, estas teorías no eran sino un instrumento conveniente de los apologistas del capitalismo, es decir, de la gente que acostumbrada a explicar y a justificar los sufrimientos de las massas en nombre de las leyes objetivas de la historia o de las leyes de hierro de la economía política." (WALICKI, 1968:27-28).



Não é difícil de se constatar que a equipe de "intelectuais da Prefeitura" - o pequeno grupo hegemônico -, constituía-se de um grupo efetivamente de jovens de origem de classe média e com forte sentimento e vontade política para a ação, que atropelava quem quer que se apresentasse em defesa da idéia de um desenvolvimento capitalista objetivo e inevitável. Daí a luta desenfreada na organização do povo, por um projeto pautado por uma espécie de "socialismo agrário" que, para ser construído, dependia mais da vontade das gentes, dependia mais da "força do povo" do que das inevitáveis leis de desenvolvimento econômico e social. E na luta por este ideal, seleciona-se, subjetivamente, da massa de fatos da história aqueles que possam contribuir na realização de tal projeto social.

Este subjetivismo elaborado na chamada sociologia subjetiva esteve na base de sustentação teórica dos populistas russos. Passou por vários estágios:

"al comienzo de los años cuarenta, Bakunin y Belinski (....) rehabilitaron el subjetivismo schilleriano (....) De este modo, subjetivismo significaba en su lenguaje la protesta individual contra las leyes inhumanas de la Weltgeist (grifo do autor) hegeliana. Posteriormente, en los años cincuenta y sesenta, esta misma actitud podrá encontrarse en las denuncias que hizo Herzen de la economía político-liberal, junto con la teoría del desarrollo natural incontrolado, (....) Mas tarde aún, en los años setenta, lucha contra el naturalismo positivista de las teorías burguesas del progreso, especialmente contra la teoría de Spencer y, también, contra el darwinismo social." (WALICKI, 1968:28-29).

WALICKI resume as conclusões básicas da sociologia subjetiva em 3 pontos:

"Primero: se trataba de una defensa de la ética, (grifo do autor). (....) En segundo lugar, era una postura epistemológica y metodológica (grifo do

autor). (....) En tener lugar, era una filosofía de la historia (grifo do autor) que reclamaba que el factor subjetivo - pensamiento y voluntad humanos - pueden oponerse de forma efectiva a las llamadas leyes del desarrollo y juega un papel decisivo en el proceso histórico. Lavrov basó en esto su filosofía práctica que proclamaba que los individuos de pensamiento crítico unidos en un partido podían devenir una fuerza social y cambiar el estado de cosas presente en la dirección indicada por sus intenciones subjetivas." (WALICKI, 1968:29).

Enfim, nesta analogia, é possível identificar uma dose de idealismo na forma de encarar os fatos históricos passados e presentes e projetar o futuro. Idealismo que, no caso específico de Lages, acabou por conduzir a erros práticos às vezes primários, conseqüência de leituras equivocadas da realidade e de conseqüentes ações também equivocadas. Por outro lado, de um jeito ou de outro, a ação desses "intelectuais da Prefeitura" significou uma forte sacudida nas relações de classe concretas e historicamente empedernidas, na Região Serrana de Santa Catarina, cujos resultados são verificáveis hoje, em termos de definição de classes sociais e de tomada de consciência de classe-para-si nos segmentos subalternos de toda a região, bem como em termos de definição de novos campos de luta - além da Prefeitura (Estado) - e definição de posição de classe de outros intelectuais até então tradicionais, que agora atuam como assessores das classes trabalhadoras em seus movimentos e lutas de classe nunca antes existentes.

Enfim, se é possível identificar em todo aquele processo uma dose de idealismo funcionando como motor propulsor da práxis transformadora, certamente não foi só isto, nem foi o idealismo a força-mestra daquela práxis. Aliás, se houve práxis transformadora - e não temos dúvidas de que houve -, por si só anula a possibilidade de o pensamento idealista ter sido o fio condutor das práticas dos intelectuais/militantes da Prefeitura.

ra.

O idealismo, neste caso, é entendido como um conjunto de idéias-forças desconectado do real, pensamento solto, que conduz a práticas igualmente desconectadas da realidade, a-histórica.

Aquele processo, no todo, não foi um momento a-histórico; ele continua, de um modo ou de outro - pela afirmação ou pela negação. A luta política teve seu início de organização, barreiras se romperam e os espaços populares se multiplicaram a partir daí.

"É assim que, em Lages, a luta política se organizou. As classes populares reorientaram a proposta educativa na perspectiva de administração dos conflitos. (....)

E no conflito se preparam para recomeçar a conquistar espaços de liberdade, que permitem a realização de práticas de educação e cultura." (CALAZANS et alii, s.d. 335).

Portanto, ao invés de discutir o idealismo, melhor seria, talvez, entender aquele processo, que comparamos ao populismo russo do século XIX, como processo orientado pelo pensamento utópico, no sentido bloquiano de utopia. FURTER, citando BLOCH, afirma que a

"utopia aparece, quaisquer que sejam a suas diversas formas como uma representação do que é permitido ao homem pelos homens. Ultrapassa o livre jogo de uma inteligência 'solta' que indica um 'possível' sem nenhuma relação com o real e, por conseguinte, sem compromisso com o concreto e as suas dificuldades." (FURTER, 1984:147).

A partir daí, a utopia é entendida como uma "dialética antecipadora" (BLOCH, In: FURTER, 1984). Voltada necessariamente para o futuro, um futuro que aponta para a possibilidade de se construir e se chegar, em consequência do trabalho da cons-

tução, à perfeição, ao absoluto. O homem parte da observação de que é imperfeito, e que nunca existiu um passado perfeito, a perfeição está por ser construída.

Assim, ainda, de acordo com o pensamento bloquiano,

"a utopia é o produto do trabalho (grifo do autor) intelectual pelo qual o homem pretende chegar à 'frente da criação'. Ao 'espírito da utopia' como signo de algo que poderia ainda aparecer como um paraíso perdido, substitui-se a noção de 'utopia concreta' como meio eficaz, político e social de organizar o mundo presente para o futuro." (FURTER, 1984:147).

Portanto, terá sido aquela prática um processo condicionado por um conjunto de fatores - econômicos, políticos e sociais - que determinou essas mudanças nas relações de classes. Há que ser atribuído, de qualquer modo, um papel determinante à ação política daquele grupo de intelectuais/militantes que se utilizaram da estrutura do poder público municipal de Lages, durante um mandato de 6 anos, "deseando sacrificarse en beneficio del bienestar de la mayoría" (WALICKI, 1968). E aquela prática continua, hoje, condicionada por outros fatores econômicos, políticos e sociais - sempre atuais -, e com outros sujeitos - "la mayoría" - que seguem se construindo sujeitos históricos coletivos.

## NOTAS

- (1) Restringiu-se, basicamente, aos descendentes italianos, colonos que, do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina, vêm povoar o distrito de Anita Garibaldi e parte do município de Bom Retiro e aos alemães que, da região de Tubarão, sobem a serra até Urubici e Bom Retiro e mais tarde - já no final da década de 30 - chegam ao Distrito de Bocaina do Sul. Ademais, do que se tem notícias, ainda, somente no início da década de 50 a Região Serrana vai receber contingentes de trabalhadores de ascendência européia (italianos), com alguma significação: é quando ganha impulso o ciclo da madeira que atrai do Rio Grande do Sul empresários e também alguns trabalhadores de origem; é quando por conta de um projeto agrícola do Ministério da Agricultura dos Governos Dutra e Vargas (segundo governo), implantado no interior do município de Curitibanos - na localidade que vai ser chamada "Núcleo Tritícola" - que visava experimentos com a cultura do trigo e colonização de uma área historicamente ligada a conflitos de terra - são atraídos colonos italianos e alemães do Sul de Santa Catarina.
- (2) "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político." (GRAMSCI, 1978:3).
- (3) Conforme RIBEIRO (1987:11), "A memória do Contestado foi destruída pelo repressor. Os caboclos tiveram que engolir essa memória feita maldita pelo vencedor".
- (4) Somados os tempos de mandatos exercidos à frente do poder executivo estadual por representantes da oligarquia dos Ramos desde a Revolução de 1930 até 1966, quando o último dos representantes - Celso Ramos - deixava o cargo, chega-se a 22 anos.
- (5) Até 1961 o município de Lages abrangia os distritos de Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul, hoje

desdobrados em municípios.

- (6) Ver abrangência da Diocese de Lages na época de sua fundação, em desmembramentos até hoje.
- (7) Na verdade, já nos anos vinte o pinheiro começou sua fase de valorização na Região Serrana. No final do primeiro quarto de século, os pinhais do Vale do Rio do Peixe já se esgotavam com a exploração da companhia inglesa Lumbert, concessionária da Railway Company, construtora da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul na área conhecida como "território contestado".  
Mas é na década de 1930 que se instalam três grandes serrarias em Lages e no então distrito de São José do Cerrito (Caru), o que pode ser tomado como sendo propriamente o início do ciclo da madeira. E a partir de 1940 a indústria madeireira ganha impulso, atingindo um primeiro pico no final da década. Nesta fase várias serrarias foram instaladas em Lages, São José do Cerrito e Ponte Alta. Especialmente em Ponte Alta, por razões de equidistância dos pinhais de Lages e de Curitibanos.
- (8) "A base de toda a divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre cidade e campo, pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese." (MARX, 1983:278)
- (9) O Grupo Batistella, em Lages, é um exemplo de "migração" de capital de uma região de economia primária (extração) para uma região de economia secundária (indústria). O Grupo instala-se e faz-se grande em Lages com extração de madeira: passa a atuar em ramos diversos da economia, mas transfere o grosso de seu capital e a sua própria sede para São Paulo.
- (10) "Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao Governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da Nação, quer contra a voracidade egoística dos apetites individuais, quer contra a ação predativa dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja o lucro." (VARGAS, 1952, citado por IANNI, 1977:113).
- (11) Ainda na década de 1940, as serrarias da região funcionavam apenas 6 meses por ano: tal era a falta de mercado local e as dificuldades de transportes do produto para outros mercados.

- (12) Os chamados "novos ricos" não chegaram nunca a assumir o controle do aparelho político municipal - a Prefeitura. Ao seu domínio econômico hegemônico, não correspondeu um igual poder político sobre a população em geral. Ao invés, o poder degradador que esses "novos ricos" exerceram sobre o "coronelismo" acabou por contribuir com a abertura de espaço para a emergência de uma terceira força política autoritária - o populismo.
- (13) A pecuária - alguns pecuaristas - começou a modernizar-se somente na última década do período em consequência da necessidade de superar os problemas causados pela evasão de mão-de-obra.
- (14) Pode ser posto como exceção o município de Curitibanos - pertencente à região homogênea de Campos de Curitibanos - que contou à época (final do governo Dutra e durante o segundo governo de Vargas), com a implantação do "Projeto Núcleo Tritícola" de difusão de máquinas, equipamentos, insumos e sementes melhoradas, bem como da idéia da organização cooperativista..
- (15) Alguns preferem chamar este de o primeiro ciclo da madeira - que foi o de extração da araucária nativa - para afirmar da emergência de um segundo, ora em vigência, que teria tido início nos primeiros anos da presente década com o abate em massa das grandes florestas cultivadas com espécies exóticas como o *Pinus ssp* e o eucalipto.
- (16) Da população rural de Lages, de 1960, para efeitos dessa ilustração, foi subtraída a população dos três municípios (Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul), desmembrados em 1961. Se somados, a população rural teria um crescimento negativo em termos absolutos.
- (17) SINGER distingue dois fatores básicos de expulsão do campo: os fatores mudança que "criam uma espécie de desemprego tecnológico na área rural, sendo a dimensão desse desemprego uma função do aumento da produtividade do trabalho agrícola e da sua especialização" e os fatores de estagnação, que "produzem fluxo de emigração, cujo volume depende da taxa do crescimento vegetativo da produção em economia de subsistência em confronto com a sua disponibilidade de terra". (SINGER, 1984:42).
- (18) O escritório regional da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Técnica de Santa Catarina) foi instalado em Lages em 1967 e o escritório local de Lages somente em 1976. (COSTA, 1982:1553).

- (19) Outras razões dessa mudança - vitória eleitoral do MDB - como as que apresenta COSTA (1982:1370), julgamos de menor importância e que se limita a uma visão estritamente endógena e conjuntural da história.
- (20) Tão somente, verifica-se uma única voz revolucionária, e portanto destoante, no interior do clero da Diocese de Lages, que bradava já desde 1966. Trata-se do ainda hoje (1989) não menos revolucionário Pe. Dilmar Antonio Sell.
- (21) Sobre a teoria do capital humano, ver a respeito FRIGOTTO (1984).
- (22) Para efeitos deste trabalho, que considera o período da história da Região Serrana de Santa Catarina de 1973-1983, tomamos como referência a análise econômica que SERRA (1982) faz da situação brasileira neste período. Apesar de não coincidir nos últimos 3 anos considerados na periodização da história da Região Serrana, julgamos suficiente e adequado o trabalho de SERRA, já que a mudança mais significativa no quadro econômico nacional, com sérias implicações na economia e política local da região em foco, além do recrudescimento da inflação, só vai ocorrer em 1982, com o recrudescimento da questão da dívida externa. Portanto, no final do período demarcado para a história da Região Serrana de Santa Catarina.
- (23) Algumas novas unidades industriais que se instalaram em Lages nessa fase, embora tenham se beneficiado daquelas facilidades municipais, não se instalaram essencialmente por isso. O aumento do ritmo de crescimento do município foi igualmente insignificante, consideradas aquelas facilidades.
- (24) O primeiro e grande custo imposto àquele trabalhador diz respeito à aquisição do terreno para a construção de sua moradia. O mercado imobiliário, que nasce formalizado e concomitante com o decreto de criação da área industrial, não deixa brecha para ocupações (ilegais) de terrenos.
- (25) Entendemos neste trabalho o socialismo agrário como um socialismo que teria como base fundamental de sustentação o desenvolvimento produtivo agrário e, por consequência, as relações sociais e políticas predominantes seriam também de base agrária. Seria uma postura política (ato de vontade) contrária ao entendimento rígido da inexorabilidade e do necessário desenvolvimento das forças produtivas de caráter urbano-industrial, em detrimento das relações rurais de trabalho, como forma de implantação do socialismo.



### 3 REGIÃO SERRANA SE CONSOLIDA E SE TRANSFORMA

- 1983/1989 -

Reafirmamos nossa preocupação e vontade de fazer uma análise de situação com vistas à sua transformação. Buscamos em GRAMSCI o entendimento de "que tais análises não podem e não devem ser um fim em si mesmo, mas adquirem um significado apenas se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade". (GRAMSCI, 1978:195).

Por outro lado, o próprio GRAMSCI nos alerta para inúmeras armadilhas no caminho das análises de períodos históricos próximos.

Alerta para as dificuldades de se distinguir aquilo que é na história movimentos e fatos orgânicos e movimentos e fatos de conjuntura ou ocasionais.

"O nexó dialético entre as duas ordens de movimentos e, portanto, de pesquisa, dificilmente é estabelecido exatamente: e, se o erro é grave na historiografia, ainda mais grave se torna na arte política, quando não se trata de reconstruir a história passada, mas de construir a presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões degradantes e imediatas são a causa do erro, enquanto substitui a análise objetiva e imparcial, e isto dá-se não como 'meio' consciente para estimular a ação, mas como auto-engano." (GRAMSCI, 1978:198)

De qualquer forma, embora consciente de tratar-se de terreno movediço, é indispensável tentar analisar este período mais recente da história da Região Serrana de Santa Catarina, considerando o objetivo de contribuir no processo de transfor-

mação das estruturas vigentes nesta realidade específica.

Para tanto, também aqui invocando GRAMSCI, o faremos em forma de hipóteses, única forma possível de encarar os acontecimentos históricos em tempos próximos ou presentes. Não o faremos de forma conclusiva, pois o próprio período histórico não se concluiu a ponto de possibilitar uma construção mais eficiente do fato histórico. Em outras palavras, valendo-nos da análise das concepções da Ciência da história, de SCHAFF (1987:101), diríamos que a tentativa é fugir da concepção positivista de análise de situações presentes ou da história, a qual, "atesta que o conhecimento histórico é possível como reflexo fiel, puro de todo o fator subjetivo dos fatos do passado", bem como fugir das armadilhas do "presentismo", "variante atualmente mais em voga do relativismo subjetivista que (...) considera a história como uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado" (SCHAFF, 1983:101). A tentativa, portanto,

"é a de integrar num todo coerente o postulado de uma história comprometida, de uma história de classe, de uma história animada de espírito de partido, e o imperativo da cientificidade da história, ou seja, da sua tendência para a verdade objetiva no sentido de uma marcha infinita para a verdade absoluta." (SCHAFF, 1983:139).

### 3.1 ESTUDANDO O CONTEXTO PARA ENTENDÊ-LO

Em primeiro lugar, retomamos alguns motivos, já expressos, que demarcam este período, para justificar o limite final do período anterior.

No plano local, chamamos a atenção para o fato de o PMDB, em Lages, ter perdido as eleições municipais de 1982 para o PDS, fato que obrigou o afastamento total dos "intelectuais da Prefeitura", que militavam pela chamada "democracia partici-

pativa", identificados por nós no capítulo anterior à semelhança dos populistas russos. Neste momento, ascendeu ao poder local, em lugar destes, um governo de tendência neo-liberal, marcado pelo estilo de governo da tecnoburocracia sob o capitalismo.

Sem dúvidas, este governo de "democracia participativa" foi um governo de paradoxos na história do município de Lages, com repercussões profundas que vão formando eco, ao longo do tempo, em toda a região de influência de Lages, sob o ponto-de-vista da política oficial (de Estado). Entendemos ter havido ruptura de um processo político que tendia a uma espécie de "Estado democrático" ou de uma efetiva "democracia participativa", na medida em que as massas construía seus esquemas de poder para influenciar diretamente a administração municipal. Poder, este, construído pelas vias da colaboração e cumplicidade com os intelectuais progressistas da Prefeitura ou pelas vias da negação a outras propostas e políticas municipais que não se alinhavam aos interesses daquelas massas que se organizavam. Negação apoiada e encorajada pelos mesmos intelectuais progressistas.

Entendemos ter havido ruptura enquanto ficou evidente o abandono, pelo novo governo, daquelas políticas de organização das massas através dos chamados projetos especiais, e passou-se a políticas de cunho neo-liberal voltadas essencialmente aos interesses do capital privado.

Esta ruptura, por outro lado, ensejou o início de processos de organização da sociedade civil nunca antes ocorridos. Processos de organização social independentes do Estado local e até contra ele em sua nova configuração. Ensejou também, somados a outros fatores, a mudança de postura política de forças da sociedade civil, de âmbito regional, como a Igreja Católica, que desde aí, se constitui no principal apoio e locus de organizações populares emergentes. Em articulação de apoio mútuo

com um grupo de intelectuais egressos da Prefeitura da "Força do Povo", um significativo setor de militantes da Igreja Católica assume posição claramente em defesa do "povo marginalizado" e vai ao encontro deste povo, agora em âmbito regional com o propósito de organizá-lo e apoiá-lo em suas lutas. Uma atitude que, mais uma vez, lembra a prática dos populistas russos. É exatamente dessa articulação que surge o hoje chamado Centro Vianei de Educação popular, que se constitui desde logo em um fator a mais de contribuição para a ampliação dos quadros de militantes progressistas da Igreja Católica. E acaba por preencher parte do espaço político que ficou vazio com a mudança de governo no município de Lages. Para contribuir ainda mais nesse processo de emergência do novo, posta-se em apoio aos militantes progressistas da Igreja Católica, o próprio Bispo Diocesano que recebe um reforço inovador com a chegada do Bispo Coadjutor D. Oneres Marchiori, já em meados do ano de 1983.

Em 1984, D. Oneres assume a Diocese como titular e fortalece os progressistas da Igreja Católica. No nosso entender, para além da sua vontade política - que, ademais não desprezamos como importante fator contribuinte -, a postura do atual Bispo Diocesano, de apoio às organizações e movimentos populares de resistência na região é resultante em grande parte das contingências de um tempo que teve início exatamente quando da sua chegada a Lages e que se prolonga. Um tempo que assinalamos como de transição com profundas mudanças estruturais nas relações sociais, políticas e econômicas da Região Serrana.

O Projeto Vianei de Educação, hoje Centro Vianei de Educação Popular, nasceu dos escombros do governo municipal. Projeto este, também visto sob a perspectiva de análise do populismo russo praticado pelos intelectuais progressistas da Prefeitura de Lages em articulação com militantes progressistas da Igreja Católica. Estes últimos, poderíamos, também, compará-los aos populistas russos. Muito logo, porém, o Pro-

seto Vianei de Educação se transforma num espaço dialético de construção de cultura política e poder popular, onde os intelectuais passam a ser, gradativamente, assessores de setores populares em lutas de hegemonia.

Enfim, este período da história da Região Serrana tem seu início marcado por acontecimentos históricos importantes no que se refere à superestrutura política. Desses acontecimentos, dialeticamente articulado às mudanças de ordem econômica (local, nacional e internacional), vão decorrer práticas sociais de organização e educação das classes populares que as põem em movimentos de lutas de classe em moldes nunca antes verificados. De outro lado, essas práticas suscitam a reação de setores da sociedade civil que também passam a se organizar em defesa direta de seus interesses, como é o caso da UDR (União Democrática Ruralista).

O contexto econômico está marcado pela expropriação e exploração do trabalhador, especialmente no caso particular da Região Serrana de Santa Catarina, do trabalhador rural; é um contexto de confirmação da região como destinada à produção primária e de industrialização da madeira. É a partir, exatamente do início da presente década, que se fala da entrada da Região Serrana - de Lages especialmente -, no "segundo ciclo da madeira", que de um lado é fator de dinamização da economia, mas de outro lado, é fator de expulsão do campo e uma contribuição a mais ao processo de concentração de riquezas nas mãos de poucos.

Para que melhor possamos montar e compreender este cenário local, convém desenhar alguns traços da economia e da política nacional, bem como de acontecimentos sociais compreendidos neste período e que, entendemos, exercem ação direta sobre a dinâmica sócio-política e econômica desta microrregião nestes tempos de integração nacional e internacional patrocinada pelos monopólios do poder político e econômicos privado, tempos tam-

bém de profundas crises propiciadoras de definições de projetos políticos classistas.

No campo da economia, ressaltamos a questão da dívida externa brasileira com seus efeitos arrasadores sobre a vida de todos os brasileiros, que se agravam a partir do início da presente década.

"Entre 1980 e 1988, o Brasil pagou 132 bilhões de dólares ao exterior, sendo 87 bilhões só de juros. Dependendo do ano, os pagamentos consumiram de 50% a 103% do valor das nossas exportações. Mas a dívida em vez de diminuir, quase dobrou, atingindo 112.3 bilhões de dólares, sem entrada de recursos novos em quantidade significativa. Em 1988, ela nos custou o equivalente a 6,2% do nosso produto interno bruto (PIB)." (ECONOMIA, 1989:2).

Os quadros que reproduzimos a seguir falam por si só, a ponto de poder-se dizer, sem exageros, que "nos anos recentes, a história da estrutura produtiva brasileira é a história de sua adaptação à maciça transferência de recurso que o sistema financeiro internacional nos impôs". (ECONOMIA, 1989:3).

Quadro 8. Evolução da dívida externa brasileira, sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB) e dívida por habitante em anos selecionados.

Ano	Dívida (US\$ bilhões)	% do PIB	Dívida por habitante (US\$)
1970	5,4	11,0	57,1
1980	64,2	26,7	529,6
1981	73,9	27,7	596,0
1982	85,3	31,8	672,0
1983	93,5	45,7	720,7
1984	102,0	48,2	769,5
1985	105,0	46,3	775,2
1986	111,0	40,0	801,6
1987	114,0	40,0	809,5

Fonte: ECONOMIA, 1989:2.

Conforme o Quadro 8,

"entre 1960 e 1970 a dívida cresceu pouco: de 3,1 para 5,4 bilhões de dólares. Mas já em 1980 ela alcançava 64,2 bilhões de dólares. Nota-se que, apesar do dramático esforço de 'ajustamento' da economia brasileira e do envio de bilhões de dólares para pagamento de juros, a dívida tende a permanecer em patamares muito altos, tanto em termos absolutos como em termos de sua relação com o PIB, e a população. Ela equivale hoje a uma parcela enorme de nossa renda nacional (...)." (ECONOMIA, 1989:2).

O aumento espetacular da dívida durante a década de 70 a taxas de juros históricas que variavam em torno de 7% ao ano, deu-se em especial através da oferta abundante de dólares novos pelo sistema financeiro internacional, que

"se viu diante de necessidades de reciclar o excesso de dólares então concentrados nos países exportadores de petróleo e que não encontravam aplicações rentáveis. A fome dos bancos casou-se com a vontade de comer demonstrada pela ditadura brasileira." (ECONOMIA, 1989:3).

Entretanto, a partir do início da presente década, as contas a pagar são apresentadas com os acréscimos resultantes das políticas internas econômicas dos E.U.A. Isto é, a variação das taxas elevam-se absurdamente, conforme mostra o Quadro 9, que transcrevemos, sem que o devedor tenha direito a opinar ou reclamar.

Quadro 9. Evolução das taxas de juros no mercado internacional.

Ano	Taxa %	Ano	Taxa %
1974	6,0	1980	14,2
1975	7,6	1981	16,6
1976	6,1	1982	17,2
1977	6,4	1983	19,5
1978	9,4	1984	14,0

Fonte: ECONOMIA, 1989:3

No auge do endividamento brasileiro, as taxas oscilavam em torno do valor histórico de 7%.

"A partir dos anos 80, no entanto, as taxas se tornaram muito altas, incidindo sobre os empréstimos anteriores e tornando incontrolável o crescimento da dívida brasileira, mesmo sem a entrada significativa de dinheiro novo no país." (ECONOMIA, 1989:3).

Deste modo, com tal volume de dívida acumulada e com tais condições impostas pelos credores a um país devedor, cujo governo não tem sustentação popular nem compromisso político com essa população nacional, não é difícil compreender que o Estado brasileiro se esmere em estabelecer políticas de produção voltadas à necessidade de exportação para pagamento dos serviços da dívida, em detrimento de políticas voltadas à elevação do padrão de vida dos brasileiros, como indica o Quadro 10.

Quadro 10. Pagamentos dos serviços da dívida externa brasileira e sua relação com as exportações.

Ano	Serviço da dívida US\$ bilhões	% das exportações comprometidas
1970	1,3	29,2
1980	14,1	70,1
1981	17,8	76,4
1982	20,8	102,2
1983	15,6	71,2
1984	14,1	50,3
1985	13,4	52,4
1986	13,1	58,9

Fonte: ECONOMIA, 1989:3

"A queda verificada na primeira metade dos anos 80 decorre do inusitado crescimento do setor exporta-



dor, beneficiado por sucessivos governos em detrimento do mercado interno brasileiro. Mesmo assim, o serviço da dívida permanece consumindo uma parcela expressiva das exportações muito superior à que se verificava no período anterior." (ECONOMIA, 1989:3).

Ao mesmo tempo do agravamento da dívida externa brasileira, neste período, assistimos o aumento desenfreado da inflação, o rebaixamento constante do salário real e a diminuição do crescimento econômico cujos números estão ao alcance e no dizer de OLIVEIRA, seria ocioso repetí-los "para indicar a profundidade e a extensão da crise que se abate sobre a economia brasileira". (OLIVEIRA, 1985:2).

Para OLIVEIRA, esta é mais que uma crise cíclica enfrentada pelo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Para ele, esta crise tem para a história brasileira um "caráter de grande crise, de tournant (grifo do autor) histórico, de encerramento de um ciclo". (OLIVEIRA, 1985:3).

Na interpretação do autor:

"pode-se dizer que a característica central de uma 'grande crise' é a de pôr em cheque os elementos de regulação do sistema; na crise atual, a regulação que está sendo posta contra o muro é a Keynesiana (....) É óbvio repetir também que esta 'grande crise' é não apenas internacional, tratando-se na verdade de uma crise mundial, posto que mesmo os países socialistas também são afetados (....)

O que é novo nesta crise, do ponto-de-vista da economia brasileira - que advém de seu caráter internacional -, é que a direção dos movimentos dos grandes agregados econômicos é igual entre nós ao que se passa nas outras economias. Em outras palavras, se na crise dos anos 30 a reação da economia brasileira foi assimétrica em relação ao que se passava nos países centrais, tendo surgido dela o impulso definitivo no rumo da industrialização, hoje já não ocorre o mesmo: a crise representa aqui e se apresenta aqui também como recessão e depressão (grifo do autor). A sorte da economia

brasileira, em que pese às margens de manobra que certamente restam, não será independente do que se passe no conjunto do sistema capitalista. Ainda mais: um país que detém a maior dívida externa do mundo capitalista não é um coitadinho, mas ao contrário, um forte parceiro das regras do jogo mundial." (OLIVEIRA, 1989:3-4).

Mas a questão da dívida externa brasileira, que está na base da "grande crise", não pode ser analisada sem que se analise seus desdobramentos. Ela compõe no Brasil um quadro que autores como PEREIRA e FERNANDES convergem em identificar também como de crise fiscal do Estado e crise institucional ou política, ou crise da burguesia ou das elites.

PEREIRA, particularmente, defende a tese de que o Brasil passa por uma profunda crise fiscal, o que implica no rechaço à tese neo-liberal de que o Estado é intrinsecamente ineficiente na gestão da economia. Para ele, esta crise se define a partir do grande endividamento externo dos anos 70. Soma a este entendimento a teoria do caráter cíclico da intervenção estatal. Em síntese, sobre a crise fiscal ele diz:

"A causa fundamental da presente ineficiência do Estado está no fato de que o Estado brasileiro, hoje, vive uma grande crise financeira, uma grande crise fiscal. Através do processo de fomentar o desenvolvimento econômico durante todo esse período e especialmente durante os anos 70, o Estado foi se endividando. Também o setor privado se endividou. Mas, no começo dos anos 80, quando se tratou de fazer o ajustamento, o ônus do ajustamento foi assumido fundamentalmente pelo Estado. Nas duas maxidesvalorizações, primeiro o Estado permitiu que o setor privado pagasse em cruzados as suas dívidas e, em seguida, decidiu as maxidesvalorizações, que recaíram quase exclusivamente sobre o setor público strictu sensu e as empresas estatais. Esse foi um dos sistemas de transferência do ônus do ajustamento para o setor público. O setor privado, que também estava bastante endividado até 79, continuou recebendo todos os subsí-

diões e incentivos a que estava acostumado e mais vantagens adicionais, entre 81 e 83. Continua até hoje. Já no final de 83 (....), senti com clareza a natureza do problema. Uma situação em que o Estado estava quebrado, profundamente endividado, numa situação financeira lastimável, enquanto o setor privado já estava financeiramente bem. (....) Índices de endividamento baixíssimos e os lucros em 1988 voltaram a ser excelentes.

Quando se tem um Estado falido, quando se tem um Estado quebrado, isto não significa que a situação financeira das empresas seja ruim. Pelo contrário, pode ser boa. O que estará necessariamente em crise é a economia como um todo, porque é impossível para um regime capitalista que o Estado esteja quebrado e a economia vá bem. Um setor privado financeiramente bem às custas do setor público não é uma coisa saudável. E não dura muito tempo. O capitalismo brasileiro é um capitalismo em crise, apesar da boa situação financeira das empresas capitalistas. É um capitalismo em crise porque não há um capitalismo próspero e estável com um Estado financeiramente insolvente. A crise do Estado brasileiro é obviamente uma crise fiscal que pode ser diretamente explicada pela dívida externa e pelo populismo desenvolvimentista interno." (PEREIRA, 1989:3).

Já FERNANDES mostra sobre quem recaem os efeitos mais nefastos dessa crise:

"(....) é a massa dos assalariados e dos trabalhadores semilivres das cidades e do campo que arca com a conta. Há meandros especulativos e fisiológicos para compensar as perdas e até convertê-las em vantagens reais, postas em prática graças ao Estado de transição permanente. Os superlucros dos bancos, por exemplo, derrotam a hiperinflação; a ciranda financeira produz deslocamentos que põem em perigo o sistema de produção mas aumentam o volume de riqueza nos bolsos dos mais ricos e poderosos; a caixa dois ajuda a corroer ainda mais a crise fiscal do Estado (sob seu pleno consentimento) - pois não se deixa de pagar impostos sem provocar gastos - mas contribui para elevar a participação das grandes empresas nacionais e estrangeiras no excedente econômico. Trata-se de um qua-

dro tenebroso, que põe a nação diante da iminência de um colapso - sem incluir no rol os rombos representados pela 'dívida externa' e pelo débito público, ambas conexões diretas de transferência de riquezas dos assalariados, dos trabalhadores semilivres do campo e das cidades para a alta burguesia e seu Estado canhestro de segurança nacional." (FERNANDES, 1988<sup>a</sup>)

De outro lado, vivemos no Brasil uma crise política de grandes proporções pela incapacidade das elites dominantes de apresentar e entender-se num projeto histórico nacional. A burguesia nacional, comodamente, delegou ao Estado autoritário por longos anos a tarefa da gestão e execução dos projetos econômicos e políticos. No momento em que se esgota a capacidade do Estado e a burguesia é chamada a desempenhar ela própria o seu papel de direção, mergulha em profunda crise. Por incapacidade de conciliação de interesses divergentes em suas próprias fileiras necessária à elaboração de um projeto histórico à nação.

De acordo com FERNANDES, a crise burguesa que impôs o golpe de 1964 e implantação da ditadura militar, ressurgiu no presente [refere-se a agosto de 1988] depois da dissolução da ditadura na "Nova República" e da preservação da sua ordem ilegal e institucional e da pseudo-legitimação. Nesse período:

"os atritos entre setores das classes dominantes foram administrados por vários meios, da privatização do público às interferências governamentais na ANC e na elaboração da Constituição, à corrupção encoberta e manifesta etc." (FERNANDES, 1988:3<sup>a</sup>)

Entretanto, para o autor, a crise, que não é apenas uma crise de conjuntura mas de estrutura, ressurgiu

"Neste momento histórico, o agravamento da crise burguesa repercute negativamente na continuidade e nas probabilidades de eficácia da conciliação. Os

partidos da ordem desmoronam ou sofrem violentos abalos intestinos. O aparato estatal e a própria produção da 'Nova' República defronta-se com repúdio generalizado. O caos econômico entra em ação com o caos social e político. A crise assume proporções amazônicas e compele a burguesia a refugiar-se sob a tutela militar e a perder enormes parcelas do controle de classe direto do poder especificamente político, o que esteve ao alcance de suas mãos evitar." (FERNANDES, 1988<sup>a</sup>).

Ao explicar as razões de ter se esvanecido a possibilidade de a burguesia assumir a direção política, FERNANDES (1988) situa ao mesmo tempo que a crise é estrutural:

"Por que esta possibilidade esnaveceu-se no ar? Por falta de um projeto histórico da burguesia, dos seus partidos mais fiéis (os partidos da ordem temeram as conseqüências de 'ser governo' como atesta o PMDB), dos seus intelectuais e políticos profissionais orgânicos. (...) Para possuir um projeto histórico, válido para a nação e para a instauração de uma república democrática burguesa, a burguesia através de seus órgãos corporativos e da ação coletiva de classe, teria de opor-se ao imperialismo. Ora, ela é uma burguesia caudatária, que transformou a dependência em mercadoria e em lucro (com prejuízos crescentes para a nação)." (FERNANDES, 1988<sup>a</sup>)

PEREIRA (1988), por sua vez, separa o que seria da responsabilidade do governo propriamente dito, daquilo que seria da responsabilidade das elites na gestão de um projeto histórico, mas reafirma o diagnóstico de uma crise das elites.

"Ao governo cabe, ou caberia, a liderança política em sentido amplo. São as elites políticas, empresariais e intelectuais que devem apontar os rumos que o país deve seguir. Ora, estas elites estão hoje completamente desorientadas. Mal tomaram consciência da crise estrutural da economia e da sociedade brasileira, e estão na prática tão confusas e imobilizadas quanto o próprio governo. Na verdade, não temos hoje no Brasil apenas uma crise

econômica e política, temos também uma crise das elites.

(....) A crise política está relacionada com a crise econômica, mas possui uma relativa autonomia. A democratização exigia uma redefinição geral dos objetivos políticos da sociedade brasileira. A convocação de uma Assembléia constituinte tinha este sentido." (PEREIRA, 1988).

Concluindo sua análise, o autor afirma estarmos diante de uma tríplice crise:

"de uma crise econômica, de uma crise política e de uma crise das elites. A crise econômica é uma crise fiscal e da dívida externa. A crise política é uma crise de legitimidade, na medida em que o governo perdeu o apoio da sociedade. A crise das elites é uma crise de hegemonia, já que as elites dirigentes estão se demonstrando incapazes de resolver minimamente as contradições do processo de acumulação capitalista recente." (PEREIRA, 1988).

Ainda sobre o assunto, FERNANDES vai dizer:

Nessas condições internas e internacionais, pode-se falar em uma situação de guerra civil latente, os de cima perderam a faculdade de decidir e mandar. Os de baixo avançam de modo oscilante no sentido de não obedecer e de buscar meios próprios de auto-organização, de auto-defesa e de ofensiva." (FERNANDES, 1987).

Certamente que o avanço dos "de baixo" têm sido oscilante, mas tem ocorrido de tal forma que possibilita identificar conquistas efetivas de parcelas de poder político nas disputas de classes. Ao mesmo tempo, entendemos estar sendo gestado um projeto histórico no interior de um leque amplo de segmentos de classes populares com o intuito de vir a ser um projeto à nação e às classes trabalhadoras no seu todo.

Neste quadro de crise, vale ainda destacar o sentido histórico da crise política para as classes populares. Não há

dúvidas de que neste período os de baixo na pirâmide social conseguiram avançar no sentido da construção de identidade de classe e no sentido mesmo de conquistas de espaços políticos e cidadania.

A própria Assembléia Nacional Constituinte, em que pese os limites impostos desde a sua origem até às interferências do governo e de grupos de alto poder econômico, durante todo o seu processo, significou espaço de engendramento e de consolidação de propostas de interesse popular. Bem ou mal, estabeleceu-se o debate nacional sobre questões importantes; mesmo que as questões de fundo, de interesse popular, não tenham sido formalmente aprovadas, o debate contribuiu para o processo de produção de uma nova cultura política nacional.

Neste sentido, não há como negar a importância do debate sobre questões tais como:

- "- Soberania e direitos: Processos Sociais Novos
- Organização eleitoral e partidária: os casuismos de sempre
- A garantia das instituições
- Reforma Tributária na Constituinte
- A constituinte e os Princípios Gerais da Ordem Econômica
- A Reforma Urbana e a Constituinte
- Reforma Agrária e Constituinte
- A Saúde e a Constituinte
- Organização do Estado na Constituinte
- O Negro e a Ordem Social
- O Índio e seus direitos na Constituinte
- A Constituinte e os portadores de deficiência
- Ciência e Tecnologia na Constituinte
- A Questão da Família, do Menor e do Idoso." (In: CEAC, 1988).

E outras questões ainda de interesse direto dos trabalhadores, como:

- Os direitos dos trabalhadores
- O meio ambiente
- A comunicação

- A educação

A questão da educação, particularmente, foi fator de mobilização intensa de intelectuais (educadores) de diversos segmentos da sociedade civil. Os intelectuais são exatamente os encarregados de elaboração de propostas e ideologias. E, neste sentido, as propostas e teses articuladas aos interesses populares foram muito marcantes.

Mas, se a Constituinte significou um importante espaço de produção de cultura política e conquista efetiva de cidadania por parte das classes populares, este processo não se iniciou com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Importantes variáveis no sentido de ampliação do espaço popular na política antecedem a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Mais por concessão tática dos que controlavam o poder; mas não importa aqui, o fato é que esta década de 80 foi um tempo de abertura política (do Estado). Exemplo disto é o ressurgimento da clandestinidade e legalização dos Partidos Comunistas e o nascimento de novos partidos de esquerda.

A atividade partidária, ao lado de outras variáveis, desempenhou papel importante no processo de tomada de consciência da população sobre a ilegitimidade dos ocupantes do poder do Estado. Daí a campanha das "Diretas Já", e depois a campanha pela participação popular na Constituinte.

Enfim, são muitos acontecimentos políticos ocorridos na década e que se articulam a ponto de conduzir a população a um rechaço geral ao governo da "Nova República", pela sua ilegitimidade de origem e pela sua falta de condições - políticas e econômicas - de propor e coordenar um projeto político nacional. A "Nova República" foi um grande ensaio, uma grande tentativa das elites dominantes de manter-se no poder com o mínimo possível de participação popular efetiva. Acabou sendo um engodo. E a participação ativa da população no processo eleitoral à presidência da República é um demonstrativo, no final extremo



da década, da organização da sociedade civil e do crescimento da sua cultura política. Em particular, tanto pelos resultados quantitativos quanto qualitativos, o processo eleitoral foi um demonstrativo do sensível crescimento da consciência de classe dos trabalhadores; consciência que, por negação, é um dos fatores que estão na raiz da crise de hegemonia política das elites dirigentes tradicionais brasileiras.

E assim vai sendo forjado um projeto político popular. No interior das lutas gerais da população e no interior de lutas genuinamente populares. Queremos chamar a atenção, em especial, para as lutas dos chamados novos movimentos sociais que trazem uma marca que poderia ser relacionada, especialmente, também, às condições históricas desses anos 80, tendo sido gestados durante o período de governo militar-autoritário, no Brasil e noutros países do Cone Sul latino-americano.

### 3.2 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS - UMA CATEGORIA EM DISCUSSÃO

Existem na história dos povos os movimentos sociais. Sempre mantidos sufocados pelas forças dominantes e hegemônicas ou com certo poder de manifestação forjado pelo próprio movimento, segundo as condições históricas. Entendemos serem os movimentos sociais parte essencial das relações sociais, que se regulam pelo conflito. O movimento social é, assim, a manifestação expressa dos sentimentos de um determinado grupo oponente, em situações históricas específicas.

Conforme já assinalamos no Capítulo 1, entendemos que a força que põe um determinado grupo social em movimento social compõe-se de dois fatores básicos que se combinam em determinadas condições históricas (propícias):

a) A necessidade material: as condições econômicas e políticas de exploração e/ou espoliação que ameaçam a integridade da vida e

b) uma concepção de mundo, uma ideologia, que se oferece

como espaço de unidade superestrutural dos diversos indivíduos. Esta concepção de mundo é tomada de empréstimo de fora - e, neste caso, geralmente, é contraditória à concepção de mundo própria do grupo social que entra em movimento -, ou é uma construção do próprio grupo - uma tomada de consciência de um direito negado, uma "ideologia libertadora" - com ou sem a ajuda de agentes mediadores. Portanto, o movimento social, em outras palavras, é o resultado de articulação de condições materiais determinadas e ação volitiva.

Esta, no nosso entender, é uma regra geral que vale também para os chamados Novos Movimentos Sociais. Novos, que do ponto-de-vista cronológico quer designar, no caso brasileiro, mais ou menos a última década, enquanto manifestação massiva que pode ter como sinal de grande ponto de partida, o movimento grevista do ABC paulista em 1979, mas que, enquanto manifestação latente e organização social que está na raiz desses movimentos expressos deve ser considerado, pelo menos, uma década a mais, assim, viria coincidir - não sem nexos - com o início da organização das chamadas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e com o recrudescimento da ditadura militar<sup>1</sup>.

Mas não é o aspecto cronológico o fator principal para caracterizar estes movimentos sociais recentes como "novos". Aliás, longe, também, de se poder atribuir esta caracterização a todos os movimentos sociais recentes. Também não é nossa pretensão e propósito determo-nos muito nesta questão, já que é bastante vasta a literatura acerca, da qual podemos nos servir ao nosso propósito principal.

Assim, tomemos como referência básica, para efeito deste trabalho, aspectos já trabalhados por estudiosos da questão, que definem estes movimentos sociais como "Novos". EVERS, por exemplo, depois de constatar a inadequação das categorias, para ele, velhas de análise do social, arrisca a tomar como ponto de partida a

"auto-reflexão dos próprios movimentos sociais. Talvez uma indicação quanto à essência destes movimentos esteja precisamente em seu empenho marcante - dos novos sindicatos 'autênticos' e das comunidades de base da Igreja Católica, por exemplo - em definir a si próprios como novos e diferentes em relação à política tradicional, e em se colocarem como fundadores e guardiões de suas próprias tradições e experiências sociais.

A principal investida nesta busca de identidade autônoma parece fazer-se contra a atitude e prática generalizadas de tutela - que tem caracterizado a política tradicional na América Latina - em relação aos movimentos sociais. Isto se aplica ao paternalismo conservador e à manipulação populista tanto quanto à interpretação mecanicista da história que os marxistas latinoamericanos herdaram da terceira internacional e que lhes permitiria conhecer o processo social antecipadamente, legitimando, assim, a vanguarda iluminada que detém o saber necessário para comandar o processo de gestação da futura revolução." (EVERS, 1984:12).

Em seguida EVERS sintetiza o pensamento dos intelectuais latino-americanos que tratam da questão dos novos movimentos sociais,

"Tentando abandonar as interpretações da tradição marxista que, de certa maneira reforçam o monopólio político dos partidos, os intelectuais latino-americanos viram nestes ensaios de ação autônoma dos movimentos sociais como um alargamento da esfera do 'político'. Os esforços das ditaduras militar para suprimir a participação política, fechando os canais tradicionais de articulação, tiveram o efeito exatamente oposto de politizar as primeiras manifestações sociais por moradia, consumo, cultura popular e religião. Surgindo durante um período de profunda crise das esquerdas - menos devido à repressão que ao próprio malogro teórico e prático - a criação de formas novas e autônomas de expressão social foi tanto uma necessidade quanto uma oportunidade. A grande diversidade de grupos, cursos, centros de ajuda mútua, comitês, e assim por diante, é 'espontânea' apenas no sentido de não seguir planos comuns e de não obedecer a nenhum plano central. Com efeito, esta 'esponta-

neidade' representa um árduo e paciente trabalho de formiga, de organização e estruturação de pequenos núcleos na tentativa de enfrentar as agruras do cotidiano. Se houve qualquer forma organizativa centralizada por trás disso tudo, foi a Igreja Católica, através de seus setores progressistas, que emprestou seu teto para muitas destas iniciativas.

Paralelamente à emergência de novos campos de ação política, começaram a surgir novas formas análogas de 'fazer política', e também os novos agentes políticos. De acordo com esta linha de interpretação, atualmente a tarefa intelectual consiste em 'pensar a construção de uma nova hegemonia através da intervenção direta das massas assegurando uma reconceituação da política que amplie sua esfera e recupere, enquanto ação válida, o vasto campo popular com seu cotidiano, aceitando desse modo o desafio de visualizar um projeto social a partir do enfoque da prática das classes populares' (Garcia). Ao invés de uma perspectiva 'partidista', trata-se de exigir uma visão 'movimentista';" (EVERS, 1984:12-13).

Depois de avaliar-se que este raciocínio tem possibilitado avanços na compreensão dos novos movimentos sociais e de aliar-se a ele, EVERS faz algumas objeções antes de arriscar-se às suas teses. Segundo ele, certos parâmetros da concepção tradicional criticada ficou infiltrada na nova concepção. Assim, ele critica basicamente a centralização da referência na política.

"Quando falamos em 'repensar a política' ou em 'alargar a esfera do político', permanece intocada a referência central e definidora da política propriamente dita. Como último reduto do centralismo conceitual, continuamos a considerar a política como esfera especializada, para a qual contribuem as várias manifestações da vida social e a partir da qual estas manifestações podem ser alteradas. Conseqüentemente, a questão global orientadora desta nova linha de pensamento não mudou em relação ao raciocínio tradicional. Reavaliar a função política dos movimentos de base significa que ainda estamos procurando o seu potencial político, apenas a partir de uma ótica melhor. (...) sob a categoria de hegemonia está a crença de que dentro

da perspectiva de um movimento anticapitalista, uma realidade multifacetada (Gramsci) e uma identidade multiclassista (Laclau e outros) não são apenas inevitáveis mas categoricamente indispensáveis. Admite-se também que estes novos atores políticos não sejam secundários em relação aos partidos políticos, mas, no mínimo, equivalentes. Não obstante, o objetivo principal desta reformulação é encontrar maneira de intensificar o potencial político no âmbito da realidade recentemente descoberta. Em consequência, no fim da discussão emerge a figura de um novo partido. Novo, diferente, incomparável, extraordinário, democrático - mas, de qualquer modo, um partido político." (EVERS, 1984:13).

Na seqüência, EVERS (1984:14) defende quatro teses onde um dos pontos centrais é o entendimento de que "o elemento novo identificado nos novos movimentos sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social nas quais o poder não é fundamental". Ele entende que

"o surgimento dos novos movimentos sociais não está vinculado a situações específicas criadas pelas ditaduras militares nem a fragorosas derrotas dos partidos de esquerda. (...) Eles (os movimentos sociais) não devem sua existência a um contexto político específico, e sim a fatores situados nas raízes do atual desenvolvimento social das sociedades capitalistas."

As teses que EVERS procura desenvolver em seu texto<sup>2</sup>, são ricas de elementos novos e desafiadores, com as quais nos identificamos. Entretanto, julgamos dispensáveis aos nossos propósitos neste trabalho. Ademais, certos acontecimentos históricos recentes nos países observados por EVERS, como o Brasil nos parece impor uma revisão ou, pelo menos, um aprofundamento da tese de que para os novos movimentos sociais o poder não é fundamental. Entendemos que aí os novos movimentos sociais em suas diversas formas de manifestação convergem e se traduzem em uma forma nova de lutas de conquistas de poder político. De ou-

tro lado, nos parece que o entendimento de que os novos movimentos sociais devem sua origem a "fatores situados nas raízes do atual desenvolvimento das sociedades capitalistas" também terá que ser redimensionado diante dos acontecimentos últimos no leste europeu. Aquelas lutas empreendidas pela sociedade civil contra o Estado burocrático/autoritário nos parecem com o "objetivo de reapropriação da sociedade por si mesma". Creio necessário analisar o nexó (ou o não nexó?) entre os novos movimentos sociais nas sociedades capitalistas e nas sociedades do socialismo real do leste europeu; visto que a crise econômica que vivemos hoje é uma crise mais que internacional, é uma crise mundial (OLIVEIRA, 1985). Assim, consideramos que, embora categorias totalizantes, como o caráter de classe possa de fato ser insuficiente para dar conta das aglutinações de indivíduos e articulações de grupos que se põem em movimento, existe um nexó entre a emergência dos novos movimentos sociais e a situação econômica e política que perpassa sociedades capitalistas e socialistas do mundo contemporâneo. Entendemos também que é gestada uma cultura política no seio dos novos movimentos sociais, que no limite último do processo de gestação - se existir esse limite - deverá se configurar numa nova forma de ser sociedade e, por conseguinte, em novas relações políticas.

Para SCHERER-WARREN, as diferenciações entre "novos" e "velhos" movimentos sociais - para além do aspecto cronológico - podem ser encontradas nas formas de suas organizações e de encaminhamento de suas lutas.

"(....) As novas formas de organização no campo (....) valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos ao nível ideológico, ao autoritarismo." (SCHERER et alii, 1988:4). Ela defende ser os novos movimentos sociais uma forma de ampliação do espaço político pela ação - movimento de resistência ativa não violenta - dos diversos segmentos de classes que compõem as clas-

ses populares. Para ela, "o que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações do nível das relações sociais cotidianas". (SCHE-RER-WARREN, 1988:4).

GRZYBOWSKI (s.d.), sem entrar na discussão de "novos" ou "velhos" movimentos sociais, trabalha sobre a questão dos movimentos sociais no campo de uma forma que nos parece alternativa no debate sobre o sentido político das lutas por cidadania.

Para ele,

"na realidade, no campo, a questão da conquista e exercício da cidadania aparece referida à ruptura, ao aforramento, à autonomia dos trabalhadores para serem reconhecidos como tais.

Por isso, (...) um ponto a merecer atenção é o processo de emergência dos trabalhadores como classe e como cidadãos, ou seja, a sua socialização política. Esta análise para dentro, vendo a cidadania dos trabalhadores se constituindo como resultado dos próprios movimentos, deve ser completada, sem dúvida, pela análise de seu impacto, das possibilidades e limites em face das relações políticas de força na sociedade, do poder e da ação do Estado." (GRZYBOWSKI, s.d.:55).

Assim, para pensar os trabalhadores do campo como sujeitos históricos (sujeitos da luta), para pensar os próprios movimentos sociais, GRZYBOWSKI (s.d.) estabelece como "princípio metodológico fundamental" a dinâmica da construção de "blocos históricos": "uma síntese entre elementos objetivos, dados pelas relações sociais, e subjetivos, da vontade e da cultura".

Importa-nos assinalar ainda, para estabelecer referências a este trabalho, uma observação quanto à situação dos povos que vivem na sub-região do Cone Sul latino-americano. Aí, não parece haver dúvidas de que se trata de situações concretas de exploração econômica e de opressão política que estão na raiz dos novos movimentos sociais desta sub-região.

Julgamos adequado, a partir daí, agregar a categoria "popular" aos novos movimentos sociais, para caracterizá-los como um processo de emergência de trabalhadores enquanto classe, pois a luta fundamental que se trava é entre oprimidos e opressores, nos campos econômicos e políticos - lutas por cidadania, mas também lutas de hegemonia. A exemplo do que assinamos referente ao Brasil sobre a dívida externa e crise econômica, que reduz o trabalhador a um instrumento consumido pelo capitalismo, no Cone Sul latino-americano, tem-se vivido a mesma experiência com as mesmas raízes plantadas no mesmo capitalismo excludente de expansão transnacional, assegurado politicamente por governos autoritários/militares. Assim, embora concordemos com EVERS de que os novos movimentos sociais não são filhos exclusivos dessas situações, julgamos ser possível traçar laços de identidade nas origens dos diversos novos movimentos sociais populares do Cone Sul.

Neste sentido, concordamos com ARRUDA, quando afirma:

"Nos anos recentes, os povos do Cone Sul têm vivido tempos de extrema repressão. Seus regimes têm governado através da coerção e do terror. Apesar disto, os povos não se deixaram imobilizar por muito tempo e conseguiram alcançar níveis mais altos de consciência e organização. Os Movimentos Populares também se diversificaram. Novas camadas sociais se organizaram e desenvolveram novas formas de resistência e de luta. (...) sindicalistas, moradores, estudantes, profissionais liberais, mulheres, negros, mães, povos indígenas, trabalhadores rurais e lavradores sem terra, camponeses e setores comprometidos das Igrejas, têm colaborado em edificar a resistência à opressão, e têm oferecido mártires à causa da libertação. Recentemente começou a desenvolver-se a consciência de que a transnacionalização das nossas economias tem também transnacionalizado a luta dos nossos povos." (ARRUDA, 1987:12).

Destacamos da afirmação de ARRUDA a categoria "resistên-



cia" como um traço de identidade dos novos movimentos sociais", salientando também o aspecto da "transnacionalidade das lutas dos nossos povos". Pois que são vieses, também estes, que conferem às lutas dos novos movimentos sociais da Região Serrana de Santa Catarina o caráter de universalidade ou de identidade universal.

Resistência, neste caso, é entendida no sentido jurídico e político, como oposição organizada à ação e ao exercício de autoridades constituídas quando é julgada ausente a legitimidade da lei que embasa a ação e o exercício das autoridades. A resistência pode ser ativa e não violenta, como via de regra tem sido; mas também pode ser violenta, dependendo dos sujeitos envolvidos e da situação concreta conferindo assim ao Movimento social neste caso um outro traço de identidade. Quer dizer, não existe uma identidade comum a todos os novos Movimentos Sociais.

"Cada Movimento cria a sua identidade política específica." (SCHERER-WARREN, 1988:7).

"Nos diversos movimentos sociais do campo nota-se que a transformação dos trabalhadores em sujeitos históricos está associada à elaboração de suas diferentes identidades e na afirmação de direitos instituídos ou não." (GRZYBOWSKI, s.d.:48).

### 3.3 SITUAÇÃO PRESENTE DA REGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA

#### 3.3.1 Questão Econômica e Demográfica

No contexto nacional, de "grande crise", crise fiscal e crise econômica e, ao mesmo tempo, de expansão do capital privado e da transnacionalização do capital, a microrregião serrana de Santa Catarina está perfeitamente integrada. É parte integrante do todo indivisível que compõe a economia nacional e seu universo de relações. Sofre as conseqüências diretas da "grande crise" no mesmo tempo que qualquer outra parte do país

também as sofre - os efeitos da inflação, da dívida externa, da dívida interna etc., batem forte imediatamente sobre os seus trabalhadores do campo e da cidade. No entanto, para agravar a posição da economia da região, continua a ser uma posição de subordinação aos setores dinâmicos da economia nacional centralizada nos grandes centros urbano-industriais. Mais que nunca, no nosso entender, ocupa uma posição econômica de desenvolvimento desigual e combinado (LENIN) na estratégia global do desenvolvimento capitalista.

De um lado, a especialização do setor de extração, beneficiamento e industrialização da madeira e na produção de papel e celulose, com alta tecnologia; de outro lado, um parque industrial diversificado, porém incipiente. A economia rural tem como base principal, ainda, a bovinocultura em regime extensivo, enquanto a agricultura tradicional perde amplos espaços de produção em consequência das políticas econômicas e agrícolas da República. A olericultura "industrializada" é que tem avançado nesta década e ocupado parte da mão-de-obra barata disponível. Nos últimos anos, entretanto, inclusive esta se ressentiu da crise e das políticas econômicas e agrícolas, e libera mão-de-obra.

A Região Serrana vive desde o início da presente década o chamado segundo ciclo da madeira. No caso específico do município de Lages, "o setor de extração, beneficiamento e industrialização da madeira, oferece o maior número de empregos, respondendo por 43% dos atuais empregos no setor industrial". (SANTA CATARINA, 1986:2).

Na base deste setor está a extração do *Pinus ssp* de florestas cultivadas e o uso de tecnologias de ponta. O índice de ocupação de mão-de-obra é alto apenas em relação aos demais setores da indústria, que são incipientes. Significa um total absoluto de 5.160 de um total de 12.000 empregos na indústria lagoeana. Ao mesmo tempo, convém alertar que quando se fala, de

uma maneira até ufanista, que a região vive um segundo ciclo da madeira, não quer se dizer que se esteja repetindo a "bonanza" econômica dos anos 50, quando do primeiro ciclo, ou que, finalmente, a industrialização chegou à região. Verifica-se que Lages continua sendo um município não industrializado. Continua sem "capacidade" de atrair capital de fora para investir em seu parque industrial e sem capacidade, sequer, de reter para reinvestimento grande parte do capital aqui produzido. (SANTA CATARINA, 1986).

O setor da indústria de papel e celulose, incluímos junto com as madeireiras, na base do chamado segundo ciclo da madeira. Este setor industrial, com fábricas em Lages (setor de embalagens), Otacílio Costa e Correia Pinto, do qual já falamos no capítulo anterior, também tem se desenvolvido muito neste período, em volume de produção e em uso de tecnologia. A novidade que podemos assinalar, referente a este setor, além da ampliação do plantio de árvores (*Pinus* spp em diversos municípios da região - 22 milhões de árvores somente no município de Lages -, é uma nova relação de produção com os pequenos proprietários rurais da região que as empresas papeleiras estão estabelecendo. Um objeto que mereceria investigação empírica e teórica. Pelos dados de que se dispõe, tratar-se-ia da implantação de um sistema de produção integrada a exemplo dos sistemas de integração com suínos e aves no Oeste de Santa Catarina. Neste caso, não está havendo a expulsão da pequena propriedade de todos os membros da família para dar lugar ao reflorestamento. Alguns membros ficam para tomar conta da cultura em troca de um pagamento que a empresa faz ao proprietário, a ser descontado do produto final<sup>3</sup>.

Ao lado da indústria de extração vegetal, em pequena escala, disseminada em diversos municípios da Região Serrana, da indústria da madeira que se destaca, do pequeno parque industrial diversificado do município de Lages, e dos complexos in-

dustriais do papel concentrado nos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa, apresenta-se a atividade agropecuária que, de um lado, tem dispensado cada vez mais força de trabalho no campo e, de outro lado, tem gerado novas relações de trabalho - relações industriais.

No cômputo geral, válido não só para o campo, mas também para os meios urbanos da região, tem havido neste período dispensa e "exportação" de força de trabalho, o que confirma a tendência verificada no último censo populacional de 1980. No caso de Lages, por exemplo, a população estimada pelo IBGE para 1986 é de 151.912 habitantes, quando a população recenseada em 1980 era de 155.293 habitantes. Assim é que no quadro geral do Estado de Santa Catarina, "a Região dos Campos de Lages e de Curitibanos é a segunda região do Estado em superfície e a menor em população, correspondendo os valores a este respeito a 23% e 10%, respectivamente, do total estadual, apresentando a menor densidade demográfica (15 habitantes por km<sup>2</sup>)". (SANTA CATARINA, 1986:101). Esta densidade demográfica, relativamente baixa, está proporcionalmente ligada ao tipo de produção agropecuária: "esta região é a mais importante na produção bovina (29% do rebanho bovino do Estado). Dos 2,4 milhões de hectares, 59% estão sendo explorados com lavouras (10%) ou pecuária (49%). A superfície destinada à pecuária (pastagens naturais e implantadas) da região representava em 1980 47% do total estadual". (SANTA CATARINA, 1986:101). Por outro lado, neste período, têm-se verificado mudanças profundas nas relações de trabalho no campo. É verdade que a silvicultura tem se desenvolvido, avançando em grandes extensões de terras, confirmando-se, assim, como fator de expulsão de força de trabalho do campo, pura e simples. Mas também é verdade que outras atividades agrícolas têm se modernizado na região e passaram a utilizar-se do trabalhador eventual. O trabalhador autônomo, lavrador - pequeno proprietário, meeiro ou arrendatário -, sofre, neste período,

uma espécie de expulsão tecnológica (SINGER). O que o leva a migrar para outras regiões do Estado<sup>4</sup> ou a deslocar-se para a prestação de serviços temporários na agricultura, que tem se industrializado.

Assim é que nestes últimos anos, desde o início da década, tem se intensificado a transformação de contingentes de trabalhadores rurais em trabalhadores temporários, em diversos municípios da região. Na safra 1985/86, houve um momento-augé de ocupação de mão-de-obra na agricultura desta região.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Lages fez um levantamento "por estimativa" em 1986, nos municípios da região que apresentavam maior evidência da existência desta categoria de trabalhadores e chegou aos seguintes resultados quantitativos, que apresentamos no quadro 11, relacionando com a população recenseada em 1980 pelo IBGE e relacionando as principais atividades de ocupação, também segundo a CPT.

Quadro 11. Relação população recenseada e população de trabalhadores temporários - Planalto Serrano de Santa Catarina.

Município	População recenseada 1980	Trabalhadores temporários	Atividades
Curitibanos	37.709	15.000	alho, maçã, feijão
Ponte Alta	5.200	1.300	pinheirinho, lenha, colheita de cereais, alho, maçã, cenoura, pimentão
Lages	155.293	1.200	diversas
São Joaquim	23.624	5.000	maçã e batata semente
Campo Belo	13.566	5.000	diversas olerícolas
Bom Jardim	6.410	1.000	maçã e batata semente
Correia Pinto	-	700	olerícolas e abate de Pinus sp.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Lages.

Uma situação alarmante, que tem suas raízes plantadas no modelo de desenvolvimento agrícola e de estrutura agrária anterior aos anos 80, mas que aflora com a "grande crise" a partir dos anos 80.

"A crise econômica e o processo de reestruturação dos 80 revelaram em toda a sua dramaticidade o caráter do desenvolvimento capitalista excludente, oligopolizado e internacionalizado, ocorrido. A dependência externa expressa na dívida e nas políticas de ajuste adotadas reforçam a extroversão da produção agrícola brasileira. Na crise, acentuam-se as tendências destrutivas, ecológicas e econômico-sociais do modelo. A segurança agrícola e alimentar do país, hoje, depende da evolução da dívida e das relações vigentes a nível internacional. Enfim, a sociedade perdeu a soberania sobre os seus sistemas agrícola e alimentar." (GRZYBOWSKI, s.d.:12).

Ao par dessa situação de trabalhadores rurais excluídos, que se dedicam ao trabalho temporário nas empresas rurais, um outro levantamento, também feito pela CPT da Diocese de Lages constata uma outra situação de exclusão, isto é, a existência de 25.000 trabalhadores rurais sem terra na Região Serrana - trabalhadores que se dedicam à pequena produção rural, mas que não são proprietários ou que são proprietários de até 5 hectares. Uma população para quem o Estado deve uma política agrária e agrícola e especialmente um Plano de Reforma Agrária. Uma população que, de formas diversificadas, luta pela permanência no campo, lutando pela sua integração no processo de desenvolvimento.

"Apesar de ser expressão de mudança nas relações de força no interior do Estado, a nova República não alterou significativamente a concepção do desenvolvimento da agricultura e a estratégia política geral em relação ao campo. O fracassado Programa de Reforma Agrária e seu débil ministério não passaram de uma tentativa de dar maior agilidade à velha política agrária, concebida para ad-

inistrar a exclusão e os conflitos no campo. O PNRA nunca foi pensado como alternativa de desenvolvimento da agricultura, mas como forma de minorar os efeitos de um desenvolvimento bem sucedido, ficando restrito, por isso, às áreas marginais, "improdutivas". A política agrícola, por sua vez, como toda a política econômica da Nova República, está manietada e comprometida pela inflação, déficit e, sobretudo, com os problemas da dívida externa, a exigir crescentes saldos comerciais. Na verdade, a alternativa que as forças dominantes sustentam, para o campo, e que a Nova República endossa, vai no sentido da liberalização total e o fim de qualquer sistema de suporte político para a agricultura. Tendo usado de todas as formas a alavanca do Estado (crédito, incentivos, subsídios, favores fiscais) para potencializar a acumulação privada, dada a perspectiva de democracia política, estas mesmas forças propõem, hoje, o livre mercado e a não interferência do Estado como estratégia de desenvolvimento. Os representantes oficiais do Governo brasileiro nas negociações agrícolas do GATT alinham-se com os defensores da liberalização e da submissão da política agrícola interna às regras do comércio mundial. Ao invés de usar o Estado para um combate frontal à exclusão econômico-social e ao autoritarismo vigente nas relações sociais no campo, através de uma regulação democrática, a Nova República acena com a desregulação selvagem em nome do livre mercado. O desmonte cego dos aparatos de gestão pública da agricultura é componente desta alternativa do desenvolvimento selvagem e excludente. Na verdade, a nova República está renunciando ao pouco que resta da capacidade de gestão da segurança agrícola e alimentar do país." (GRZYBOWSKI, 1989:12-13).

Um outro fator de exclusão, que incide diretamente sobre uma grande parcela de trabalhadores rurais da Região Serrana, desalojando-os de suas bases de produção, é o projeto de um complexo hidrelétrico para a Bacia do Rio Uruguai, com parte já em execução, um projeto do governo Federal denominado "Projeto 2010", que prevê a construção de 38 barragens ao longo da Bacia do Rio Uruguai, até o ano 2010. Destas, 7 delas estão previstas

para a Região Serrana de Santa Catarina, já em execução a Barragem de Campos Novos, nos municípios de Celso Ramos e Campos Novos. Segundo dados da ELETROSUL, estatal responsável pelo Projeto, terão que ser transferidas, em consequência da execução das obras um total de 41.900 pessoas. Esses dados são contestados pelos futuros atingidos pelas obras, através de seu órgão de representação, a CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens), que afirma virem a ser atingidas 40.000 famílias, o que significa 200.000 pessoas, das quais 5.000 famílias (25.000 pessoas) só na Região Serrana de Santa Catarina, em consequência das barragens nos rios Canoas e Pelotas, que inundarão terras de 9 municípios.

Seja um ou outro o dado correto, o número de atingidos é grande e se constitui basicamente de trabalhadores rurais.

"A população a ser deslocada pelo projeto total de construção de barragens na Bacia do Rio Uruguai é predominantemente rural, sendo em sua quase totalidade composta por camponeses (pequenos produtores rurais, trabalhando num sistema de economia familiar). Há ainda a se considerar, em relação à população rural, a existência de três reservas indígenas a serem parcialmente inundadas.

Quanto à população urbana, serão alagadas algumas sedes municipais e distritais." (SCHERER-WARREN e REIS, 1988:38).

Trata-se, enfim, de um projeto que cria um quadro amplo de "atores subordinados" (SCHERER-WARREN et alii), expropriados, espoliados e explorados<sup>5</sup>.

A lógica ou o princípio que orienta a elaboração e execução destes grandes projetos que produzem estes atores "expropriados, espoliados e explorados" é a mesma lógica ou princípio das políticas agrícolas e projetos econômicos que produzem os "bóias-frias", os "sem terra"... enfim, os excluídos ou subordinados no processo de desenvolvimento oligopolizado e interna-



cionalizado.

SCHERER-WARREN et alii (1988:1)<sup>a</sup>, ao analisar este projeto específico de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, parte do "princípio de que o capitalismo em sua expansão, no Brasil, a fim de dar prioridade à criação de condições gerais para ampliação da produção, tem estimulado a realização de projetos governamentais de grande escala".

Em suas observações, quanto ao contexto estrutural do projeto, as autoras acima afirmam:

"para o caso brasileiro, a ocupação do espaço através dos projetos de grande escala tem sido apontado na literatura como resposta a duas 'necessidades': a da criação de condições gerais para a produção ampliada e a de ordenamento territorial em consonância com as idéias de integração e da doutrina de Segurança Nacional." (SCHERER-WARREN, 1988:2<sup>a</sup>).

Outros dados ainda da infraestrutura econômica podem ser apresentados, que provam a contemporaneidade e a perfeita integração da Região Serrana de Santa Catarina ao contexto estrutural nacional e do capital internacional. Por exemplo, "é significativo o percentual de analfabetismo. Lages, a 21ª Zona Eleitoral, reúne 80 mil eleitores. Destes, 50% são semi-alfabetizados. Pode-se afirmar que 50% da população é analfabeta ou semi-alfabetizada."

Em levantamento feito pela Diocese de Lages, em 1987, quando da Campanha da Fraternidade, com o lema "A Fraternidade e o Menor", na região, "constatou-se o número de 300 a 1.000 crianças carentes em cidades de 5.000 a 8.000 habitantes". (CPT, 1989).

Outros exemplos, com dados concretos, poderiam ser citados, que denotam a situação econômico-social da Região Serrana de Santa Catarina, de integração subordinada ao processo brasileiro de desenvolvimento capitalista excludente, na área da saúde, educação etc., que só confirmam o triste quadro de um

Brasil entre as maiores economias mundiais e ao mesmo tempo entre os de maior miséria absoluta.

Mas, se no campo da infra-estrutura econômica, se constata a organicidade e funcionalidade da situação da Região Serrana de Santa Catarina ao desenvolvimento no contexto capitalista nacional, analogamente no campo político também constata-se identidades ao contexto nacional, bem como particularidades que convém assinalarmos.

### 3.3.2 Indicativos da situação política e social local

Partimos do entendimento, conforme já assinalamos, de que a mudança do governo municipal em Lages, em fevereiro de 1983, deu-se em circunstâncias tais que veio caracterizar-se muito logo como uma ruptura político-social. Ruptura de um determinado projeto político que se gestava em determinadas relações sociais de compromissos e cumplicidades entre segmentos das classes populares e intelectuais progressistas vinculados à Prefeitura. Dessa ruptura resulta a interrupção do gozo de direitos de participação em certos níveis de definição de políticas públicas e de benefícios públicos, conquistados por grupos populares já com certo grau de organização, bem como resulta na exclusão física de todos os intelectuais e dos projetos e idéias que representavam ou que desenvolviam.

Partimos, ainda, da observação de que esta ruptura, pela reação imediata que suscitou, consideradas as condições econômicas, políticas e sociais do contexto mais amplo, significa, para a história das organizações populares e movimentos populares da Região Serrana, um grande ponto de partida.

Em outras palavras, conforme já afirmamos, ocorre a substituição de um governo municipal em Lages - cidade-pólo regional -, que se pautava por princípios de democracia participativa (ou análogos aos princípios do populismo russo do século XIX), por um outro governo que se pauta pelos princípios da

tecnoburocracia sob o capitalismo. E, dessa substituição, ou mais propriamente das ações imediatas de caráter excludente do novo governo, nascem condições subjetivas que impulsionam a mobilização, em lutas de resistência, grupos populares no âmbito do município de Lages. Ao mesmo tempo, nascem as condições que contribuem para a emergência de um novo tipo de agentes mediadores dos interesses das classes populares no âmbito de toda a Região Serrana. E, da articulação desses "novos mediadores" com diversos segmentos de trabalhadores rurais dos diversos municípios, emergem os "Novos Movimentos Sociais" na Região Serrana de Santa Catarina. Em outras palavras, surgem os "Novos" Movimentos, resultado da relação dialética - de desafios e construções mútuas - entre os "novos" agentes mediadores e os trabalhadores rurais espoliados, explorados e ameaçados de expropriação. Portanto, de um lado, as condições materiais capazes de impulsionar os subalternos a algum tipo de ação (ativa ou passiva). De outro lado, a emergência (oferta) de espaços políticos/ideológicos de estímulo à ação volitiva e de construção de unidade estratégica e tática aos diversos segmentos subalternos com potencial de mobilização, ou efetivamente já mobilizados.

Dentre outros, destacam-se como principais espaços de unidade e mediação a Igreja Católica, que passa a atuar através de alguns setores de suas pastorais, em defesa dos "pobres e marginalizados" e educadores populares que, com a cobertura institucional dessa mesma Igreja Católica, iniciam na região um trabalho de Educação Popular. Formam estes educadores o que chamaram inicialmente de "Projeto Vianei de Educação", que vem se constituir no primeiro e até hoje principal grupo de intelectuais, na Região Serrana, a atuar profissionalmente na assessoria a diversos segmentos populares rurais no sentido de fortalecer e/ou de suscitar a emergência de organizações e movimentos sociais no campo.

Retomando o processo político pelo seu início, convém dar uma olhada nos resultados imediatos - enquanto reação popular - daquilo que chamamos ruptura na política institucional do município de Lages.

Tendo vencido as eleições, em 15 de novembro de 1982, assumem o governo municipal de Lages, para um período de seis anos, políticos defensores de propostas legítimas do tecnoburocratismo. Inicia-se aí um período da política local de Lages - que continua até o presente, dado que este mesmo grupo venceu as eleições de 1988 -, que denominamos de o quarto período de expressão do autoritarismo na história da Região Serrana de Santa Catarina.<sup>6</sup>

A tecnoburocracia que caracteriza este período de governo municipal pode ser definida, enquanto postura política e prática de governo, como a composição da ideologia e prática da tecnocracia com a ideologia e prática da burocracia sob o capitalismo. Assim, a

"tecnocracia é decorrência direta do liberalismo: este realiza com a economia as intenções da sociologia positivista, reduzindo a sociedade a um conjunto objetivo capaz de ser definido por uma legalidade universal em decorrência da ampliação dos métodos das ciências naturais." (TRAGTEMBERG, 1973:207).

É tal postura que cria a aparência da neutralidade científica nas prioridades e ações do governo. Este cria o seu próprio conceito de justiça e o estende a toda a população, em atos administrativos, como sendo a expressão da verdade absoluta porque embasada em métodos puramente técnicos. O Estado, por sua vez, na ideologia, é o guardião da liberdade e da segurança - liberdade e segurança da propriedade.

"O Estado pode tornar-se o poder da propriedade (grifo do autor) na sociedade e das coisas (grifo

do autor<sup>9</sup> sobre os homens. Para os não-proprietários (grifo do autor), a maioria dos componentes da sociedade, a segurança (grifo do autor) consiste na submissão (grifo do autor) a uma ordem onde estão excluídos e explorados." (TRAGTEMBERG, 1973:206).

De tal modo, a tecnoburocracia funciona em favor das classes proprietárias, sob um manto aparente, por ela criado, de equidade e objetividade - no caso de Lages, também sob um manto real de modernidade.

De outro lado, a burocracia de que falamos é a burocracia sob o capitalismo. "Sob ele, observa-se um policentrismo da burocracia, a competição entre a burocracia das empresas privadas e a pública, contribuindo para impedir que chegue à unidade de classe." (TRAGTEMBERG, 1973:188). Burocracia como sistema de dominação. Burocracia como

"sistemas de condutas significativas e não só sistema de organização formal. (...) Sob o capitalismo, a burocracia é assimilada pela burguesia; isso é revelado pelo aburguesamento dos altos funcionários que participam dos Conselhos de Administração ou das rendas que provêm das suas ações nas empresas. A burocracia age antiteticamente: de um lado, responde à sociedade de massas e convida à participação de todos; de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão, afirma a alienação de todos, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política. Em suma, ela une a sociedade civil ao Estado (...) converte a sua razão histórica na razão na História, do contingente passa à essencialidade. É a inadequação do fator subjetivo (político-ideológico) ao elemento objetivo (a revolução tecno-científica, a ciência como fator produtivo, o conhecimento como força de produção), que causa um vácuo, motivo do fascismo na esfera capitalista e do burocratismo na esfera socialista. Explica-se assim o problema da burocracia como poder político. (...) Sob a liberdade formal no plano político (...), a burocracia aparece como mediação da opressão. A minoria que concentra em suas mãos os meios de produ-

ção econômica, os meios administrativos no plano institucional e os recursos de pesquisa e as escolas, legítima o existente como o desejável, o transitório como permanente, a racionalidade do cálculo econômico capitalista como a encarnação da razão na História." (TRAGTEMBERG, 1973:188-204).

Assim posto, a partir da ótica das relações políticas, tomado como referência o Estado em sua expressão local, também este período da história de Lages está eivado de autoritarismo. Autoritarismo como mediação da dominação de classe.

Será esta a tônica - tecnoburocracia e, portanto, autoritarismo - do Estado a regular as relações políticas e as relações econômicas ao seu alcance, no município de Lages desde 1983 até o presente. Acrescente-se que no plano da microrregião serrana de Santa Catarina, a Prefeitura de Lages reassumiu a liderança política sobre as demais prefeituras. Voltou a existir a identidade partidária entre seus mandatários até final do primeiro período de governo (1988) - à exceção do então recém-criado município de Correia Pinto<sup>7</sup> -, a AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana) é o espaço institucional do exercício dessa liderança.

No município de Lages, além da (sempre esperada) campanha de descaracterização (negação) da ideologia que embasava as práticas do governo anterior, através da impressão da nova marca ideológica, o novo governo partiu positivamente para a criação de novas estruturas "populares". Nessa ofensiva, destacam-se as CROs (Comunidades Rurais Organizadas), núcleos de agricultores que dão extensão ao Estado, agora tecnoburocrático, e as Associações de Moradores de Bairro, reguladas, agora, por uma superestrutura - a União das Associações de Moradores de Lages. "Criada pela prefeitura, reúne em torno de 28 Associações de Moradores de Bairros e 13 Comissões de Saúde. Aproximadamente 95% dessas organizações sofrem manipulações diretas da Prefeitura, com o respaldo da União das Associações." (CEPU,

1989:2).

Aquelas organizações populares que resolvem não se conformar às novas orientações da Prefeitura - que implicavam aceitar a ingerência oficial nas relações internas do grupo - sofrem outros tipos de pressão, que vai desde a negação de serviços públicos (o mais comum), até processo judicial contra as lideranças da organização no sentido de reincorporação ao patrimônio público municipal de bens legalmente doados à organização. Este último foi bem o caso da Associação de Pequenos Agricultores de Bocaina do Sul e Índios.

Tratava-se de uma luta desigual. Os "donos do poder público", com o poder de distribuir favores ou a exclusão e mais o poder de fazer opinião, contra as jovens e frágeis organizações populares que nasceram tuteladas pelos "intelectuais da Prefeitura" e que de repente se vêem órfãs. A maioria massiva das organizações não se sustentam na resistência. Ou desaparecem simplesmente, ou se integram às condições da nova política.

Mas a resistência popular, de qualquer forma, aparece, seja em reações individuais de manifestação de indignação, seja em reações organizadas de pressão política e de resistência ativa. E configura-se aí o quadro da ruptura na política oficial no município. Apenas a título de exemplo, citamos a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bocaina do Sul e Índios, que resiste, num primeiro momento, à entrega da chave de sua sede e armazém a um preposto do Prefeito Municipal, e depois responde a um processo judicial impetrado pela Prefeitura, mobilizando todos os seus sócios fundadores a pressionar politicamente os mandatários municipais.

Do mesmo modo, uma das Associações de Moradores de bairro - a do bairro da Habitação - reagiu às novas orientações políticas e organizou a mobilização de resistência e reivindicação.

Poucas foram as resistências. Entretanto, foram o bastante para definir um campo social de luta e introduzir novos

sujeitos históricos numa luta de interesses antagônicos que se inicia.

O autoritarismo truculento dos novos ocupantes do poder público municipal sobre as frágeis organizações populares, "órfãs e desamparadas" que pedem socorro contra aquele autoritarismo, sensibiliza setores da Igreja Católica - a começar pelo Bispo Diocesano, que empenham publicamente solidariedade - e passam a prestar apoio e assessoria àquelas organizações. Define-se assim um caminho nunca antes trilhado pela Igreja Católica da Diocese de Lages e que não teve mais volta. Essa contradição passa pela mediação de um outro sujeito que entra em cena.

O então iniciante (dezembro de 1983) Projeto Vianeí de Educação é procurado por um grupo de trabalhadores que representavam aquela Associação de Pequenos Agricultores ameaçada pelo governo municipal. Os educadores do Vianeí, por sua vez, levam a questão à hierarquia da Igreja Católica e solicitam dela apoio político à causa dos agricultores. O apoio vem e se instala uma contradição entre a hierarquia da Igreja e os ocupantes do poder público. No correr do processo, a contradição vai se aguçando e cada vez mais a Igreja vai sendo projetada para a situação e para a posição de "espaço protetor" desses segmentos populares marginalizados. Ao mesmo tempo, setores dessa Igreja Católica assumem postura ativa nesta relação com estes segmentos populares que ensaiam mobilização, no sentido de dar-lhes guarida e estímulo à ação. E, como o âmbito da Igreja Católica, na Diocese de Lages, extrapola o município de Lages, também essa postura ativa extrapola o município e se estende a quase toda a Região Serrana de Santa Catarina.

É a partir daí, portanto, e naquele quadro conjuntural indicado, que a Igreja Católica começa a definir-se como o novo e principal campo de organização das lutas dos diversos segmentos populares da Região Serrana de Santa Catarina. De início,



ocupando, de algum modo, o lugar que ocupava a Prefeitura de Lages sob a hegemonia dos intelectuais progressistas, na administração da "Equipe Dirceu Carneiro". Assumindo a proteção das organizações populares emergentes contra as forças autoritárias e desagregadoras. Ao mesmo tempo, é também a partir daí que militantes progressistas desta mesma Igreja Católica, num gesto ativo, empreendem práticas pastorais e práticas educativas junto às maiorias excluídas da população - "os pobres e os fracos", no sentido de sua libertação da condição de oprimidos e subalternos. Tal fenômeno, mais uma vez, lembra a prática dos populistas russos do século XIX, conforme expresso no capítulo anterior.

É também a partir daí que começa a definir-se o papel do grupo de Educação Popular do "Vianei". Desde aí se define que um papel fundamental do grupo de Educação Popular, que se está construindo, deva ser o de mediação de contradições no sentido do fortalecimento e geração de poder popular, que se contraponha aos poderes das classes econômica e politicamente dominantes. Isto é, naquele momento, os educadores do Vianei perceberam que a ação educativa mais eficaz, do ponto de vista das classes populares, seria aquela empreendida a partir de situações de conflitos sociais. Portanto, a prática educativa do "Vianei" em favor dos segmentos populares teria que partir de, ou dar-se, no interior do conflito social, expresso ou latente.

A partir do início do ano de 1985 se monta uma estrutura com certa solidez de recursos físicos e financeiros, e um apoio institucional da Igreja Católica<sup>9</sup>, que veio a garantir suporte à prática profissional de Educação Popular<sup>10</sup> - em regime de dedicação integral - de um grupo em torno de dez educadores de áreas diversas do conhecimento. Compõem desde então o hoje chamado Centro Vianei de Educação Popular profissionais da área das Ciências Sociais, Educação, Comunicação e da área das Ciências da Produção Agrícola e Administração. Com independência

administrativa, política e pedagógica da Igreja Católica, continua, todavia, a ela vinculado juridicamente. A relação de estreita e mútua cooperação, nas práticas sociais concretas, continuam entre Vianeí e Igreja, especialmente com os setores progressistas da Igreja.

Dessa estreita relação de cooperação com a Igreja Católica tem resultado uma maximização do trabalho dos educadores visto que estes recebem uma estrutura física e uma rede de articulações sociais já montadas, que se põem a serviço das propostas e práticas de Educação Popular, resultando num mínimo de desgaste de energia no item montagem e adaptação do aparato físico e institucional. Ao mesmo tempo, dessa estreita relação resulta que a Igreja Católica se beneficia. Tem no Centro Vianeí de Educação Popular um espaço de qualificação teórica dos seus quadros na área das Ciências Humanas, um espaço de análise e intervenção conjunta em situações da realidade objetiva na Diocese de Lages, ora no campo da pastoral popular, ora no campo da Educação Popular. Enfim, esta mesma Igreja, que sem estar preparada, de repente é chamada por organizações e movimentos populares emergentes para intervir em seu favor, encontra nos educadores do "Vianeí" a assessoria técnica e política e o apoio de que necessita diante da situação e opção de compromisso com os segmentos populares marginalizados.

Dessa relação emana a principal força político-social de apoio às classes populares na Região Serrana de Santa Catarina, especialmente nos municípios vizinhos a Lages e nestes aos segmentos ligados à pequena produção rural. Emana uma força que reage positivamente à demandas de segmentos populares já organizados ou que se pretendem organizar e por-se em movimento de resistência. E também toma a iniciativa da ação organizativa e mobilizadora de setores populares subalternos - classe-em-si. Daí a importância política da Igreja Católica<sup>11</sup> e do Centro Vianeí de Educação na correlação de forças numa região onde

nunca foi posta em questão, pelas classes subalternas, a hegemonia das classes dominantes.

Outras forças sociais, embora de menor importância pela sua circunscrição a um espaço restrito, estão presentes no processo de organização das classes populares, neste cenário e neste período. Algumas, inclusive, pré-existentes à relação destacada - Igreja Católica/Centro Vianei de Educação Popular. Outras que se forjaram durante o período, independentes da relação Igreja/Centro Vianei/classes populares, forças populares que são resultado das circunstâncias históricas e que se articulam taticamente com a Igreja Católica e com o "Vianei". É o caso, por exemplo, de partidos políticos de cunho popular, que finalmente se viabilizam como força emergente "política e social" num colégio eleitoral regional de forte tradição de bipolaridade entre duas forças conservadoras, onde pouco espaço tem sobrado para a organização partidária progressista ou de cunho popular.

Destacamos, neste último caso, a emergência do Partido dos Trabalhadores, no município de Lages, a partir do início da década de 80, e que se firma a partir da "Frente Popular Democrática" - uma coligação de âmbito municipal entre o PT e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) para a disputa do Poder Executivo em 1986. Com esta coligação, pela primeira vez na história de Lages, se interpôs com identidade própria uma força partidária de cunho popular entre as tradicionais forças partidárias conservadoras.

Até então a disputa se dava entre PSD versus UDN, com o PTB getulista abocanhando parcela de poder; depois, ARENA versus MDB; e por último PDS versus PMDB.

Com a emergência, ultimamente, também do PSDB e do PDT, que mantêm articulações táticas com o PT, a hegemonia histórica dos partidos conservadores no município começa a mostrar sinais de evidente crise. No caso de Lages o avanço destes partidos

ocorre quase que exclusivamente na cidade, ou seja, mais acentuadamente no meio urbano.

Da mesma forma, observamos a emergência e um crescimento recente do PT nos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa, estes de igual tradição de bipolaridade partidária de tendência conservadora. Tal crescimento nestes dois municípios que, assim como Lages, fazem parte da Região Homogênea Campos de Lages, também está ligado à atividade urbana. É onde se localizam as duas grandes fábricas de papel e celulose. Já nos demais municípios que compõem esta Região Homogênea, onde a atividade econômica principal continua sendo a pecuária (Bom jardim da Serra, São Joaquim, Bom Retiro e Urubici), a atividade partidária continua limitada ao domínio de tradicionais caciques.

Diferente é o caso dos municípios da Região Serrana que fazem parte da Região Homogênea Campos de Curitibanos (Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Ponte Alta, São José do Cerrito e Curitibanos). Nestes as sedes e atividades urbanas são insignificantes - à exceção da cidade de Curitibanos que tem alguma importância -; a atividade econômica principal é agrícola. Relativamente ao número de habitantes nestes municípios, o Partido dos Trabalhadores recém-criado tem mostrado sensível crescimento. É perceptível que tal crescimento tem ligação direta à emergência e crescimento das organizações e movimentos dos trabalhadores da agricultura. Também nestes municípios a tradicional hegemonia dos partidos políticos conservadores começa a ser posta em cheque.

Mas o que nos importa mais destacar aqui é exatamente a emergência de organizações e movimentos populares na Região Serrana de Santa Catarina, segundo as características e os princípios norteadores dos chamados "Novos Movimentos Sociais". Entendemos ser esta a grande novidade na história da Região e que vem a ocorrer somente neste período.

A articulação de um conjunto de fatores objetivos - de

âmbito local e geral -, com mais um conjunto de fatores subjetivos próprios dos sujeitos das práticas sociais na Região - os trabalhadores e os diversos mediadores, que se transformam em sujeitos históricos - produz os "Novos Movimentos Sociais" ou simplesmente Movimentos Populares na Região Serrana de Santa Catarina. Com o mesmo pano de fundo e os mesmos princípios teóricos e metodológicos dos demais "Novos Movimentos Sociais" do Brasil.

Finalmente, nesta Região, presencia-se o princípio de lutas pelo estabelecimento de uma nova hegemonia que tem como protagonista principal os Novos Movimentos Sociais. Na base destes Novos Movimentos Sociais estão diversos segmentos populares da cidade (de Lages) e, especialmente, do campo, nos diversos municípios que compõem a Região Serrana -, destacadamente naqueles municípios que compõem a Região Homogênea Campos de Curitibanos.

São lutas diversas, que respondem "às formas concretas de integração e exclusão a que foram submetidos" estes segmentos populares. "São lutas por novas formas de integração<sup>12</sup>, as quais apresentam um duplo caráter, novas formas econômicas e técnicas e novas formas políticas, de organização e participação democrática." (GRZYBOWSKI, 1989:5).

São lutas diversas - movimentos reivindicatórios, organizações econômicas, organizações culturais -, das quais estão brotando novos sujeitos históricos. Sujeitos que emergem da "classe-em-si": emergem das classes simplesmente econômicas, historicamente subalternas (submetidas à dominação de elites econômicas e políticas).

São movimentos e organizações diversos, portanto diversas também são as identidades dos sujeitos das lutas.

"Os sujeitos se constituem através de e exprimem as relações ativas, o processo de sua ação, e não uma essencialidade dada a priori. Nesta perspecti-

va, os trabalhadores rurais, fazendo diferentes movimentos, forjam-se a si mesmos como sujeitos diferentes, membros de grupos sociais determinados, com linguagens e identidades sociais próprias." (GRZYBOWSKI, 1989:45).

Com estas características,

"Cada movimento cria a sua identidade política específica, como a de sem-terra, de atingido por barragem, de trabalhador rural (...). Por outro lado, mesmo em cada movimento específico, frequentemente os protestos e/ou demandas são plurais. Referem-se a exclusões múltiplas." (SCHERER-WARREN, 1988:7-8<sup>b</sup>).

A esta situação, SCHERER-WARREN acrescenta:

"A manifestação ou não do sentimento destas múltiplas exclusões (ou poderíamos acrescentar, de diferentes formas de integração) em cada movimento localizado, tem a ver, entre outros, com o papel dos mediadores na constituição destes movimentos, bem como com a história das lutas sociais em cada região." (SCHERER-WARREN, 1988:7-8<sup>b</sup>).

No entender de SCHERER-WARREN (1988:6)<sup>b</sup>, os trabalhos da Teologia da Libertação e suas respectivas pastorais têm tido papel fundamental para a

"redescoberta da dignidade humana dos camponeses. Cria-se, assim, a consciência não apenas de direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino."

Ora, temos tentado mostrar ao longo deste trabalho que as classes populares na Região Serrana de Santa Catarina fazem parte de um grande contingente humano já acostumado a perder. Suas próprias lutas têm se identificado com derrotas, daí ter se produzido e se introjetado no âmago destas classes populares a postura da submissão nas relações sociais, econômicas e polí-

tica. Diante de tal história é que passa a ter maior importância o papel desempenhado pelas pastorais da Igreja Católica que se pautam pela Teologia da Libertação. No sentido que SCHERER-WARREN atribui ao papel da Teologia da Libertação, no caso específico dos movimentos sociais do campo na Região Serrana de Santa Catarina, a CPT tem sido um fator provocador dos primeiros passos da mobilização. Neste contexto, estes primeiros passos têm se dado mais por uma força "mística" fatalista do que pela tomada de consciência de direito a direitos. Identificamos aí, nestas primeiras manifestações dos movimentos sociais emergentes na região, um estágio primitivo de luta onde se confundem e se articulam atividade volitiva com fatalismo e, por isso mesmo, a consciência é a consciência do senso comum. Assim à CPT, como provocadora dos primeiros passos, tem cabido este papel de "espaço da mística" enquanto força primeira de coesão e perseverança de diversos grupos sociais - (segmentos de classe) na região.

Para GRAMSCI (1984:23) deve-se insistir sobre o fato de que, também em tal caso, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre as "forças das coisas", mas de maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma. Portanto, a consciência é contraditória, carece de unidade crítica".

Identificamos, de outro lado, na medida do avanço e estruturação dos movimentos sociais e suas bases organizativas - sindicatos, associações, comissões - estágios superiores de apreensão e elaboração do real nos militantes dos movimentos e organizações. Trata-se de um início de compreensão crítica de si mesmo que vai se forjando na luta. Início de um processo ulterior de visão de mundo onde conhecimento e prática se unificam. Vale dizer, trata-se da construção de sujeitos históricos - de passagens da posição passiva e submissa na história para a posição ativa sintonizada à construção de nova hegemonia.

Esta nova visão de mundo, entretanto, não chega a ser

propriamente, ainda, um estágio de consciência crítica, mas o princípio de sua construção.

Uma construção que não se forja espontaneamente. Mesmo os confrontos de classe não são, por si só, condição suficiente. A instância de elaboração teórica não é necessariamente a mesma instância do movimento, muito embora seja o movimento - prática social - o piso fundamental do qual brota a auto-consciência crítica. Neste sentido é preciso considerar que:

"auto-consciência crítica significa, histórica e praticamente, criação de uma elite de intelectuais. Uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'por si', sem se organizar (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica." (GRAMSCI, 1984:21).

O Centro Vianei de Educação Popular, *stricto sensu*, corporificado no quadro de educadores profissionais que o compõe e corporificado nos sujeitos históricos - os quadros dirigentes - do movimento e organizações populares enquanto articulação concreta, que compõem o Vianei *lato sensu*, se entende como o locus principal da elaboração teórica (conceitual e filosófica) destes movimentos e organizações populares do campo na Região Serrana.

Assim, o "Vianei" se entende como um instrumento orgânico de mediação de processos de construção de identidades de movimentos e organizações populares. E, ao mesmo tempo, se entende no desempenho do papel de mediador da articulação das diversas identidades, isto é, um locus privilegiado de mediação de sociabilidade política enquanto projeto coletivo, de construção de identidade de classe.

Para GRZYBOWSKI,



"enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais." (GRZYBOWSKI, 1989:51).

O "Vianei" encontra o campo de sua prática e sua razão de ser enquanto elemento orgânico dos movimentos, em especial no segundo e no terceiro momento do processo educativo desenhado por GRZYBOWSKI.

Mas este seu campo de prática e esta sua "razão de ser" que o tornam orgânico, nem sempre assim o foi, e nem é algo acabado. Em outras palavras, a organicidade do "Vianei", - no sentido que GRAMSCI atribui à função do partido político - com os movimentos populares da região, em certo grau não passa de uma auto-proclamação do grupo de intelectuais que compõem o quadro de educadores profissionais do Vianei. Em GRAMSCI (1978:15), a função fundamental de um partido

"é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.

(....) Um intelectual que possa fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo (....)." (GRAMSCI, 1978:15).

O "Vianei" entende-se, assim, como um sujeito histórico coletivo em processo de construção, cuja organicidade - também em construção -, é um objetivo permanente e um meio de que se utilizam os diversos sujeitos históricos (educadores profissionais, dirigentes e militantes dos movimentos populares, mili-

tantes progressistas da Igreja Católica) no processo cotidiano de construção de um projeto histórico de sociedade livre - a utopia dos subalternos.

Estão organizados no âmbito da Região Serrana de Santa Catarina:

O Movimento dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai: "A reação popular em relação às barragens converteu-se, a exemplo de outras regiões da Bacia do Uruguai, num movimento organizado contra a construção destas." (BLOEMER et alii, 1988:23-24).

É a partir de e no bojo deste movimento que se forjam outros movimentos sociais no campo, na região, como o movimento de oposição aos sindicatos de trabalhadores rurais "pelegos" e o movimento de mulheres agricultoras. Ao mesmo tempo, a história do processo de construção do papel do então chamado Projeto Vianeí de Educação - hoje Centro Vianeí de Educação Popular -, bem como do papel da CPT na Diocese de Lages, como fatores de mediação, se confunde com a história do engendramento deste movimento por durante um longo tempo. Pelo menos, desde o início do movimento, em princípios de 1984 até agosto de 1985, o "Movimento dos Atingidos", o "Vianeí" e a CPT se confundem numa única e quase exclusiva prática social. Nesta última data,

"representantes do Movimento da região de Lages, acompanham o Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Uruguai numa viagem a Brasília, onde obtêm do Ministro Aureliano Chaves a promessa de suspensão provisória das obras para a realização de novos estudos.

Esta promessa do Ministro gera um segundo momento do movimento dos Atingidos pelas Barragens. Há uma desmobilização e cria-se uma expectativa de que o Projeto Uruguai possa ser revertido." (BLOEMER et alii, 1988:22).

Essa desmobilização leva o Vianeí a rever suas estratégias e ampliar o campo da sua ação.

Dada a importância para a construção de sua própria

identidade e para o engendramento e definição das forças mediadoras e engendramento de outros movimentos e organizações populares, entendemos ser importante assinalar aqui o relato da pesquisa de SCHERER-WARREN referente ao que chamam de primeira fase do movimento.

"A primeira fase do movimento nesta região inicia-se em 1984, quando funcionários da ELETROSUL executaram levantamentos na área, despertando a indignação dos camponeses que já tinham conhecimento do Projeto Uruguai. Nesse mesmo ano, organizaram uma primeira reunião em São José do Cerrito, com a participação de 20 pequenos agricultores, representando 8 comunidades do mesmo município. Contaram com o apoio do Projeto Vianei e da CPT, que também já estavam se organizando na Região dos Campos de Lages<sup>13</sup>. Uma segunda reunião realizou-se no mesmo ano e município, contando já com a presença de 500 pessoas e de um assessor da CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens -, sediada em Erechim, RS. Inicia-se neste momento o Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Região de Lages propriamente dito, que se vincula ao Movimento geral da Bacia do Uruguai.

O Movimento nesta região inicia-se com bastante vigor, destacando-se o fato de ter sido nesta área a primeira retirada, de forma coletiva, dos marcos colocados pela ELETROSUL, denunciando concretamente o início do Projeto Uruguai. Tratava-se de um ato de desobediência civil, caracterizando uma forma de luta através de resistência civil.

O Movimento continua num crescente e em 1985 se realiza a primeira concentração de caráter regional, envolvendo outros municípios dos Campos de Lages. No mesmo ano, cria-se a Comissão Regional de Lages, num encontro que se realizou com este fim." (BLOEMER et alii, 1988:22-23).

Esta primeira fase do Movimento foi, portanto, uma fase de mobilização geral de milhares de pequenos agricultores da Região Serrana, que se identificavam como "atingidos". Foi a fase do aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar. Ao mesmo tempo, no interior do proces-

so desta, foram-se forjando as marcas das fases subseqüentes. Isto é, no desenrolar desta fase foram se construindo formas práticas de acúmulo de forças que, se de início respondiam às necessidades imediatas do "Movimento de Atingidos", logo a seguir foram se constituindo movimentos independentes, isto é, com identidade própria, forjando as fases ulteriores dos Movimentos Sociais - fases de elaboração da identidade social e apreensão crítica de seu mundo (GRZYBOWSKI, s.d.).

Algumas marcas fortes desta fase podem ser destacadas:

a) Cursos e seminários de formação para os "atingidos": teorias da sociedade, estratégias de luta etc.;

b) Sindicalismo "autêntico"<sup>14</sup>, em três frentes:

- oposição sindical: oposição aos sindicatos de trabalhadores rurais "pelegos", com lançamento de chapas de oposição em Lages, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul e, mais tarde, Anita Garibaldi;

- Fundação de sindicato de trabalhadores rurais nos municípios onde este não existia: Correia Pinto e Ponte Alta.

- Fortalecimento do então único sindicato de trabalhadores rurais "autêntico", no município de Curitibanos;

c) Movimento de Mulheres Agricultoras: em 7 municípios da região<sup>15</sup>.

O Centro Vianei de Educação Popular, reconhecidamente pelos sujeitos das diversas práticas sociais no campo na Região Serrana de Santa Catarina, nestes últimos anos, conforme vasta documentação no próprio Vianei, tem sido o locus - espaço intelectual, político e físico - essencial no engendramento destes movimentos e das organizações populares no campo daí decorrentes. Sempre em articulação de parceria, na prática da mediação, com os setores progressistas da Igreja Católica, sendo que esta última desempenha primordialmente seu papel de mobilização e de agregação, naquilo que pode ser chamado de primeiro estágio (ou fase) dos movimentos.

Como resultado do avanço dos próprios movimentos popula-<sup>res</sup> res a que nos referimos, e principalmente como resultado da prática do Vianeí, desencadeia-se, mais recentemente, um processo de organização social de trabalhadores rurais<sup>4</sup> pela base econômica. Com predominância de pequenos produtores rurais "autônomos" - pequenos proprietários e pequenos arrendatários -, proliferam na região os chamados "Grupos de Cooperação Agrícola" e as "Associações de Pequenos Produtores". Têm como princípio básico a cooperação no trabalho, com vistas em ganhos econômicos e políticos para a categoria. Têm por mediador o sindicato de trabalhadores rurais do município ou a oposição sindical organizada em comissão municipal e - ou tão somente variando de município a município - o próprio Vianeí, amparado em seu quadro técnico e num Conselho Regional de Trabalhadores Rurais. Este Conselho foi criado para gerir recursos financeiros de um "Fundo de Crédito Rotativo" que beneficia aqueles "Grupos de Cooperação" e "Associações" com investimentos de interesse econômico imediato e de interesse político organizativo dos trabalhadores rurais a médio e longo prazo.

Embora trate-se de um programa recente, menos de dois anos de andamento, segundo avaliação dos sujeitos diretos desta prática, trata-se de uma prática com significado de espaço-síntese dos diversos estágios do Movimento Social. Ou, se visto de outra forma, tratam-se de espaços concretos de articulação dos interesses econômicos, ainda que corporativos, no sentido de produzir poder político capaz de levar as "novas formas de integração".

Na prática, de um lado, estes grupos e associações têm sido estimulados pelos Movimentos Sociais na medida em que as direções desses Movimentos têm estimulado os seus militantes a comporem estas organizações: de outro lado, estas organizações têm significado já, estruturas de sustentação aos Movimentos. Em síntese, trata-se de espaços importantes de engendramento de

poder político para os trabalhadores do campo na região.

Nestes últimos anos, conforme assinalamos na introdução, outras forças populares têm-se constituído, na região, resultado de diversificadas circunstâncias e atendendo a diferentes demandas.

Estas organizações e movimentos sociais somente podem ser considerados significativos se vistos comparativamente com a história do domínio incontestável de uma classe social, ou de segmentos de classes, à história da submissão de outras classes. Pois, vistos em termos substantivos, ou de correlação de forças no quadro econômico e político atual, estes segmentos populares organizados na região ainda têm pouca força acumulada para as suas lutas locais mais decisivas e para a luta geral dos trabalhadores brasileiros, no processo de construção de nova hegemonia. Para ficarmos apenas no exemplo, não se constituiu, até o presente, nenhuma organização que merecesse registro, em duas importantes categorias de trabalhadores rurais na região: os chamados "bóias-frias" e os "trabalhadores rurais sem terra". Apesar da tentativa de diversos mediadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não vingou nesta região de latifúndios improdutivos e de trabalhadores sem terra. Os "bóias-frias" têm sido um constante desafio à capacidade de mobilização e organização dos mediadores, que têm se preocupado com a questão: sindicato de trabalhadores rurais, Vianei, CPT.

Do mesmo modo, no meio urbano, seja na cidade de Lages, a cidade-pólo regional, seja nas cidades vizinhas como Curitiba, é ainda pouca a experiência de luta e frágeis e poucas são as organizações populares - organizações de bairros ou mesmo sindicatos de trabalhadores - autônomos e independentes do Estado e que tenham ultrapassado minimamente o nível do corporativismo.

Por outro lado, nas classes dominantes, surgem reações organizadas aos Movimentos e Organizações Populares da Região.

Com o processo de abertura política destes últimos anos, as classes dominantes que, comodamente, antes, deixavam ao seu braço armado - o Estado - a tarefa da defesa de seus privilégios, sentem-se impelidas a entrar diretamente na luta.

Na Região Serrana de Santa Catarina, é bem característica desta reação a organização da UDR (União Democrática Ruralista), fortemente articulada e com liderança que se estende a todo o Estado de Santa Catarina. Também é típico desta reação o Movimento contrário ao Movimento dos Atingidos por Barragens.

"Organizando-se ainda de forma precária, um Movimento a favor das barragens, apoiado principalmente por comerciantes e alguns Prefeitos da região, que viam nessas obras possibilidades de benefícios diretos." (SCHERER-WARREN et alii, 1988:23).

O alvo principal dessas organizações e movimentos de reação aos Movimentos Populares tem sido - como de resto em todo o Brasil - as forças mediadoras. Aí, o "Vianei" e as Pastoris Populares da Igreja Católica têm sido os preferidos. Mas não apenas estes. Também as direções dos Movimentos Populares têm sofrido ataques diretos, pondo em risco a sua integridade física.

Para concluir, valem para a Região Serrana de Santa Catarina - e repetimos - as palavras de FERNANDES, sobre a situação nacional de guerra civil latente:

"Onde os de cima perderam a faculdade de decidir e mandar, os de baixo avançam de modo oscilante, no sentido de não obedecer e de buscar meios próprios de auto-organização, de auto-defesa e de ofensiva." (FERNANDES, 1987).

Sobre esta situação, FERNANDES (1987) acrescenta ainda que:

"certas organizações ditas da sociedade civil in-

terpuseram-se entre os contendores, com o fito de travar a luta de classes ou de submetê-la a regras de conflito regulado. Ainda aqui se exterioriza o particularismo agressivo das classes privilegiadas: elas desqualificaram a intermediação e estigmatizaram as organizações em questão como provocativas, agitadoras e perigosas. Escancararam as portas da luta de classes, embora procurem contê-la nos limites de suas vantagens e prioridades, malhando a bigorna com extrema violência."

Mas, apesar da posição dos Movimentos e Organizações Populares da região e dos seus mediadores estar sendo a posição de "bigorna" nesta relação de conflito, está havendo, finalmente, na história da Região Serrana a explicitação dos conflitos de classe, marco inicial e decisivo no processo de produção da consciência crítica nas classes subalternas. Estas começam a ter condições, finalmente, de elaborar uma espécie de síntese resultante do confronto das diferentes posturas: da postura subjetiva dos "intelectuais da Prefeitura" de Lages da Administração Dirceu Carneiro, da postura também subjetivista dos educadores populares e da postura positivista presente no tecnoburocratismo de Estado no seu nível local e nacional. Trata-se do início de um processo de elaboração de práxis social revolucionária que se une e se articula a um processo nacional - e por que não dizer - latino-americano, de construção dessa práxis.



## NOTAS

- (1) SCHERER et alii (1988), referindo-se aos Movimentos Sociais no campo, no Brasil, chama de "Novos" os Movimentos Sociais que surgem a partir da segunda metade da década de 70. Antes disso, classifica o período imediatamente anterior, de refluxo dos Movimentos Sociais iniciado em 1964, em consequência da repressão militar às manifestações da sociedade civil.
- (2) As teses de EVERS (1984) estão expressas em Identidade: a face oculta dos Novos Movimentos Sociais. Cadernos CEBRAP, abril, 1984.
- (3) Produção agrícola em sistemas de integração, ver BELATTO et alii (1988).
- (4) Segundo levantamento junto à Caritas Diocesana de Lages sobre a migração dos serranos, esta se dá para o litoral, Vale do Itajaí e Litoral Norte de Santa Catarina, principalmente.
- (5) SCHERER et alii (1988), para caracterizar as "vítimas pagadoras diretas dos custos sociais de tais empreendimentos", trabalha com as categorias: a) expropriados, para designar os "diretamente atingidos". "São os expropriados urbanos e rurais (camponeses e índios) com possíveis perdas em seus meios de produção e/ou que são removidos compulsoriamente de suas moradias e/ou terras para dar lugar à construção de grandes obras".  
b) Os espoliados urbanos, para designar os indiretamente atingidos. "Trata-se, sobretudo, de espoliados urbanos, no sentido dado por KOWARICK. Normalmente periferias urbanas, que sofrerão os efeitos sobre a infraestrutura em seus locais de moradia. Ou vizinhanças rurais que poderão sofrer tanto efeitos ambientais como sobre o seu sistema de produção."  
c) os explorados, para designar "a mão-de-obra temporária: são os explorados no que se refere aos trabalhadores temporários não qualificados, recrutados especialmente para a execução destas obras." (SCHERER et alii, 1988:11).
- (6) Identificamos, na história política da Região Serrana de

Santa Catarina, quatro períodos de características distintas no que se refere ao exercício do autoritarismo. Em síntese, temos: 1º período - o mandonismo local, que tem como referência-símbolo de seu término a proclamação da República, em 1889; 2º período - o coronelismo, que vai desde a proclamação da República até (também simbolicamente) 1973, quando os populistas conquistam o poder local no município de Lages; 3º período - o populismo, que vai desde 1973 até 1983, quando assume o poder em Lages o governo de características tecnoburocráticas. Este período de populismo, dividimos em dois sub-períodos: um primeiro, de populismo de governo, demagógico, coerente com a escola do populismo latino-americano e um segundo, de populismo mais próximo do que se entende por populismo de massa, onde se verifica um pacto entre governantes e massa. Neste caso, fazemos ainda uma outra analogia: analogia com o populismo russo do século XIX. Este segundo sub-período esteve bem próximo do que poderia ser chamado de um tempo de governo democrático; a estrutura do Estado, entretanto, continua praticamente imutável e só isto já é o bastante para justificar a classificação de período de exercício do autoritarismo na prática. No caso, autoritarismo do Estado; e 4º período - a tecnoburocracia no município de Lages. Desde o fim do populismo, continua até o presente e faz escola na região.

- (7) Com as últimas eleições municipais, em 15 de novembro de 1988, essa liderança sofre reveses a partir da eleição de representantes de correntes populistas em alguns municípios da região, os quais se identificam mais com as práticas dos populistas russos que estiveram na Prefeitura de Lages no governo da "Equipe Dirceu Carneiro" de 1977 a 1983. É como se aquela prática estivesse ocorrendo agora na prática de Prefeituras na região.
- (8) Todos os meios de comunicação de massa do município - um jornal diário de circulação regional, um canal de televisão, quatro emissoras de rádio AM, duas emissoras de FM - estiveram e estão, em todos os momentos, incondicionalmente em defesa do bloco de poder político local dominante. Aliás, é mais lógico afirmar que compõem um único bloco de poder dominante.
- (9) A partir de janeiro de 1985, tem início um contrato de financiamento das atividades educativas do Vianei, para um grupo de 9 educadores profissionais, por um prazo de 3 anos. A agência financiadora, a fundo perdido, era então - e continuará sendo - MISEREOR, uma entidade ligada à Igreja Católica alemã que, por sua vez, para garantir o finan-

ciamento, repassara a maior parte dos encargos a uma agência de cooperação internacional do governo alemão. Até esta data (janeiro de 1985), desde quando se iniciou (fevereiro de 1983), o Vianei existia essencialmente a partir do voluntarismo de um pequeno grupo de educadores (em número de 3) e alguns militantes da Igreja Católica. Puderam, estes educadores e estes militantes, desde o início, contar com o apoio da estrutura física (prédio e terra para experimentos em agricultura) e com a personalidade jurídica do Instituto São João Batista Vianei - da Mitra Diocesana de Lages -, entidade civil de direito privado, e sem fins lucrativos. Por aí, se materializava também o apoio institucional da Igreja Católica. Neste primeiro tempo, os recursos financeiros eram escassos e o que existia tinha origem quase exclusiva do então MEC, através de um projeto chamado "Interação entre Educação Básica e os Diversos Contextos Culturais Existentes no País" - herança das articulações políticas do grupo de educadores com setores do MEC quanto de seu trabalho na Prefeitura de Lages.

- (10) A prática profissional da "Educação Popular", no nosso entender, implica necessariamente numa relação orgânica educador/educando. Nesta relação, o educador exerce, no sentido gramsciano, a função de intelectual. E o ponto de partida e os conteúdos básicos para os processos de educação - processos que podem ser formais ou não-formais - têm sempre como referência primeira a prática concreta dos sujeitos da educação (o educando e o educador), e a visão de mundo dos educandos, e têm como perspectiva uma práxis transformadora das estruturas sociais de dominação situadas e, no limite - das estruturas universais de dominação. Assim, educação popular é entendida como educação de classe, das classes populares, no sentido da superação das condições de classes subalternas.
- (11) Embora estejamos conscientes de que esta postura adotada por agentes da Igreja Católica, de apoio às classes subalternas, tem, em grande parte, como fonte inspiradora, a Teologia da Libertação, não nos compete analisar aqui a ação da Igreja Católica senão como força social.
- (12) Sobre a integração/exclusão, ver GRZYBOWSKI et alii (1985).
- (13) Até esse momento, o Projeto Vianei de Educação, que teve a sua articulação iniciada durante o primeiro semestre de 1983, desenvolvia seu primeiro trabalho, em três localidades do município de Correia Pinto. Trabalho numa perspec-

tiva de "organização comunitária", de organização dos agricultores, de educação de jovens agricultores, enfim, a partir de uma visão ingênua da realidade social, desenvolvia-se um trabalho de "extensão rural". Visão e prática que não diferiam muito do que foi descrito sobre a prática social e concepção teórica dos chamados intelectuais da Prefeitura na gestão da Equipe Dirceu Carneiro. Mas também, já nesse momento, os educadores do Projeto Vianei de Educação desenvolviam um trabalho de Educação popular junto à rede escolar municipal de Correia Pinto e assessoraavam a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bocaina do Sul e Índios.

- (14) Sindicato "autêntico" ou "combativo" é uma denominação usada referente aos "Novos Movimentos Sociais", que inclui este "novo" modo de ser sindicato. Estes "novos" sindicatos, rurais e urbanos, são os que se articularam em torno da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e formam hoje sua principal base. Pautam-se pelos princípios: de classe, autônomo, independente, livre, democrático.
- (15) Sobre a "identidade" do Movimento de Mulheres Agricultoras, ver, entre outros, o estudo de SCHERER-WARREN (1988).

#### 4 CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR: PROPOSTA E PRÁTICA

Entende o Centro Vianei de Educação Popular que a sua prática é uma mediação de contradições no sentido da construção histórica de um projeto alternativo de sociedade. Projeto que se engendra no seio das classes trabalhadoras do campo e da cidade, a partir de suas lutas de hegemonia, que nega o conteúdo de negação do capital ao trabalho. Uma mediação do processo de construção da hegemonia das classes trabalhadoras. Mediação, portanto, de forças concretas entre si - de coisas -, e mediação destas forças com teorias e ideologias (ou contra-ideologias). Prática, portanto, de educação, cujos sujeitos se transformam em sujeitos históricos no processo mesmo de sua educação e de suas lutas. Ao Vianei, também um sujeito histórico, cabe, segundo o seu entendimento, assessorar os Movimentos Populares e que estes sejam autônomos, mas ao mesmo tempo busca construir uma relação de organicidade com estes Movimentos Populares. Importa-nos, neste capítulo, essencialmente, explicitar a proposta de educação - teórica e prática - do Vianei.

Assim, de um lado entendemos necessário explicitá-la na seqüência do que já se abordou no capítulo anterior, ou seja, uma abordagem do Vianei como sujeito histórico concreto. Isto é, como uma realidade sociológica, uma "instituição" de educação do trabalhador, que escapa ao controle do Estado, seja do ponto de vista conceitual, seja do ponto de vista prático. Uma entidade que faz parte de uma realidade sociológica que já criou uma identidade e se convencionou chamar ONG (Organização Não Governamental).

De outro lado, há que se explicitar o significado prático de certas categorias que são tomadas pelo Vianei como instrumentos teóricos de análise e, ao mesmo tempo, de transformação da realidade com que se defronta. O que valeria dizer, instrumentos de análise da realidade e, ao mesmo tempo, instrumentos ideológicos no sentido atribuído por GRAMSCI às ideologias. Enquanto "historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura (....) (que) tem uma validade que é validade 'psicológica', 'organizam' as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc." (GRAMSCI, 1978:65).

Importa aí explicitar as falas dos principais sujeitos que se articulam em torno do processo educativo produzido no Vianei. Falas em torno de categorias que consideramos fundamentais, como Projeto Histórico, Mediação, Contradição. Outras categorias fundamentais como Totalidade, Trabalho, são utilizadas eventualmente pelo Vianei como instrumentos teóricos e estratégicos; nos ateremos às que são mais comumente utilizadas e que, portanto, são as que imprimem uma certa identidade ao Vianei enquanto entidade de Educação Popular.

No contexto, o que é expresso por Projeto Histórico (das classes populares) é o mesmo que Hegemonia (das classes populares).

Outras categorias, ainda, são utilizadas, tais como Ideologia, Lutas de Classe (lutas de Hegemonia), Autonomia (das classes trabalhadoras), Organicidade (dos intelectuais); entendemos, porém, que estas estão incluídas naquelas. Hegemonia inclui ideologia e autonomia, contradição inclui lutas de classe - melhor seria dizer, aliás, que esta é a contradição mais próxima da contradição originária capital x trabalho -, e mediação inclui organicidade.

Por fim, entendemos que esta tentativa de explicitação do Vianei, enquanto realidade sociológica e enquanto exercício

de um conjunto de categorias, significa um lugar de mediação, mediação teórica, do "Projeto Histórico" que o Vianei se empenha em ajudar a construir.

#### 4.1 O VIANEI É UMA ONG

O Vianei é uma entidade sem fins lucrativos de Direito Privado, que trabalha com Educação Popular e que se articula com inúmeras outras entidades similares do Brasil e de outros países da América Latina. É parte integrante desta totalidade - ONGs da América latina -, com identidade específica em construção<sup>1</sup>.

Inicialmente, uma definição de ONG. LANDIM (1988:27), ao definir os critérios para o seu trabalho, para selecionar o que é e o que não é uma ONG, seu objeto de estudo, cria uma definição da mesma. Estabelece, em primeiro lugar, um critério institucional. Adota a autonomia e o não pertencimento ao mundo oficial; por este critério, em princípio, se exclui tudo o que seja governamental e, por extensão, tudo o que pertence às grandes instituições, como Igreja, Universidades, Partidos Políticos, Sindicatos. Exclui também as entidades ditas "representativas" - a oficialidade ao nível popular -, como as Associações de Moradores (ou de Agricultores), por exemplo.

Entretanto, estes

"limites institucionais nem sempre são claros (...). as ONGs existem num espaço relacional cujos limites são dados por essas instituições assinaladas, das quais aproximam-se em maior ou menor grau. Casos limites são os das organizações que, vinculadas formalmente a outras instituições, possuem no entanto uma estrutura própria e um funcionamento relativamente autônomo, o que lhes permite participar ativamente do campo das ONGs (é o caso de organizações ligadas à Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra). Preferimos incluir estas unidades no universo das ONGs. Se complicam um pouco a definição do que é uma ONG, por outro lado revelam de forma clara uma característica típica deste

organismo, as suas tensões entre aproximação e distância, autonomia e dependência, frente às grandes instituições." (LANDIM, 1988:27).

O Vianeí é um caso típico de organização vinculada à Igreja Católica (sua personalidade jurídica é a Mitra Diocesana de Lages), mas que possui estrutura própria e funcionamento autônomo.

Foram as discussões circunstanciais do momento de sua emergência que possibilitaram o surgimento do Vianeí nestas bases institucionais.

Não havia condições objetivas nem se cogitava, naquele momento, da criação de uma ONG totalmente autônoma e independente da Igreja Católica ou de outras grandes instituições. Também têm sido reais e verdadeiras as tensões entre aproximação e distância, autonomia e dependência, do Vianeí frente à Igreja. Vale dizer que sempre houve trabalhos de parceria entre as duas partes, mas não sempre sem ruídos e tensões.

"Um outro critério na delimitação desse universo partiu do próprio discurso das entidades, no que estabelecem os seus objetivos de ação e se diferenciam de outros gêneros de 'não governamentais' (escolas de samba, clubes, organizações de caridade etc.) ONGs são entidades que se apresentam como estando 'a serviço de' determinados 'Movimentos Sociais' de camadas da população 'oprimidas', ou 'exploradas', ou 'excluídas', dentro de perspectivas de 'transformação social'." (LANDIM, 1988:27).

Tomamos como referência quatro documentos básicos do Vianeí, três desses, escritos em três momentos distintos: um projeto escrito no e para o início de sua história (1983); um outro projeto de "ampliação do Vianeí" depois de três anos de experiência e prática (1986), e as Concepções/Diretrizes do Centro Vianeí de Educação, escritas em 1987/1988 e revistas em



1989. Por último, tomamos os "Relatórios Semestrais" do Vianei, especialmente o referente a janeiro/junho de 1989. Estes quatro documentos confirmam as características de (a) estar a serviço dos subalternos e (b) estar na perspectiva da transformação social.

"O Instituto São João Batista Vianei, da cidade de Lages, Santa Catarina (entidade da Mitra Diocesana), ao apresentar este projeto, está assumindo um compromisso com a população de camponeses da região (....).

Entendemos por camponês, beneficiário deste projeto, o pequeno proprietário rural, ou seja, o trabalhador do campo, proprietário de pouca terra ou não proprietário, que exerce sem autonomia o seu trabalho (....) Não tem vínculo com o capital, mas vive em extremo estado de pobreza determinado pelas relações de produção do capitalismo selvagem. Nos propomos (....) a executar um programa de educação que visa o fortalecimento do poder deste camponês. Entendemos que todo o programa educacional atende a interesses de grupos, fortalecendo o seu poder. A intenção deste projeto não é diferente. Pretende atender aos interesses dos camponeses do Planalto Catarinense, parcela do campesinato brasileiro, parcela dos trabalhadores brasileiros, gerando ou fortalecendo o seu poder, criando espaço para a participação popular organizada nas decisões políticas da comunidade e do Estado." (VIANEI, 1983:2).

Pelo exposto, já naqueles momentos iniciais do Vianei, fica clara a definição "do servir", a escolha dos "camponeses" - uma parcela dos subalternos como o público específico a quem se dirigem os trabalhos de Educação do Vianei. Fica, também, muito clara a perspectiva da transformação, indicando, inclusive, o caminho estratégico de construção de contra-hegemonia.

No documento de 1986, lê-se:

"O Projeto Vianei de Educação tem centrado seu trabalho junto à população rural marginalizada ou em processo de marginalização (....) Esta população tem sido do Projeto Vianei de Educação e con-

tinua sendo agora do Centro Vianei de Educação popular, o foco central dos estudos e das atividades, com vistas à transformação da sociedade como um todo.

(....) A função do Vianei é assessorar e fomentar a organização social da população rural, oferecendo também no setor tecnológico instrumentos de reflexão e experiências que possam servir de referência nas suas reivindicações de maior participação na vida econômica e social da nação, incluindo a participação nos serviços oficiais, hoje oferecidos aos privilegiados.

(....) O trabalho do Vianei é um trabalho de Educação (....) Neste trabalho tenta-se desenvolver de uma forma teórica e prática os pressupostos de uma nova lógica de desenvolvimento social que sirva para a região e para a Nação." (VIANEI, 1986:5)

Neste documento, um "Projeto de Implantação do Centro Vianei de Educação Popular (1986)", são reafirmados os princípios do "servir" e do "a quem se dirigem as ações educativas" e "a forma, a idéia de transformação social".

Também aí, reaparece a visão estratégica de construção de contra-hegemonia, só que agora aparece, claramente, como processo de produção do novo conhecimento - a nova lógica - substrato básico à construção da hegemonia, enquanto direção a bloco histórico (GRAMSCI).

Outra característica que aí aparece e que é comum às ONGs é um início de definição de postura quanto à questão do Estado: de negação e, ao mesmo tempo, de afirmação. Negação enquanto uma exclusividade de privilegiados, afirmação enquanto referência a ser reivindicada; portanto, transformada na medida em que deixará de ser exclusividade de alguns, mas não necessariamente ultimada.

Por fim, no documento de 1989, encontramos:

"(....) são os vieses da técnica (enquanto busca de alternativas para a pequena produção rural) e da política (enquanto busca de organização das

classes populares com vistas à sua autonomia) que orientam o Vianei em torno de seu trabalho de Educação e, neste último, a referência norteadora é a estratégia que conduz à formação dos Movimentos Populares e aí, com destaque, ao Movimento Sindical. Pois, para a nossa realidade aqui da Região, entendemos ser o Movimento Sindical - enquanto movimento de formação de consciência e enquanto rede de organização institucional - o espaço mais adequado para as classes populares todas se exercitarem na construção de uma cultura política prática de dimensão nacional." (VIANEI, 1989:14).

No documento "Concepções/Diretrizes" (1987/1988), o Vianei assume a posição de que "a luta é por uma sociedade socialista onde não mais haverá exploradores nem explorados", para mais adiante definir que "o eixo estratégico escolhido para a construção desse projeto histórico são os Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade".

Fica assim evidenciado que o objetivo do Vianei, enquanto ONG, é de transformação da sociedade, através da busca de alternativas técnicas e organização das classes populares para a sua autonomia, e construção de uma cultura política (...) e, por fim, com todas as letras, luta por uma sociedade socialista, sem-exploradores nem explorados.

Neste último caso, além de confirmar a característica de ONG, de atuar na perspectiva de transformação social, evidencia um processo de transformação do próprio Vianei. Firma-se o propósito de educação (de classe) como o seu instrumento básico na transformação, mas fica agora definido com maior clareza o que já se percebia em documentos de datas anteriores: o "espaço" de atuação dos processos educativos está no infra-estrutural: busca de alternativa econômica (técnicas) e na superestrutura política, sendo que nesta última os "destinatários" dos serviços do Vianei aparecem, agora, como potenciais militantes ou como militantes efetivos de Movimentos Populares. E os princípios e estratégias que orientam a ação aparecem com cunho totalizante:

consciência de classe, dimensão nacional etc.

Pode ser questionável, por exemplo, que o destaque ao Movimento Sindical seja melhor alternativa tática para os propósitos de transformação social, que leve a um tipo esperado de socialismo, ou ao "Reino de Liberdade", ou à Democracia Integral, ou ao desaparecimento total da sociedade capitalista, enfim, à grande utopia expressa nas suas "Concepções/Diretrizes".

Muitas contradições poderiam ser aí levantadas. Mas, em primeiro lugar, quanto a esta questão específica, referente ao Movimento Sindical, o próprio Vianeí já fez a sua avaliação crítica e a expressa no relatório semestral subsequente. Aliás, é uma constante nos seus documentos a preocupação com a auto-crítica. Em segundo lugar, não é nosso propósito aqui fazer uma avaliação da eficácia - de melhor ou pior - das estratégias e das táticas de que o Vianeí se utiliza nas suas práticas de educação, mas, simplesmente, tentar explicá-las. Fosse para se fazer uma avaliação do ponto de vista da eficácia, o que levaria a uma avaliação dos resultados, ter-se-ia que avaliar, em primeiro lugar, a factibilidade da "utopia" norteadora da sua prática, considerado o seu contexto histórico.

As ONGs, conforme FERNANDES (1988:8)

"são, hoje, uma realidade sociológica na América Latina. (...) Além de serem jovens, elas são relativamente estranhas no cenário institucional latino-americano. Manipulam somas vultosas, mas não visam o lucro. Mobilizam a dedicação voluntária, mas não são igrejas. Insistem na gratuidade dos serviços, mas não são centros de filantropia. Mexem muito com a política, mas não são partidárias, e, via, de regra, querem-se distantes do Estado. Promovem o 'desenvolvimento' mas não se especializam em 'produtividade'. É compreensível, portanto, que sejam alvos de suspeitas, quando não mesmo de perseguições. A pergunta desconfiada 'afinal, a quem serve este pessoal?' é freqüentemente ouvida, da parte inclusive de colaboradores próximos."

Em seguida, FERNANDES passa a identificar o que chama de "constantes" das ONGs ou, diríamos, pontos e características comuns que acabam por tecer uma certa cultura das ONGs - uma identidade - que faz com que uma organização recente como o Vianeí (iniciado em 1983) em tão pouco tempo passe a ser tão igual às organizações mais antigas. Estas teriam suas origens nos anos 50 e uma notável proliferação na década de 70.

Dois pontos referenciais básicos de origem das ONGs são apresentados por FERNANDES (1988:9):

"A trajetória típica as teria levado de organizações associadas à Igreja Católica a um conjunto secularizado; e o trabalho assistencial, dos primeiros tempos, teria evoluído no sentido de uma política social.

Um outro referencial genético é perceptível nos documentos. O pessoal componente das ONGs tende a ser resultante do cruzamento de três fontes: universidades, igrejas, partidos e/ou organizações de militância política de esquerda."

Nessa direção, o Vianeí traz na sua origem marcas dos dois pontos referenciais: conforme já assinalado, se engendra principalmente a partir de forças externas, mas no interior da Igreja Católica, numa dimensão secularizada. E, analisando os primeiros documentos escritos pelos profissionais que deram início ao que viria a ser o Vianeí, principalmente o projeto escrito em janeiro de 1983, de "Formação de Jovens Agricultores do Planalto Catarinense", e os primeiros relatórios semestrais, bem como recorrendo a depoimentos daqueles profissionais, muitos dos quais ainda hoje compõem o quadro de profissionais do Vianeí, nitidamente se percebe uma trajetória que teve início num trabalho corporativista até chegar às propostas e às práticas de transformação social assinaladas. Em que pese os bons propósitos registrados, as práticas se resumiam em atender a uma "clientela" considerada frágil e marginalizada, para que se or-

ganizassem "comunitariamente", para então superar as opressões. Só mais tarde as práticas e a própria história do Vianei passam a confundir-se com as práticas e a história dos Movimentos Sociais.

Também está, na origem do Vianei, o cruzamento das três fontes: Universidade, Igreja Católica e militância política de esquerda.

Este aspecto já foi suficientemente abordado quando falamos, nos capítulos anteriores, da articulação dos intelectuais que vinham de uma experiência de trabalho político/educativo na Prefeitura de Lages (gestão da "Equipe Dirceu Carneiro"), que se tornam o núcleo central de profissionais nos primeiros tempos do Vianei, e mais alguns militantes da Igreja Católica. Acrescente-se que o componente Universidade esteve presente desde a primeira hora. Tanto profissionais (professores) das unidades locais (UDESC e UNIPLAC) como também da Universidade Federal de Santa Catarina, de Florianópolis, IESAE-FGV, do Rio de Janeiro, sempre estiveram presentes, desde a fundação do Vianei. Seja como consultores efetivos, colaboradores ou pesquisadores em projetos conjuntos de pesquisa.

Outras constantes, ou pontos comuns, das ONGs são encontradas nas suas relações institucionais.

Três pólos básicos, identificados por FERNANDES, fazem parte do mundo relacional das ONGs. Os já citados: Universidade, Igrejas e partidos de esquerda. No caso específico do Vianei, além de entendê-lo na relação com estes três pólos de maneira evidente, acrescentamos o Estado (no sentido de órgãos de administração direta, o poder executivo). Para analisar a relação com as três primeiras, o autor usa as categorias "alternativa" e "ambigüidade". No caso específico do Vianei consideramos tais categorias eficientes também - embora não únicas -, para analisar a sua relação com o Estado no sentido posto acima.

"'Alternativa' é uma expressão muito cara ao nosso contexto: significa algo como 'fazer aquilo que se faz, mas em outro local e de outro modo'. Fazer pesquisa, política e, em certo sentido, uma pastoral de salvação, mas não à maneira das universidades, partidos e Igrejas. Implica pois uma certa ambigüidade (grifo nosso), que afirma e nega, ao mesmo tempo, essas vacas sagradas da nossa civilização. Afirma, porque elas permanecem como um referencial, ainda que crítico, fundamental. Nega, porque pretende confrontá-las com uma 'alternativa'." (FERNANDES, 1988:9).

O autor em referência acrescenta que

"se é nelas (nas três instituições) que as ONGs efetuam o recrutamento principal de seus membros, é evidente que as ONGs precisam mantê-las como suas interlocutoras. Via de regra, escrevem pouco sobre (grifo do autor) elas, mas o fazem sempre, ao menos em parte, também para (grifo do autor) elas. É comum, ademais, que os membros das ONGs mantenham vínculos profissionais e de lealdade afetiva com elas." (FERNANDES, 1988:9).

AS ONGs - e o Vianei é bem um caso típico - são de certa forma um resultado histórico de um processo de convergência de membros dessas três instituições, onde as peculiaridades de cada uma delas influenciou tal processo e vice-versa, conforme arremata FERNANDES (1988:11),

"Entre esses três pólos - Universidades, Igrejas, partidos de esquerda -, as ONGs recortaram, (...) um espaço próprio que proporcionava uma articulação sui generis dos valores característicos dessas três instituições: pela 'competência' universitária e contra o seu 'isolamento'; pelo ideal do 'serviço ao próximo', sobretudo aos mais necessitados, característica da tradição cristã, mas contra a sacralização das hierarquias eclesiais; pelo ideário 'político' veiculado pelas esquerdas, mas contra o dogmatismo e a 'manipulação' partidária que as permeiam."

Entendemos que seria repetitivo analisar aqui a relação específica do Vianei com cada uma dessas três instituições, bem

como seria deslocado analisar aqui o seu grau de autonomia e identidade própria enquanto uma resultante destas relações.

Cabe sim algum acréscimo sobre a sua relação com o Estado.

Primeiramente, vale observar que não se encontra em lugar nenhum, seja nas práticas, seja nos documentos analisados, indícios de que as suas atividades se definem como meio direto para a conquista do poder configurado no Estado. De todo o modo, a questão do Estado está muito presente nos discursos e nas práticas do Vianei.

É constantemente afirmada e reafirmada a autonomia da ONG (Vianei) frente à instituição Estado - no sentido restrito de Estado-sociedade política atribuído por GRAMSCI. Neste sentido, podemos constatar, por exemplo, alguns princípios firmados num dos documentos analisados:

"Pode-se manter relações de cooperação com o Estado, desde que se resguarde a autonomia (....) em todo o sentido e não se abra mão de (....) princípios.

(....) Em relações que envolvem captação de recursos (convênio é o caso), deve-se ter o cuidado de não depender somente da fonte Estado. Conservar autonomia financeira.

Não deixar que o envolvimento do Estado iniba a função do enfrentamento (do Vianei) em questões políticas e sociais delicadas.

Não assumir o papel do Estado e encobrir a realidade. Assistência técnica generalizada, por exemplo. Há que ser crítico.

Que os Movimentos e organizações populares participem dessas discussões (discussões em torno de convênios de cooperação e outras relações da ONG com o Estado) e tenham as questões bem claras, pois são estes os mais interessados e que constituem a base social das entidades em convênio (ONG)." (VIANEI, 1988a:29-30).

O Estado, no entanto, não é encarado pelo Vianei de uma perspectiva simplesmente de negação, como se fosse um inimigo a



ser, antes de tudo, destruído. Nos próprios princípios em que afirma da autonomia demonstra uma visão flexível em relação ao Estado. Seria mais próprio afirmar da presença de uma visão estratégica de Estado que o considera da perspectiva da contradição - o Estado é um locus de disputa social - e, portanto, da ótica da construção de hegemonia que se processa no seio dinâmico da sociedade civil - como processo de contra-hegemonia -, e no próprio espaço da sociedade política - como processo de direção e supremacia, no sentido gramsciano.

De acordo com as Concepções/Diretrizes (Vianei, 1988b):

"(....) o plano estratégico das classes populares deve implicar num processo articulado de construção de uma contra-hegemonia. Isto é, a nossa prática social concreta deve se dirigir no sentido de conquistar e construir no seio dinâmico da sociedade civil as posições necessárias para a acumulação de forças. Um processo de contra-hegemonia com vistas no estabelecimento de uma nova hegemonia, a hegemonia das classes populares. O Estado, enquanto sociedade política, terá na direção as classes populares (grifo nosso)."

"Os Movimentos Sociais no Brasil e as ONGs que lhes servem, durante o período autoritário de governo, mais precisamente a partir do golpe de 64 e na década de 70, encaravam o Estado 'numa perspectiva monolítica e relativamente opaca, (....) visto a partir de uma matriz essencialista, inimigo autoritário contra o qual se mobiliza a sociedade civil'." (JACOBI, 1987:11).

As análises que informavam os Movimentos Sociais refletem a polarização Estado autoritário versus sociedade civil.

Nessa análise,

"as transformações que ocorrem no seio das burocracias, sua modernização e a seletividade estrutural de suas políticas nublam-se diante da visão dos analistas que não apreendem o caráter relacio-

nal da ação do Estado em sua plenitude.

A relação entre os Movimentos Sociais e o Estado na década de 70 é vista numa perspectiva fragmentada. O esforço analítico concentra-se numa interpretação polarizada que escamoteia o fato de ambos os pólos integrarem-se no processo.

(....) Neste sentido o discurso da autonomia e do caráter anti-Estado dos Movimentos Sociais configura uma relação de negação e oposição que encobre o potencial do Estado de atuar como indutor de demandas. Isto decorre do fato destes Movimentos se constituírem numa resposta à própria violência institucional do Estado." (JACOBI, 1987:12).

Esta perspectiva restritiva de Estado ainda é um princípio básico que orienta boa parte - talvez a maioria - das ONGs no Brasil ainda hoje.

O fato de o Vianei se alinhar a um rol de entidades (ONGs) que encaram o Estado na perspectiva posta por GRAMSCI, de construção de hegemonia, ocupação de espaço (no sentido que atribui à guerra de posição e de espaço de contradição, se deve a alguns fatores que estão na origem das ONGs mais recentes.

Em primeiro lugar, é inegável a influência das leituras de GRAMSCI, que se tornaram lugar comum (de certa forma até uma moda) daquela parte das Universidades que está na raiz das ONGs. Que se tornaram lugar comum também para os intelectuais - outro componente da raiz das ONGs - que compõem os quadros dirigentes dos partidos políticos que começam a sair da clandestinidade no final dos anos 70. Via de regra, estes intelectuais e aquela parte da Universidade são uma coisa só. GRAMSCI surge como uma resposta norteadora às experiências frustradas das esquerdas brasileiras, de revolução armada (guerrilha).

Articulado a este pano de fundo teórico, está a própria realidade do Estado autoritário, a partir de meados da década de 70, passar

"a responder às demandas dos Movimentos através da implementação de políticas sociais que se consubstanciam em melhorias no plano dos serviços de sa-

neamento básico, saúde, sistemas de transporte, procurando garantir uma certa legitimação pelo consenso passivo, o que, por sua vez, cria um potencial de ampliação das demandas." (JACOBI, 1987:12).

No caso especial do Vianeí, é evidente a influência das leituras de GRAMSCI na sua origem. O projeto inicial e as Concepções/Diretrizes elaboradas no processo educativo são eivados de categorias sugeridas por GRAMSCI<sup>2</sup>.

Um outro componente particular, no caso do Vianeí, que sem dúvida influencia sua postura frente à questão do Estado, está na experiência anterior dos educadores que estão no Vianeí desde a primeira hora.

Conforme está expresso no Capítulo 3, deste trabalho, estes educadores haviam atuado, em posição de direção, nas áreas de Educação, Cultura e Agricultura, no governo municipal de Lages, na chamada gestão da "Força do Povo" (1977/1982). Tal experiência foi suficientemente forte para mostrar as contradições que permeiam o aparelho de Estado, e por conseguinte para mostrar as possibilidades de mediação dessas contradições desde a ótica das classes populares.

Assim, verifica-se que o Estado, através de suas diversas agências, aparece de maneira muito evidente no universo das relações institucionais diretas do Vianeí, o que parece não ser uma regra geral a todas as instituições classificadas como ONGs.

Na relação com o Estado, um traço que surge como regra geral, importante na conformação do espaço próprio das ONGs, não é a polaridade direta ONGs-Estado, mas a polaridade Estado e Povo (ou sociedade civil) (FERNANDES, 1988:11-12).

Conforme FERNANDES (1988:11-12) observa, uma elevada gama de organizações apresenta um enorme volume de demandas às ONGs. Na sua opinião, isso

"não é difícil de compreender. As ONGs são mais simples de lidar do que as agências do Governo, menos ameaçadoras que os partidos, e possuem recursos humanos e financeiros que são escassos nos meios populares. Veiculam sobretudo uma ideologia igualitária que faz sentido para os agentes organizadores das classes e grupos oprimidos pela hierarquia social vigente.

(....) Resumindo, a autonomia institucional que diferenciou as ONGs das Igrejas e dos partidos (entendidos estes na sua dimensão historicamente autoritária e verticalista) coincidiu com o traçado de um certo corte horizontal no verticalismo das relações entre 'Estado e Povo (ou sociedade civil)'. As ONGs estimularam uma variada gama de iniciativas dirigidas às bases da sociedade com o objetivo explícito de torná-las (as iniciativas e as bases) mais independentes em relação ao Estado. Tornaram-se, nesta medida, um fator de organização das classes populares (ou da cidadania) diferente, pois não definiam a sua atividade como um meio para a conquista do poder."

Nas falas de trabalhadores pertencentes aos grupos organizados - Associações de Agricultores, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares - que demandam os serviços do Vianeí, aparecem estes entendimentos observados por FERNANDES. Explicitar alguns exemplos nos ajuda a compreender a identidade do Vianeí no seu contexto<sup>3</sup>:

"A defesa dos pequenos é a preocupação do Vianeí (....) O Vianeí chega e busca aquilo que por dever é do Estado, dar autonomia política e financeira aos trabalhadores. (....) O Estado está massacrando. O Vianeí deveria ter nascido antes para levar as informações e a intelectualidade (sic) aos trabalhadores."

"Um grupo de trabalhadores fica com o Vianeí, outro com a ACARESC/SC (EMATER), porque o Vianeí tem uma proposta de autonomia dos trabalhadores, a ACARESC de dependência."

"O Vianeí propõe, a ACARESC impõe."

"A Prefeitura quando trabalha com os agricultores só quer dependência. É um trabalho ligado às eleições, ao voto."

Para concluir este item das relações institucionais, consideradas as determinantes que estão na origem das ONGs, e considerando também que, em princípio, estes não são entidades de representação, cabe a pergunta se as ONGs têm uma definição institucional própria, que as torne originais. Segundo nossos estudos sobre o Vianei e segundo os estudos do ISER sobre as ONGs, podemos observar que uma ONG só existe como tal na relação com os Movimentos Sociais e com as organizações populares. A ONG é, portanto, uma relação social. É exatamente esta a sua definição institucional, uma relação social dos segmentos médios e subalternos da sociedade.

"A originalidade das ONGs foi justamente esta: dedicar-se, por definição institucional, aos movimentos que ocorrem nos níveis intermediários e inferiores do corpo político e social. Não se trata, note-se bem, de uma substituição das instituições tradicionais promotoras de uma integração vertical. As ONGs não são (nem podem substituir) empresas, igrejas, partidos, governo. Introduzem, sim, uma outra instância (grifo do autor) aglutinadora das iniciativas locais, cuja autonomia precisa ser considerada por quaisquer que sejam (grifo do autor) as empresas, as igrejas, os partidos e o Estado." (FERNANDES, 1988:12).

A característica educativa do Vianei, enquanto uma ONG, será trabalhada no item seguinte. Aqui importa-nos ainda fazer uma observação sobre a questão do seu financiamento. Conforme já assinalamos, em nota, no capítulo anterior, o Vianei vem sendo financiado por uma ONG financiadora da Alemanha Ocidental, através de contrato firmado para o período 1985-1990. Estas ONGs estrangeiras são a fonte quase que exclusiva dos financiamentos das ONGs da América Latina. Raramente se consegue recursos financeiros para subsidiar atividades de uma ONG no Brasil. Aqui

"O Estado subvenciona a si mesmo e às elites. As

empresas, inclusive as multinacionais responsáveis por fundações sem fins lucrativos em seus países de origem, deixam-se levar aqui pela selvageria do lucro, livres das pressões para investimentos de cunho social. Recursos há, mas eles não se destinam à organização das bases da sociedade." (FERNANDES, 1988:19).

Eventualmente, no Brasil, surge um projeto ou outro, neste ou naquele órgão estatal, que prevê algum recurso financeiro para subvenções sociais. Isto, entretanto, é muito conjuntural, resultado, antes de tudo, do fator vontade de um técnico ou dirigente eventual.

Nem todas as ONGs brasileiras se dispõem a buscar estas possibilidades raras junto aos órgãos de Estado no Brasil.

A postura do Vianei, na sua relação com o Estado e com a sociedade, indica que estas possibilidades devam ser ampliadas e que se tornem estruturais. Com esta disposição tem negociado com órgãos do Estado e mantém convênio atual, por exemplo, que viabiliza a liberação de pessoal técnico às suas práticas junto às organizações e Movimentos Populares.

#### 4.2 O VIANEI E SUA POSTURA

Identificar um conjunto orgânico de idéias-força que caracterize o Vianei é uma tarefa complexa. Aliás, uma de suas características marcantes é ser constituído e se renovar permanentemente, a partir de múltiplas determinações históricas e, por conseguinte, de múltiplas idéias (ideologias) produzidas historicamente, o que torna difícil a sua apreensão. Contudo, é possível destacar algumas idéias-chave que estão presentes desde o seu surgimento, e que acabam por constituir um quadro norteador de seu pensamento e de sua ação.

Estas idéias estão contidas sinteticamente no documento "Concepção/Diretrizes Básicas para uma Prática Social Popular no Planalto Central de Santa Catarina" e aparecem com frequên-

cia nos mais diversos documentos produzidos pelo Vianeí, como os relatórios semestrais e outros.

O documento "Concepções/Diretrizes (....)" foi elaborado no Vianeí, para servir como uma espécie de guia teórico e metodológico, elaborado pelos educadores profissionais do Vianeí e por Movimentos e Organizações de base.

De um lado, considera-se esse trabalho resultante da prática desenvolvida pelo Vianeí até o momento de sua elaboração - prática do pensar e prática do agir. De outro lado, tem servido efetivamente de guia teórico e metodológico para as práticas subseqüentes; especialmente de base metodológica, já que a prática do Vianeí está menos no campo da pesquisa e da elaboração teórica e mais no campo da práxis.

Assim, destacamos:

a) Projeto histórico das classes populares: num primeiro plano aparece em forma de utopia. Utopia construída com o sentido de esperança; norteadora da ação presente - a "estrela-guia". Construída como projeção do grande horizonte do "Reino da Liberdade" (Marx), de uma "Sociedade Nova", onde impera a justiça.

"(....) onde não mais haverá nem exploradores nem explorados. Onde a Democracia será um valor vivido por todos na mesma intensidade, o Reino será um Reino de liberdade. A sociedade capitalista desaparecerá de todo, porque o lucro, enquanto resultado da expropriação do trabalho, também desaparecerá. O trabalho do homem (genero humano), um direito e um dever, será para dignificá-lo como ser criador e para satisfazer as necessidades de todos com justiça e igualdade." (VIANEI, 1988b).

Em seguida, o "Projeto Histórico" projetado no plano da utopia entra para o plano da história presente - "A construção dessa Sociedade Nova é uma construção histórica das classes populares" -, transforma-se num conjunto de propostas, de estra-

tégias de construção de poder. Isto é, são ordenados princípios práticos de exercícios de contra-hegemonia, e o próprio "Projeto Histórico" se transforma em idéias instrumentais de construção "de uma nova hegemonia, a hegemonia das classes populares". É aí que aparece nitidamente o pensamento de GRAMSCI.

Desta dimensão de "Projeto Histórico" já nos ocupamos anteriormente. Queremos destacar somente mais dois aspectos de cunho prático. São questões que primam por fazer presente, aqui e agora, a utopia, tendo por base, em primeiro lugar, o princípio de que "a democracia e a liberdade já são vividas no seio dos Movimentos Populares no processo mesmo de construção da sociedade nova. Não se trata de uma recompensa a ser usufruída depois." Um princípio que alude e nega a visão estratégica daqueles setores das esquerdas revolucionárias que colocam a democracia como uma relação somente possível no ponto de chegada e, em segundo, as propostas de exercício da contra-hegemonia:

"são muitas as formas de exercitar a contra-hegemonia. A cooperação no trabalho - o trabalho associativo - é uma forma privilegiada desse exercício. Ao mesmo tempo em que se contrapõe diretamente à divisão social e técnica do trabalho, sustentáculo básico do modo de produção capitalista, a cooperação no trabalho gera organicidade no interior das associações de trabalhadores. E, em consequência, possibilita a criação de identidade e consciência de classe." (VIANEI, 1988b).

Aí a ideologia aparece como GRAMSCI a define. Vem antes e durante a experiência concreta, como necessária à organização dos grupos em luta de hegemonia. Aparece como "a super-estrutura necessária de uma determinada estrutura". (GRAMSCI, 1978:65). E também vem depois, como resultado das lutas orgânicas em forma de "identidade e consciência de classe"; valeria dizer, em forma de "bloco histórico".

Articulada ao propósito de construção do "bloco históri-



co", ou seja, de uma ideologia dos dominados que se contrapõe à ideologia dos dominantes, está nas "Concepções/Diretrizes (.....)" a destacada função da Educação:

"Fortalecer a luta dos Movimentos Populares, fortalecer o Novo Sindicalismo, criar formas de contra-hegemonia, fortalecer, enfim, as lutas das classes populares significa um processo de 'elevação da cultura geral das massas' (GRAMSCI) e, para tanto, necessita-se produzir sempre mais intelectuais orgânicos das classes populares, capazes de exercer o papel de direção de sua classe e da sociedade em sua totalidade, o que significa a elevação da cultura política e técnica dos trabalhadores. Neste projeto todo de construção e educação popular, cabe aos trabalhadores intelectuais o papel preponderante de assessorar os Movimentos Populares através de processos de pesquisa, formação, capazes de contribuir na mediação do projeto histórico das classes populares." (VIANEI, 1988b).

A Educação consta aí, com a função de "meio de implantação é consolidação da ideologia, pretende tornar coesa a classe (grifo do autor) que a gera. Pretende formular uma conceituação que reproduza a situação da classe" (CURY, 1985:48). Pretende, enfim, ser o instrumento substantivo da implantação da nova hegemonia, hegemonia como supremacia - capacidade de direção cultural e político-ideológica de uma classe social sobre o conjunto da sociedade.

A hegemonia é entendida, portanto, como categoria interpretativa, que

"permite pensar um processo de relação intelectual-massa que tenha em vista a formação de uma nova cultura superadora da alienação porventura existente no senso comum. O que significa, finalmente, a inversão de uma direção política dominante em vista de uma nova concepção de mundo." (CURY, 1985:49).

Mas também é entendida, a hegemonia, como instrumento de

transformação. Ainda segundo Cury, como instrumento político.

"Como instrumento de uma nova hegemonia (que o é enquanto deseja correlacionar o conhecimento à transformação das relações sociais), reivindica a superação do conhecimento protetor da práxis inautêntica." (CURY, 1985:49).

Assim, a atuação da educação se dá no sentido de introduzir ou produzir um conhecimento novo capaz de reformar as consciências e, por conseguinte, afastar "a hegemonia de manutenção", afastar a ideologia da dominação usada como instrumento para encobrir a realidade.

"Neste sentido, a hegemonia é um fato filosófico, porque leva em conta a historicidade do conhecimento e um projeto de transformação real. (...) Assim, o ato de conhecer, implícito na relação pedagógica, produz uma contraposição entre os sujeitos, quando as super-estruturas oferecem a possibilidade de intuir as contradições. O que quer dizer que, seja na revelação das contradições, seja na sua ocultação, o ato do conhecimento é um ato de poder, uma vez que introduz comportamentos conformes (grifo do autor) a uma determinada moral e cria uma história nova." (CURY, 1985:49-50).

Neste caminho, o Vianeí se propõe a uma prática de educação enquanto "exercício de contra-hegemonia". Propõe a superação de princípios fundamentais do capitalismo, como a divisão social e técnica do trabalho, através da cooperação no trabalho - espaço da produção da consciência. Cooperação que gera organicidade e identidade de classe. Assim, esta tarefa de contra-hegemonia significa uma tarefa de Educação como práxis criadora (VÁZQUEZ) de transformação do real, que se expressa no interior da filosofia da práxis. E o "Projeto Histórico das classes populares" a que se refere o Vianeí só pode ser visto como algo inacabado. Isto é, um projeto em contínua elaboração

histórica - enquanto conhecimento e enquanto ação transformadora -; dá a idéia de processo contínuo de educação, processo de construção de uma nova hegemonia (a Sociedade Nova), a partir de mediações. É evidente a opção do Vianei de assessoria aos militantes e de mediação.

"O fulcro deverá ser o processo de formação permanente - momentos formais e informais -, objetivando a produção de uma base teórica construída a partir do real concreto para a autonomia, para a identidade de classe, para a democracia, para a criatividade e a Revolução (....)." (VIANEI, 1989b).

b) Um trabalho educativo de mediação: a mediação é constantemente trazida à tona pelo Vianei nos seus discursos e nas suas práticas. É tomada como uma forma de definir o seu papel como instituição de educação popular. "Mediação do Projeto Histórico das Classes Populares", conforme aparece nas "Concepções/Diretrizes (....)"; mediação de contradições, mediação das forças favoráveis (....) O Vianei se auto-define como um espaço de mediação, um espaço dialético - ao mesmo tempo em que produz, é produzido - de construção de alternativas para as classes populares (especialmente do campo). Mas não é apenas uma auto-definição restrita ao quadro de profissionais da educação popular, da prática do Vianei. É uma definição produzida e assumida também pelos Movimentos e Organizações Populares na expressão de seus próprios dirigentes. O Vianei é, portanto, um locus mediador dos interesses das classes que o produzem, interesses que expressam a contradição fundamental existente entre as classes antagônicas. Portanto, o Vianei é um locus mediador de contradições. Segundo Cury, podemos dizer que, no caso das sociedades divididas em classes, uma das formas de que se utilizam as classes dominadas para ter acesso à sua própria ideologia passando antes pela crítica à ideologia dominante, é a

criação de

"suas próprias agências, que elaborem padrões alternativos em relação aos identificados com a dominação burguesa. Isso quer dizer que a luta pela direção da sociedade se dá também na concepção de mundo, o que torna importante a figura do intelectual que conduz esta luta no nível superestrutural." (CURY, 1985:52).

Intelectual aí é entendido como mediador. E o Vianeí, neste caso, é entendido como um intelectual coletivo, mediador.

"Mediador dos interesses dos Movimentos e organizações populares rurais junto ao Estado, ao negociar a contribuição deste no projeto de apoio à pequena produção. Mediador das necessidades econômicas dos trabalhadores rurais, mediando recursos financeiros. Mediador dos interesses políticos propriamente ditos de diversos segmentos populares da região, ao promover análises de situações e ao prestar assessoria nas conjunturas (...). O exercício do papel de mediação dos interesses das classes populares - quase sempre mal explicitados e contraditórios -, numa perspectiva de construção de um projeto histórico claro, amplo e orgânico, entendemos deva ser sempre a tarefa do Vianeí." (VIANEI, 1988a:54).

Mediação, nesta prática do Vianeí de pensar e agir sobre o real para transformá-lo, é entendida na forma que CURY a define: a categoria que

"expressa as relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo.

(....) O conceito de mediação indica que nada é isolado. Implica, então, a afastamento de suposições irredutíveis e sem síntese superadora. Por outro lado, implica numa conexão dialética de tudo o que existe, uma busca de aspectos afins, manifestos no processo em curso.

(....) Essa categoria deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento. Enquanto relativa ao real, procura captar o fenômeno no conjunto de

suas relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade de que ele é um fenômeno mais ou menos essencial. Concretamente isso é somente possível através da historicização desse fenômeno. A História é o mundo das mediações. E a História, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações. Assim, elas são históricas (....) Enquanto relativas ao pensamento, permitem a não petrificação do mesmo, porque o pensar referido ao real se integra no movimento do próprio real.

(....) Por outro lado, as mediações abrem espaço para que as teorias se concretizem, tornando-se guias das ações. Nesse sentido, sem as mediações, as teorias se tornam vazias e inertes e sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas." (CURY, 1985:43-44).

Fica claro o caráter histórico da mediação no entendimento do Vianei quando se afirma, por exemplo, referindo-se aos seus educadores:

"Entendemos que o mediador deve ser um elemento o mais orgânico possível aos interesses e vontades mediadas - no caso do Vianei, aos Movimentos e organizações populares da Região Serrana de Santa Catarina, que ajudam a compor as classes populares da Nação -, porém esta organicidade não se estabelece por decreto. É uma construção histórica, que depende também do aumento da capacidade das classes populares (mediadas) de expressar com clareza as vontades e, por conseguinte, ser cada vez mais elas mesmas o artífice de seu próprio projeto histórico, fazendo com que o mediador se transforme tão somente em instrumento de trabalho - uma função." (VIANEI, 1988a:55).

Noutro momento, referindo-se à função do Vianei numa situação histórica concreta (momento pós-eleições de novembro de 1988), se define como mediador do real e ao mesmo tempo do pensamento:

"Às entidades como o Vianei, no seu contexto particular, caberá doravante, mais do que nunca, es-

tar atentas aos ventos nacionais e locais da política e da economia e promover o debate e a informação junto aos Movimentos e Organizações Populares no sentido da construção de uma visão mais ampla e crítica da realidade que se empenham em mudar. Assim, a busca de articulações mais estreitas com outras entidades análogas ao Vianeí, do Estado de Santa Catarina e de outros Estados, bem como a busca da ampliação das articulações dos próprios Movimentos e organizações populares diretamente, deverá ser um ponto prioritário de nossa ação pedagógica. Entendemos estar sendo urgente, no Brasil, acelerar os processos de construção de uma cultura nacional, que encerre, tanto quanto possível, sem eliminar as particularidades, uma estratégia unificada de construção de um modo alternativo de se viver.

Portanto, além da atenção especial que se haverá de dar aos Movimentos e Organizações Populares da Região Serrana nas suas incursões ou relações de conflito com o poder local, no sentido de construir uma unidade entre os diversos municípios no que tange a princípios e estratégias, haverá também, com o mesmo sentido, de se estreitar laços de cooperação, apoios mútuos com organismos e movimentos de âmbito nacional e estadual." (VIANEI, 1988a:12-13).

A citação acima foi posta no relatório de 1988 em forma de perspectivas de ação do Vianeí para o ano subsequente. As práticas que daí decorreram, conforme registros do próprio Vianeí e conforme depoimentos de trabalhadores, que participam deste universo de mediações como sujeitos históricos, confirmam tais perspectivas. Isto é, de fato o Vianeí tem exercitado uma função de intelectual coletivo mediador dos Movimentos e organizações sociais (do campo) na região.

Alguns depoimentos de dirigentes desses Movimentos e organizações ajudam a ilustrar e confirmar esta observação. Foi reunido em 02.09.89 o "Conselho do Fundo de Crédito Rotativo", um grupo de trabalhadores rurais escolhidos entre os mais destacados dirigentes. Esta reunião tinha por objetivo específico

avaliar a prática do Vianeí. Foi instalado um serviço de secretaria para registrar as falas e conclusões que seriam assumidas por todos os presentes. Alertado da duplicidade de sentido para aquela reunião - um momento da própria práxis e a elaboração desta dissertação -, o grupo discutiu livremente. A discussão partiu de uma questão de fundo lançada pelo coordenador do Vianeí, que é o mesmo autor desta dissertação. E foi antecedida de uma retomada de discussão sobre certas categorias frequentemente utilizadas como instrumentos de análise e de luta pelos educadores do Vianeí e pelos próprios dirigentes reunidos. Categorias como "Projeto Histórico" (Hegemonia), "Mediação", "Organicidade" e "Autonomia", que deveriam orientar o grupo naquele momento de avaliação do Vianeí. A questão lançada: o entendimento sobre o Vianeí na Região Serrana,

- na relação com os trabalhadores organizados: sindicatos, associações e grupos de cooperação, movimentos populares;
- na relação com os trabalhadores não organizados;
- na relação com outras entidades: Igreja, Estado, outras.

As respostas se referem sempre ao contexto limitado à Região Serrana de Santa Catarina. Vejamos alguns destaques:

"Ao nível da Região Serrana há muitas instituições com propostas, mas com proposta de transformação só conheço o Vianeí."

"O Novo Sindicalismo só se fala a partir do Vianeí."

"O Vianeí é o que liga campo e cidade. É a força articuladora dos trabalhadores na Região Serrana."

"O Vianeí leva os dois juntos: o teórico e o econômico."

"Costumávamos ir atrás do que o padre dizia. A gente concordava e obedecia. Não tinha alternativa."

"Agora, com o Vianeí, há um trabalho de conscientização. O povo vai conhecendo a sua história."

"O que o povo acha bicho de sete cabeças é a proposta de

socialismo que o Vianeí leva. Tem muita gente contra o Vianeí."

"Entre os que não têm conhecimento, acha-se que é o Vianeí que leva o socialismo."

"Os capitalistas dizem que o socialismo é do Vianeí e não dos trabalhadores."

"Os técnicos da ACARESC acham que o trabalho do Vianeí e da CPT dispersa o povo em vez de unir. Divide. Gera o conflito entre os próprios trabalhadores."

c) Na práxis: negar o velho para construir o novo: a contradição é uma categoria interpretativa do real, mas também é

"ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade." (CURY, 1985:30).

Tomamos a contradição principalmente por este lado, o de ser uma força do movimento, que nega e destrói para criar o novo. O novo é sempre o resultado da superação da contradição. A contradição não existe na coisa em si, só existe no movimento de transformação da coisa. Contradição é a própria negação da coisa em si. Não convivem a negação e a afirmação estática e harmonicamente. Não se suportam; daí, o contínuo movimento pela superação, movimento que transforma a coisa velha no novo - um novo que ainda não é, totalmente, o seu presente e que nem deixou de ser, totalmente, o seu passado, mas já tem no seu presente o seu futuro em forma de perspectiva de novas transformações.

Mas, se de um lado a afirmação e a negação não se suportam e vivem a tensão da destruição de uma e outra, de outro lado, uma não existe sem a outra. Ao mesmo tempo em que se opõem, os contrários se impregnam mutuamente. (CURY).

"Assim, a realidade no seu todo subjetivo-objetivo



é dialética e contraditória, o que implica a centralidade deste conceito na metodologia proposta: a metodologia da práxis." (CURY, 1985:30).

Tomamos a contradição, essencialmente, do ponto de vista histórico, admitindo, assim, que o homem, um ser mediado, é ao mesmo tempo mediador da história - mediador de contradições.

Na sociedade capitalista, a contradição fundamental na história se revela na luta de classes. Ou seja, a luta de classes é o movimento-expressão da contradição intrínseca ao capitalismo, e que faz a sociedade avançar.

Assim, entendemos a contradição como algo a ser mediado nesta tensão, de modo a que o avanço se dê no sentido da negação/superação do conteúdo de negação do capital, que quer dizer, uma práxis criativa ou transformadora.

Damos ênfase, portanto, à capacidade criativa do homem no papel ativo de mediador de contradições no movimento da história.

"Os homens, como sujeitos, fazem a história. As relações de produção são construídas por classes sociais históricas e podem ser modificadas por elas." (CURY, 1985:34).<sup>4</sup>

O exercício desta práxis se dá nas relações sociais concretas, não é uma abstração.

"Por isso, a superação da realidade capitalista, em termos dessa ossatura (grifo do autor) [economia como ossatura das relações humanas], é determinada pelo nível das lutas de classe, ou seja, pelo desenvolvimento das contradições das relações sociais." (CURY, 1985:34).

No seu contexto, o Vianei é um mediador ativo da história. Um ator coletivo que atua no sentido do aguçamento de contradições. Nos depoimentos dos trabalhadores dirigentes, regis-

trados antes, aparece esta perspectiva:

"(....) o trabalho do Vianeí (....) dispersa o povo em vez de unir. Divide. Gera o conflito entre os próprios trabalhadores."

"Onde a força do trabalhador é pequena, aí o Vianeí é acusado de 'comunista', fazer baderna."

Nesta práxis, o aguçamento das contradições se evidencia na medida da tomada de consciência, por parte dos trabalhadores, da sua condição constante de expropriado, de negado, de destituído pelo capital. Aguçam-se as contradições na medida de insurreições dos trabalhadores que vão forjando resistência contra as forças concretas que tentam mantê-los sempre na conformação com as relações vigentes. Neste processo, muitos se insurgem logo, outros não o fazem, "Preferindo" o conformismo, daí o "conflito entre os próprios trabalhadores".

Tanto a insurreição na luta pela transformação da realidade capitalista quanto o conformismo, são uma prática, e como tal não são espontâneas. A insurreição é uma prática de classe no sentido de superar a sua condição de classe (subalterna): uma prática motivada por agentes históricos orgânicos à própria classe, que atua no sentido de explicitar o caráter de negação do capital. O conformismo é a prática da não-prática da classe subalterna, mantida pela ação ativa das classes dominantes - os agentes do capital - que agem no sentido de inculcar na classe subalterna uma visão distorcida e falsa do real, uma visão de mundo a-histórica. Os dois casos implicam uma relação social de persuasão. Vale dizer, uma relação de educação.

A atuação do Vianeí, como agente de educação, dá-se no sentido da persuasão para a insurreição que gera resistência. No sentido da apreensão, pela classe subalterna, do processo histórico na sua dimensão de contradição.

"Agora, com o Vianeí, há um trabalho de conscientização. O povo vai conhecendo a sua história."

Veja-se que o Vianei não é o conscientizador, mas com ele há um trabalho de conscientização.

Nos processos educativos coordenados ou assessorados pelo Vianei, a "conscientização" é tomada como processo de superação do senso comum, processo que toma como ponto de partida o próprio senso comum e as condições concretas que o produzem. Tenta-se, assim, fazer do processo educativo uma busca empreendida por todos os sujeitos da educação, de identificação das contradições fundamentais a serem superadas.

Educação nesse sentido se contrapõe a processo de inculcação de ideologias externas, embora também se recorra às ideologias externas como meio de produção de contra-hegemonia.

Entendida assim, a educação é basicamente a busca de construção de unidade entre teoria e prática, o que implica em dizer da criação de ideologia própria, interna ao movimento de transformação, unificadora, libertadora.

A educação, portanto, como função do Vianei, é entendida como uma prática social que ocorre no nível do pensar e do fazer.

"O Vianei leva os dois juntos: o teórico e o 'econômico'."

Encontra-se em todos os documentos do Vianei que explicitam sua prática que são os vieses da política e da técnica, ou do político e do econômico, ou da política e da produção, o seu campo de ação educativa. Vieses que devem ser encarados articuladamente nos processos educativos que buscam a transformação da sociedade capitalista.

Daí, as práticas de mediação das contradições serem encaminhadas deliberadamente pelo Vianei, como agente da práxis, no sentido de não apenas negar a negação, mas de propor e afirmar o novo. É muito comum no seu discurso a "busca de alternativas", políticas e econômicas, para as classes populares, capazes de geração de poder. É da prática do Vianei coordenar

processos de educação enquanto formação teórica, bem como coordenar e estimular processos de produção "diferentes". Diferentes do estabelecido no capitalismo. Os grupos de trabalho associativo, como as Associações de Pequenos Agricultores e os Grupos de Cooperação Agrícola são bem um exemplo.

São processos coordenados de formação teórica e de busca de alternativas técnicas para a melhoria das condições de vida dos subalternos.

São processos de educação onde todos os sujeitos se transformam. É perceptível pela qualidade e pela extensão das lutas de resistência das classes subalternas da região, nos últimos tempos, um processo intenso de produção de homens e mulheres novos. Sujeitos históricos que se produzem como tal no dia-a-dia das lutas concretas pela terra, pela saúde, pelos preços, pelos direitos negados... Que se produzem novos ao teorizar sobre as suas lutas, na sua própria escola de produção de cultura política nova.

Esta "escola" é um espaço construído historicamente, isto é, a partir de e consideradas as condições concretas, mas, de qualquer modo, é um espaço deliberadamente construído e que funciona como constante persuasor dos dirigentes populares para que avancem sempre mais no caminho da construção da supremacia, e persuasor da classe-em-si (subalterna e submissa) no sentido de se produzir novos atores ativos, novos homens e mulheres novas.

Podemos assim entender o Vianei como uma entidade alternativa de educação das classes populares formada por educadores profissionais e pelos demais sujeitos da prática educativa, sujeitos históricos que compõem as "classes-para-si" na região. Uma entidade de educação que atua na busca constante de produção da práxis transformadora. Uma entidade que a cada dia produz sujeitos históricos e é a cada dia produzida pelos sujeitos trabalhadores - da educação, da roça, da fábrica. Um espaço

educativo cuja definição pode ser comparada ao que o jovem GRAMSCI escreve sobre uma escola de operários na Itália de 1919:

"A nossa escola é viva porque vós, operários, lhe trazeis a melhor parte de vós, o que a fadiga (....) não pode enfraquecer: a vontade de vos tornardes mais esclarecidos. Toda a superioridade da vossa classe (....) vêmo-la expressa nesse desejo que anima uma parte cada vez maior de vós, desejo de adquirir conhecimento, de vos tornardes capazes, donos do vosso pensamento e da vossa ação, artífices diretos da história da vossa classe." (GRAMSCI, 1977:98).

Esta vida, esta vontade e superioridade são sentidas nos trabalhadores que se articulam no e com o Vianeí, não sem momentos de desânimos, inseguranças, perplexidades e baixas concretas, resultado mesmo de sua abertura à dinâmica da história, mas, antes de tudo, um processo ativo.

Para concluir, entendemos o Vianeí assim:

"a escola (que) continuará e trará os frutos que lhe for possível: está aberta a todos os acontecimentos, qualquer caso poderá afastar e dispersar amanhã todos nós que hoje nos agrupamos à volta dela, comunicando e recebendo dela um pouco de calor, da fé que nos é necessária para viver e para lutar; o balanço fá-lo-emos depois, mas por agora assinalamos isso no ativo." (GRAMSCI, 1977:98).

## NOTAS

- (1) O ISER (Instituto de Estudos da Religião) organizou e publicou recentemente um estudo, com participação de diversos autores sobre as chamadas Organizações Não-Governamentais. Neste estudo estão relacionadas mais de 1.200 ONGs, somente no Brasil. O estudo do ISER nos ajudará muito ao estudar o Vianei, este também uma ONG que se enquadra perfeitamente na descrição daquele objeto pesquisado. (Ver: ISER. Sem fins lucrativos - as Organizações Não-Governamentais no Brasil, Rio de Janeiro, 1988).
  
- (2) O projeto inicial do Vianei - enquanto uma proposta articulada de educação popular - é um documento resultante de um curso de especialização concebido essencialmente na perspectiva de categorias gramscianas, curso realizado na Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro, em 1983, com um corpo básico de professores arregimentado no IESAE/FGV e noutras universidades, dentre, principalmente, os que pensavam a partir de categorias gramscianas. Deste curso participou e elaborou aquela primeira proposta o então e até hoje coordenador do Vianei. Desde aquele momento do curso, e até hoje, o Vianei tem contado com assessorias e, em especial, tem contado com uma consultoria efetiva de professores universitários que trabalham teoricamente muito na perspectiva gramsciana.  
Ainda o Vianei tem mantido estreitos contatos com o Curso de Mestrado em Educação da UFSC, originalmente também projetado sob a perspectiva de categorias sugeridas por Gramsci e executado hegemonicamente nesta perspectiva tanto quanto pode ser afirmado sobre o que foi trabalhado com a primeira turma daquele curso, iniciado em 1984. Naquela primeira turma o Vianei esteve presente, com um de seus educadores, o seu coordenador. Esta presença no curso - presença que não dispensou a continuidade da prática de trabalho daquele educador, no Vianei - foi mais um instrumento que contribuiu decisivamente na elaboração teórica do Vianei como está hoje. Esta dissertação mesma - em grande parte produzida à luz de categorias gramscianas - é uma resultante desta presença no curso articulada com a prática do Vianei. E entendemos ser esta dissertação uma contribui-

ção ao Vianeí, enquanto se pretende um espaço de mediação teórica do seu projeto educativo.

- (3) Estas falas são de trabalhadores rurais que exercem função de direção junto às organizações. Estão contidas no relatório/registo da reunião do Conselho do Fundo de Crédito Rotativo do dia 02.09.89, na qual se fez uma análise do papel e avaliação do desempenho do Vianeí. O que está registrado é de concordância de todos os participantes da região.
- (4) CURY justifica a práxis humana afirmando que a economia não é algo dado per se; se vista assim, se transforma em fator autônomo e fetiche. É uma produção humana e "os produtos humanos não são uma verdade em última instância, pois em suas raízes eles são produtos mesmo, produtos do homem como sujeito objetivo, criador da realidade social". E acrescenta que "esta é a determinação materialista do homem como sujeito objetivo, que do pressuposto da societas rerum (grifo do autor) cria a realidade social e humana. Neste sentido se explica a economia como "estrutura fundante da objetivação humana super-estrutural. A economia como ossatura das relações humanas (grifo do autor) é primaz porque tem um significado central, no que diz respeito à práxis humana, na criação da realidade humana". (CURY, 1985:34).

### NOTA FINAL

Este trabalho é um momento de reflexão sobre uma história viva. É um processo de reflexão inserto num processo maior, inserto no próprio objeto refletido - a práxis de segmentos das classes populares da Região Serrana de Santa Catarina. Como tal, como processo integrante da história viva, não é passível de conclusão.

A fala se dá sobre um momento rēcortado na história e a partir de uma determinada situação estrutural e conjuntural e a motivação desta fala se situa principalmente no campo da ação transformadora da estrutura. Portanto, ao invés de conclusões teóricas acabadas, o possível é concluir que esta dissertação mesma tem como caráter fundamental a mediação. Ela é um momento de mediação teórica de uma história em construção, onde o autor, como mediador, procura articular as práticas concretas com teorias que vêm dando suporte a estas práticas e, ao mesmo tempo, abre novas perspectivas teóricas para a leitura do real e para a sustentação da práxis transformadora empreendida pelos sujeitos históricos. O próprio autor é um destes sujeitos históricos, que se articula com os demais sujeitos da prática para formarem sujeitos coletivos. Esta articulação, sempre na expectativa de construção de consciência crítica, se dá com atores de diversos níveis de compreensão teórica do mundo e de diversos graus de inserção nas práticas dos Movimentos Sociais. Assim, esta dissertação, como mediação, é parte integrante de uma ação educativa onde os atores sociais se contróem sujeitos históricos.



Sujeito histórico, aqui, visto na sua plenitude, é a mulher e é o homem novos, senhores conscientes - fim último da ação educativa. Visto no processo de sua própria construção é o ator mediador de contradições, interventor na história, que intervém para fazê-la, e nela se faz e se refaz, ressurgindo sempre mais como ator coletivo.

Por outro lado, esta dissertação tem também um caráter acadêmico, cujas formas nem sempre foram possíveis de conciliar com o caráter de práxis a ela inerente. O projeto formal, as regras, os prazos, o formato próprio, em muitos momentos funcionaram como agentes de desestímulo ao ato de elaboração do autor, dado o seu caráter de "camisa-de-força", de enquadramento de um objeto que é essencialmente dinâmico. Todavia, em que pese as limitações impostas, há que se reconhecer que tais formalidades contribuíram para a elaboração do pensamento enquanto sistematização de uma prática. A nossa experiência tem mostrado que o "pensar livre" nem sempre é eficiente no enfrentamento da realidade, principalmente pela indisciplina que lhe é comum e que o leva a não se efetivar como sistematização.

Assim, de um lado, esta dissertação se conclui, apresentando, quiçá, certas dissonâncias com as normas estritamente acadêmicas. A que julgamos mais importante é a diferença entre o que se previa no projeto inicial como necessário a ser trabalhado e o que efetivamente se fez. O projeto foi elaborado num determinado momento da práxis dos Movimentos Sociais e do Vianei, que antecedia acontecimentos históricos analisados neste trabalho. Neste tempo, que vai desde a elaboração do projeto até a conclusão desta dissertação, a ação educativa construiu novos sujeitos e, principalmente, construiu o Vianei, conduzindo-o a patamares que não poderiam ser antevistos, daí a impossibilidade de uma dissertação rigorosamente dentro dos parâmetros da proposta inicial.

De outro lado, a dinamicidade do objeto focado - espe-

cialmente a prática educativa do Vianei na relação com os Movimentos Sociais - exigiu que o trabalho fosse além da proposta inicial. E o recorte do objeto e do tempo para efeitos de apresentação de um produto final à academia também foi além, na medida em que foi adaptado, dentro do possível, às exigências da práxis, e não o contrário. Este recorte tinha que obedecer em primeiro lugar àquelas exigências, isto é, o nosso compromisso social primeiro e básico na elaboração desta reflexão é com a ação transformadora dos Movimentos Sociais na região e do Vianei, atores coletivos dos quais somos ou estamos nos construindo parte orgânica.

Esta relação de compromisso social nos alimentou uma inevitável e constante paixão durante todo o trabalho. Uma forte paixão pelo saber sobre o objeto e, principalmente, paixão pelo objeto.

Tal sentimento não nos parece comum em trabalhos de caráter acadêmico, ou melhor, não é comum admitir-se assumir a paixão como elemento de elaboração do saber.

Procuramos evitar o assédio da paixão cega, que nos teria levado, certamente, ao discurso meramente opinativo e sectário. Mas não evitamos, ao contrário, assumimos e criamos condições de produção e reprodução do sentir o objeto e do sentir-se um com o objeto. Se isto tem riscos de excesso de subjetividade - e tem -, evita-se um outro risco maior (este sim nefasto), o que GRAMSCI (1978:101) chama de pedantismo e filisteísmo.

Segundo GRAMSCI:

"O erro do intelectual consiste em crer que se possa saber (grifo do autor) sem compreender e especialmente sem sentir e ser apaixonado (não só pelo saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em crer que o intelectual possa sê-lo (e não um puro pedante) se distinto e afastado do povo-nação, isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as na determinada situação histórica, e

referenciando-as dialeticamente às leis da história a uma superior compreensão de mundo, científica e coerentemente elaborada, o 'saber'; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão fundamental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência de tal nexa, as relações do intelectual com o povo-nação ou reduzem-se a relações de ordem puramente burocrática, formal; os intelectuais tornam-se uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico)."

Por fim, esta paixão que nos esteve presente no decorrer do trabalho, pode ter conduzido a fala no sentido de entender o Vianeí como algo firmado e irreversível na história da Região Serrana de Santa Catarina. Quanto a isto, ainda é tempo de dizer que entendemos que o Vianeí, enquanto força social - uma ONG -, enquanto espaço institucional onde os movimentos e organizações populares da região se articulam e elaboram o seu saber e a sua identidade de classe, enquanto, enfim, uma "escola de cultura", pode a qualquer momento acabar ou sofrer reveses traumáticos e irreparáveis. Isto porque - repetindo uma citação de GRAMSCI (1977:98) - "está aberta a todos os acontecimentos, qualquer caso poderá afastar e dispersar amanhã todos nós que hoje nos agrupamos em volta dela".

Entretanto, não temos dúvidas de que a práxis já se fez história. A práxis dos próprios Movimentos Sociais e a práxis do Vianeí na relação com estes Movimentos Sociais, que se constrói orgânica, já é cultura, patrimônio das classes populares da Região Serrana de Santa Catarina. Assim, poderá desaparecer o Vianeí, e mesmo os Movimentos e organizações populares que se formaram e se formam nesta situação histórica desaparecerão, mas não desaparecerá a cultura política e a identidade de classe que se construiu, nestas relações, entre os subalternos.

Os movimentos e as organizações populares da Região Serrana de Santa Catarina e o Vianeí, ao mesmo tempo objetos, sujeitos e destinatários desta reflexão enquanto experiências sistematizadas para realimentar a práxis, são um marco na his-

tória do povo serrano. Um povo que sempre foi guerreiro nas individualidades, mas sempre esteve submisso nas relações de classes sociais, apático, subserviente. Este marco na história deste povo é um marco de libertação que contribui para que este povo se torne guerreiro, enquanto classe.

## ADENDO

### Informações complementares sobre o Centro Vianei de Educação Popular

Apresentamos a seguir algumas informações de natureza mais específica sobre nosso objeto principal de estudo. Optamos por reproduzir trechos de textos e documentos do próprio uso do Vianei e elaborar alguns complementos.

Por isso, algumas informações aparecerão repetidas: em primeiro lugar, uma visão geral sobre o que é e o que faz o Vianei. Para isso reproduzimos um folder recentemente elaborado pelo setor de comunicação do Vianei. Em seguida, destacamos documentos e informes ordenados de acordo com a mesma lógica que orienta a prática do Vianei, ou seja, uma ordem que evidencia "os princípios da política e da técnica" que interagem nas ações educativas.

Assim temos:

#### a) Folder

##### CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO:

##### UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR E TECNOLOGIA ALTERNATIVA

O Centro Vianei de Educação, cuja entidade jurídica é o Instituto São João Batista Vianei, atua na região geográfica do Planalto Central de Santa Catarina, compreendendo fundamentalmente a chamada região dos Campos de Lages e Campos de Curitiba.

O trabalho de educação popular e tecnologia alternativa desenvolvido pelo Centro Vianei iniciou-se a partir do trabalho

de um grupo de educadores originário de uma experiência na área de Educação e Cultura na Prefeitura de Lages (gestão 78/83), juntamente com alguns agentes de pastoral e técnicos da área da agricultura.

O Centro Vianei de Educação iniciou suas atividades no ano de 1983 e tem centrado sua atuação junto à população camponesa, balizado por 2 princípios básicos:

- o princípio político do estímulo e assessoria à organização da sociedade civil;
- o princípio técnico de busca de alternativas para a produção camponesa, considerando as questões econômicas, sociais, culturais e ecológicas.

#### O GRUPO DE EDUCADORES DO CENTRO VIANEI

O grupo de educadores do Centro Vianei é composto por profissionais de diversas áreas do conhecimento: sociologia, agronomia, filosofia, comunicação, história, educação, teologia e contabilidade. Cada profissional, além de sua competência específica, é, antes de tudo, um educador popular responsável pelo todo.

#### O TRABALHO REALIZADO

O trabalho desenvolvido pelo Centro tem como mola-mestra o processo de formação dos trabalhadores rurais, processo esse que se dá em momentos formais - cursos, seminários, assembléias e palestras, e momentos informais - visitas, encontros e assessoria técnica no trabalho produtivo.

Como estímulo à organização da sociedade civil, assessorou a formação de Associações de Pequenos Produtores Rurais, de grupos cooperativos, a participação dos trabalhadores nos sindicatos de sua categoria e nos Movimentos Sociais Populares no Campo (Movimento de Mulheres agricultoras, Movimentos dos Atíngidos por Barragens etc.).

A assessoria à formação das Associações de Pequenos Produtores Rurais e grupos cooperativos objetiva, além do aspecto educativo em si, promover a busca de alternativas econômicas concretas para a pequena produção agrícola. Na continuidade desse processo, o Centro Vianei estimula e assessora a busca de canais de comercialização direta entre pequenos agricultores da região e trabalhadores - consumidores urbanos.

Orgânico a estes trabalhos está o Setor de Comunicação e Documentação. Este setor produz boletins informativos, cartazes, cartilhas, audiovisuais e vídeos, além de realizar a documentação fotográfica e gravações em vídeo como apoio e reforço ao trabalho de assessoria pedagógica. Conta também com um arquivo de fotografias e eslaides, fitas cassete e fitas gravadas, em vídeo de registro da história dos Movimentos Sociais Populares da Região Serrana, onde o Centro Vianei atua. Além da documentação em si dos eventos, o setor de Comunicação norteia-se por uma metodologia participativa que pretende, além da recuperação e registro da história dos Movimentos, promover a auto-reflexão destes trabalhadores para que se tornem sujeitos de seu processo de libertação.

O Centro Vianei de Educação possui articulação com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) na assessoria pedagógica aos movimentos e tem como proposta de atuação e sustentação a articulação com entidades sem fins lucrativos, fundações, órgãos governamentais e organismos de solidariedade e apoio aos povos do terceiro mundo.

b) O processo de formação:

Desta mola mestra da prática do Vianei, destacamos dois momentos especiais: um processo de formação dos chamados agentes intermediários, através de um "Curso de Educação Popular", já realizado durante três anos consecutivos - transcrevemos abaixo o programa do último curso, realizado em 1989 -; e um

processo de formação destinado aos próprios educadores do Vianeí, processo que é estendido a educadores e dirigentes de outras entidades com as quais o Vianeí se articula. Este último, trata-se de um curso em nível de pós-graduação em "Educação e Movimentos Sociais", a ser realizado pela primeira vez no decorrer de 1990/91, no Vianeí, através de convênio Vianeí/Universidade Federal de Santa Catarina. Transcrevemos, também, parte do projeto, já aprovado pela UFSC, destacando as disciplinas a serem ministradas e os respectivos professores com presença já confirmada.

### Primeiro Programa

#### CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR

Lages - SC

#### CURSO DE EDUCAÇÃO POPULAR - 1989

##### 1. Objetivo

Formação de lideranças que garantam a construção do Projeto Político dos Trabalhadores, através das organizações populares: Movimentos Populares, Sindicalismo, Associativismo, Partido Político, Pastorais Populares, da Região Serrana de Santa Catarina (Diocese de Lages), prioritariamente do meio rural.

##### 2. Concepção Teórico-Methodológica do Curso:

A proposta deste Curso tem como pano de fundo as "Diretrizes/Concepções Básicas do Centro Vianeí de Educação", que defende, em essência, a construção histórica de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma construção das classes populares, a partir de seu projeto de sociedade livre. Projeto este que também é uma construção histórica que se faz a partir das lutas concretas por liberdade e justi-



ça. Para tal construção histórica ser, de fato, conduzida pelas classes populares e com o máximo de consciência, é necessário que se forme intelectuais, no seio das classes populares e com elas comprometidos e articulados organicamente, capazes de pensar a realidade e apontar caminhos para a sua transformação.

Pensar a realidade deve significar ir para além de suas aparências, chegar à essência das coisas, conhecê-la na sua complexidade.

Assim, para este Curso, propomos um exercício coletivo de análise da realidade em que vivemos e que queremos transformar.

Para conhecer a realidade que queremos transformar tomamos, como ponto de partida a realidade aparente, o nosso dia-a-dia, aquilo que nos salta aos olhos: pode ser "a miséria do povo", "a terra fraca", "a desunião dos humildes", isto é, o ponto de partida para este Curso será a prática e a visão de mundo de seus próprios participantes. Através das análises chegaremos juntos, sempre mais, às raízes das questões, às razões históricas da realidade. Para chegar às raízes, precisamos conhecer e saber manejar instrumentos de análise sócio-político-econômico-cultural. Precisamos, enfim, saber teorizar com eficiência sobre a nossa prática, para que possamos propor alternativas de mudanças da realidade, claras e conseqüentes.

Para tanto, se contará com o apoio de assessores qualificados. O Curso, ao seu final, deverá ter significado um momento importante de contribuição ao processo de construção do projeto estratégico e tático dos Movimentos Sociais Populares da Região Serrana de Santa Catarina.

### 3. Conteúdos Básicos:

Partindo da experiência dos cursos anteriores - 1987/1988 -

apresentamos uma proposta de conteúdos básicos distribuídos em 4 etapas, com a duração de 5 dias cada etapa. Dependendo das avaliações que serão feitas no decorrer do curso pelos participantes e assessores, os conteúdos propostos poderão mudar.

1ª etapa: 12 a 16/06/89

- Auto-apresentação dos participantes: histórias de vida, construção de identidade grupal.
- realidade histórica da Região Serrana de Santa Catarina.

2ª etapa: 17 a 21/07/89

- Instrumentos teóricos para a análise da realidade
- História do trabalho: Modos de Produção
- Em especial uma análise crítica do Modo de Produção Capitalista e uma análise do modelo brasileiro, assentado no lema "Ordem e Progresso".
- História dos Movimentos Sociais Populares, no Brasil e Região: Movimento Sindical e "Novos Movimentos Sociais".

3ª etapa: 14 a 18/08/89

- Agricultura no Brasil
- Políticas agrárias e agrícolas, indústria x agricultura, problemas da pequena produção rural, por uma proposta de agricultura alternativa.
- Por um projeto alternativo de sociedade.
- Concepções/diretrizes básicas

4ª etapa: 04 a 08/09/89

- Comunicação Popular:
- Ideologia da comunicação, instrumentos práticos de comunicação popular como: elaboração de panfletos, cartazes, avisos. Como preparar, coordenar e executar: reuniões, cursos, manifestações, romarias, greves, celebrações...
- Negociações com Prefeito, Governador, Banco, Sindicato.
- Contribuição dos cristãos na construção da Nova Sociedade

de.

4. Equipe de assessoria:

Educadores do Vianeí e apoio de assessores especialmente convidados.

5. Inscrições e outras observações:

- Vagas limitadas. Máximo de 40 participantes. Distribuição das vagas:

Curitiba: 7

São Cristóvão: 2

Ponte Alta: 4

Correia Pinto: 3

São José do Cerrito: 5

Campo Belo do Sul: 5

Anita Garibaldi: 5

Bocaina do Sul: 3

Otacílio Costa: 1

Lages/cidade: 6

Indispensável a participação em todas as etapas. Ao final serão entregues Certificados de Conclusão.

Cada município deverá confirmar os nomes até o dia 05/05, por carta e/ou telefone (0492) 22-4255, com Paulo ou Orélia.

- Cada etapa terá início às 12:00 horas (com o almoço) de segunda-feira e término às 15:00 horas de sexta-feira.

- Os custos com alimentação, hospedagem e material (apostilas) serão à conta do Vianeí.

Cada participante deverá trazer material para anotações, material de higiene (sabonete, pasta de dentes, escovas, toalhas etc.).

Segundo Programa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

I. Elementos de Identificação

1.1 Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização em Educação e Movimentos Sociais.

1.2 Carga Horária:

24 (vinte e quatro) créditos - correspondentes a 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.

1.3 Número de vagas:

25 (vinte e cinco) - que serão preenchidas da seguinte forma: as 15 (quinze) primeiras vagas serão ocupadas por indicação do Instituto Vianei (atendidos os critérios estabelecidos pela UFSC), dada a natureza do curso.

As 10 (dez) vagas restantes serão abertas a outros candidatos da comunidade.

1.4 Local de funcionamento:

Lages - SC - Instituto São João Batista Vianei.

1.5 Período de realização do Curso:

Início: fevereiro/1990.

Término: fevereiro/1990.

1.6 Destinatários:

\* Profissionais graduados integrantes da equipe docente e técnico-pedagógica do Instituto Vianei/Lages - SC.

\* Profissionais graduados com experiência educativa ou técnico-educativa (educação formal ou não-formal no meio rural ou urbano).

\* Docentes do Ensino Superior da FACIP/UNIPLAC.

\* Docentes de outras IES.

## 2. Características do Curso

O Curso de Especialização, objeto desta proposta, destina-se principalmente a profissionais na educação (formal e não-formal) de diferentes áreas de formação, como: Sociólogos, Economistas, Assistentes Sociais, Agrônomos, Educadores e outros que atuam com órgãos de classe (Associações Urbanas e Rurais, Sindicatos).

O Curso volta-se, prioritariamente, à Região do Planalto Central do Estado de Santa Catarina, também denominada Região Serrana, que se constitui em Pólo geo-político-econômico de Lages.

Pode-se definir este Curso pela preocupação de contemplar, por um lado, o estudo crítico de correntes teóricas que fundamentam as ações de natureza pedagógica em termos do planejamento e metodologias e dos pressupostos educativos e sócio-econômicos que os embasam e, por outro, de contribuir para o domínio de habilidades/conhecimentos técnico-práticos e de organização, tendo em vista diferentes concepções e, principalmente, os condicionantes estruturais e conjunturais da realidade. Em síntese: contribuir para a formação/aperfeiçoamento de profissionais que desenvolvem ações educativas no meio rural e urbano.

Na organização do Curso procurou-se incluir disciplinas educacionais, disciplinas filosóficas e de ciências sociais exigidas para a explicação adequada do fenômeno educativo; disciplinas voltadas à análise e discussão de políticas de planejamento que aprofundam aspectos técnico-práticos, especialmente de programas e projetos que subsidiam a compreensão da dimensão pedagógica dos movimentos e das organizações sociais articulados a disciplinas específicas de caráter didático em atendimento à Resolução nº 12/83 do CFE.

A unidade do Curso será oportunizada pelo seu acompanhamento pela Coordenação dos Cursos de Especialização em Educa-

ção/CED/UFSC em articulação com a Coordenação do Instituto São João Batista Vianei - da cidade de Lages - SC - e, principalmente, pela produção de trabalhos teórico-práticos pelos alunos, sob orientação do corpo docente.

## 2.1 Objetivos:

Destacam-se como objetivos básicos:

- Oportunizar a reflexão crítica das perspectivas teóricas que historicamente embasam diferentes concepções de educação, inter-disciplinar, em áreas urbanas e rurais.
- Identificar e gestar formas próprias de planejamento e operacionalização na ação educativa.
- Apontar alternativas viabilizadoras da adoção de uma postura condizente com a realidade catarinense tendo-se em vista a sua transformação.
- Contribuir na formação de docentes, a nível de pós-graduação "lato sensu", que integram ou possam vir a se integrar no ensino superior da região.

## 3. Disciplinas e Corpo Docente

Integram o corpo docente do Curso de Especialização em Educação e Movimentos Sociais, os professores abaixo relacionados, cujos títulos atendem às exigências da Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação (CFE).

Disciplinas	Professores/Instituições	Titulação
1. Pedagogia dos Movimentos Sociais I	Cândido Grzybowski. IESAE/FG	Doutor em Sociologia do Desenvolvimento, Univers.Paris, 1979.
2. Antropologia e Mov. Sociais	Jorge Osvaldo Romano	Doutor em Antropologia Social, Museu Nacional UFRJ

Disciplinas	Professores/Instituições	Titulação
3. Filosofia da Educação	Doroti Martins - UFSC	Mestranda em Educação PUC/RS
4. Metodologia da Pesquisa	Gaudêncio Frigotto - UFF/RJ e IESAE/FGV	Doutor em Educação PUC/SP, 1983
5. Educação Popular e Participação social	Marcos Penna Santtani Arruda - IESAE/FGV	Mestrado em Economia do Desenvolvimento, The American Univers., Washington-USA, 1974
6. Ciência Política Questões do Estado	René Armand Dreyfuss FGV	Doutor em Ciência Política, Univers. Glasgow
7. Pedagogia dos Movimentos Sociais II	Maria da Graça Nóbrega Bollmann - UFSC	Doutoranda em Educação, PUC/RJ, 1989
8. Estado e Políticas Agrícolas	Agostinho Guerreiro IESAE/FGV	Mestre em Economia da Tecnologia, COPPE/UFRJ, 1982
9. Hegemonia e Educação	Marli Auras - UFSC	Doutora em Educação, PUC/SP, 1989
10. Organização de Situações Educativas	Maria Conceição de Figueiredo Cardoso Silva - UFSC	Mestre em Educação, UFF/RJ, 1980
11.* Planejamento e Avaliação como Prática Educativa	Maria Julieta Costa Calazans, IESAE/FGV e Reinaldo Matias Fleuri, UFSC	Doutora em Educação, École Pratique des Hautes Études, Sorbonne, 1970 Doutor em Filosofia da Educação, UNICAMP, 1988
12.* Seminário de Projetos	Maria Julieta Costa Calazans e Reinaldo Matias Fleuri	

\*As disciplinas 11. "Planejamento e Avaliação como Prática Educativa" e 12. "Seminário de Projetos" serão desenvolvidas com a participação dos professores Maria Julieta Costa Calazans e Reinaldo Matias Fleuri. Em virtude do tipo de atividades que as referidas disciplinas envolvem, recomenda-se que esses dois professores participem dos Encontros: de abertura do Curso e de Avaliação, previstos no cronograma geral.

c) O princípio político do estímulo e assessoria à organização da sociedade civil

O texto que reproduzimos a seguir revela o universo de relações de assessoria que o Vianei mantém com as organizações e movimentos sociais da Região Serrana de Santa Catarina. Revela também uma prática (uma metodologia) da qual o Vianei se utiliza para relatar as suas atividades - aos seus financiadores e outros -, fazendo, ao mesmo tempo, do documento, um relatório e um espaço de problematização para reflexão interna ao Vianei (aos seus educadores e às direções das organizações e movimentos que assessoram).

## RELATÓRIO SEMESTRAL DO CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO

- julho a dezembro de 1989 -

### COMPONENTES DO CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO

#### Coordenação

Antonio Munarim

#### Área de Produção Agrícola e Comercialização

Ivo Severino Macagnan

João Antenor Pereira

Jamil Abdalla Fayad

Mário Paes de Andrade

Olga Gamba de Andrade

Galeno Carraro

#### Área de Educação Política

Sérgio Sartori

Geraldo Augusto Locks

Jandira Bettoni

Paulo de Tarso Nunes



Área de Comunicação e Documentação

Márcio Vieira de Souza

Cristiana Tramonte Vieira de Souza (Assessoria)

Área de Administração

Zeferino Leite da Silva

Orélia Schenato Costa

Consultoria

Maria Julieta Costa Calazans

Redação do relatório

Antonio Munarim

## CAPÍTULO I

## A QUESTÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

## NA REGIÃO SERRANA

## - O Sindicalismo -

Dentre os movimentos sociais no campo, têm-se destacado, na Região Serrana de Santa Catarina, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai, o Movimento Sindical (por um novo sindicalismo) e, mais recentemente, um Movimento em torno do Associativismo agrícola.

A estes Movimentos todos, o Vianei está ligado umbilicalmente: a emergência destes Movimentos se deve, em grande parte, à ação do Vianei, assim como a Construção do Vianei, tal como existe hoje, se deve, em grande parte, à emergência e à existência efetiva desses Movimentos Sociais. Esta relação tem nos levado a pensar com frequência sobre a autonomia dos Movimentos. Autonomia no sentido de sua auto-sustentação política e econômica, e autonomia, também no sentido de sua reprodução/am-

pliação noutras áreas geográficas e noutros universos simbólicos de representação - Direitos Humanos, Sem-Terra etc.

Considerando no contexto histórico da Região Serrana de Santa Catarina - de mais de dois séculos de dominação/submissão -, pode-se afirmar do significativo e jamais visto surgimento de organizações e movimentos sociais no campo nesta região.

Conforme já registrado em nosso último relatório, temos a destacar o emergente movimento associativista, que segue em ritmo acelerado e crescente. Neste semestre ampliou-se, especialmente no município de Otacílio Costa - articulado ao movimento pela fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais -, e em Anita Garibaldi. Neste último, a Oposição Sindical se organiza em uma espécie de "coordenação municipal dos Movimentos Populares". Monta-se uma estrutura mínima de apoio (aluguel de uma casa na cidade, salário e despesas de viagem para um trabalhador dirigente) para a organização dos movimentos e grupos associativos.

Para este semestre, também destacamos os avanços na área específica da organização sindical na Região. Avanços quantitativos e qualitativos. Vejamos em síntese:

Em Correia Pinto, os trabalhadores rurais efetivaram, após intenso processo de mobilização e formação, a fundação do seu Sindicato. Hoje, devidamente registrado, com sede e estrutura própria.

O município de Otacílio Costa, que ainda não possuía o sindicato da categoria, após processo de formação de lideranças, trabalhos de mobilização e de formação da base - com a presença efetiva do Viane - já tem prevista para início de 1990 a fundação do seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Em São José do Cerrito, eleita no final do semestre passado, tomou posse, pela primeira vez, uma Diretoria comprometida com as lutas e organizações da categoria. Apesar das dificuldades, vem construindo bases concretas do novo sindicalismo.

Os trabalhadores rurais de Anita Garibaldi, que não conseguiram a direção do sindicato e que também tentaram e não conseguiram uma articulação com a Obra Kolping, que naquele município mantém ampla e ociosa estrutura de prédios e oficinas, construíram seu próprio espaço de articulação. Estão dando continuidade ao processo de formação sindical e de organização de grupos.

Em Campo Belo do Sul, apesar de uma conjuntura extremamente adversa - poder político nas mãos da UDR, processo intenso de avanço das agroindústrias e o conseqüente assalariamento do trabalhador rural, um sindicato da categoria atrelado aos interesses da classe dominante -, o Movimento de Oposição Sindical, com os limites de extrema pobreza de seus militantes, vem desenvolvendo encontros de formação e planejamento com vistas às eleições sindicais de julho de 1990.

Ao lado desses aspectos particulares, um salto qualitativo foi dado com a criação da Comissão Regional do Movimento Sindical Rural. Nasceu da necessidade sentida pelos sindicatos e oposições sindicais de uma maior articulação entre eles. Essa Comissão deverá se constituir em uma fonte de força para as Oposições Sindicais da Região e em um espaço de articulação entre os sindicatos autênticos da Região e do Estado, bem como com a Central Sindical. Deverá ser ainda um espaço de planejamento, de avaliação, de intercâmbio de informações, de comunicações e de aprofundamento de temáticas vinculadas aos seus interesses.

Se de um lado avaliamos que avanços concretos ocorreram, no Movimento Sindical da Região, por outro lado temos consciência de que uma série de desafios vinculados à própria crise por que atravessa a organização sindical no campo, no Brasil, restam por ser resolvidos.

Uma das problemáticas está centrada na busca de uma alternativa que consiga romper com os limites herdados da estru-

tura sindical oficial e que seja uma resposta às necessidades políticas dos trabalhadores. Conforme já assinalamos no relatório anterior, concretamente, a nova Constituição do Brasil possibilita a existência de apenas um sindicato de trabalhadores rurais por município, aglutinando na genérica categoria de trabalhadores rurais os pequenos proprietários rurais, os assalariados rurais, os meeiros, os arrendatários etc.

Impõe-se a construção de propostas organizativas que se sintonizem com a diversidade existente. Construir com e pelos trabalhadores rurais das várias categorias, um sindicato que seja um espaço de articulação de lutas e interesses diversos, poderá ser uma alternativa. Tendo-se presente, entretanto, o modo do avanço e do desenvolvimento do capitalismo no campo - aumento do número de assalariados rurais, o aprofundamento da integração dos pequenos produtores à agroindústria, o planejamento e a execução de grandes projetos governamentais relacionados à terra (hidrelétricas), que apostam na homogeneização das diversas categorias - restam dúvidas quanto ao potencial aglutinador do sindicato.

A diversidade de interesses e identidades é muito acentuada, o que põe em cheque alternativas totalizantes (categorias) como são as do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Diante desse quadro desafiante, a Comissão Regional do Movimento Sindical priorizou para 1990 o estudo da realidade e da lógica das diversas categorias de trabalhadores rurais para, daí, buscar formas organizativas que respondam às necessidades políticas e econômicas desses trabalhadores.

Ademais, a dificuldade que ora o Movimento Sindical da Região Serrana de Santa Catarina enfrenta não é exclusividade desta Região. A crise de identidade pela qual passa o Movimento Sindical Rural, no nosso entender, é reflexo de uma crise sindical de âmbito nacional. Esta crise sindical de âmbito nacional, por sua vez, é resultante de um processo de mudança pelo

qual passa a agricultura brasileira nestes anos 80.

O capital triunfante avança no campo com propostas neoliberais de afastamento do Estado da economia. Diante deste avanço não há alternativa concreta e eficiente para a questão agrária. Há resistência às propostas dominantes mas não existem alternativas.

A partir de mais ou menos 1985, a crise econômica que avança no campo promove uma grande seleção. Restam poucos na pequena produção no campo. O debate sobre políticas agrícolas está pouco popularizado, o grande debate e luta até 1983 era por Reforma Agrária. Já! Política agrícola era somente para os pequenos proprietários. Uma forma de auto-defesa tem sido o não uso do banco para o financiamento da produção. Em consequência, disso, veio a diminuição da produção e a deterioração de equipamentos. Outros entram nos sistemas de integração.

Uma característica dos anos 80 para a agricultura (para a pequena produção) é a de que o produtor precisa produzir pelo dinheiro - precisa ter renda monetária -, o que tem levado a uma mercantilização das relações sociais. Ainda como alternativa possível para os pequenos produtores rurais, começa a se esboçar no Brasil uma discussão, no interior do Movimento Sindical, sobre o controle da oferta de cooperativas. A tendência é disputar a direção das grandes cooperativas existentes.

Também na Região Serrana de Santa Catarina esta alternativa pode ser posta à mesa, a partir do Movimento Sindical e do Associativismo.

Enfim, diante deste quadro de mudanças estruturais na agricultura brasileira, as lutas totalizantes, encaradas como lutas de classes e que vinham sendo coordenadas pelo Movimento Sindical, cedem lugar a outros movimentos de luta por cidadania e integração ao processo de desenvolvimento. Assim, assumem importância certas categorias de trabalhadores com lutas específicas (fumicultores, suinocultores), e certos setores das classes populares com outros elementos específicos que os identifi-

cam (Mulheres Agricultoras, Atingidos por Barragens, Sem-Terra etc.)

Na medida em que o Movimento Sindical não consegue livrar-se dos vícios próprios das entidades que sobreviveram nos estreitos limites da lei durante o longo período do Estado autoritário - rompendo com o seu burocratismo, marasmo e assistencialismo -, o que implica numa mudança da visão de sindicato na própria base sindical, será difícil grande salto qualitativo na sua prática social. Que seria, no nosso entender, numa articulação e num apoio às lutas diversas de setores e categorias, salvaguardadas as suas identidades próprias.

Estas contradições todas atingem, também, o Movimento Sindical da Região Serrana de Santa Catarina, de modo que lhe causa certa perplexidade no seu que-fazer. Neste caso, o entendimento de Movimento Sindical é restrito aos sindicatos autênticos devidamente constituídos; isto é, exclui-se deste entendimento o Movimento de Oposição Sindical. Enquanto oposição, o Movimento corre mais livre e o universo de articulação é mais amplo; entretanto, os limites impostos pela falta de condições materiais e de estrutura não permitem grandes avanços.

Assim, entendemos que o sindicato de Trabalhadores Rurais deve continuar ainda sendo considerado um espaço fundamental de mediação de interesses e lutas dos trabalhadores rurais. Continue a ser o Movimento pelo Novo Sindicalismo - enquanto práticas sindicais autênticas e enquanto oposição sindical aos "pelegos" - um eixo destacado nas articulações das lutas sociais no campo. Todavia, há que se enfrentar com determinação a crise, superar o marasmo e levantar urgentemente outras bandeiras, capazes de aglutinar setores e interesses diversos na classe trabalhadora do campo. Uma tarefa especialmente dos dirigentes, dos trabalhadores rurais e de todos os intelectuais que os assessoram.

Pelo Vianei, a partir de sua prática concreta e a partir

do que tem captado das discussões no plano nacional, arriscamos a sugerir que caberia ao Movimento Sindical empunhar bandeiras como:

1) Política agrícola: lutas por políticas que garantam a defesa da renda monetária dos que trabalham na agricultura. Políticas de garantia de mercado e de preço.

2) Tecnologia: lutas por acesso às tecnologias capazes de garantir renda e integração ao processo de desenvolvimento. Lutas por um lugar mais socializado de produção de tecnologias.

3) Fundos Públicos: acesso dos pequenos produtores aos fundos públicos. Os subsídios sempre ocorrem e são pagos pela sociedade. À sociedade interessa subsidiar a quem?! Às empresas ou aos trabalhadores? Que as lutas sejam pelo subsídio aos trabalhadores da agricultura, e isto implica em lutas pela gestão democrática do Estado, lutas pelo não sucateamento dos órgãos de assistência técnica e creditícia do Estado, e lutas para pôr dentro do Estado o conflito.

4) Meio-ambiente: as lutas em defesa do meio-ambiente são um espaço de alianças entre diversos segmentos sociais populares.

Outras bandeiras de lutas podem e devem ser levantadas pelo Movimento Sindical, de modo a consolidar uma nova identidade, que o tirem do marasmo e que o diferenciem da marca de simples oposição ao "status quo" e de estratégias totalizantes.

No caso específico da Região Serrana de Santa Catarina, universo da ação do Vianei, o Movimento Sindical autêntico é ainda bastante jovem, e somente agora começa a tomar consciência da crise em que está imerso. Portanto, somente agora começa a acordar-se para novas possibilidades e alternativas de luta. Daí, os trabalhos do Vianei nesta área terem ainda um significado bastante marcante, muito mais que o desejável.

A autonomia do Movimento Sindical na Região ainda está a vir-a-ser. E entendemos que o processo de construção dessa au-

tonomia não se inicia necessariamente pela conquista da estrutura sindical em cada município. Nalguns casos ocorre exatamente o oposto. Isto é, se engendram movimentos com identidades específicas, que passam a lutar pelo sindicato como um espaço seu de articulação das lutas diversas.

d) O princípio técnico de busca de alternativas para a produção camponesa:

Reproduzimos parte do texto "A ACARESC ESTÁ PARA QUEM?", de autoria de Antonio Munarim, em número s.d., onde o Vianeí discute a sua relação com a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Reproduzimos o trecho que se refere exatamente às atividades consideradas técnicas no Vianeí.

#### A ACARESC ESTÁ PARA QUEM?

(.....) Importa-nos, tão somente, ressaltar algumas das atividades e programas desenvolvidos pelo Vianeí, onde consta o envolvimento direto dos dois Agrônomos cedidos pela ACARESC por conta do "Acordo". Estes dois profissionais compõem no Vianeí um quadro geral e multiprofissional de 13 (treze) educadores. Do quadro geral de educadores destaca-se um grupo menor composto por 4 (quatro) profissionais técnicos que dão uma atenção especial às questões ligadas ao mundo da produção agrícola alternativa: compõem este grupo os dois agrônomos cedidos pela ACARESC mais um Agrônomo e um técnico da área de comercialização.

Entre outras atividades este grupo se ocupa no Vianeí, de modo especial, com:

- Programa de associativismo: distribuídas em 5 municípios da Região Serrana já somam 18 Associações de Pequenos Produtores Rurais, em estágios diversos de organização, assessoradas pelo Vianeí. A Associação é o "espaço" principal das atividades de comunicação rural. É aí que mais se discute e se pra-



tica os princípios da Agricultura Alternativa. É através das associações, por exemplo, que o Vianeí está organizando um programa de formação e de práticas concretas na área da Administração rural - uma urgência aos pequenos produtores que querem resistir na terra. Este programa está sendo elaborado também em articulação com outras entidades de outros estados - em especial, as que compõem a "Rede PTA/Região Sul".

- Comercialização: Através das Associações e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (5 sindicatos se articulam com o Vianeí na Região Serrana), o Vianeí assessora - na verdade, ainda faz a frente - os pequenos produtores nas relações de comercialização da produção agrícola, especialmente o feijão. Neste sentido estão se firmando relações destas associações e sindicatos da Região Serrana com a Bolsa de Cereais e com 7 Associações de consumidores do Estado de São Paulo. Só neste último caso são envolvidos alguns milhões de consumidores organizados. Os consumidores, através de seus representantes, começam a influir no sistema de produção. Não se trata de relações apenas comerciais, mas também culturais e educacionais.

- Crédito de Fundo Rotativo: a cargo da equipe de técnicos do Vianeí está também, já há dois anos, um programa de crédito aos pequenos produtores para investimento. Os recursos advêm do governo da Alemanha Ocidental, para um público inicial de 200 família de agricultores. A fundo perdido por parte do financiador, estes recursos devem retornar do beneficiário a um fundo de rotatividade para ser repassado a outrem. A aplicação dos recursos é feita sob plano e acompanhamento criteriosos, de maneira a contribuir com profundas reformas culturais e apontar caminhos para lutas políticas de transformação no campo da produção agrícola.

Privilegia-se o financiamento de projetos de desenvolvimento coletivo e bens de uso coletivo. A assessoria na elaboração de projetos e o acompanhamento técnico está a cargo do Via-

nei, que para tanto está buscando apoio junto a outros organismos afins dado o alto volume de trabalho.

O trabalho de administração e o controle do crédito, para a liberação e cobrança é feito por um Conselho, composto por 9 trabalhadores rurais mais uma representação do Vianeí.

Os resultados econômicos, bem como o saldo político-organizativo desta experiência em andamento já são altamente significativos.

- Programa de Produção de sementes: para esta última safra, como tem sido a regra, os agricultores da região compraram sementes a um custo elevadíssimo. Chegaram a entregar 14 unidades de seu produto por uma unidade de semente híbrida de milho. Há mais a questão do monopólio (de multinacionais) sobre materiais genéticos, a adaptabilidade das sementes às condições agroecológicas locais etc. etc.

O Vianeí começa a estimular e assessorar grupos de pequenos agricultores interessados na produção de sementes, para uso próprio e para fornecimento a outros. Este processo está se iniciando através do movimento sindical, das Associações e de outros movimentos sociais do campo, como o Movimento de Mulheres Agricultoras. O Crédito de Fundo Rotativo também já foi posto a serviço deste programa. Mais que um programa técnico e de resultados econômicos, é um programa de formação do trabalhador rural envolvido - formação técnica, pois a prática da semente exige muito critério; e formação política, no processo mesmo da organização da produção grupal e na discussão do sentido de tal prática no contexto local e nacional.

O acompanhamento técnico, bem como a assessoria a todo o projeto pedagógico está garantido pelo Vianeí, que já tem contato com o apoio da ASSESSEAR, que tem reconhecida cultura acumulada nesta área, a partir de sua prática no Paraná. É certo que os técnicos do Vianeí não terão condições físicas para atender todos os projetos que estão se engendrando neste pro-

grama de produção de sementes; daí, que estarão sendo buscados novos apoios de outros organismos, a começar pelos extensionistas locais da ACARESC.

Conforme já assinalamos, estas são apenas algumas das atividades desenvolvidas diretamente pelo grupo de 4 técnicos do Vianeí. Eles atuam em muitas outras frentes em colaboração com os demais educadores na área da formação geral dos trabalhadores, na área da agricultura alternativa, com assessorias de caráter permanente ou eventual etc.etc. Atividades que abrangem o âmbito de toda a Região Serrana de Santa Catarina.

e) Setor de Comunicação e Documentação:

O texto que reproduzimos a seguir faz parte da justificativa do projeto "PIXURUM - Centro Sul Brasileiro de Comunicação Popular", elaborado pelo Vianeí em articulação com as entidades de Educação popular que formam a Rede Regional Sul de Tecnologias Alternativas (Rede PTA/Sul) e outras entidades de Santa Catarina.

O CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO E A COMUNICAÇÃO:

UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA REFLETIVA

O Centro Vianeí de Educação situa-se na cidade de Lages, no Planalto Serrano de Santa Catarina. Atua em 13 municípios da região, assessorando as associações de pequenos produtores rurais, sindicatos de trabalhadores, movimentos de mulheres agricultoras, grupos de cooperação agrícola, movimento de atingidos por barragens, movimentos de renovação sindical e outros. O Centro Vianeí é formado por um grupo interdisciplinar composto por agrônomos, historiadores, sociólogos, educadores, teólogos, comunicadores e contadores: 13 pessoas com dedicação exclusiva e um número quase idêntico de voluntários ou assessores em tempo parcial.

A política de comunicação que estamos desenvolvendo há 5 anos consecutivos é parte orgânica e integrante do trabalhos concretos de produção de alimentos, de cooperação no trabalho, de educação e de formação da consciência dos direitos de cidadão. É o acúmulo de experiências dos mais variados grupos e de sua rica diversidade que tiramos a matéria-prima para a nossa proposta de trabalho. Reforçar, valorizar as experiências bem sucedidas, analisar e discutir o registro das experiências sem sucesso, documentar movimentos sociais, a organização de grupos produtivos etc., é fundamental para a reflexão crítica dos trabalhadores e para a continuidade da metodologia pedagógica e participativa (Memória viva dos movimentos sociais).

Esta metodologia participativa propõe que o trabalho do setor de Comunicação (de registro e documentação dos movimentos sociais populares) seja "devolvido" aos trabalhadores para que a relação seja mútua e dinâmica: ao se verem registrados e documentados fazendo História, isto representa força e material de análise e reflexão para os passos seguintes dos trabalhadores no seu processo de organização e luta.

Um exemplo são os murais de fotografias montados pelo setor de Comunicação do Centro Vianei de Educação: registra-se a fundação de uma associação de pequenos produtores rurais e mais tarde em uma assembléia desta associação monta-se um painel fotográfico com fotos da fundação dessa associação. Estas imagens ajudarão a rememorar o passado recente, darão subsídios aos agricultores para avaliar o trabalho desta entidade etc.

Outro exemplo de concretização desta metodologia é o uso do vídeo como instrumento de documentação de um evento organizado por agricultores. A Associação dos Pequenos Produtores de Ponte Alta e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município organizam a "Festa Estadual da Moranga", uma festa comunitária que tem como objetivo reforçar as raízes culturais dos agricultores e estimular a sua organização, divulgando os seus produ-

tos. Os assessores do setor de Comunicação do Centro Vianei de Educação são chamados pela direção da Associação e do Sindicato para documentar o evento. Antes do evento os comunicadores participam de uma reunião com os trabalhadores e selecionam com os organizadores o que deve ser filmado. O evento é documentado com as prioridades estabelecidas pelos trabalhadores. Após o término da festa, durante a reunião de avaliação, os comunicadores do Vianei exibem o material bruto filmado para que os trabalhadores discutam, avaliem e opinem sobre as cenas que farão parte da edição final.

Os resultados pedagógico-sociais deste trabalho de vídeo participativo são os mais variados: além da documentação histórica como "memória viva" da festa desta comunidade, este vídeo serviu para desmistificar a televisão. Esta desmistificação se deu, em primeiro lugar, pelo processo de produção coletiva e participativa do vídeo. Em segundo lugar, a intimidade com o vídeo permitiu ao agricultor perceber o processo de produção das informações que ele vê na grande imprensa. Quebrado o "mito" do meio de comunicação, é mais fácil para o pequeno agricultor perceber-se como possível agente desse processo e não como mero paciente receptor das informações. Além disso, ajudou na mobilização das comunidades (segundo depoimentos de agricultores, "muita gente querendo ver o 'filme da Festa'") e auxiliou na dinamização de outros eventos tais como a eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponte Alta.

Além disso, os trabalhadores rurais sugeriram a utilização do vídeo mesmo em seu estado bruto nas comunidades do interior "para que todo o mundo pudesse se enxergar no filme". Os assessores de comunicação do Vianei observaram que esta técnica de passar a fita bruta mostrou-se eficiente na mobilização das comunidades do interior diretamente ligadas com o evento. Já em outras comunidades e organizações de outros municípios, mostrou-se cansativa e desinteressante, sendo o vídeo editado de

melhor aceitação.

Além desses dois exemplos da metodologia adotada pelo Centro Vianei de Educação Popular, é importante ressaltar que o setor de Comunicação produz também impressos para os movimentos dos pequenos agricultores, como panfletos, cartazes, boletins e tem produzido material audiovisual em slides para auxiliar no trabalho de educação popular.

e) Para concluir:

Para este adendo, foram tomados alguns aspectos das atividades do Vianei que consideramos mais relevantes. São muitas as demais atividades que o Vianei promove ou das quais toma parte como interessado, no papel sempre de articulação e mediação de vontades e forças concretas que apontam para, ou podem vir tornar-se vetores do projeto histórico que ajuda a construir.

f) Anexos

Anexamos mapa do Estado de Santa Catarina, destacando:

- i) o âmbito das práticas do Vianei;
- ii) as microrregiões homogêneas;
- iii) a divisão microrregional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - AFONSO, Carlos A. e ARRUDA, Marcos. Como sair da crise. Rio de Janeiro, Codecri, 1983.
- 2 - ALVES, Márcio Moreira. A força do povo. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 3 - ARRUDA, Marcos. Cone sul: o contexto político e econômico: modernização capitalista com ou sem autoritarismo e movimento popular: o desafio da democracia integral. Caderno Novas Forças, Nº 6, CECA, São Leopoldo, março, 1987.
- 4 - BELATO, Dinarte. A estratégia do capitalismo para a agricultura. in: Tecnologia e os Trabalhadores Rurais. Caderno da CUT, setembro de 1988.
- 5 - BENJAMIN, Walter. Burocracia: Da mediação à dominação. In: TRAGTEMBERG, Maurício. Ensaio - burocracia e ideologia. São Paulo, Ática, 1973.
- 6 - BLOMER, Neusa Maria et alii. A implantação das Barragens na Bacia do Rio Uruguai e suas implicações sociais. Florianópolis, 1981. (Relatório de Pesquisa)
- 7 - CALAZANS, Maria Julieta Costa et alii. Produção de educação e cultura popular: a experiência de Lages, 1977-1982. Rio de Janeiro, s.d. (Relatório de Pesquisa)
- 8 - CALAZANS, Maria Julieta Costa. formação: Trabalho de Educação Articulado Prática-Teoria. Rio de Janeiro, 1988. (Mimeografado)
- 9 - CARVALHO, José Murilo. Coronelismo. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, CPDCC.
- 10 - CAON, Edézio Nery. Estórias de minha cidade. Lages, Gráfica Wilson, 1978.
- 11 - CEAC. Constituinte: Temas em análise. Brasília, UNB, 1988.
- 12 - COSTA, Licurgo. O continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis, FCC, 1982. 4v.

- 13 - CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição. São Paulo, Cortez, 1985.
- 14 - DELGADO, Nelson Giordano. Agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal. In: BENETTI, Maria D. et alii. Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985.
- 15 - ECONOMIA. Brasil urgente, Lula Presidente. São Bernardo do Campo, 1989.
- 16 - EVERS, Tillman. Identidade; a face oculta dos novos movimentos sociais. In: Novos Estudos (4):11-23, 1984.
- 17 - FERNANDES, Florestan. A crise. Folha de São Paulo, 23.02.1987.
- 18 - \_\_\_\_\_<sup>a</sup>. Crise e conciliação. Folha de São Paulo, 19.08.1988.
- 19 - FERNANDES, Rubens. Sem fins lucrativos. Comunicação do ISER, Rio de Janeiro, 1988.
- 20 - FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improduti-va. São Paulo, Cortez, 1984.
- 21 - FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- 22 - FURTER, Pierre. Dialética de esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- 23 - GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos. Vol. II. Coleção Universidade Livre, Seara Nova, Lisboa, 1977.
- 24 - \_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 25 - \_\_\_\_\_. Obras escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978b.
- 26 - \_\_\_\_\_. Concepção dialética da história. Civilização Brasileira, 1984.
- 27 - GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- 28 - GRZYBOWSKI, Cândido. Organização social dos produtores e trabalhadores rurais e as alternativas de desenvolvimento do setor agrícola. Curitiba, 1985. (Mimeografado):



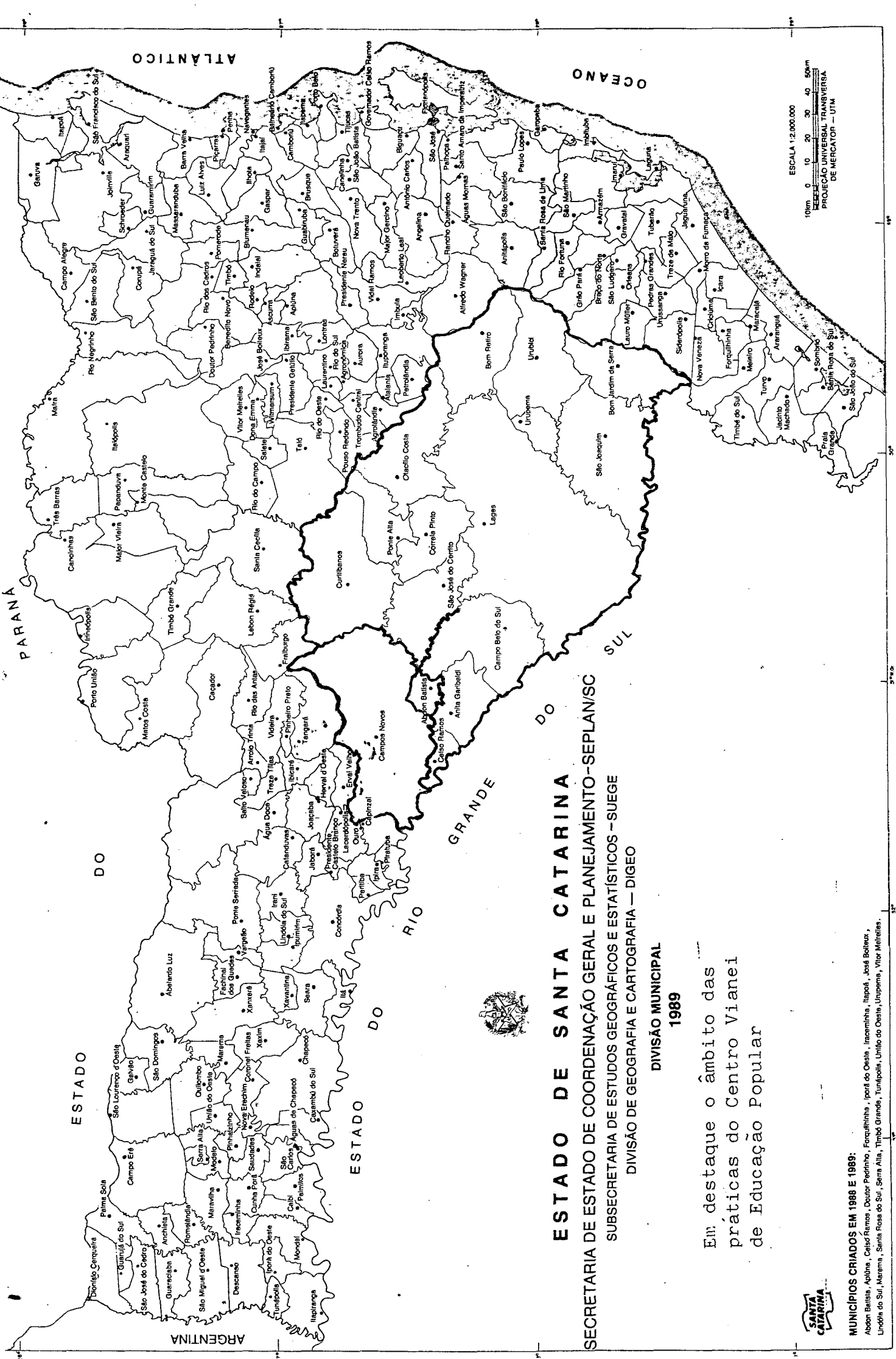
- 29 - \_\_\_\_\_ . Política agrícola e reforma agrária: subsídios ao programa do PT. Rio de Janeiro, 1989. (Mimeografado).
- 30 - \_\_\_\_\_ . Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, s.d. (Mimeografado).
- 31 - HOORNAERT, Eduardo. Por uma história da igreja no Brasil. In: Revista Eclesiástica Brasileira, (129):117-138, 1973.
- 32 - IANNI, Octávio. Populismo e classes subalternas. In: Revista Debate e crítica, (1):7-17, 1973.
- 33 - \_\_\_\_\_ . Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 34 - \_\_\_\_\_ . A ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- 35 - \_\_\_\_\_ . Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 36 - \_\_\_\_\_ . O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis, Vozes, 1985.
- 37 - IURA, Satomi. Lages e a sua economia. Lages, 1977. (Mimeografado).
- 38 - JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais Urbanos numa época de transição democrática: limites e Potencialidades. In: SABER, Emir. Movimentos Sociais na Transição Democrática. São Paulo, Cortez, 1987.
- 39 - JANOTTI, Maria de Lourdes M. O coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- 40 - KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 41 - LANDIM, Leilah et alii. Sem fins lucrativos - as organizações não governamentais no Brasil. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, 1988.
- 42 - LEAL, Victor N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- 43 - LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Evolução política dos católi-

cos e da igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979.

- 44 - LISANTI, Luís. Estrutura social e econômica da Vila de Lajes. s.d.
- 45 - MARTENDAL, José Ari C. Processos produtivos e trabalho - educação. Rio de Janeiro, FGV, 1980. (Dissertação de Mestrado).
- 46 - MARTINS, Carlos Estevam. A derrota do PMDB em Lages. Folha de São Paulo, 16.01.1983.
- 47 - MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. São Paulo, Hucitec, 1989.
- 48 - MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Martins Fontes, São Paulo, 1977.
- 49 - \_\_\_\_\_. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- 50 - \_\_\_\_\_. O Capital. In: Os economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- 51 - MOREIRA, Roberto José. Relações entre a acumulação industrial e a agricultura brasileira após os anos 50. Rio de Janeiro, 1981.
- 52 - MUNARIM, Antonio. Construção do Papel do Intelectual na Prática Social - uma experiência prática de educação popular. Florianópolis, 1985. (Mimeografado).
- 53 - OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- 54 - \_\_\_\_\_. Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, 1984.
- 55 - \_\_\_\_\_. Além da transição, quem da imaginação. Novos Estudos, 1985; (12):2-15.
- 56 - PEREIRA, Luiz Bresser. Crise da economia e crise da elite. Folha de São Paulo, 29.12.1988.
- 57 - \_\_\_\_\_. Explicações alternativas para a crise do Estado. Folha de São Paulo, 1989.
- 58 - PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

- 59 - ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.
- 60 - RIBEIRO, Helcion. Notas para a história do povo de Deus em Santa Catarina. Lages, 1987. (Mimeografado)
- 61 - \_\_\_\_\_ . Contestado: a força dos fracos. Lages, s.d. (Mimeografado)
- 62 - \_\_\_\_\_ . Observações para uma história da igreja particular. Lages, 1987 (mimeografado)
- 63 - SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação 1985-1988. Secretaria de Educação. Florianópolis, 1984.
- 64 - \_\_\_\_\_ . Números de Santa Catarina. Florianópolis, GAPLAN, 1986.
- 65 - \_\_\_\_\_ . Atlas Geral - Santa Catarina, Rio de Janeiro, GAPLAN, 1986.
- 66 - SCHERER-WARREN, Ilse. Projetos de Grande Escala - A ocupação do Espaço e a reação popular (Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da ANPOCS). Águas de São Pedro, 1988<sup>a</sup>. (Mimeografado)
- 67 - SCHERER-WARREN, Ilse. O que há de novo nos novos movimentos sociais no campo. Montevideo, 1988<sup>b</sup>. (Mimeografado)
- 68 - SCHERER-WARREN, Ilse e REIS, Maria José. O movimento dos atingidos pelas barragens do Uruguai: Unidade e Diversidade. In: BLOEMER, Neusa M. et alii. A Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai e suas implicações sociais. Florianópolis, 1988. (Relatório de Pesquisa)
- 69 - SERPA, Elio. Anotações sobre o povoamento de Lages. Lages, 1989. (Mimeografado)
- 70 - SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pos-guerra. São Paulo, Brasiliense, 1982
- 71 - SHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo, Martins fontes, 1983.
- 72 - SINZIG, Pedro, frei. Frei Rogério Neuhaus. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1939.
- 73 - TRAGTEMBERG, Maurício. Ensaio - Burocracia e Ideologia. São Paulo, Ática, 1973.
- 74 - \_\_\_\_\_ . A luz vem de Lages. IN: ALVES, Márcio Moreira. A força do povo. São Paulo, Brasiliense, 1980.

- 75 - VARGAS, Getúlio. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1952.
- 76 - VAZQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 77 - VIANEI. Projeto de educação rural. Lages, 1983.
- 78 - \_\_\_\_\_. Projeto para implantação do Centro de Educação Popular. Lages, 1986.
- 79 - \_\_\_\_\_. Relatório semestral. Lages, 1988<sup>a</sup>.
- 80 - \_\_\_\_\_. Concepções/Diretrizes do Vianei 1987/1988. Lages, 1988<sup>b</sup>.
- 81 - \_\_\_\_\_. Relatório semestral. Lages, 1989<sup>a</sup>.
- 82 - \_\_\_\_\_. Anotações sobre Seminário Interno do Vianei. Lages, 1989<sup>b</sup>.
- 83 - WALICKI, Andrezey. Populismo y marxismo en Rusia. Barcelona, Estela, 1968.



ESCALA 1:2.000.000  
 10km 0 10 20 30 40 50km  
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA  
 DE MERCATOR - UTM

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO - SEPLAN/SC**  
**DIVISÃO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA - DIGEO**

**DIVISÃO MUNICIPAL**  
**1989**

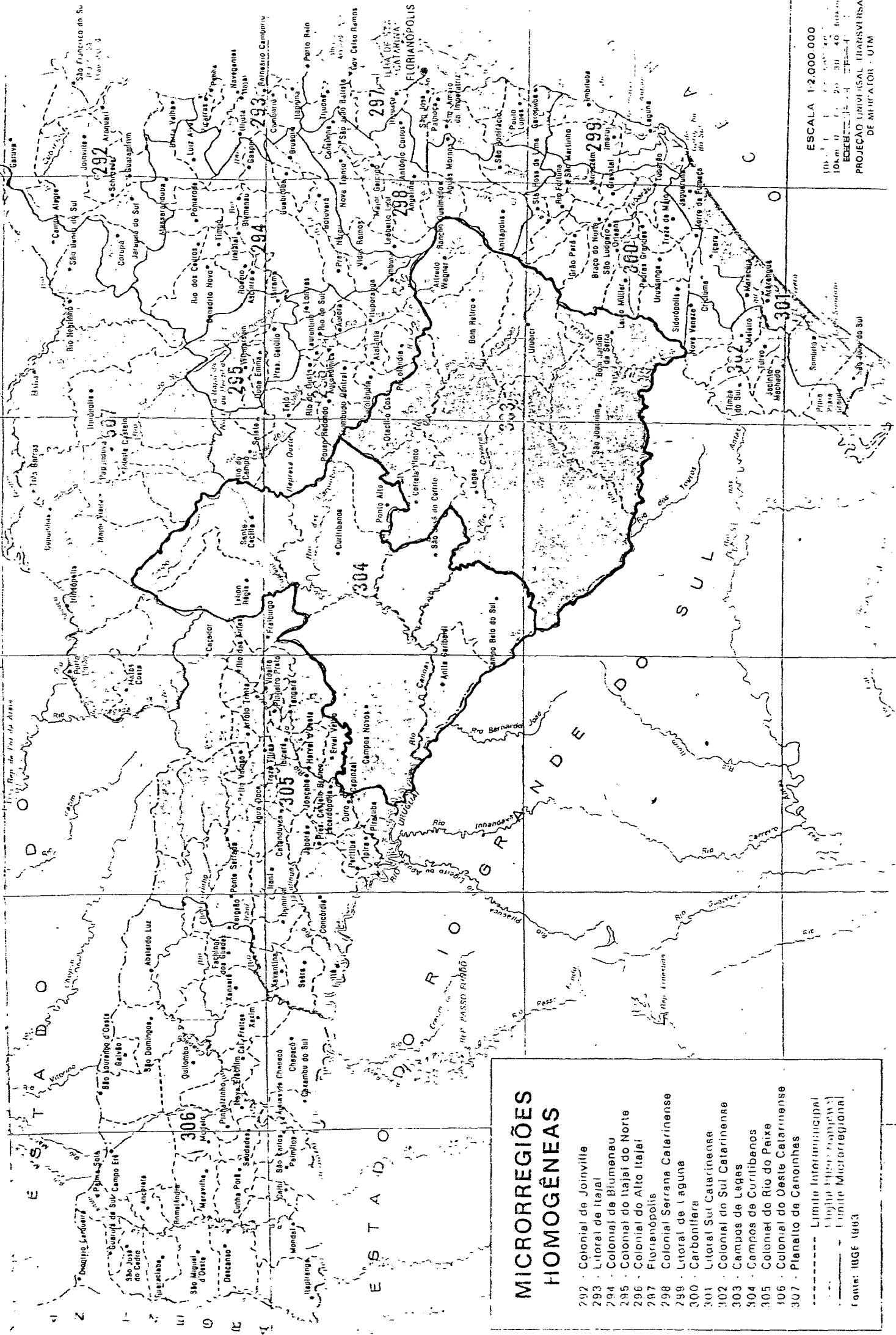
Em destaque o âmbito das  
 práticas do Centro Vianei  
 de Educação Popular



**MUNICÍPIOS CRIADOS EM 1988 E 1989:**

Abdon Batista, Apêlino, Celso Ramos, Doutor Pedrinho, Forquilha, Itapóia, José Boiteux, União do Sul, Marema, Santa Rosa do Sul, Serra Alta, Timbó Grande, Turupês, União do Oeste, Urupema, Vitor Meireles.





## MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

- 292 - Colonial de Joinville
- 293 - Litoral de Itajaí
- 294 - Colonial de Blumenau
- 295 - Colonial do Itajaí do Norte
- 296 - Colonial do Alto Itajaí
- 297 - Florianópolis
- 298 - Colonial Serrana Catarinense
- 299 - Litoral de Laguna
- 300 - Carbonífera
- 301 - Litoral Sul Catarinense
- 302 - Colonial do Sul Catarinense
- 303 - Campos de Lages
- 304 - Campos de Curitiba
- 305 - Colonial do Rio do Peixe
- 306 - Colonial do Oeste Catarinense
- 307 - Planalto de Canoinhas

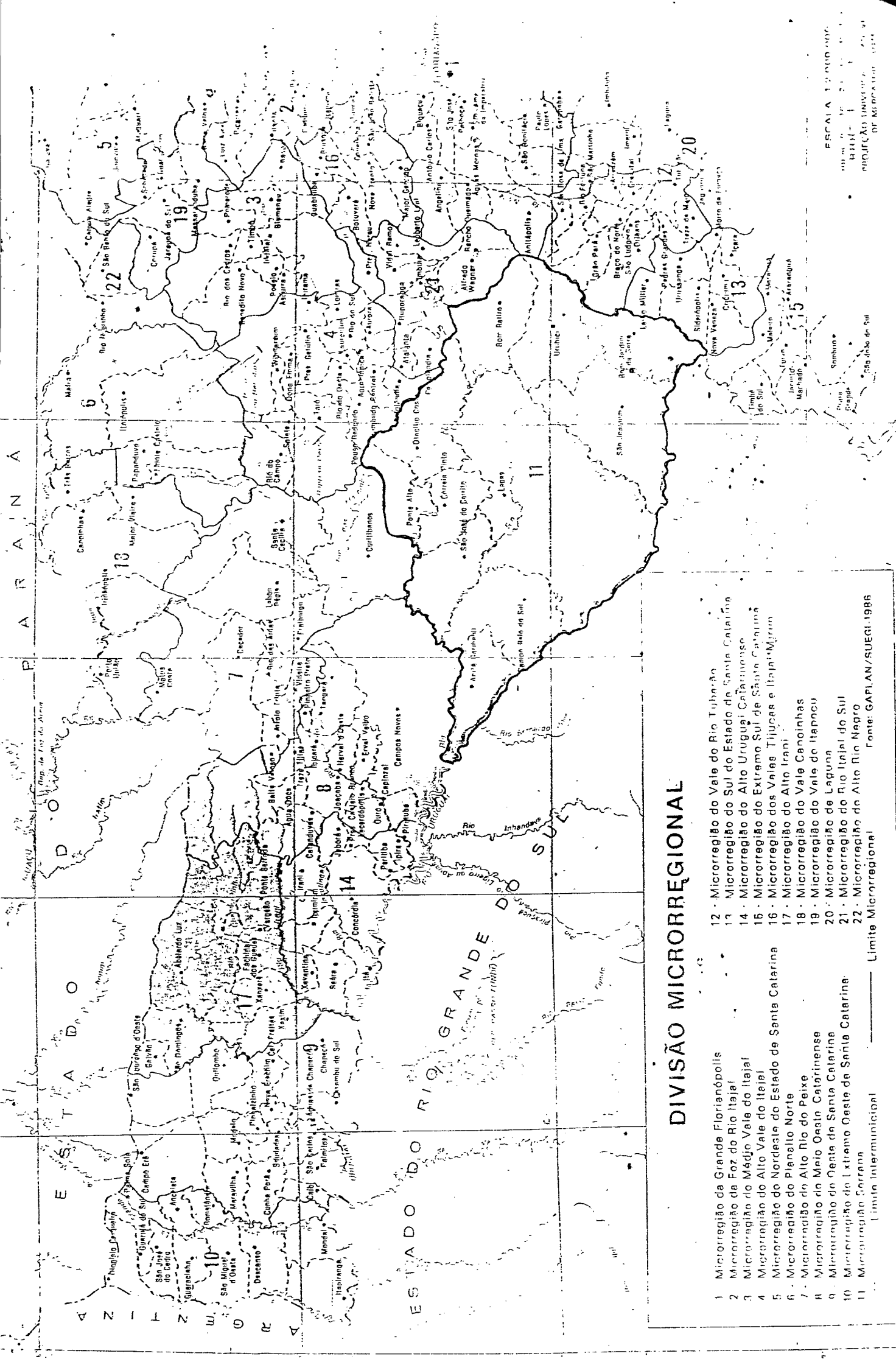
--- Limite Inter municipal  
 --- Limite Micro regional  
 --- Limite Municipal

Fonte: IBGE 1983

ESCALA 1:2.000.000

100 m 0 1 2 3 4 5  
 1000 0 1 2 3 4 5  
 10000 0 1 2 3 4 5  
 100000 0 1 2 3 4 5  
 1000000 0 1 2 3 4 5

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERIDIANOS - UTM



## DIVISÃO MICRORREGIONAL

- 1 - Microrregião da Grande Florianópolis
- 2 - Microrregião da Foz do Rio Itajaí
- 3 - Microrregião do Médio Vale do Itajaí
- 4 - Microrregião do Alto Vale do Itajaí
- 5 - Microrregião do Nordeste do Estado de Santa Catarina
- 6 - Microrregião do Planalto Norte
- 7 - Microrregião do Alto Rio do Peixe
- 8 - Microrregião do Meio Oeste Catarinense
- 9 - Microrregião do Oeste de Santa Catarina
- 10 - Microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina
- 11 - Microrregião de Corrales
- 12 - Microrregião do Vale do Rio Tijucas
- 13 - Microrregião do Sul do Estado de Santa Catarina
- 14 - Microrregião do Alto Uruguai Catarinense
- 15 - Microrregião do Extremo Sul de Santa Catarina
- 16 - Microrregião dos Vales Tijucas e Itajaí-Mirim
- 17 - Microrregião do Alto Irani
- 18 - Microrregião do Vale Canoinhas
- 19 - Microrregião do Vale do Itanacu
- 20 - Microrregião de Lagunas
- 21 - Microrregião do Rio Itajaí do Sul
- 22 - Microrregião do Alto Rio Negro

— Limite intermunicipal

Fonte: GAPLAN/SUECI, 1986